



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



WALBER LOPES DE ABREU

**TERRITÓRIO E GESTÃO DA PESCA EM COLETIVIDADES LOCAIS
NO NORDESTE PARAENSE: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE
MARAPANIM-PA**

BELÉM/PA

2011

WALBER LOPES DE ABREU

**TERRITÓRIO E GESTÃO DA PESCA EM COLETIVIDADES LOCAIS
NO NORDESTE PARAENSE: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE
MARAPANIM-PA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Gestão dos Recursos Naturais e Meio Ambiente.

Orientador: Prof^o Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo.

BELÉM-PA
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Abreu, Walber Lopes de

Território e gestão da pesca em coletividades locais no Nordeste Paraense: estudo de caso no município de Marapanim-PA / Walber Lopes de Abreu. - 2011.

Orientador: Carlos Alexandre Leão Bordalo

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2011.

1. Pesca - Administração - Marapanim (PA). 2. Pesca artesanal - Marapanim (PA). 3. Pesca - Aspectos econômicos - Marapanim (PA). 4. Pesca - Aspectos sociais - Marapanim (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 639.2098115

WALBER LOPES DE ABREU

**TERRITÓRIO E GESTÃO DA PESCA EM COLETIVIDADES LOCAIS
NO NORDESTE PARAENSE: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE
MARAPANIM-PA**

DATA DA DEFESA: ____/____/ 2011.

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Carlos Alexandre Leão Bordalo - Orientador
Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profº. Drº. Ricardo Ângelo Pereira de Lima - Examinador Externo
Universidade Federal do Amapá/AP (UNIFAP)

Profº. Drº. Gilberto de Miranda Rocha - Examinador Interno
Núcleo de Meio Ambiente (NUMA)
Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profº. Drº João dos Santos Nahum – Examinador Suplente
Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

BELÉM-PA
2011

Aos meus pais, Raimunda Lopes de Abreu e José Antônio da Silva Abreu, que pela dedicação a(o)s filhos(as) com amor e ternura e na arte de educar ensinaram-me a lutar pelas minhas conquistas até o último momento, sem medo de ser feliz, temendo unicamente a eles e ao nosso senhor Jesus Cristo. Amém.

Às minhas tias Iracema e Zezé, pela força espiritual que me fortalece profundamente com suas crenças pessoais nos santos protetores.

Aos meus tios Merício, França, Venâncio e Cazé, que já partiram dessa vida, para outro plano, e meus primos Arnaldo (in memorian), Zeca, Nivaldo e Agnaldo, ao lado de D. América, tia Zoca (in memorian), Léia e Edna, pelos ensinamentos na arte de aprender a nadar nas águas dos rios Marapanim e Cajutuba, e vivenciar o mundo da pesca, pescando sonhos e descobrir a riqueza do conhecimento das populações que vivem da artesanaria de pesca em Marapanim. À minha esposa Maria Eliana, pelo seu companheirismo e amor dedicado a mim e as nossas filhas Thamires e Thaíse (razões do meu viver), ao longo desses 22 anos em que caminhamos juntos, sempre na batalha e na esperança de viver dias cada vez mais felizes.

Aos meus irmãos Antônio Carlos, Ednei, Wagner e Kelly pela força constante que damos um ao outro na certeza de sermos o que somos ao longo de nossas vidas, e a todos os meus amigos e amigas que sempre compartilharam momentos felizes e não tão felizes em toda a minha vida.

AGRADECIMENTOS

O Deus pai, todo poderoso, que me sustenta e me dá vida. Aos meus pais, José Antônio da Silva Abreu e Raimunda Abreu, pelo amor e dedicação, à minha criação e de meus irmãos. Seus ensinamentos são pra vida toda. As minhas filhas Thamires Abreu e Thaíse Abreu, e esposa Maria Eliana, pelo companheirismo nas horas difíceis, alegres e boas de viver. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, Wellington, Irwing, Ingrid, Felipe, Ana Carolina, Larissa, Lissa, Vitória que amo de paixão. As minhas cunhadas Ana, Keila, e Léia Pena pela amizade e consideração.

Aos diretores do IFPA – Campus de Abaetetuba, Professores Lins Erick, Eurico Fontes, Lair Menezes, Augusto Paes, Marta Caetano, Josiel Vilhena, por acreditarem em meu trabalho junto à instituição. Aos técnicos administrativos Josivaldo, Raimundo e demais companheiros que sempre compartilharam esse espaço de trabalho onde tiramos o nosso pão de cada dia. Aos professores Enivaldo Brito e Cláudio Barbosa pelas colaborações na elaboração dos mapas. Aos Professore(a)s Dra. Indira Cavalcante, MSc. Edilson Rodrigues e MSc. Luziane Luz (FGC – UFPA), Vicente Baía, pela amizade, respeito profissional e apoio moral a todo instante. Aos meus alunos e alunas que me fazem acreditar cada vez mais na arte de educar.

Ao Prof^o Dr. Carlos Bordalo, orientador deste trabalho, pelo apoio incondicional no momento da reconstrução da proposta e de sua execução. Obrigado pela paciência. Aos membros da Banca Examinadora, Prof^o Dr. Ricardo Ângelo e Prof^o Dr. Gilberto de Miranda Rocha, Prof^o Dr. João S. Nahum pelas análises críticas e proposições acertadas na construção deste trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo na pessoa do Prof^o Dr. João dos Santos Nahum, coordenador, e Prof^o Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo, vice-coordenador, pelo empenho dos mesmos em fazer pesquisa de qualidade na Amazônia. Aos companheiro(a)s do PPGeo – 2009, Professores M.Sc. Wallace, M.Sc. Maria Albenize, M.Sc. Mauro Emílio, M.Sc. Flávia, M.Sc. Regina, M.Sc. Luciano, M.Sc. Carlos, M.Sc. Tereza, M.Sc. Adolfo pelas contribuições e apoio irrestrito nas discussões em sala de aula, e pelo respeito acima de tudo.

Aos pescadores/pescadoras artesanais de Guarajubal e Vista Alegre, no Município de Marapanim-PA, pela oportunidade concedida de poder escrever acerca da realidade da pesca e sua importância em suas vidas. Meus agradecimentos especiais.

São exatamente 30 meses que se passaram como uma nuvem, muito depressa. Isso prova que o tempo não nos pertence. Entretanto, isso não me causa angústia, mas sim, alegria.

Obrigado a todos!

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço [e o território como sua derivação], ele mesmo, é social. [E o lugar não é diferente, apesar de singular]. (Adaptado).

Milton Santos (*in memoriam*).

RESUMO

A pesquisa intitulada Território e Gestão da Pesca em Coletividades Locais no Nordeste Paraense: Estudo de Caso no Município de Marapanim-PA, resulta de uma leitura geográfica a cerca da problemática que envolve a dimensão territorial da pesca artesanal no nordeste paraense, em particular, das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais de Vila de Guarajubal e de Vista Alegre, em Marapanim, sob a ótica da política de ordenamento territorial da pesca e aquicultura no Brasil proposta enquanto uma política de estado. Esta, por sua vez, conduzida pelo Ministério da pesca e Aquicultura (MPA), propõe a criação de novos “Territórios de Pesca”, os quais resultaram de decisões tomadas de forma alheia aos anseios do conjunto de pescadores/pescadoras artesanais que existem espalhados no Brasil afora, em particular, no Nordeste Paraense. O conceito de território ganha relevância nesse sentido, pois sua dimensão espacial não se resume ao entendimento da pesca como uma atividade econômica, mas sim ao conjunto das relações produzidas pelos sujeitos em diferentes lugares onde se pratica a artefania de pesca. A dinâmica produzida por essas relações permitiu-nos compreender a importância do território e a gestão da pesca como resultado das práticas espaciais coletivas demarcadas sobre o meio terrestre e aquático e que constituem, portanto, a territorialidade de pescadores/pescadoras artesanais em Marapanim. A interação junto às coletividades locais por meio de conversas, entrevistas abertas e semi-estruturadas, reuniões junto aos pescadores, aplicação de questionários, além da observação participante sobre os diferentes lugares e paisagens foi de suma importância na compreensão do objeto investigado. Os resultados desta pesquisa revelam que as coletividades locais sobrevivem da pesca artesanal com dificuldades estruturais que lhes impedem de exercer sua profissão com maior segurança, estando muitas delas sujeitas a uma territorialização precária. Por vivenciarem realidades distintas, que em muitos aspectos apresentam semelhanças, são marcadas por dinâmicas sociais e econômicas que as impede de exercer o direito a territorializar-se. Apesar disso, são sujeitos políticos capazes de projetar ações coletivas e construir arranjos coletivos próprios destinados a organizar seus projetos de vida comunitária com base nos valores de tradição familiar, de parentesco, vizinhança e sociabilidade.

Palavras-Chave: Território; Gestão da Pesca; Ordenamento territorial; Coletividades Locais.

ABSTRACT

The search entitled Planning and Management of Fisheries in local communities in the Northeast Pará: A Case Study in the Municipality of Marapanim-PA, results from a geographical reading about the problems involved in the territorial dimension of artisanal fisheries in northeastern Pará, particularly, the local communities of fishermen / fisherwomen from Guarajubal and Vista Alegre villages in Marapanim, in the perspective of spatial planning policy for fisheries and aquaculture in Brazil proposal as a state policy. This, in turn, led by the Ministério da pesca e Aquicultura (MPA), that proposes the creation of new "fishing territory", which resulted from decisions made in a manner alien to the desires of the group of fishermen / fisherwomen who are dispersed into Brazil, particularly in northeastern Pará. The concept of territory becomes relevant in this sense because its spatial dimension is not limited to the understanding of fishing as an economic activity, but the set of relations produced by the subjects in different places where artisanal fishing practices. The dynamics produced by these relationships enabled us to understand the importance of territory and fisheries management practices as a result of the collective space demarcated on the terrestrial and aquatic environment and so the fishermen / fisherwomen territorial in Marapanim. The interaction with the local communities through discussions, interviews, open and semi-structured meetings with fishermen, questionnaires, and participant observation on the different places and landscapes is paramount in understanding the investigated object. Our results show that local communities survive on fishing with structural problems that prevent them from practicing their profession more safely, many of which are subject to a territorial precarious. By experiencing different realities, which have similarities in many aspects, are marked by social and economic conditions that impose them from exercising their right to be territorialized. Nevertheless, political subjects are able to design and build collective action for collective arrangements to organize their own projects in community life based on the values of family tradition, kinship and neighborhood.

Keywords: Territory, Fisheries Management, Spatial planning. Local Collectivities

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01:** Representação Cartográfica da Região de Integração Guamá – Litoral mesorregional do Nordeste Paraense..... 43
- Figura 02:** Macrocenários geomorfológicos da costa amazônica: a leste da foz do rio Amazonas, o sistema de reentrâncias paraense-maranhense; a oeste, a costa do Amapá, sob forte influência do sistema de dispersão do rio Amazonas, representado pela imensa pluma turbida (em marrom)..... 45
- Figura 03:** Vista horizontal de uma área com a presença da vegetação original de mangue vermelho (*Rizophora mangle*) e mangue siriúba (*Avicennia s.p*) no período de enchente pela manhã (10:45 h) e de maré alta à tarde (14:30h)..... 46
- Figura 04:** Vias de acesso pela PA 318 (A) que liga a cidade-sede, e pela margem esquerda do rio Marapanim, onde está localizado o porto de Guarajubal (um terraço lamoso situado numa área de planície que se estende por toda a margem esquerda do rio) (B). 52
- Figura 05:** Canoas e currais, construídos a partir da madeira extraída do mangue, em frente ao porto da vila de Guarajubal (à margem esquerda do rio Marapanim). 54
- Figura 06:** Catação em maloca coberta de lona e madeira rústica com assentos de madeira e ferro com mesa coberta de lona preta. O trabalho familiar conta com a participação de adultos, crianças e adolescentes e utilizam a técnica manual de catação da pata e massa de caranguejo, geralmente associado ao gênero feminino na vila de Guarajubal. 55
- Figura 07:** Acesso a vila de Vista Alegre a partir da PA 318 entrando no ramal com pavimentação asfáltica precária (A). Adentrando um pouco mais, observa-se uma bifurcação (B) que direciona para o lado esquerdo, onde aparecem as primeiras residências e casas comerciais (C) e (D) 56
- Figura 08:** Croqui do Desenho Urbano da Vila de Vista Alegre – Marapanim-PA..... 57
- Figura 09:** Casa de taipa com enchimento de barro (A) com telha de barro. Casa de alvenaria (B). Casa de luxo com rampa de concreto armado de propriedade do Deputado Estadual Márcio Miranda (C). Casa de padrão misto (madeira e cimento) com telha de barro (D)..... 58
- Figura 10:** Rampa de concreto armado de propriedade privada com normas de uso e acesso pelos usuários (A) e (B). Trapiche em construção de madeira à frente da orla da cidade e do Mercado Municipal a margem direita do rio Cajutuba (C) e trapiche em construção de madeira à frente da orla da cidade à direita do rio Camará (D) 59
- Figura 11:** Geleira localizada no furo do Camará, a qual dispõe de um trapiche de madeira onde aportam as embarcações pesqueiras em destaque nas fotos (A) e (B)..... 61

Figura 12: Porto de Praticagem, a qual dispõe de um escritório (A) e um trapiche de madeira com portões de ferro na entrada que limita o acesso para usuários, e atende apenas aos servidores práticos da empresa (B).....	61
Figura 13: Organograma de Categorias e Conceitos fundamentais da Pesquisa..	71
Figura 14: Mapa dos 50 Territórios de Atuação da SEAP (2008).	89
Figura 15: Produção (t) nacional de pescado em 2008 e 2009, discriminada por região.	101
Figura 16: Produção (t) nacional de pescado em 2008 e 2009, discriminada por estado.	102
Figura 17: Projetos da Pesca – SEPAQ.....	109
Figura 18: Praça Central a frente da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias. Ao centro da praça imagem do padre José Maria do Vale, sito a Rua Diniz Botelho.....	119
Figura 19: Foto A: Ruínas do Prédio do primeiro Mercado Municipal de Marapanim (à esquerda). Em anexo a este, havia mercearias ou tabernas como eram denominadas comumente (à direita). Hoje, o prédio todo é tombado como patrimônio histórico (à direita). Foto B: Antigo prédio do primeiro Grupo Escolar de Marapanim (à esquerda) onde atualmente funciona a Câmara Municipal de Marapanim, sito a Tv. Benjamin Constant com a Av. Assis de Vasconcelos.	119
Figura 20: Recorte histórico - espacial (1885 - 1894) do Núcleo Urbano de Marapanim.....	121
Figura 21: Foto (A) – Prédio do Antigo Paço Municipal, (à esquerda), sito a Rua Diniz Botelho. O Paço Municipal é um patrimônio histórico da cidade que tem 118 anos de história. Foto (B) – Antigo prédio do primeiro Grupo Escolar de Marapanim (à esquerda) onde atualmente funciona a Câmara Municipal de Marapanim, sito a Tv. Benjamin Constant com a Av. Assis de Vasconcelos.	122
Figura 22: O padrão rodoviário altera significativamente a dinâmica das cidades do salgado paraense. A cidade-sede de Marapanim sente um dos efeitos da modernidade.....	122
Figura 23: Área Comercial e de Serviços na principal avenida da cidade – Rio Branco.	123
Figura 24: Orla urbanizada da praia de Marudá. (Furtado, 2005).....	130
Figura 25: Habitações com banheiros rudimentares em área sem saneamento básico e abastecimento de água no Bairro do Sossego, em Marudá	131
Figura 26: Portal de entrada da cidade de Marapanim.	132

Figura 27: Fotos (A) Rua Fernando Magalhães, próximo ao Terminal Rodoviário com áreas de ocupação dentro do mangue; (B) Estaleiro de embarcações as margens do rio Cajutuba com aterramento do mangue; (C) Ocupação de casas dentro do mangue as margens do rio Cajutuba; (D) Aterramento do mangue e construção de ruas com chão de terra batida; (E) Deposição de resíduos sólidos.	133
Figura 28: Banco do Brasil, sito a Rua Diniz Botelho esquina com a Tv. Floriano Peixoto.	135
Figura 29: Calendário de pesca e o ciclo de reprodução do Caranguejo-Uçá (<i>Ucides Cordatus</i>) em Marapanim.	144
Figura 30: Calendário de pesca e o ciclo de Safra e entre Safra do Pescado em Marapanim.	144
Figura 31: Circuitos Espaciais da Produção Pesqueira em Guarajubal e Vista Alegre	147
Figura 32: Estrutura das colônias de pescadores.	156
Figura 33: Estrutura da Federação de Pescadores.	157
Figura 34: Consolidação do sistema sindical dos pescadores artesanais	158
Figura 35: Sede da Colônia de Pescadores Z - 06, Marapanim-PA, sito a Rua Diniz Botelho, nº 128	160
Figura 36: Curral de beira.	183
Figura 37: Fotos (A) – Exemplo da canoa usada pelos pescadores da Vila de Guarajubal; (B) Exemplo de montaria	193

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: “Litoral de Rias” – Nordeste Paraense. Possui a maior faixa contínua de manguezais do mundo.	44
Mapa 02: Localização Geográfica do município de Marapanim na microrregião do Salgado - Nordeste Paraense.....	49
Mapa 03: Territorialidade da pesca e de coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais da vila de Guarajubal e Vista Alegre do Município de Marapanim-PA.....	140
Mapa 04: Territórios-rede de Pescadores/Pescadoras Artesanais da Vila de Guarajubal e Vista Alegre, Marapanim-PA.	142
Mapa 05: Uso social dos Recursos Naturais por Coletividades Locais de Pescadores/Pescadoras Artesanais da Vila de Guarajubal e Vista Alegre, do Município de Marapanim-PA	146
Mapa 06: Fluxos da Pesca Artesanal de Pescadores/Pescadoras Artesanais de Pescadores/Pescadoras de Guarajubal e Vista Alegre, Marapanim-PA	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Tipologia da Pesca no estado do Pará.....	39
Quadro 02: Rede de Comercialização da Produção do Pescado na Comunidade de Vista Alegre.	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Territórios da Cidadania e Potencialidades da Pesca e Aquicultura no Brasil – MPA.	90
Tabela 02: Consolidação dos Territórios de Atuação da SEAP (2008).	91
Tabela 03: Produção Total de Pescado por Estados - Região Norte (1997-2006).	100
Tabela 04: Ampliação da Produção da Pesca no Brasil (1997-2006).	101
Tabela 05: Produção da pesca no Estado do Pará. Produção estimada e participação relativa da pesca extrativista industrial, artesanal e aquicultura no Brasil – Região Norte – 2006....	103
Tabela 06: Produção da Aquicultura Continental no Estado do Pará. Produção da aquicultura, em toneladas e valores das principais espécies de água-doce – Pará.	104
Tabela 07: Desembarque total por município (t) no estado do Pará nos anos de 1996 e 1997.	105
Tabela 08: Desembarque da Produção de Pescado por Municípios – 2008-2009.	106
Tabela 09: Taxa de crescimento anual da população residente nos municípios da região do Rio Guamá (2000-2007).	126
Tabela 10: Recorte temporal da análise estatística do Crescimento Urbano de Marapanim - 2000/2007.	127
Tabela 11: Taxa de Urbanização de Municípios Limítrofes* ao Município de Marapanim - Região do Rio Guamá (1970 a 2007).	128
Tabela 12: Consumidores e Consumo de Água por Classe (2007-2009).	134
Tabela 13: Rede de Comercialização da Produção da Pesca Artesanal na Vila de Guarajubal e Vista Alegre.	149
Tabela 14: Número de pescadores registrados no Brasil em 2009, distribuídos por Unidade da Federação e gênero-Região norte.	159
Tabela 15: Registro de Pescadores e Pescadoras na Colônia Z – 06 de Marapanim-PA.	160
Tabela 16: Algumas Famílias de Moradores por Bairros na Vila de Vista Alegre.	167
Tabela 17: Algumas Famílias de Moradores por Bairros na Vila de Guarajubal.	168
Tabela 18: Pescadores/Pescadoras Artesanais Tiradores de Caranguejo e Catadoras da Massa de Caranguejo na Vila de Guarajubal.	169
Tabela 19: Formação escolar dos pescadores de Vista Alegre.	173
Tabela 20: Formação escolar dos pescadores de Vila de Guarajubal.	174
Tabela 21: Tipo de trabalho dos pescadores de Vista Alegre.	175
Tabela 22: Tipo de trabalho dos pescadores de Vila de Guarajubal.	176

Tabela 23: Tempo de serviço dos pescadores de Vista Alegre.	178
Tabela 24: Tempo de serviço dos pescadores de Vila de Guarajubal.	179
Tabela 25: Pontos de pesca dos pescadores de Vila de Guarajubal.	180
Tabela 26: Pontos de pesca dos pescadores de Vista Alegre.	181
Tabela 27: Apetrechos de pesca dos pescadores de Vila de Guarajubal.	182
Tabela 28: Apetrechos de pesca dos pescadores de Vista Alegre.	183
Tabela 29: Tipos de espécies mais pescadas pelos pescadores de Vista Alegre.	185
Tabela 30: Tipos de espécies mais pescadas pelos pescadores de Vila de Guarajubal.	185
Tabela 31: Quantidade de pescado pelos pescadores de Vista Alegre.	186
Tabela 32: Quantidade de pescado pelos pescadores de Vila de Guarajubal.	187
Tabela 33: A distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade segundo os pescadores de Vila de Guarajubal.	188
Tabela 34: A distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade segundo os pescadores de Vista Alegre.	190
Tabela 35: Tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores de Vista Alegre.	190
Tabela 36: Tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores de Vila de Guarajubal.	191
Tabela 37: Forma de uso das embarcações utilizadas pelos pescadores de Vista Alegre.	194
Tabela 38: Forma de uso das embarcações utilizadas pelos pescadores da Vila de Guarajubal.	195
Tabela 39: Tempo despendido pelos pescadores de Vista Alegre para realizar suas atividades.	196
Tabela 40: Tempo despendido pelos pescadores de Vila de Guarajubal para realizar suas atividades.	197
Tabela 41: Forma de armazenamento do pescado realizada pelos pescadores de Vista Alegre.	197
Tabela 42: Forma de armazenamento do pescado realizada pelos pescadores de Vila de Guarajubal.	198
Tabela 43: Grau de conflito entre os pescadores de Vista Alegre para acesso às áreas ou pontos de pesca.	202
Tabela 44: Grau de conflito entre os pescadores de Vila de Guarajubal para acesso às áreas ou pontos de pesca.	204
Tabela 45: Grau de construção das áreas exclusivas de pesca por parte dos pescadores de Vista Alegre.	205

Tabela 46: Grau de construção das áreas exclusivas de pesca por parte dos pescadores de Vila de Guarajubal.	206
Tabela 47: Destino do pescado de Vista Alegre.	207
Tabela 48: Destino do pescado de Vila de Guarajubal.	207
Tabela 49: Para quem os pescadores de Vista Alegre vendem o pescado.	208
Tabela 50: Para quem os pescadores de Vila de Guarajubal vendem o pescado.	209
Tabela 51: Existência de organização social representativa segundo os pescadores de Vista Alegre.	212
Tabela 52: Existência de organização social representativa segundo os pescadores de Vila de Guarajubal.	212
Tabela 53: Existência de “acordo de pesca” segundo os pescadores de Vista Alegre.	214

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução da população urbana e rural para Região do Guamá, 1970/2007.	129
Gráfico 02: Formação escolar dos pescadores de Vista Alegre.	173
Gráfico 03: Formação escolar dos pescadores de Vila de Guarajubal.	174
Gráfico 04: Tipo de trabalho dos pescadores de Vista Alegre.	175
Gráfico 05: Tipo de trabalho dos pescadores de Vila de Guarajubal.	177
Gráfico 06: Tempo de serviço dos pescadores de Vista Alegre.	178
Gráfico 07: Tempo de serviço dos pescadores de Vila de Guarajubal.	179
Gráfico 08: Pontos de pesca dos pescadores de Vila de Guarajubal.	180
Gráfico 09: Pontos de pesca dos pescadores de Vista Alegre.	181
Gráfico 10: Apetrechos de pesca dos pescadores de Vila de Guarajubal.	182
Gráfico 11: Apetrechos de pesca dos pescadores de Vista Alegre.	184
Gráfico 12: Quantidade de pescado pelos pescadores de Vista Alegre.	186
Gráfico 13: Quantidade de pescado pelos pescadores de Vila de Guarajubal.	187
Gráfico 14: A distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade segundo os pescadores de Vila de Guarajubal.	189
Gráfico 15: A distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade segundo os pescadores de Vista Alegre.	190
Gráfico 16: Tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores de Vista Alegre.	191
Gráfico 17: Tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores de Vila de Guarajubal.	192
Gráfico 18: Forma de uso das embarcações utilizadas pelos pescadores de Vista Alegre.	194
Gráfico 19: Forma de uso das embarcações utilizadas pelos pescadores de Vila de Guarajubal.	195
Gráfico 20: Tempo despendido pelos pescadores de Vista Alegre para realizar suas atividades.	196
Gráfico 21: Tempo despendido pelos pescadores de Vila de Guarajubal para realizar suas atividades.	197
Gráfico 22: Existência no rio/baia de “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos dos pescadores da comunidade pescadores de Vista Alegre.	198
Gráfico 23: Existência no rio/baia de “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos dos pescadores da comunidade pescadores de Vista Alegre ou fora dela.	199

Gráfico 24: Existência no rio/baia de “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos dos pescadores da comunidade pescadores de Vila de Guarajubal.....	200
Gráfico 25: Grau de conflito entre os pescadores de Vista Alegre para acesso às áreas ou pontos de pesca.....	202
Gráfico 26: Grau de conflito entre os pescadores de Vila de Guarajubal para acesso às áreas ou pontos de pesca.....	204
Gráfico 27: Grau de construção das áreas exclusivas de pesca por parte dos pescadores de Vista Alegre.....	205
Gráfico 28: Grau de construção das áreas exclusivas de pesca por parte dos pescadores de Vila de Guarajubal.....	206
Gráfico 29: Para quem os pescadores de Vista Alegre vendem o pescado.....	209
Gráfico 30: Para quem os pescadores de Vila de Guarajubal vendem o pescado.....	210
Gráfico 31: Existência de organização social representativa segundo os pescadores de Vista Alegre.....	212
Gráfico 32: Existência de organização social representativa segundo os pescadores de Vila de Guarajubal.....	213

LISTA DE SIGLAS

AQUATEC – Empresa de Consultorias em Ambientes Aquáticos.

ASPCT – Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BASA – Banco da Amazônia.

BIRD – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento.

CEPNOR – Centro de Pesquisas e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Norte.

COVEMAR – Convenção Nacional das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

CIPAR – Centro Integrado da Pesca Artesanal.

FADESP – Fundação de Amparo ao Desenvolvimento e a Pesquisa.

FAO – Fundo das Nações Unidas para a Alimentação.

IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano.

IDH-M – Índice de desenvolvimento humano médio.

IARA – Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente.

IFPA – Instituto Federal do Pará.

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura.

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi.

ONG's – Organizações não-governamentais.

PAQ – Parque Aquícola.

PAS – Plano Amazônia Sustentável.

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

PEA – População Economicamente Ativa.

PGC – Programa Grande Carajás.

PIN – Programa de integração Nacional.

PLDM – Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

PROTERRA – programa de redistribuição de terras e de estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste.

RECOS – Uso e Apropriação dos Recursos Costeiros.

RMB – Região Metropolitana de Belém.

RGP – Registro Geral de Pescadores.

SEAP/PR – Secretaria especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.

SEBRAE/PA – Serviço de Apoio a Pequena e Micro Empresa – Pará.

SEDECT – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará.

SEDURB – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará.

SEIR – Secretaria de Estado de Integração Regional.

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

SEPAQ – Secretaria Estadual de Aquicultura e Pesca.

SFPA/PA – Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Pará.

SINPESQ – Sistema Nacional de Informações de Pesca e Aquicultura.

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

SUFRAMA – Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus.

TPP – Terminal Pesqueiro Público.

UC's – Unidades de Conservação.

UFPA – Universidade Federal do Pará.

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia.

ZEE – Zona Econômica Exclusiva.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	24
INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO 1 - O APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA	33
1.1 A PESQUISA	33
1.2 APRESENTANDO A PROBLEMÁTICA DE ESTUDO	36
1.3 JUSTIFICANDO A ESCOLHA DO TEMA	42
1.4 APRESENTANDO A ÁREA DE ESTUDO	48
1.4.1 As coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais da vila de Guarajubal e de Vista Alegre	50
1.5 O MÉTODO DA PESQUISA	64
1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	65
1.7 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	70
1.8 O EMPODERAMENTO PARA A GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS EM COLETIVIDADES LOCAIS	78
CAPÍTULO 2: O ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO INSTRUMENTO VOLTADO À GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS NO ESTADO DO PARÁ ..	82
2.1 DEFININDO O ORDENAMENTO TERRITORIAL PARA A GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS	82
2.2 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA PESCA E AQUICULTURA NO BRASIL	85
2.2.1 Territórios de Identidade ou de Cidadania – Uma política de Ordenamento Territorial da Pesca e Aquicultura no Brasil.....	87
2.3 A ABORDAGEM TERRITORIAL E A GESTÃO DA PESCA NO ESTADO DO PARÁ	97
2.4 A POLÍTICA ESTADUAL DA PESCA E AQUICULTURA NO PARÁ.....	107
CAPÍTULO 3 – A TERRITORIALIDADE DA PESCA E DAS COLETIVIDADES LOCAIS DE PESCADORES/PESCADORAS ARTESANAIS DA VILA DE GUARAJUBAL E VISTA ALEGRE, EM MARAPANIM-PA	114
3.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO E DA CIDADE-SEDE DE MARAPANIM	115
3.1.1 A Cidade de Marapanim e sua Organização Espacial.....	124
3.2 OS “TERRITÓRIOS DE PESCA” DAS COLETIVIDADES LOCAIS DA VILA DE GUARAJUBAL E VISTA ALEGRE, EM MARAPANIM-PA	139

3.3 OS CALENDÁRIOS DE PESCA NO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DE MARAPANIM	143
3.4 OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA TERRITORIALIDADE DA PESCA ARTESANAL EM MARAPANIM	153
3.4.1 A Colônia de Pescadores de Marapanim Z – 06 e sua Organização Social e Política como Entidade Representativa dos Pescadores/Pescadoras Artesanais.....	155
3.4.2 A afirmação dos Pescadores/Pescadoras Artesanais como Sujeitos Políticos.....	166
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS	221
APÊNDICES	227
ANEXOS	236

APRESENTAÇÃO

A dimensão territorial da pesca artesanal e seu processo de gestão por coletividades locais na Amazônia tem sido objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento ligadas ao campo das ciências naturais e exatas (Engenharia de Pesca, Biologia, Geociências, Química) e das ciências humanas e sociais (Geografia, História, Sociologia e Antropologia), cujo enfoque a ser trabalhado tem variações específicas e depende, particularmente, da natureza da pesquisa e da formação do (a) pesquisador (a). São múltiplos olhares que enveredam por caminhos diferentes e diversos diante da complexidade dos ecossistemas existentes relacionados à geografia e à pesca na Amazônia.

Considerando a potencialidade da pesca na região Norte do Brasil, este trabalho se propõe discutir a dimensão territorial da pesca artesanal em coletividades locais e seu processo de gestão na zona do Salgado Paraense, em particular, nas vilas de pescadores/pescadoras de Guarajubal e de Vista Alegre, Município de Marapanim-PA, tomando como ponto de partida os arranjos institucionais coletivos por elas produzidos, resultantes de suas práticas espaciais ligadas à atividade pesqueira e seus reflexos no processo de construção de suas territorialidades e de seus territórios de pesca.

A proposta de trabalho que ora apresentamos intitula-se “Território e Gestão da Pesca em Coletividades Locais no Nordeste Paraense: Estudo de caso no Município de Marapanim/PA”, a qual tem por objetivo principal compreender o território e a gestão pesqueira como resultado das práticas espaciais coletivas das comunidades da vila de pescadores/pescadoras artesanais de Guarajubal e Vista Alegre, no município de Marapanim/PA e de suas aplicabilidades como aportes teórico-metodológicos no desenvolvimento dos instrumentos de ordenamento territorial e gestão a partir do desenvolvimento de políticas públicas em escala regional/local.

De forma mais específica, analisar através da categoria território a política territorial da pesca no Brasil, bem como, caracterizar as diferentes formas de uso do território, a gestão dos recursos pesqueiros e seu ordenamento espacial expresso pelas comunidades de pescadores de Guarajubal e Vista Alegre; e, por último, relacionar e comparar os “Territórios de Pesca”, oficialmente instituídos pela Política Territorial da Pesca e Aquicultura (SEAP/PR, atual MPA) com os territórios de pesca existentes em nível regional/local.

A questão-problema levantada acerca do universo da pesquisa, portanto, foi compreender qual a importância do território em sua dimensão espacial (gestão do território),

enquanto categoria de análise no processo de construção de uma política de ordenamento territorial que se propõe a criar novos “Territórios de Pesca” em face das múltiplas territorialidades de pescadores/pescadoras artesanais já existentes, como são no caso as coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais da vila de Guarajubal e de Vista Alegre, no município de Marapanim-PA? Esta questão baseia-se nos princípios de uma gestão compartilhada, descentralizada e participativa, vinculando a ação do Estado e das coletividades locais, de seus arranjos coletivos na gestão dos recursos naturais, em particular da pesca.

Como forma de subsidiar nossa inquietação, propomos as seguintes questões investigativas ou norteadoras acerca da problemática levantada:

- a. Qual a concepção de território trabalhada na perspectiva do Estado ao desenvolver uma nova Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura no Brasil?
- b. Como se caracteriza a territorialidade das coletividades pesqueiras de Guarajubal e Vista Alegre em Marapanim-PA no processo de ordenamento territorial proposto pelo Estado enquanto instrumento voltado à gestão dos recursos pesqueiros em nível nacional e regional?
- c. A Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura, instituída pelo Governo Federal que criou os chamados “Territórios de Pesca”, contempla as demandas das territorialidades locais já definidas pelas comunidades pesqueiras tradicionais a exemplo de Guarajubal e Vista Alegre em Marapanim-PA?
- d. O que justifica a ausência de outros “territórios de pesca” no Estado do Pará, em particular, no Salgado Paraense na Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura instituída pelo Governo Federal?

Apresentamos, assim, nossas hipóteses levantadas a partir do exposto, considerando que:

- a. O território e sua dimensão espacial (gestão do território), relacionado às coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais, constitui-se numa categoria de análise (ou instrumento de poder) fundamental nos processos decisórios de ordenamento territorial, pois seus fundamentos permitem que se compreenda a natureza política do ordenamento territorial que tanto legitima o poder do Estado como da sociedade.

- b. Os “Territórios de Pesca” em comunidades rurais da região do Salgado Paraense devem ser compreendidos em sua dimensão espacial, pois representam realidades distintas e contraditórias que configuram a própria espacialidade do ordenamento territorial em diferentes escalas, sendo o lugar a referência espacial de análise principal enquanto dimensão singular do espaço total.
- c. O Ordenamento Territorial com base nos princípios de uma gestão compartilhada, descentralizada e participativa, vinculando a ação do Estado e das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais, de seus arranjos coletivos na gestão dos recursos naturais, em particular, da pesca, constitui uma estratégia de desenvolvimento territorial associado aos processos de descentralização política que permite aperfeiçoar políticas territoriais de desenvolvimento rural.

Assim sendo, o recorte espacial da pesquisa se limita ao universo particular da existência coletiva de duas comunidades – vila de Guarajubal e de Vista Alegre, município de Marapanim/PA – que dependem da pesca artesanal e se apropriam dos saberes de tradição na construção de seus territórios de pesca, bem como, desenvolvem suas estratégias de ação coletiva na reprodução de seus modos de vida.

Por outro lado, consideramos importante para a construção desse recorte da pesquisa dimensionar a pesca artesanal na perspectiva da dinâmica social do rural no Brasil. Entenda-se o termo rural como um construto social dotado de características particulares ligadas a sua função social e dinâmicas próprias. Segundo Torres (2002, p. 61) há muita “(...) controvérsia quanto à classificação de uma sociedade como rural”. Por isso, trabalharemos a noção de rural a partir de sua dinâmica social a qual pressupõe o uso do território por diferentes sujeitos. Isto é uma forma de evitar classificações objetivistas a respeito do que se entende por campo/cidade ou rural/urbano.

Como em toda dinâmica social, o uso do território se constitui a partir das condições materiais da existência coletiva, onde as pessoas fazem o uso de maneira diferenciada, o que gera representações sociais por diferentes sujeitos. Assim, assevera Torres (2002, p. 63), concordando com o pensamento de Milton Santos, que é importante o reconhecimento da base geográfica da vida, pois sua qualificação denota a forma pela qual “(...) estão distribuídos os recursos e as atividades que resultam numa formação socioespacial específica”.

Do mesmo modo que as políticas de Estado apresentadas em forma de programas, planos e outras ações causam estranheza para determinados segmentos de parcelas da

população, o contrário não se pode afirmar, já que o Estado regula o uso dos recursos naturais e o acesso aos mesmos em consonância com o mercado, pois o que importa é “produzir com menor custo de produção” em áreas consideradas produtivas e que dispõem de uma infraestrutura adequada, moderna, que possa naturalmente contribuir para o crescimento do superávit primário e, conseqüentemente, manter o saldo da balança comercial favorável¹ do país no cenário econômico internacional.

Essa assertiva revela o grau de interesse que há por parte do Governo Federal em investir elevados recursos financeiros em projetos ligados à Aquicultura marinha e à Maricultura (fazendas marinhas, Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura, Aquicultura – PLDM – em águas da União e em reservatórios com outorga onerosa e não onerosa para a aquicultura familiar, além de financiar a não onerosa para grandes empreendimentos). São projetos que podem render bilhões de reais para os cofres do governo, uma vez que seus processos de reprodução se realizam em intervalos de tempo menores do que para a criação de animais ligados ao setor agropecuário. São projetos que demandam grandes somas de capital, tecnologia e informação.

É a nova frente de expansão do capital em águas da União que constituem o território nacional, voltada para a reprodução de espécies marinhas, ricas em proteínas, como as algas, plâncton, fitoplânctons, peixes e crustáceos.

A combinação dos empreendimentos públicos e privados voltados para a Aquicultura e Maricultura, vinculados ao setor pesqueiro com as políticas de ordenamento territorial da pesca no Brasil, configuram uma das dimensões do novo rural brasileiro² em áreas marítimas. Não é de se surpreender a participação de instituições multilaterais ligadas ao sistema de governança global, como a FAO, o BIRD e outras, ao manifestarem suas preocupações com a participação do Brasil no comércio internacional mesmo sabendo do exercício de sua forte diplomacia externa.

¹ A compreensão que se tem a cerca do superávit primário é que no Brasil a função do rural, na atualidade, é produzir superávit primário, isto é, produzir bens primários que possuem alto valor comercial em quantidades elevadas destinadas ao mercado internacional. Esses produtos são denominados de *comodities*. Com o aumento das exportações, o saldo da balança comercial torna-se favorável, logo, com superávit.

² A territorialização do capital industrial e técnico-científico no campo modificou seu dinamismo. O que se chama de “novo rural brasileiro” compreende a nova dinâmica das relações no campo, gestada por uma nova matriz técnica e política, criada pela presença do Estado e demais segmentos da iniciativa privada com a participação do empresariado nacional. Na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002) são criados dois ministérios importantes na condução das políticas de desenvolvimento rural: O Ministério da Agricultura e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na visão do governo, o “campo” precisa se modernizar. Para isso, é preciso investir nos sistemas técnicos sem mexer na estrutura agrária.

Esta nova ruralidade implica em mudanças profundas na estrutura espacial, interna e externa, de várias cidades ribeirinhas, não-ribeirinhas e de beira de estradas, pois sua dimensão espacial associada às estratégias de mercado minimiza a territorialização destas e cria normas.

A territorialização do capital industrial e técnico-científico no campo brasileiro constituída por uma nova matriz técnica e política, projetada pela ação do Estado, com vistas ao ordenamento territorial e demais segmentos da iniciativa privada com a participação do empresariado nacional/internacional, além do apoio das agências multilaterais como o BIRD e a FAO, revela o grau de participação de novos atores que vetorizam relações hegemônicas que produzem as verticalidades no território sobrepondo-se a escala do lugar, que é singular, cuja relação com o entorno são contínuas e caracterizam as horizontalidades que permitem o retorno do território sob novas condições.

Essa nova perspectiva do capital e sua estratégia de inserção no campo convergem para a implantação do hidronegócio³ em face da existência dos chamados territórios de pescadores/pescadoras artesanais. Contudo, isso não inviabiliza a bandeira de luta do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). Ao contrário, isso fortalece, pois há uma necessidade por parte da instituição em assegurar junto a União a regulamentação de modo a garantir o direito das comunidades pesqueiras sobre espaços tradicionalmente ocupados pela pesca artesanal.

³ Explica uma das Coordenadoras do movimento nacional Maria Martilene Rodrigues no site portal@d24am.com: Embora cerca de 70% de todo o pescado consumido no país sejam provenientes da pesca artesanal, na visão do movimento de pescadores, o Estado brasileiro sempre desconsiderou a importância econômica, social e cultural do segmento, favorecendo a pesca industrial, e flexibilizando a legislação ambiental, de forma a promover a expansão do hidronegócio, a exemplo do financiamento público destinado a grandes projetos de criação de peixes e camarão.

INTRODUÇÃO

As mudanças nas relações internacionais contemporâneas relativas ao crescente processo de mundialização⁴, desencadeado a partir da década de 1970, assim como a necessidade de compreendê-las no conjunto das relações entre os Estados nacionais fez do território uma “lente” especial com múltiplos olhares, através do qual poder-se-ia explicar os processos de integração e fragmentação dos territórios no final do século XX e início deste, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a exclusão de povos inteiros do direito a “territorializar-se”.

Esse processo permitiu a ressignificação do poder ao nível local e global e a compreensão do firmamento de novas territorialidades, da ação pública e da ação coletiva como pressupostos de uma nova abordagem geográfica de compreensão do mundo. Na maneira de entender de Santos (2005), trata-se de uma visão multiescalar da totalidade ao lugar, sendo o território (não o território em si, mas o território usado) o fundamento da vida em sociedade.

Na compreensão de Marcos Saquet (2010, p.24) a concepção de território passou a representar acima de tudo a condição essencial no tratamento da vida humana sobre o espaço, substantivada, segundo ele, “(...) por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida”.

As relações globais movimentadas pelo jogo de poder entre as grandes empresas transnacionais, alimentadas cada vez pelo desenvolvimento tecnológico científico-informacional e determinante no desenvolvimento da aceleração contemporânea, tendo a presença do Estado também fortalecida no conjunto das relações estabelecidas, redimensionaram suas escalas de atuação em nível mundial, valorizando assim, a escala local.

Para Castro (2005, p. 241) o “(...) território é a arena privilegiada dos conflitos e opções colocados pela globalização. Mesmo a escala mais local tem hoje possibilidades de articulação global (e vice-versa)”. Na perspectiva da autora, a centralidade do território como arena política, campo de disputas de poder, se manifesta de duas maneiras: uma que se estabelece pelas tensões oriundas pelos conflitos de interesses que estão em jogo “(...)

⁴ Termo empregado por Milton Santos para se referir ao processo de globalização por assim entender ser, este, um termo mais complexo e exprimir de forma mais concreta as mudanças em curso geradas pela integração dos mercados e expansão dos interesses globais das empresas transnacionais.

materializados na *inércia dinâmica*⁵ dos espaços territorializados pelas ações e usos da sociedade (...) [e outra, que se realiza por meio das] ações de diferentes atores institucionais em diferentes escalas que afetam o território” (CASTRO, 2005, p. 53).

Assim, as formas de apreensão do território segundo esses autores, convergem para um mesmo caminho que singulariza a dimensão territorial em níveis escalares distintos. Ambas nos ajudam a compreender o universo da pesquisa a ser desenvolvida junto às coletividades locais que vivem de uma complexa trama de relações na pesca artesanal em que os sujeitos ora passivos, agem politicamente na *inércia dinâmica* dos espaços territorializados, tornando-os ativos, onde o lugar é singular e a territorialidade manifesta-se de maneira particular, múltipla, contraditória e diversa.

Concomitantemente, primamos por uma concepção de território que considere “(...) as articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior ao homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais”. (SAQUET, 2010, p.13).

A noção de território (e de territorialidade), portanto, será aqui trabalhada segundo a perspectiva geográfica apontada por Costa (2007, p. 16), “(...) intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos”. A partir dessa ótica, o território deve ser apreendido em sua materialidade e múltiplas dimensões (onde está inserida a relação sociedade-natureza). Isto implica considerar o território como abrigo (como forma de segurança) e oportunidade (talvez enquanto única no sentido de “territorializar-se”), campo de manifestação/representação política e identitária, e simbólico-representativa onde estão envolvidos vários segmentos da sociedade civil que buscam exercer o direito a “territorializar-se”. Trata-se, segundo Haesbaert (2007), de uma perspectiva num sentido múltiplo e relacional, ancorada na diversidade e na dinâmica temporal do mundo.

A gestão da pesca, por sua vez, está intrinsecamente associada à noção de território, pois sua dimensão espacial compreende uma correlação de forças entre diferentes atores sociais (pescadores/pescadoras artesanais, marreteiros, atravessadores, colônia de pescadores, prefeitura, IBAMA, barqueiros, comerciantes locais, comerciantes informais e agenciadores) que atuam conjuntamente, interagem entre si e com o mundo real, onde estão presentes outros níveis de relações de poder, os conflitos, a apropriação e dominação do espaço.

⁵ Segundo Santos (2005, p. 45) “Por *inércia dinâmica* entendemos que a *forma* é tanto resultado como condição do processo. As formas espaciais não são passivas, mas ativas; as estruturas espaciais são ativas e não passivas, mesmo que sua autonomia, com relação a *outras* estruturas sociais, seja relativa”.

Nesse sentido, Silva (2003) destaca que a gestão, de maneira geral, (em particular a dos recursos hídricos no Brasil) apresentou um salto de qualidade diferente da primeira década dos anos de 1980, quando mudou significativamente o enfoque institucional, antes burocrático e centralizado, para descentralizado e participativo, de triplo direcionamento: 1) inserção em um quadro de sustentabilidade ambiental, social e econômica; 2) a busca de um marco regulatório e de espaços institucionais compatíveis – Ressalta-se que este marco regulatório se estruturou com a lei da pesca⁶ Nº 11.959/09 – e, por último; 3) a formulação de conceitos apropriados para descrever e operar os novos arranjos políticos e pactos sociais correspondentes à progressiva capilarização da visão integrada, compartilhada e participativa das políticas públicas.

Assim, tem-se como elemento definidor do marco regulatório institucionalizado a ação política do Estado que visa estabelecer uma nova estrutura político-administrativa junto aos vários segmentos sociais da sociedade civil organizada e baseada numa gestão estratégica, descentralizada e participativa. Foi com base nessa condição, que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), atual MPA⁷ (Ministério da Pesca e Aquicultura), elaborou a versão preliminar da Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura (ver anexos) em meados de junho de 2008 (Brasília-DF) para o período de 2008/2011 com a premissa de se criar novos territórios de pesca no Brasil.

Desse modo, reconhece-se que o território e a gestão da pesca se constituem em instrumentos de poder que, a despeito de suas condições particulares e representativas, podem influenciar nos processos decisórios de ordenamento territorial e modificar a realidade de inúmeras comunidades que vivem e dependem da pesca artesanal. Por isso, os interesses vinculados à política do ordenamento territorial da pesca no Brasil devem ser reconhecidos pelas instâncias políticas como legítimos na covalidação de programas que estejam voltados para as coletividades de maneira geral.

A partir destas reflexões discutiremos a forma de abordagem teórica e metodológica mais adequada ao esclarecimento da realidade em questão. Tal discussão é fundamental para explicitar nossa maneira de compreender a realidade estudada que é, ao mesmo tempo, uma

⁶ A lei da pesca Nº 11.959/09 de 29 de Junho de 2009 dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

⁷ A Lei nº 11.958, de 26 de Junho de 2009, transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR) em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O Decreto nº 6.981, de 13 de Outubro de 2009, trata da atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros. A Portaria Interministerial nº 2, de 13 de Novembro de 2009, regulamenta o Sistema de Gestão Compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros no Brasil. Esse arcabouço jurídico é o novo marco regulatório da pesca no Brasil.

escolha política e um comprometimento com os sujeitos que se revelam como objeto da pesquisa aqui desenvolvida.

CAPÍTULO 1 - O APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

1.1 A PESQUISA

Quando optamos pela temática, pensamos concretamente na realidade de diferentes coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais no município de Marapanim, as quais desenvolvem a artesanaria de pesca com estratégias próprias de apreensão do espaço imediato e de vivência comunitária como são os chamados territórios de pesca, as pescarias, pesqueiros ou pontos de pesca, cujo universo oscila entre o mito, o rito e a realidade socialmente construída, tecido por redes entre-lugares (redes de trabalho, de comercialização, de familiares, de conflitos e etc.), condicionado à relação dialética da cultura como conhecimento e o conhecimento como cultura (MORAES, 2007, p. 90), que envolve gerações de famílias inteiras, marcado por laços de parentesco, compadrio, vizinhança e sociabilidade como nos fala Torres (2002).

Há uma geografia do lugar constituída por um sistema de relações cuja estrutura está alicerçada nas experiências de vida dessas coletividades que, dotadas de conhecimentos e saberes de tradição, carregam toda uma ancestralidade, que por muito tempo foi negada pelo mundo moderno, tornando-a “invisível” para o conjunto da sociedade. São comunidades rurais que, originalmente, possuem identidades próprias, regradas por normas e valores intrínsecos à natureza de seus diferentes grupos em suas múltiplas territorialidades.

Os estudos geográficos têm dedicado especial atenção para a gestão da pesca no Brasil. Trabalhos clássicos apresentados nos anos de 1950/1960 por autores como os de Bernardes e Bernardes (1950); Bernardes (1959); e Lago (1961), citados por Cardoso (2001), acenam para o estudo da relação sociedade-natureza, bem como o papel das comunidades pesqueiras na organização espacial da atividade pesqueira em seus espaços de vivência comunitária e de seus processos de organização social através das associações de pescadores e colônias de pescadores.

Mcgrath (1993); Cardoso (2001); Moraes, (2007); Furtado, (1987; 1993; 2004; 2005); Prost, (2005); Silva, (2004) entre outros, apontam para a necessidade de analisar os instrumentos da Geografia e áreas de conhecimentos afins junto à atividade pesqueira como fundamentais para o seu ordenamento territorial.

Infere Cardoso (2003), ao analisar a especificidade dos instrumentos da Geografia, como a gestão do território e sua relação com a pesca, que:

A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria (CARDOSO, 2003, p. 19).

Considerando essa linha de raciocínio, compreende-se que:

O território se apresenta como uma categoria a ser empregada na gestão das pescarias. Reconhecer e reservar aos pescadores artesanais o uso de territórios exclusivos para sua prática pode vir a ser um instrumento que garanta a reprodução da pesca artesanal e minimize os conflitos presentes no interior do setor pesqueiro (CARDOSO, 2003, p. 124).

A perspectiva que temos em relação às diferentes abordagens acerca da temática que envolve o território, a gestão e a pesca artesanal trabalhada pelos vários autores aqui citados, aponta um cenário positivo, tendo em vista que a dimensão geográfica permite trabalhar com um corpo de conceitos e categorias de análise (espaço, território, paisagem, região, lugar), métodos de interpretação (fenomenologia, materialismo histórico e dialético) e de investigação (pesquisa participante, pesquisa-ação, história de vida) acerca da realidade que vai além da materialidade dos objetos e das ações.

A compreensão sobre o conceito de espaço geográfico e de território para explicar a dinâmica da sociedade e da natureza a partir da relação sociedade-trabalho-natureza sob enfoque dialético revolucionou a maneira de “pensar e ser em Geografia”, como ressalta Moreira (2007), assim como, de acordo com Spósito (2002), na perspectiva da fenomenologia, segundo a qual o espaço não resulta apenas da materialidade das relações, mas também de sua imaterialidade concebida no plano da consciência que os indivíduos fazem de si e do entorno.

Desse modo, atentamos para as questões de natureza geográfica relacionada à temática proposta, a qual envolve especificidades locais dos territórios de pesca, das pescarias, pesqueiros bem como, dos sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento das atividades inseridas no contexto e que fazem parte da vida cotidiana dos mesmos.

A necessidade de pensar esses territórios e suas diferentes formas de apropriação a partir das práticas espaciais coletivas de pescadores/pescadoras artesanais permite-nos entender a importância das categorias de análise – território e gestão da pesca – adotadas neste trabalho, como aportes teórico-metodológicos na definição de instrumentos do ordenamento territorial da atividade pesqueira no Brasil.

Trata-se de empoderar essas coletividades, considerando que o território e a gestão da pesca constituem duas dimensões da realidade, cuja natureza política requer o reconhecimento da gestão pública do Estado em diferentes esferas da administração.

Desse modo, “Reconhecer tais territórios é reconhecer o poder de gestão dos pescadores/pescadoras artesanais e seu conhecimento acerca dos processos que atuam nas pescarias. Seria contemplar novos enfoques para a administração pesqueira” (CARDOSO, 2003, p. 124), e possibilidades de se pensar o desenvolvimento como liberdade, como sugere Amartya Sen (2010). Inference o autor, nesse sentido, que adotar a noção de desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas faz diferença, pois

(...) permite a apreciação simultânea dos papéis vitais, no processo de desenvolvimento, de muitas instituições diferentes, incluindo mercados e organizações relacionadas ao mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistema educacional e oportunidades de diálogo e debates abertos (incluindo o papel da mídia e outros meios de comunicação).

Essa abordagem nos permite reconhecer o papel dos valores sociais e costumes prevaletentes, que podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e que elas estão certas ao prezar. Normas comuns podem influenciar características sociais como a igualdade entre os sexos, a natureza dos cuidados dispensados aos filhos, o tamanho da família e os padrões de fecundidade, o tratamento do meio ambiente e muitas outras. Os valores prevaletentes e os costumes sociais também respondem pela presença ou ausência de corrupção e pelo papel da confiança nas relações econômicas, sociais ou políticas. O exercício da liberdade é mediado por valores que, porém, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação. Cada uma dessas relações merece um exame minucioso. (SEN, 2010, p. 23-24).

Pensar o desenvolvimento rural como liberdade, a partir das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais em qualquer circunstância, é fundamental para empoderá-las. Desse modo, é preciso valorizar a dimensão integradora do território como totalidade “(...) num permanente processo de totalização”, como disse Sartre citado por Santos (2005, p.57). Assim, a territorialidade da pesca pressupõe uma dimensão coletiva que necessita ser levada em conta nas decisões no âmbito do Estado.

O esforço de compilação desta dissertação é, certamente, a de contribuir com uma fração do espaço: o território associado à gestão da pesca artesanal no Município de Marapanim-PA, no Nordeste Paraense. Destarte, o recorte espacial da pesquisa reside fundamentalmente na apreensão do território na escala local/regional procurando entendê-lo a

partir da dinâmica social produzida pelas coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais – Vila de Guarajubal e de Vista Alegre –, no Município de Marapanim-PA, e de suas estratégias de ação coletiva na reprodução de seus modos de vida e dos territórios de pesca de base comunitária. Esse recorte espacial da pesquisa permite valorizar e reconhecer a dimensão do lugar.

1.2 APRESENTANDO A PROBLEMÁTICA DE ESTUDO

A microrregião do Salgado, como o próprio nome expressa, apresenta um conjunto de municípios que fazem parte da mesorregião do Nordeste Paraense, todos basicamente ligados, tradicionalmente, à atividade da pesca artesanal (flúvio-estuarina e costeira-oceânica). No caso particular, do município de Marapanim-PA a atividade da pesca artesanal carrega uma forte tradição de base familiar e intergeracional⁸.

Com o desenvolvimento da modernização⁹ da atividade pesqueira (pesca comercial e industrial) no Estado do Pará em meados das décadas de 1970 e 1980 e, conseqüentemente, da expansão das atividades ligadas ao comércio de produtos primários oriundos do meio aquático (peixes e mariscos em geral), bem como, a fabricação de gelo para armazenamento de produtos *in natura* e de produtos enlatados, as comunidades pesqueiras que desenvolvem a pesca artesanal passaram a sentir os efeitos da modernidade, e tiveram que se adaptar aos novos padrões de consumo engendrados pela lógica do mercado, alterando, assim, seus modos ou gêneros de vida, refletindo, sobremaneira, na exploração desenfreada dos recursos naturais e na degradação dos ecossistemas.

A título de exemplo das mudanças produzidas nas relações de trabalho na pesca artesanal pela modernidade, temos o surgimento de novos atores que passam a compor, junto a outros, a dinâmica das relações sociais presentes na atividade pesqueira. Surge, então, a

⁸ Termo empregado por Torres (2002) ao se referir ao modo de vida das comunidades pesqueiras que constroem as redes sociais a partir da inter-relação que há entre as famílias de pescadores, a exemplo da vila de Abade em Curuçá-PA.

⁹ Ver artigo de MELLO, A. F. de. Pescadores da Indústria: o complexo de Icoaracy. In: FURTADO, L. *et al.* (Org's). **Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 83-99. Cardoso (2001) atribui esse processo de modernização da pesca no Brasil ao papel desenvolvido pela SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), a partir da década de 1960, a qual, segundo o autor, "(...) destinou recursos para a criação e reprodução de uma estrutura industrial para o setor pesqueiro, através de incentivos fiscais para a compra de barcos e equipamentos e para a implantação de unidades de beneficiamento do pescado, entre outras ações de fortalecimento de uma pesca moderna". (CARDOSO, 2001. p. 80).

figura do armador de pesca, o padrão de pesca e a empresa de pesca industrial¹⁰. Alteram-se, com isso, as formas artesanais rudimentares na prática pesqueira, como substituição da salga pelo gelo; da embarcação à vela e a remo pela embarcação motorizada, como as “rabetas” a óleo diesel.

Furtado (1997) explica que todo esse processo vai se desenvolver segundo a lógica do mercado e seus mecanismos imposta para o conjunto da atividade pesqueira. Segundo a autora, as comunidades que lidam com a artesanania de pesca foram as mais prejudicadas com a introdução dessas novas relações, posto que:

a partir da década de 70, com a consolidação do eixo rodoviário regional, estas populações entraram em contato mais efetivo com outros mercados, com uma rede de comercialização complexa e exigente e com estilos de consumo próprios do mundo moderno. Estimula-se, portanto, a produção mercantil e os produtos haliêuticos tornam-se alvo de intensa exploração. Esta corrida em busca dos recursos marinhos determinam a modernização do setor pesqueiro, com a mecanização das embarcações e a introdução de certos elementos simples, porém, considerados pelos pescadores como mais predatórios em comparação a seus implementos anteriores, como é o caso da rede malhadeira, do "gancho" e do "laço" (FURTADO Apud SANTANA, 2001, p. 178).

Em contraposição aos efeitos da “modernização imposta”, as comunidades pesqueiras se vêem, de um modo geral, obrigadas a adaptar-se a esta, resguardando seus valores, hábitos e costumes, visto que agora estão comercializando os recursos pesqueiros, que antes eram destinados apenas ao consumo familiar, em grande parte, junto às “feiras abertas ou livres” e em locais próprios à comercialização e/ou em beiras de estradas. O mercado informal da pesca realizado em cima de carros de mão, nas carrocerias de veículos, seja na beira de

¹⁰ Para fins de reconhecimento definimos de acordo com LEI Nº 11.959 de 25 de Janeiro de 2009, (Publicada no DOU de 04/12/2006), CAPÍTULO II, Das Definições, Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se: V - *armador de pesca*, a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, apresta, em seu nome ou sob sua responsabilidade, embarcação para ser utilizada na atividade pesqueira pondo-a ou não a operar por sua conta; VI - *empresa de pesca industrial* a pessoa jurídica que, constituída de acordo com a legislação e devidamente registrada e licenciada pelas autoridades competentes, dedica-se, com fins comerciais, ao exercício da atividade pesqueira prevista nesta Lei; De acordo com o Relatório do Projeto MEGAM (2004, p. 60) “A Pesca Industrial e/ou empresarial (...) emprega barcos de maior potência e autonomia, com casco de ferro ou madeira, que atuam no estuário e litoral amazônicos, em pescarias dirigidas a espécies alvo, de interesse econômico e valor de mercado, com finalidade de exportação. As artes de pesca dependem da espécie alvo e são redes de arrasto de portas para o camarão rosa, arrasto de parelhas, no caso de frota piramutabeira, linhas com anzol no caso do pargo e atuns e redes ou trapas (munzuás) no caso da lagosta. De acordo com a Lei Nº 6.713 de 25 de Janeiro de 2005, que dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, define em seu artigo 21, os *Patrões de Pesca* como sendo os responsáveis pelas embarcações da pesca de arrasto que deverão obrigatoriamente: I - conhecer e respeitar as leis e os regulamentos relativos a conservação ambiental dos recursos aquáticos e do tráfego marítimo, entre outras atribuições passíveis de sanções penais de acordo com a lei de crimes ambientais.

estradas ou nas calçadas das ruas, em frente de lojas, passa a se inserir no contexto dessas novas relações produzidas na comercialização do pescado, mariscos e crustáceos.

Emerge, assim, conflitos de diferentes naturezas relacionados às novas formas de produção da atividade da pesca (a pesca industrial x pesca artesanal; pesca industrial x aquicultura marinha; pesca artesanal x Unidades de Conservação – UC), bem como, o surgimento e o envolvimento de novos atores e sujeitos sociais (Colônias de Pescadores, Associações de Pescadores/pescadoras Artesanais, Sindicatos Patronais, de Trabalhadores e de Cooperativas de Pescadores/pescadoras Artesanais, IBAMA, MAPA, SEAP (2003), MPA (2009), ONG's, entre outros) na construção de ações estratégicas e de programas vinculadas à gestão dos recursos naturais ligados ao meio aquático.

A frota pesqueira do Brasil, contudo, desenvolveu-se de acordo com o modelo de modernização industrial com sua estrutura própria e concessionada ou estrangeira, objetivando aumentar o esforço pesqueiro e elevar, assim, a produção do pescado nacional. Apesar de seu funcionamento, não se mostrou suficiente para tal fim.

Deste modo, de acordo com Mello (1993, p. 84), a pesca industrial será condicionada a uma racionalização da produção capaz de absorver uma mão-de-obra especializada – os pescadores da indústria – destinada a apreender métodos tecnologicamente mais modernos e sofisticados de captura e beneficiamento do pescado, suprimindo padrões produtivos tradicionais e inadequados à dinamização do mercado com a presença de capitais nacionais e estrangeiros.

Em 1969, ocorre a implantação do primeiro e maior complexo industrial pesqueiro no Estado do Pará, localizado no Distrito de Icoaraci, nas proximidades da capital Belém, às margens da baía do Guajará, com incentivos fiscais criados pelo Governo Federal para atrair projetos industriais para a Amazônia. Ainda, de acordo com Mello (1993, p. 85), “(...) em poucos anos, cerca de 15 a 18 indústrias de pesca já funcionavam ativamente, exportando peixes e mariscos para EEUU, Japão e Europa, passando a representar um dentre os três ramos produtivos mais significativos na geração de receita do Estado”. O referido autor apresenta ainda como resultado dessa relação, a história da transição do pescador artesanal à pescador industrial traduzida na seguinte tipologia destacada no quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Tipologia da Pesca no Estado do Pará

PESCADOR ARTESANAL	PESCADOR INDUSTRIAL
✓ Proprietário dos meios de produção e/ ou “parceiro” na composição da estrutura produtiva;	✓ Força de trabalho destituída de meios próprios de sustento;
✓ Trabalhador autônomo, sem vínculo empregatício;	✓ Trabalhador assalariado;
✓ Vínculos de parentesco e/ ou amizade com as tripulações;	✓ Ausência de relação social prévia com os membros das tripulações;
✓ Padrão simples de tecnologia;	✓ Tecnologia de produção altamente sofisticada (alienada de seu conhecimento teórico e prático);
✓ Participação ativa em todos os momentos do processo de trabalho (domínio total sobre o mesmo);	✓ Trabalhador parcial reduzido a manipulador de tarefa específica (sem domínio sobre o processo de trabalho global);
✓ Trabalhador polivalente, detentor de conhecimentos múltiplos sobre o processo de trabalho;	✓ Trabalhador monovalente, destituído praticamente de conhecimentos especializados, desnecessários à sua função;
✓ Consumo doméstico e comercialização do pescado produzido de forma direta e pessoal;	✓ Alheamento total sobre a destinação do produto;
✓ Estilo de vida rural.	✓ Estilo de vida urbano.

Fonte: Mello (1993, p. 95).

Com o desenvolvimento desse processo, houve certamente uma depreciação da categoria denominada pescador artesanal, em função da lógica empresarial que irá se destacar no processo de produção da pesca no Estado do Pará. Como afirma Mello (1993, p. 83):

(...). A subsunção do trabalho da pesca ao capital, pela natureza do processo industrializado, alterará radicalmente as condições sociais de reprodução do pescador, transformando-o em operário desqualificado e de menor status dentro da hierarquia da fábrica. De trabalhador DO mar (pescador artesanal), reduzido ficou a mero trabalhador NO mar.

No município de Marapanim-PA, em particular, os reflexos dessa política sobre coletividades locais que dependem, direta e indiretamente, da pesca artesanal, assim como em grande parte dos municípios que fazem parte da microrregião do Salgado Paraense, foram evidentes haja vista que a produção do pescado começou a chegar com a vinda de “embarcações de fora” aportando áreas próximas aos mercados municipais e portos clandestinos, tendo à frente a figura do atravessador que compra o produto à vista dos donos das embarcações e vende para o mercado interno junto aos comerciantes da cidade-sede e/ou para os centros urbanos de Castanhal e Belém e outras localidades da microrregião do Salgado Paraense.

Essa política de ordenamento territorial da pesca no Brasil, instituída nas décadas de 60/70, segundo Mello (1993, p. 94), sobrepujou os interesses dos trabalhadores da artesanaria

de pesca (“trabalhador DO mar”), praticamente limitando-o à condição de “trabalhador NO mar”.

Partindo desse pressuposto, as demandas sociais relacionadas às coletividades de pescadores/pescadoras artesanais nas décadas seguintes (Anos 80/90) aumentaram significativamente, de maneira que suas organizações representativas de classe, como a colônia de pescadores, passaram a protagonizar um modelo de organização e gerenciamento participativo pautado nas decisões coletivas dos chamados “territórios de pesca”, garantindo assim, sua representatividade junto às instâncias legais (instituições responsáveis pela fiscalização, controle e regulação da atividade).

Suas principais reivindicações recaem sobre seus direitos e obrigações trabalhistas, bem como sobre o direito à exploração dos recursos pesqueiros face à crescente expansão da pesca comercial e industrial nos municípios do Estado do Pará e Brasil afora, e tornaram-se uma condição indispensável na construção de novos arranjos coletivos das comunidades pesqueiras, bem como no firmamento de suas territorialidades e de seu autoconhecimento na gestão dos recursos pesqueiros.

Conforme visto na apresentação, o problema fundamenta-se em compreender a dimensão territorial da pesca e de seu processo de gestão em comunidades rurais de pescadores/pescadoras artesanais no município de Marapanim-PA, face à construção de uma política de Estado voltada ao ordenamento territorial da pesca (MPA) e que estabelece novas territorialidades, isto é, instituiu novos “Territórios de Pesca” conhecidos a partir dos “Territórios de Cidadania ou de Identidade” (MDA), os quais se sobrepõem aos territórios de pescadores/pescadoras artesanais com seus saberes de tradição na região do Salgado Paraense.

Como vemos, diante da problemática levantada, temos uma questão que trata da regulação e controle dos recursos ligados ao meio aquático, como é o caso da pesca artesanal, tratado neste trabalho. Coelho e Cunha (2008, p. 58) problematizam a questão da regulação partindo de vários questionamentos dentre os quais apontamos apenas dois: “Quais são as melhores formas de governança para a regulação do uso e acesso aos recursos naturais, em particular, da pesca? Os sistemas de governança sob controle do Estado são mais ou são menos eficazes que aquelas criadas e mantidas pelos usuários diretos dos recursos?”

Polemizando a questão acima, um dos grandes defensores da atuação do Estado na regulação do acesso e uso dos recursos naturais e da propriedade privada acima dos interesses coletivos é Garret Hardin (1968) em “*A tragédia dos comuns*” (*The tragedy of the commons*), o qual explica que esta noção “(...) é normalmente associada à ideia de que recursos

apropriados em comum estão sujeitos à degradação massiva” (COELHO; CUNHA, 2008, p. 59). Logo, entende que os recursos apropriados coletivamente devem ser privatizados ou devem ficar nas mãos do Estado de modo a evitar a *tragédia dos comuns*, definindo, assim, regras de acesso e uso. Esta concepção reflete o caráter estatizante e centralizador do papel do Estado.

Outras iniciativas mais recentes de estratégias de gestão têm sido merecedoras de análise e atenção por parte dos que se interessam pela questão. É o caso das iniciativas de auto-regulação. Elinor Ostron é a grande mentora da *teoria dos recursos comuns*, a qual entende que as instituições locais têm um papel determinante na execução de práticas coletivas de modo a evitar a degradação dos recursos naturais sem a necessidade de intervenção do Estado. Logo, “(...) As instituições locais seriam criadas justamente para regular o comportamento dos indivíduos e reduzir as incertezas” (OSTRON Apud COELHO; CUNHA, 2008, p. 60). São capazes, portanto, de se organizar em torno de uma ação coletiva, num processo de auto-regulação.

Entendemos que a gestão da pesca faz parte de um processo mais amplo que compreende o uso da categoria território em sua dimensão espacial (gestão do território) nos processos decisórios de ordenamento territorial da pesca no Brasil. Isso significa dizer que é possível pensar uma articulação entre a ação do poder público do Estado e os mecanismos de auto-regulação das instituições locais no controle de uso e acesso aos recursos naturais partindo da noção geográfica de território, condicionando este ao desenvolvimento de políticas integradas de transformação socioespacial e de regulação dos comportamentos individuais e coletivos. Devemos considerar, ponderando as ideias de Coelho e Cunha (2008, p. 44) que: “(...). As interações entre estrutura física e social e as relações desiguais de poder influenciam o uso e acesso aos recursos naturais e fazem da noção de território categoria fundamental na discussão da questão ambiental”.

É importante afirmar, no contexto das discussões e questionamentos apresentados, que o ordenamento territorial da atividade artesanal da pesca por coletividades de pescadores/pescadoras artesanais é em princípio, um mecanismo de regulação (e controle) da exploração pesqueira com base em suas vivências nascida da experiência própria de vida, particular a cada uma dessas comunidades, onde não há necessariamente mecanismos institucionais, mas sim arranjos coletivos, que respondem por suas ações no que se refere ao uso do meio aquático. Suas representações ou referências espaciais distinguem-se por

completo aos mecanismos de regulação e controle criado pelo Estado. Portanto, surgem antes mesmo de qualquer ação pensada pelo Estado.

Desse modo, podemos dizer que o território e a gestão da pesca resultam, em última instância, das práticas espaciais coletivas, cuja dimensão espacial, está para além da ação do próprio Estado que, via de regra, estabelece limites territoriais e visa regular e controlar o uso e acesso aos recursos naturais por meio de normas jurídicas e institucionais, intervindo assim, no ordenamento territorial de coletividades locais, que possuem seus arranjos coletivos próprios na gestão do território.

1.3 JUSTIFICANDO A ESCOLHA DO TEMA

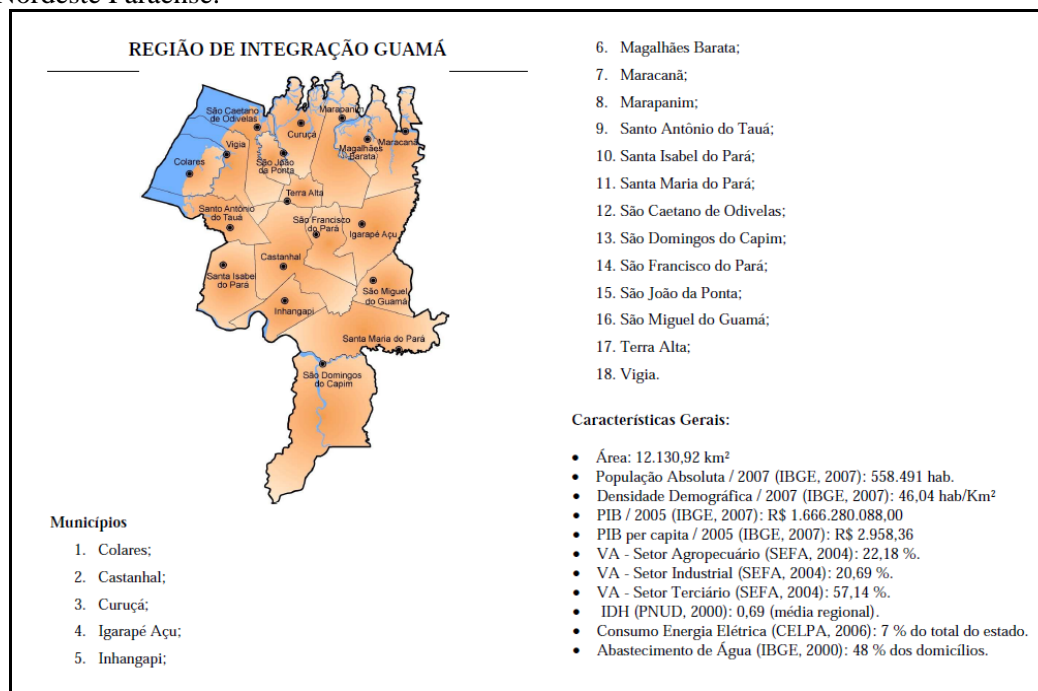
Do ponto de vista da proposta de regionalização atual do Estado do Pará (2008), divulgada pela SEIR (2008), o litoral mesorregional do nordeste paraense faz parte da região de integração Guamá sendo composta por 18 municípios, dentre os quais o município de Marapanim. Sua área corresponde a 12.130,92 km² de extensão, com uma população absoluta de 558.160 habitantes e densidade demográfica de 46,01 hab./Km².

A figura 1 é uma reprodução adaptada do material cedido pela referida secretaria, e mostra algumas informações gerais a respeito da Região de Integração do Guamá. A intenção é demonstrar a localização geográfica do Município de Marapanim e sua importância estratégica no desenvolvimento de políticas públicas em nível municipal.

O Município de Marapanim é constituído por várias unidades sociais (vilas, povoados, distritos) e de produção (agricultura, pesca, aves e outras) distribuídas em diferentes territórios na escala do município, cuja área territorial é de aproximadamente 791,962 Km². Sua população absoluta corresponde a 26.651 habitantes, com densidade geográfica relativamente alta apresentando 33,65 hab./Km² (habitantes por quilômetro quadrado), e IDH-M (índice de desenvolvimento humano médio) equivalente a 0,70 (IBGE, 2010).

A localização geográfica e estratégica do Município de Marapanim-PA, na microrregião do Salgado Paraense, apresenta condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento da atividade pesqueira, bem como, da atividade turística que podem contribuir para a dinamização da economia municipal com a geração de emprego e renda para o conjunto da população.

Figura 1: Representação Cartográfica da Região de Integração Guamá – Litoral mesorregional do Nordeste Paraense.



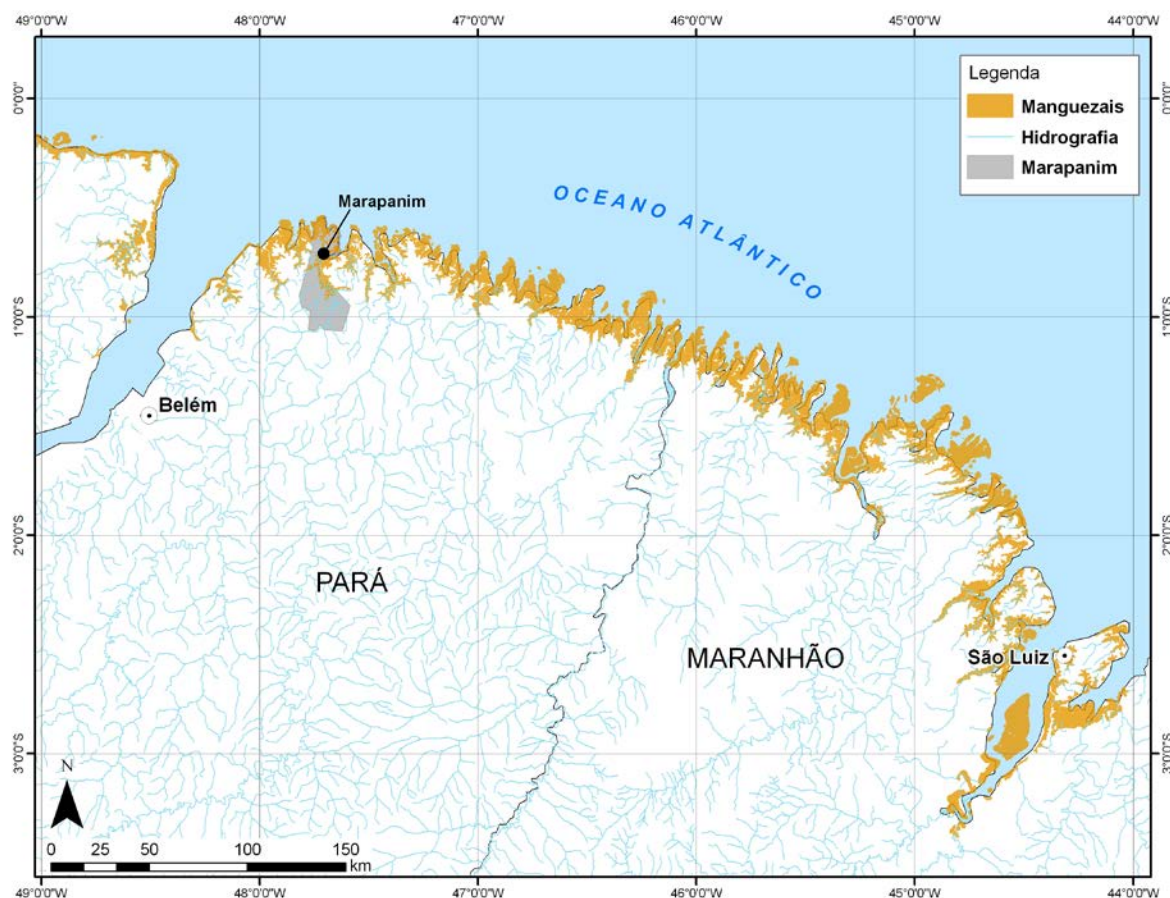
Fonte: SEIR, 2008 adaptado por Abreu (2010).

O litoral mesorregional do Nordeste Paraense (Mapa 1) apresenta particularidades morfológicas onde se destaca a ocorrência de um grande número de reentrâncias que, por sua vez, definem uma configuração da linha de costa recortada por baías típicas de submersão formadas em consequência do aumento do nível do mar, dando origem ao que Barbosa e Pinto Apud Mendes e Prost (2001, p. 78) denominou de “Litoral de Rias”¹¹.

Ecologicamente, o “Litoral de Rias” é constituído por uma variedade enorme de espécies que fazem parte de um mosaico de ecossistemas de grande potencial paisagístico, econômico e cultural que caracterizam a diversidade do litoral e seus múltiplos usos.

¹¹ Denominação dada por Barbosa e Pinto (1973) ao se referir à costa Pará-Maranhão, compartimento da costa norte brasileira que se estende desde a baía de São Caetano de Odivelas (Pará) até a baía de São Luís (Maranhão) (BARBOSA; PINTO, 1973 apud MENDES; PROST, 2001, p. 78).

Mapa 1: “Litoral de Rias” – Nordeste Paraense. Possui a maior faixa contínua de manguezais do mundo¹².



Fonte: Base de Dados SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia), 2007. Adaptado por Abreu, 2010.

A influência das correntes oceânicas de superfície e do sistema de dispersão do Amazonas (figura 2) favorece a ocorrência de processos atmosféricos e hidrodinâmicos que contribuem para o desenvolvimento de ecossistemas complexos, como são os manguezais encontrados ao longo de toda a linha de costa. Em nível mundial, “(...) o Brasil é o segundo país em extensão de áreas de manguezal com 13.400 Km², ficando atrás apenas da Indonésia com 42.550 km²”. (SPALDING *et. al.*, Apud PROST *et. al.*, 2005, p. 7).

Prost *et. al.* (2005, p. 7) nos esclarece que o sistema de dispersão da carga hidro-sedimentar do rio Amazonas e de seus mecanismos de funcionamento atua

(...) como o grande elemento divisor, onde, de um lado tem-se o litoral paraense (e parte do maranhense) caracterizado por uma linha de costa extremamente recortada com estuários e restingas e, de outro, as costas do Amapá, Guiana Francesa e Suriname, que têm uma dinâmica costeira totalmente diferente.

¹² Ver MENEZES, M. P. M. de; Mehlig, U. **Manguezais: As florestas da Amazônia costeira**. Ciência Hoje. Vol. 44. Nº 264. Outubro de 2009.

Os autores delimitaram, a título para melhor compreensão desse processo expresso na figura 2, os macrocenários geomorfológicos da costa amazônica.

Figura 2: Macrocenários geomorfológicos da costa amazônica: a leste da foz do rio Amazonas, o sistema de reentrâncias paraense-maranhense; a oeste, a costa do Amapá, sob forte influência do sistema de dispersão do rio Amazonas, representado pela imensa pluma túrbida (em marrom).



Crédito: Jacques Desclotres, MODIS Land Rapid Response Team, - NASA/ GSFC - Data de Aquisição - 06/10/2002.

Fonte: Prost *et. al.*, 2005. p. 8.

O estuário do rio Marapanim, localizado nessa porção da costa nordeste do litoral paraense, é diretamente influenciado pelas condições físicas acima descritas por apresentar sua foz em livre conexão com o mar aberto. Essas condições físicas ou naturais permitem que se desenvolvam inúmeras espécies de animais e vegetais que se reproduzem em quantidades suficientes para a manutenção e funcionamento dos ecossistemas como os manguezais.

Os manguezais da costa litorânea paraense ocupam uma área que corresponde a 2.177Km² e se estendem por uma longa faixa contínua e adentram os estuários, como é o caso do estuário do rio Marapanim. Configurados espacialmente ao longo da linha de costa desde o estado do Amapá até o Maranhão, “(...) perfazem um dos maiores, se não o maior, conjunto de manguezais do planeta, o que denota a este espaço litorâneo uma riqueza significativa em recursos naturais” (SOUZA FILHO Apud PROST *et. al.*, 2005, p. 8). Esta é uma razão

fundamental que serve para explicar o potencial da pesca artesanal nas regiões de águas interiores conhecidas como flúvio-estuarinas.

Prost *et. al.* (2005, p. 80) mostraram, através de cenas de satélite em seus estudos sobre os manguezais e estuários da costa paraense em Marapanim, o estado atual de conservação e de seu comportamento natural, cuja área de abrangência mede cerca de 130 Km² aproximadamente, os quais “(...) são bem desenvolvidos e densos no funil estuarino e setor misto do estuário, estreitando-se à montante da localidade de São Vicente, passando a manguezais senis, até serem sucedidos por vegetação de várzea”.

A cidade-sede de Marapanim é toda cercada por florestas de manguezais. A presença da vegetação original de mangue vermelho (*Rizophora mangle*) é entrecortada por pequenos canais que dão acesso a pequenos portos localizados ao fundo das residências. O mangue siriúba (*Avicennia s.p*) forma uma segunda linha atrás do mangue A figura 3 ilustra a presença de vegetação de mangue no quintal das residências na cidade-sede.

Figura 3: Fotos (A), (B), (C), (D) e (E) – Vista horizontal de uma área com a presença da vegetação original de mangue vermelho (*Rizophora mangle*) e mangue siriúba (*Avicennia s.p*) no período de enchente pela manhã (10:45 h) e de maré alta à tarde (14:30h).

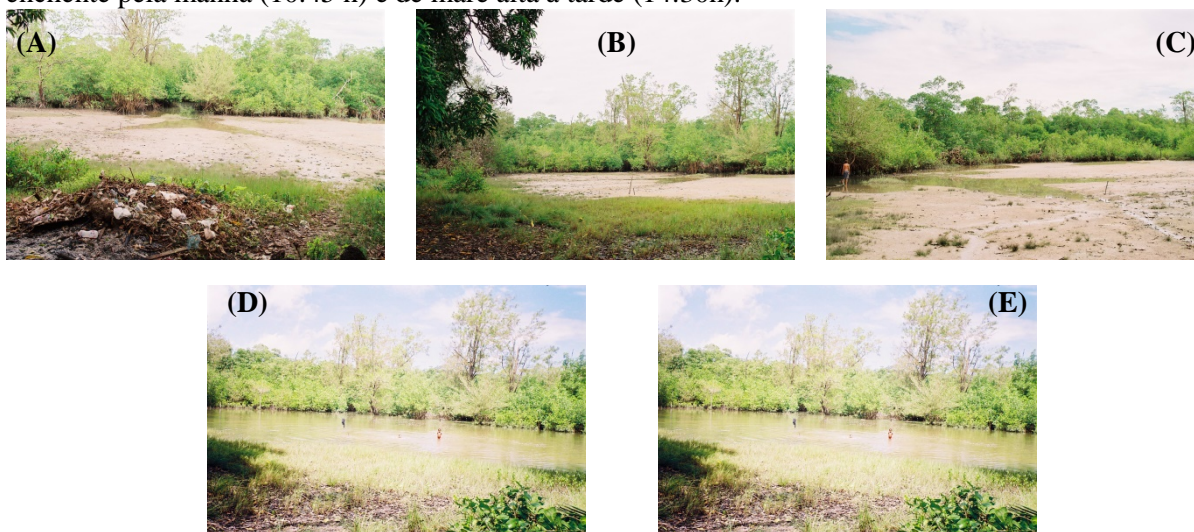


Foto: Walber Abreu (2003).

Segundo o ex-Secretário de Saúde Municipal Sr. Raimundo Rosenildo França da Silva, a cidade de Marapanim é cercada por “braços” do rio Marapanim, bem como pelo próprio rio. Possui áreas de manguezais em potencial, especialmente nos trechos onde correm os “braços” do rio Marapanim denominados Igarapé do Arco (originalmente chamado de Furo do Pajé) e Furo do Seco, onde muitas famílias residem às proximidades.

Em depoimento expresso no documento¹³ expedido pelo Setor de Saneamento, é destacada a importância dos manguezais nas áreas adjacentes da cidade-sede municipal na vida dos moradores, que não raro dependem dos recursos naturais existentes.

Muitos moradores de Marapanim se beneficiam das áreas de manguezais, de onde capturam caranguejos e outros mariscos, bem como de peixes que são pescados nessas áreas. Nas proximidades dos manguezais residem 129 famílias (algumas em prédios com palafitas) com uma população de aproximadamente 710 pessoas. (...). Obviamente, que a maioria das casas não possui instalações sanitárias adequadas, com isso, fazem suas necessidades fisiológicas na mesma área em que se encontram colocando em sérios riscos a saúde dos próprios moradores, visto que nas enchentes a água é afetada (ou contaminada) pelos resíduos fecais, os quais se espalham por todo o trecho do manguezal, o que gera doenças ou epidemias como o cólera, determinados tipos de parasitoses, infecção intestinal e outros problemas sérios de saúde (SESMA-MARAPANIM, O Ofício N° 575/02).

A pesca artesanal, por sua vez, é uma das atividades econômicas mais tradicionais da Amazônia, que se destaca no litoral mesorregional do Nordeste Paraense, e desempenha um importante papel socioeconômico na vida de várias comunidades locais na oferta de alimento, ocupação de mão-de-obra e geração de renda.

Todavia, na microrregião do Salgado Paraense, esta atividade não tem sido notada por sua tradição, nem tampouco por sua valoração – no sentido amplo do termo – pelos planejadores do Estado que, insistentemente, ao desenvolverem suas ações e programas, não leva em consideração a realidade de diferentes sujeitos em sua infinita relação com o meio aquático e seus recursos, que se reproduzem em diferentes escalas geográficas. Sua importância, em nosso entendimento, implica considerar a pesca artesanal a partir da compreensão da noção de território e de sua dimensão espacial – gestão do território – segundo a perspectiva geográfica adotada neste trabalho apontada por Haesbaert (2007).

Essa abordagem territorial, como já exposto anteriormente, permite dimensionar a gestão da pesca em coletividades locais a partir das múltiplas territorialidades existentes e dos múltiplos usos do território. Isto revela uma possibilidade concreta de se pensar o ordenamento territorial da pesca artesanal no Brasil como política pública de estado tendo por base a gestão compartilhada, participativa e descentralizada junto às coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais no processo de sua construção.

¹³ O Ofício N° 575/02/SESMA foi encaminhado pela Secretaria de Saúde Municipal em 10.12.2002 com o objetivo de informar as condições de vida das populações tradicionais que sobrevivem das áreas de manguezais na sede municipal de Marapanim, cujos resultados da pesquisa foram elaborados pelo responsável do setor de Saneamento, Sr. João de Jesus Raiol Barata (em anexo).

Assim, a escolha do tema proposto se deu a partir da necessidade de por em evidência a pesca artesanal praticada por diferentes sujeitos ou coletividades de pescadores/pescadoras no Nordeste Paraense, em particular, no município de Marapanim e dos arranjos coletivos por eles produzidos na constituição de suas territorialidades, sendo responsáveis pela gestão da pesca em sua dimensão territorial. Por outro lado, mostrar que a forma de tratamento dispensada no âmbito do sistema de governança adotado pelo Estado junto a essas coletividades locais, ainda não mostraram devidamente a que se propõe realizar de acordo com a pactuação do princípio federativo.

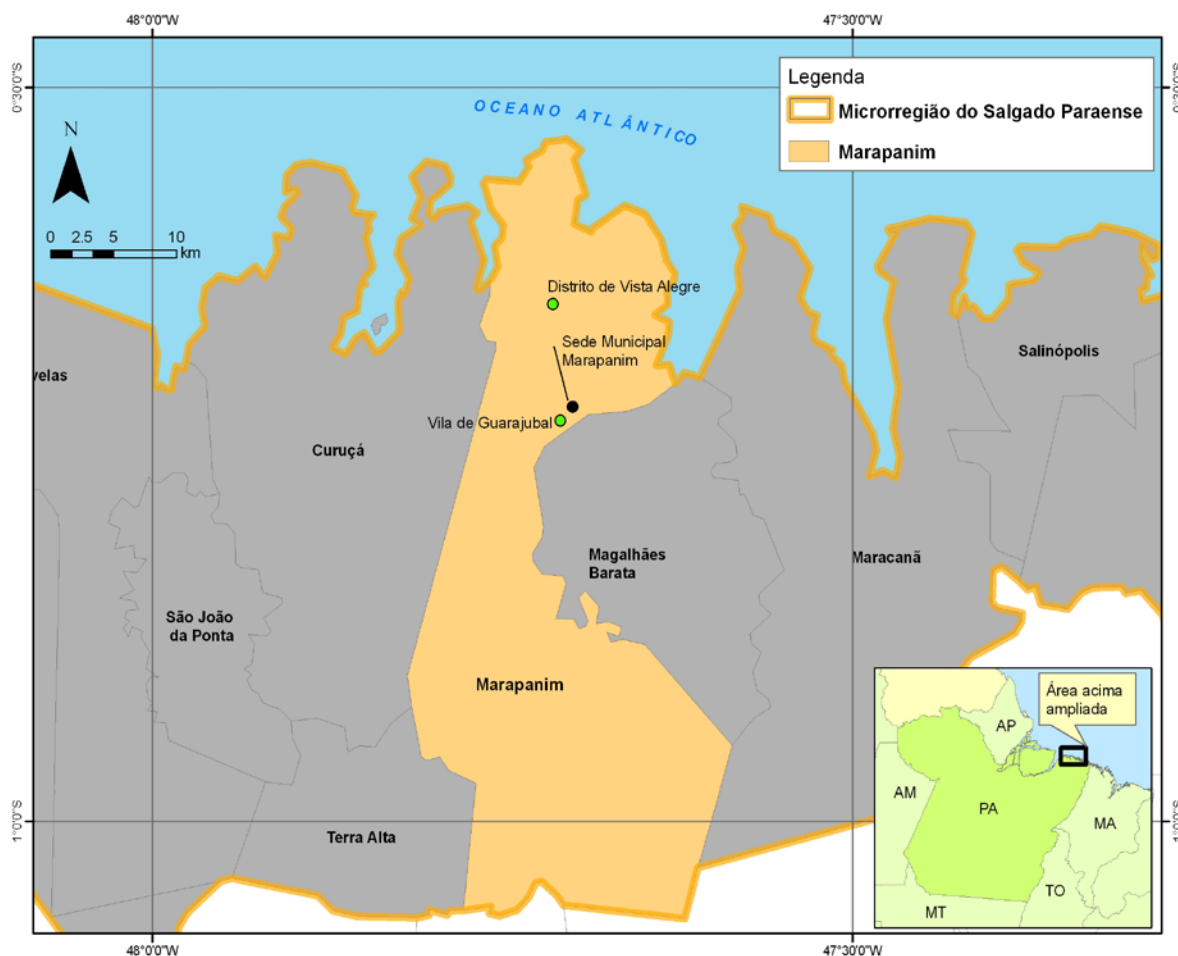
Portanto, o presente trabalho compreende a necessidade de se estudar o território e a gestão da pesca em coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais no Nordeste Paraense: estudo de caso no município de Marapanim-PA numa perspectiva geográfica relacional e integrada da abordagem territorial.

1.4 APRESENTANDO A ÁREA DE ESTUDO

O município de Marapanim-PA está localizado na mesorregião do Nordeste Paraense (Mapa 2) compondo, juntamente com outros municípios, a microrregião do Salgado. Esta compreende a porção litorânea do Pará, sendo uma área banhada por águas salobras que se estende da baía do Marajó à foz do Rio Gurupi (CARDOSO Apud BRITO; QUEIROZ, 2004, p. 23). Apresenta um conjunto de municípios ligados tradicionalmente a atividade da pesca artesanal. No caso particular, do município de Marapanim, tal atividade carrega uma forte tradição de base familiar e intergeracional¹⁴.

¹⁴ Termo empregado por Torres (2002) ao se referir ao modo de vida das comunidades pesqueiras que constroem as redes sociais a partir da inter- relação que há entre as famílias de pescadores, a exemplo da vila de Abade em Curuçá- PA.

Mapa 2: Localização geográfica do município de Marapanim-PA na microrregião do Salgado – Nordeste Paraense.



Fonte: IBGE, 2005, Adaptado.

O município de Marapanim-PA se limita ao Norte com o Oceano Atlântico; a Leste faz fronteira com os municípios de Maracanã e Magalhães Barata; a Oeste com os municípios de Curuçá e Terra Alta; e ao Sul com os municípios de Igarapé-Açu e São Francisco do Pará (Ver mapa 02). A cidade-sede apresenta como coordenadas geográficas 47°41'59'' Longitude O e 0°43'02'' Latitude S.

A vila de Guarajubal apresenta uma distância da cidade-sede do município aproximadamente 1.450 m, com as coordenadas geográficas 47°42'31' Longitude O e 0°43'36'' Latitude S e a vila de Vista Alegre apresentando uma distância aproximada de 7.900 m da cidade-sede, com as coordenadas geográficas 47°42'50'' Longitude O e 0°38'51'' Latitude S. Estas posições lhes conferem uma particularidade que apontam para a necessidade de investigar suas potencialidades naturais relacionadas ao modo de vida das coletividades

locais que dependem da pesca artesanal e de seus arranjos coletivos, associados aos processos decisórios de ordenamento territorial da atividade pesqueira no Nordeste Paraense.

1.4.1 As coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais da vila de Guarajubal e de Vista Alegre

Ao escolhermos as coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais da vila de Guarajubal e de Vista Alegre, no município de Marapanim-PA, para desenvolver o presente estudo partimos do pressuposto de que suas realidades manifestas no conjunto das relações espaciais produzidas ao longo de gerações, nos permite compreender a importância do território e a gestão da pesca em coletividades locais e dos arranjos coletivos por elas produzidos e a elas vinculados, como elementos indispensáveis na compreensão do ordenamento territorial da territorialidade pesqueira Nordeste Paraense.

Para Maldonado (1993, p. 35),

(...) a territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra nos processos de socialização e de transmissão da tradição como uma relevante dimensão da capacidade que o homem tem de conferir significado simbólico ao espaço, inclusive ao espaço social em que ocorrem as suas relações, construindo lugares.

Desse modo, considera-se que a territorialidade da pesca nessas coletividades reflete exatamente seus comportamentos e valores produzidos e projetados segundo seus arranjos coletivos. De acordo com Nogueira (apud CUNHA, 2011, p. 37), entende-se que:

Os territórios de pesca são áreas apropriadas ao longo dos anos, mediante o trabalho desenvolvido pelos pescadores artesanais que praticam suas atividades em águas continentais ou litorâneas. Este não possui apenas uma definição física e precisa ser compreendido a partir da observação das decisões da comunidade sobre espaços e relações sociais horizontais, bem como, de sua dimensão simbólica e material.

É possível observar na Figura 4, a relação que há entre estas coletividades e o entorno, cujas representações materiais e simbólicas se circunscrevem as relações produzidas internamente entre os moradores e o meio aquático e terrestre. O rio, o manguezal, o furo, os canais de maré, a planície lamosa, o curral, a canoa, são todos elementos presentes nas relações que são produzidas pelos sujeitos e atores que vivenciam a realidade do mundo da pesca em suas diferentes formas de existência, além da vizinhança, a família e o compadrio como valores humanos que se mantém na reprodução de seus espaços de vida comunitária.

Localizadas respectivamente a 1.450 m e 7.900 m da cidade-sede de Marapanim, as vilas de Guarajubal e Vista Alegre, fazem parte de um conjunto de outras coletividades locais que apresentam uma ligação interna e externa com o lugar e o mundo, as quais podem ser reveladas em suas próprias singularidades cuja dimensão espacial está para além de sua base físico-territorial.

Essas coletividades locais são comunidades pesqueiras que vivenciam a cotidianidade do lugar, logo, constituem singularidades dotadas de características naturais, sociais, econômicas e culturais que expressam o modo ou gênero de vida de inúmeros sujeitos ou atores sociais, os quais desenvolvem um conjunto de atividades relacionadas à necessidade de sua reprodução que, por sua vez, dependem de um espaço para suas realizações materiais e simbólicas – o território – e se sustenta dos recursos naturais nele existentes – o manguezal – como forma de garantir suas existências.

Se levarmos em conta o ambiente natural, dotado de uma riqueza hídrica e de florestas de manguezais em que estas comunidades vivem, percebemos a condição que pressupõe a dialética homem/natureza, a qual está na base do processo de desenvolvimento e transformação das sociedades humanas.

Para Lefebvre (Apud BERNARDES; FERREIRA, 2008, p. 18) há uma necessidade premente “(...) de considerarmos o espaço como um dos aspectos fundamentais da ‘natureza segunda’, consequência da prática social sobre a base material que constitui a ‘natureza primeira’”. Sendo o território uma adjetivação do espaço, podemos afirmar que o mesmo é a base material da existência humana. Dessa forma, veremos que a produção do espaço nessas comunidades se dá por meio do processo de trabalho. Através do trabalho o homem modifica as formas da matéria natural de modo a satisfazer suas necessidades.

Assim, o uso do território e a gestão dos recursos naturais pelas comunidades refletem o modo de apropriação e de reprodução social face à necessidade de garantir a existência da coletividade. O uso do território e a gestão da pesca devem ser aqui entendidos como elementos demarcadores de ações coletivas projetadas sobre o espaço com finalidades sociais, econômicas, políticas e culturais que expressam, portanto, a materialização das ações de apropriação por um dado grupo social, instituição, ou empresa.

Essa condição particular das coletividades locais acima mencionadas proporciona o entendimento de que seus territórios não são espaços fechados em si mesmos e que negam o entorno. Ao contrário, expressam dimensões do espaço vivido, percebido e o concebido em

que os processos sociais e espaciais permitem a compreensão da diversidade e complexidade do viver territorial.

Esse pressuposto revela, por assim dizer, segundo Silva (2009, p. 39) “(...) a transformação do território num trunfo particular como espaço político, o campo de ação de diversas territorialidades, (...)”, como resultado das práticas espaciais coletivas e que expressam as dimensões da territorialidade das coletividades locais da vila de Guarajubal e Vista Alegre - Marapanim-PA.

A Vila de Guarajubal está localizada à margem esquerda do rio Marapanim em seu médio curso em frente do furo que dá acesso a Cafezal e Magalhães Barata. Outra via de acesso se dá pela PA 318, na área urbana da cidade de Marapanim, que liga a cidade-sede distando aproximadamente 1 km do portal da cidade, logo após a “curva do Abacate” no sentido Belém- Marapanim, conforme figura 4.

Figura 4: Fotos (A) e (B) – Vias de acesso pela PA 318 (A) que liga a cidade-sede, e pela margem esquerda do rio Marapanim, onde está localizado o porto de Guarajubal (um terraço lamoso situado numa área de planície que se estende por toda a margem esquerda do rio) (B).



Foto: Walber Abreu (2003-B; 2011-A).

Ao atentarmos para a formação socioespacial do município de Marapanim foi possível perceber que a vila de Guarajubal teve certa visibilidade a partir do aterramento do Abacate e da construção da rodovia PA-136, que interliga Castanhal-Curuçá à sede municipal de Marapanim.

Embora tradicionalmente a vila de Guarajubal tenha suas origens na sua relação com o rio Marapanim, por estar localizada na margem esquerda deste em seu médio curso, a vida dos pescadores depende, também, das condições externas ao lugar, como por exemplo, podemos citar os produtos e gêneros alimentícios comprados em supermercados na cidade-sede.

Segundo Cardoso (apud BRITO; QUEIROZ, 2004, p. 26):

O rio Marapanim possui relevância na vida das pessoas de Guarajubal, não apenas porque oferece recursos alimentares à população, mas também por

servir como via de acesso e comunicação com vilas vizinhas, através de seus vários igarapés, pois o transporte por via fluvial é muito mais utilizado do que o por via terrestre.

Através das técnicas de geoprocessamento aplicadas em pesquisa de campo¹⁵ com o auxílio do Prof^o de Geografia e Especialista em Geotecnologias Enivaldo Brito, foi possível elaborar uma cartografia georreferenciada dos chamados “pontos de pesca”, na verdade são pequenos canais de maré, que há no médio curso do rio Marapanim.

Os “pontos de pesca” descritos são áreas extremamente recortadas por canais de maré onde os pescadores curralistas e tiradores de caranguejo de Guarajubal frequentam diariamente na vazante da maré, pois a entrada nos currais e no mangue depende desse processo natural de enchente e vazante.

As comunidades do entorno de Guarajubal, como as vilas de Arapijó, Canavial e Cafezal também possuem áreas em potencial de pescado e extração de caranguejo. Os pescadores/pescadoras dessas vilas mantêm bons relacionamentos com os pescadores/pescadoras de Guarajubal, pois o acesso aos recursos disponíveis nessas áreas é livre, portanto, de uso comum.

O porto da vila de Guarajubal é basicamente uma localidade de embarque e desembarque de pescado e caranguejo, situado às margens do rio Marapanim num ponto elevado de terra, o qual não dispõe de uma infraestrutura básica para o acondicionamento de produtos do rio, lagos, pontos de pesca e estuário, conforme se pode observar na Figura 5.

É o lugar onde a comercialização dos produtos ocorre assim que chega ao porto sendo realizado pelas relações de vizinhança e/ou quando não pela forma comercial junto aos moradores e a terceiros (marreteiros) que negociam com alguns pescadores da própria comunidade.

A comercialização do pescado na vila é basicamente realizada entre os moradores pescadores/pescadoras artesanais, que semanalmente apanham nos currais e terceiros chamados de marreteiros e atravessadores que compram o pescado *in natura*. A pesca de curral é uma tradição praticada pelos pescadores/pescadoras artesanais que há muito tempo vem sendo reduzida pelas dificuldades encontradas para mantê-la.

A vila de Guarajubal constitui-se, ainda, como uma das principais áreas de concentração da atividade pesqueira no município através das atividades de coleta, extração e

¹⁵ Pesquisa de campo realizada nos dias 09 e 10 de Setembro de 2010. Com o auxílio do Prof^o de Geografia e Especialista em Geotecnologias Enivaldo Brito, Técnico do setor de Cartografia e Geoprocessamento da SEDURB (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará).

catação de caranguejo e de pescado. A produção do pescado em geral é realizada mediante a prática artesanal, onde pescadores/pescadoras realizam suas atividades basicamente voltadas para a subsistência e a comercialização. No capítulo 3 iremos mostrar como se realiza essa produção e seu processo de desenvolvimento no interior da vila.

Figura 5: Fotos (A) e (B) – Canoas e currais, construídos a partir da madeira extraída do mangue, em frente ao porto da vila de Guarajubal (à margem esquerda do rio Marapanim).



Foto: Walber Abreu (2011).

O trabalho familiar é uma característica da comunidade de Guarajubal como se pode notar na Figura 6, onde há uma dedicação, quase que integralmente, às atividades de coleta e catação do caranguejo. Embora não haja condições de higiene pessoal alguma no tratamento dado a catação. Como o trabalho é realizado em área livre em uma cobertura feita de palha, há moscas que incomodam a todo tempo na execução da atividade. Há, também, a criação de animais – pato (*Sarkidiornis melanotos*), galinha (*Numida meleagris*), jabuti (*Geochelone denticulata*) – e de uma pequena produção de roçado, com o cultivo de certos produtos como mandioca (*Manihot esculenta*) e feijão da colônia para atender a subsistência de várias famílias.

Cardoso (2001, p. 488-489) explica com detalhes, o trabalho da catação da carne de caranguejo pelas mulheres catadoras de Guarajubal que envolve uma participação do trabalho infantil de natureza familiar:

A produção da massa propriamente dita tem início com o cozimento do caranguejo em pequenas fogueiras a lenha. Após o cozimento a carne do caranguejo é retirada a partir de leves batidas com pequenos pedaços de madeira sobre o animal, cuja casca será separada da carne. É necessária certa habilidade e destreza para que a casca não seja triturada e misturada a carne ou que esta não seja esmagada com batidas, o que causaria uma perda na qualidade do produto. Posteriormente, a massa é armazenada em sacos plásticos para a venda. (...). A atividade de catação é fundamental no beneficiamento da carne de caranguejo, garantindo a comercialização e seu consumo nos municípios de Castanhal e Belém – capital do estado do Pará.

Figura 6: Fotos (A) e (B) – Catação em maloca coberta de lona e madeira rústica com assentos de madeira e ferro com mesa coberta de lona preta. O trabalho familiar conta com a participação de adultos, crianças e adolescentes e utilizam a técnica manual de catação da pata e massa de caranguejo, geralmente associado ao gênero feminino na vila de Guarajubal.



Foto: Walber Abreu (2004).

Esse processo de produção e comercialização da carne de caranguejo revela a relação do lugar com o mundo, a qual se manifesta como uma relação de mercado onde o produto resulta do conjunto das forças produtivas e das relações sociais existentes em uma dada formação socioespacial.

A vila de Vista Alegre faz parte do distrito municipal homônimo, localizada na porção noroeste do Município de Marapanim, limitando-se ao norte com a Ilha de Itauaçu e furo do Camará, a leste com a ilha de Marapanim, a oeste e ao sul com o rio Cajutuba.

O acesso a vila se dá também por meio terrestre e aquático. Pela via terrestre, chega-se a localidade pela PA 318 que liga Marapanim ao Distrito de Marudanópolis como se pode observar na Figura 7. Apresenta uma pequena área comercial com bares e casas comerciais com vendas de produtos diversos.

Figura 7: Fotos (A) – Acesso à vila de Vista Alegre a partir da PA 318 entrando no ramal com pavimentação asfáltica precária. (B) – Adentrando um pouco mais, observa-se uma bifurcação que direciona para o lado esquerdo, onde aparecem as primeiras residências e casas comerciais (C) e (D).



Foto: Walber Abreu (2011).

Os meios de transportes mais comuns utilizados pela população para se deslocar à sede do município e outras localidades circunvizinhas são: ônibus coletivos, carros particulares, barcos de pesca, moto-táxi e outros.

A estrutura espacial da vila apresenta uma configuração diferenciada que acompanha o curso dos rios Cajutuba e Camará que a cercam em toda a extensão de suas respectivas orlas à frentes desses rios.

Como se pode observar no croqui, Figura 8, que trata da dimensão urbana da Vila, a relação muito próxima que há dos moradores do lugar e do entorno, que compreende diferentes lugares, junto ao meio aquático e terrestre, onde estão presentes os elementos da paisagem que se encontram distribuídos sobre o território, e que definem, portanto, a organização espacial da mesma.

A vila serve como ponto de referência para moradores de diferentes ilhas que vivem em áreas próximas e distantes dos rios. Os serviços que a vila dispõe são muito procurados por essas comunidades. Há um fluxo diário de pessoas no interior da localidade que realizam diferentes atividades.

Observamos na orla da vila, tanto do lado do rio Camará como do rio Cajutuba, a presença de casas com padrões diversificados, como as de taipa com enchimento de barro, mista com madeira e tijolo e de alvenaria, que são abrigadas nos meses de veraneio. Além destes padrões, há uma pequena rede de comércio que começa a se expandir, desde a entrada da rua principal às proximidades da orla do rio Cajutuba e do Camará.

Há três bairros no interior da vila: 1. Pedreira; 2. Central; 3. Suraba, os quais apresentam um traçado cartesiano semelhante com um conjunto de linhas perpendiculares que se desenvolvem em paralelo às ruas principais da orla à frente do rio Cajutuba e Camará (ver Figura 8). Nesses bairros, em geral, o padrão habitacional apresenta um conjunto de casas de portes variados com ruas sem pavimentação asfáltica na grande maioria e dispendo de serviços básicos de saneamento básico e de infraestrutura. Apresentamos algumas fotos na Figura 9 para evidenciar essas características do lugar.

Figura 9: Fotos (A), (B), (C), (D) – Casa de taipa com enchimento de barro (A) com telha de barro. Casa de alvenaria (B). Casa de luxo com rampa de concreto armado de propriedade do Deputado Estadual Márcio Miranda (C). Casa de padrão misto (madeira e cimento) com telha de barro (D).



Foto: Walber Abreu (2011).

A influência exercida pelos rios Cajutuba e Camará na vida dos moradores da vila é muito grande, pois são os principais rios que abastecem de alimentos através da exploração do pescado, a extração de caranguejos, ostras, mariscos, mexilhões e outros.

À frente da orla do rio Camará existem trapiches de madeira para atracções de embarcações que vem de outros municípios, seja para compra de gelo ou para desembarque de pescado. Há um fluxo constante de pessoas onde o acesso é livre para usuários locais que

se deslocam para as ilhas onde vivem e outras comunidades que vivem próximas da vila nas redondezas. A rampa Novo Horizonte, de propriedade particular, apresenta um fluxo constante de embarcações particulares que envolvem a cobrança de taxa única, como consta na placa no local, que permite o acesso para a prática comercial e finalidades outras, como a prática da pesca de turismo com as lanchas de passeio, como se pode ver na Figura 10. Esta prática revela ser uma apropriação privada do espaço da orla pelo uso comercial para fins particulares, contrariando as normas da União que não permite o uso do rio como propriedade particular, a qual faz parte das terras de Marinha.

Figura 10: Fotos (A), (B), (C), (D) – rampa de concreto armado de propriedade privada com normas de uso e acesso pelos usuários (A) e (B). Trapiche em construção de madeira à frente da orla da cidade e do Mercado Municipal a margem direita do rio Cajutuba (C) e trapiche em construção de madeira à frente da orla da cidade à direita do rio Camará (D).



Fotos: Walber Abreu (2011).

Melo (2004, p. 122) destaca que a origem da vila, na atualidade, começou pela localidade que hoje se chama bairro da Pedreira, e expandiu-se em direção à estrada de chão de terra batida e de precária infraestrutura. Observou-se *in loco*, áreas de ocupação desordenada na entrada da vila nas proximidades da rua principal. Desde a entrada do ramal, há muitas áreas onde se pratica a agricultura de roçado com terrenos já divididos por seus proprietários.

No interior da vila a comunidade dispõe de cinco Igrejas: Uma evangélica, duas católicas, uma da Paz e uma Universal do reino de Deus. Essa disposição de espaços religiosos dentro da vila é reveladora de uma prática social construída recentemente em

função da expansão urbana da cidade de Marapanim e do Distrito municipal de Marudá, onde muitos passaram a aceitar novos preceitos religiosos deixando de lado a religião católica de origem. Há algumas associações que demonstram certa mobilização em termos de organização social. São elas: Associação de Marisqueiros; Cajutuba Sport Club; Pedreira Atlético Club. Geralmente, os membros dessas associações realizam atividades festivas que ajudam na manutenção dessas organizações. Dentre elas, citamos o Festival do Caranguejo; Festival do Camarão; e outros.

A fábrica de gelo, localizada no bairro da Pedreira, de propriedade particular pertencente ao Sr. Valdir Venâncio, que abastece em grande parte os municípios próximos à vila, como Curuçá, São João da Ponta, Vigia, São Caetano de Odivelas e outros mesmo distantes como Bragança. Concentra um fluxo constante de embarcações pesqueiras, onde é comercializado diariamente de 7 a 12 toneladas do produto por dia para armazenagem do pescado e mariscos (ver Figura 11). Uma tonelada de gelo corresponde a R\$ 90,00 reais. O Kg do gelo sai por R\$ 0,10 centavos de reais. A todo instante chegam embarcações oriundas dessas localidades próximas e até da região Nordeste do país, como dos estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte.

No período de safra do pescado a geleira não suporta a demanda. A procura pelo produto aumenta por coincidir com o período do veraneio, no mês de Julho, para onde comerciantes e donos de bares e lojas vêm dos municípios e localidades mais próximas vem a fim de comprar o produto em Vista Alegre.

Figura 11: Fotos (A) e (B) – Geleira localizada no furo do Camará, com capacidade de produção diária de 20 toneladas, a qual dispõe de um trapiche de madeira onde aportam as embarcações pesqueiras em destaque nas fotos (A) e (B).



Foto: Walber Abreu (2011).

A frente da cidade, do lado do rio Cajutuba, a vila dispõe de uma paisagem única que cerca toda a área portuária com um belo jardim mantida pela empresa denominada Barra da Praticagem, a qual presta serviços particulares à capitania dos portos. Possui um trapiche onde o acesso é limitado ao corpo de funcionários da empresa. A figura 12 ilustra a disposição do porto da Praticagem.

Figura 12: Fotos (A) e (B) – Porto de Praticagem, a qual dispõe de um escritório (A) e um trapiche de madeira com portões de ferro na entrada que limita o acesso para usuários, e atende apenas aos servidores práticos da empresa (B).



Foto: Walber Abreu (2011).

Entre as comunidades ribeirinhas existentes, temos Itauaçu, Sauá, Tamaruteua, Tucumateua. Estas se localizam as margens dos rios Camará e Cajutuba, sendo consideradas as principais fontes de pescado, extração de caranguejo e mariscos. São elas que abastecem, em grande parte, a comunidade da vila, comunidades próximas e sua cidade-sede. Há uma rede entre de lugares que, em conjunto, formam os chamados circuitos espaciais da produção pesqueira.

A vila dispõe, ainda, da Rádio Comunitária de Vista Alegre – Studio Vista Alegre Publicidade – Rádio Alegria de Comunicação. Esta rádio desempenha um papel importante no interior da comunidade, levando informações diárias com programações focadas em temas relativos aos interesses da própria comunidade.

Em pesquisa de campo realizada em Abril de 2010 acompanhamos os trabalhos prestados por essa rádio na presença do Vereador da Câmara Municipal de Marapanim Sr. Adenor Ferreira da Silva, conhecido popularmente como Vereador Nergueira, o qual concedeu uma entrevista juntamente com o Presidente da Colônia de Pescadores – Z 06 Sr. Nenê da colônia a respeito dos “Direitos do Pescador”¹⁷.

A participação dos pescadores artesanais de Vista Alegre junto a Colônia de pescadores, segundo informações prestadas pelo presidente da instituição, é muito insipiente se levarmos em consideração o número de habitantes que vivem na comunidade. Evidentemente, que o nível de articulação entre os pescadores é algo que depende de lideranças, o que na comunidade são poucas, e isso, em termos de conjunto, implica uma lacuna que precisa ser superada, afirma o presidente, pois sem a participação de todos não há como saber das demandas da própria comunidade. O presidente fez um desabafo na entrevista à rádio:

Nós da colônia estamos fazendo a nossa parte. Estamos aqui para informar os direitos do pescador. Mas de nada adianta se os pescadores não colaborarem com a gente. Os direitos são assegurados para o trabalhador que contribui, e não para os que não contribuem. É preciso que haja bom senso por parte de todos os envolvidos com as causas coletivas dos pescadores.

O Vereador Nergueira nos falava, até aquele momento da entrevista, que existem muitas demandas na comunidade de maneira que as pessoas clamam por aquelas consideradas básicas, como o direito à saúde (necessitam da construção de um posto de saúde); ampliação da rede escolar (atualmente a vila conta com apenas duas escolas de Ensino Fundamental); melhoria dos serviços públicos de água e esgoto sanitário que ainda é precário; transporte público gratuito entre outras.

Apesar das circunstâncias vividas pelos pescadores no que se refere às condições básicas de saúde, saneamento básico, nível de organização política entre outras, é notória a vocação da comunidade para a atividade pesqueira.

Dessa forma, nosso propósito em trabalhar com coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais vem ao encontro do objetivo principal deste trabalho que é compreender o uso do território e a gestão da pesca como elementos importantes nos processos decisórios de ordenamento territorial, cuja centralidade é o território usado, o qual

¹⁷ Ver em apêndices a entrevista transcrita na íntegra.

pode ser objetivado pelo conjunto das práticas espaciais coletivas vivenciadas no tempo e no espaço pelas comunidades que nele se fazem presentes e se reproduzem.

A nosso ver, esse estudo uma vez realizado abre novas perspectivas na construção de uma produção científica voltada para a abordagem territorial e gestão da pesca do ponto de vista da análise geográfica de modo a contribuir com as propostas em curso, como é o caso da Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura no Brasil.

As comunidades pesqueiras de Guarajubal e Vista Alegre têm na pesca artesanal uma de suas principais atividades econômicas de subsistência, as quais têm resistido a um processo de capitalização da produção que, sobremaneira, vem alterando seus modos de vida e relações de gênero.

A paisagem, expressão visível e concreta do real, nas comunidades pesqueiras citadas revela uma relação contraditória entre a modernidade e a tradição que através dos marcos da ocupação do território é possível destacar o hibridismo das relações ligadas ao desenvolvimento das atividades econômicas e sociais.

Contudo, as referências espaciais dessas coletividades estão condicionadas ainda à cultura material e imaterial dos diferentes sujeitos que delas fazem parte, sendo marcadas por um conjunto de regras e normas que passam a constituir um arranjo institucional que lhes é próprio independente das condições externas. Isso é o que garante a existência das múltiplas territorialidades e o ordenamento territorial dos chamados “territórios de pesca” em Marapanim-PA.

Do exposto, entendemos que a regulação estatal relacionada à atividade pesqueira no Estado do Pará e no Brasil, nos conduz a pensar uma possibilidade de se rever a questão territorial e a gestão da pesca na região do Salgado Paraense, em particular, no município de Marapanim-PA. De que maneira? Através da criação de um novo arranjo institucional que promova a distribuição dos recursos naturais relacionados à pesca, assegurando o uso comum do território através do empoderamento das coletividades locais. Os critérios para a escolha dos Territórios de Pesca no Brasil podem ser revistos e adaptados para algumas dessas coletividades, considerando que os instrumentos técnico-burocráticos e os recursos financeiros necessários devem atender as demandas coletivas locais, de modo que a inclusão venha a tornar-se uma política de Estado que reconheça e valorize o potencial do capital social das novas institucionalidades.

O engajamento de novos sujeitos como os sindicatos, as cooperativas e a colônia de pescadores e outros segmentos sociais envolvidos nas relações de mercado, em parceria com

o Estado, pode representar uma saída estratégica para o desenvolvimento das ações públicas como necessidade de se reconstruir um novo arranjo institucional capaz de projetar as ações do grupo para o bem comum de todos.

Assim sendo, necessário se faz discutir a importância da categoria Território na perspectiva da abordagem geográfica apontada na introdução deste trabalho como forma de pensarmos uma possibilidade de realização de um projeto de governança onde os territórios da ação pública, entendidos como “Territórios de Pesca”, para que possam admitir a realização das territorialidades de pescadores/pescadoras artesanais segundo seus arranjos coletivos na gestão dos recursos aquáticos existentes a disposição das coletividades locais, ainda que não possam dispor da estrutura e o aporte necessário para que a atividade da pesca artesanal se mantenha em níveis de exploração em bases sustentáveis.

1.5 O MÉTODO DA PESQUISA

A pesquisa é, por sua natureza científica, uma forma de pensar a realidade a partir de referências múltiplas, compreendendo uma relação de início-meio-fim. Logo, envolve um conjunto de procedimentos elementares que fazem parte do processo de construção do saber.

A pesquisa geográfica é uma forma particular de construção desse saber. Assim, não é por outra razão que a ciência geográfica é permanentemente convidada a trabalhar nesse processo através de todo um arcabouço teórico e metodológico próprio, produzido por uma massa crítica pensante de geógrafos e, porque não dizer, também, de não-geógrafos, uma vez que há aqueles que se interessam pelo campo de estudos da ciência geográfica.

A escolha de um método¹⁸ requer coerência com o objeto de estudo da pesquisa. Santos (2008, p. 18) a respeito disso, nos esclarece de forma objetiva que:

(...) Falar em objeto sem falar de método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo *de dentro*, o que contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo.

Assim, à medida que o tempo da pesquisa foi se alongando percebemos a necessidade da escolha de um método de interpretação da realidade focado na realidade cotidiana de pescadores/pescadoras artesanais, cuja dimensão explicativa nos permitiu apresentar uma

¹⁸ Moraes e Costa (1993, p. 27) estabelecem a diferenciação entre método de interpretação e método de pesquisa. A diferença reside fundamentalmente na compreensão de seus princípios aplicativos e fundamentos. “(...) O primeiro diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento, etc. (...). Já o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo (...)”.

possibilidade concreta de se pensar o território e a gestão da pesca a partir do lugar em suas diferentes formas de apreensão enquanto território usado, sinônimo de espaço humano, espaço habitado, em um estado permanente de mudanças e contradições que revelam sua natureza econômica, política, social e cultural, portanto, contraditória, do espaço social.

Portanto, optamos pelo método dialético, o qual possibilita uma leitura interpretativa da pesca a partir das relações intrínsecas à sua própria natureza social, econômica, política e cultural alicerçada sobre uma base territorial comum – o mar, o rio, lagos, estuários –, na sua relação direta com os sujeitos que conduzem a atividade enquanto geradora e mantenedora dos territórios de pesca de base comunitária.

A análise do ponto de vista dialético é expressa, sobretudo, na sua forma-conteúdo (SANTOS, 2006) através da ação-problema-reflexão-ação, isto é, nas contradições inerentes que envolvem o processo de territorialização da pesca e dos sujeitos envolvidos na atividade pesqueira e dos instrumentos da ação pública como o ordenamento territorial da pesca no Brasil.

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando pensamos trabalhar a referida temática partimos do pressuposto de que o território constitui uma categoria de análise central para o entendimento da gestão e sua dimensão espacial ligada à pesca cujo desdobramento torna mais evidente as múltiplas dimensões que estão envolvidas no processo de produção e reprodução dos espaços em comunidades de pesca.

Para tanto, realizamos uma revisão na literatura do ponto de vista teórico e metodológico acerca do conceito de território e seu uso, da gestão dos recursos naturais utilizando a coletânea intitulada “Caminhos e Lugares da Amazônia”, organizada por Mota *et al.* (2009), destacando o artigo escrito por Silva (2009), o qual trata sobre “O conceito de território nos estudos sobre pesca”; e o artigo de Lopes *et al.* (2009), intitulado “Ribeirinhos do Mapuá”, onde se discute a categoria Modo de Vida. A obra intitulada “o Mito da Desterritorialização – Do ‘Fim dos Territórios à Multiterritorialidade’” de autoria do Profº Rogério Costa (2007) para discutir o conceito de território e territorialidade. Além dessa literatura, foram consideradas experiências particulares relacionadas às comunidades pesqueiras na “zona do Salgado Paraense”, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos por Torres (2004), intitulado “Envelhecimento e Pesca – redes sociais no estuário amazônico”; Furtado

(2001), denominado “Ocupação humana do litoral amazônico” e “Formas Organizativas e Estratégias de Vida no Litoral paraense”, de autoria de Santana (2001), ambos presentes na obra de Prost e Mendes, *Ecosystemas Costeiros: Impactos e Gestão Ambiental*.

Metodologicamente, foram escolhidas duas comunidades – Guarajubal e Vista Alegre – localizadas no Município de Marapanim-PA, onde foram levantadas informações com dados qualitativos e quantitativos junto às mesmas, levando em consideração seus modos de vida, suas práticas espaciais coletivas ligadas ao desenvolvimento socioeconômico local e regional e suas estratégias de sobrevivência entre outros aspectos.

As pesquisas de campo foram realizadas no ano de 2009, nos meses de Maio/Junho/Julho, continuando em 2010 e 2011, junto aos moradores das vilas de Guarajubal e Vista Alegre, mediante a aplicabilidade das técnicas de entrevistas abertas, semi-estruturadas, aplicação de questionários – vide apêndices –, uso de máquinas para registro fotográfico de lugares, tipos de embarcações, apetrechos de pesca, tipos de residências que nos levaram a somatória de uma gama de elementos acerca da realidade dos lugares em que o papel de investigador/pesquisador em ciência requer um aprimoramento, único no ato da pesquisa: reconhecer a diversidade a partir da alteridade, ou seja, valorizar as diferenças de modo a reconhecê-las a partir da existência do outro.

Para fins de compreensão e análise metodológica foram focados os seguintes aspectos:

1. Percepção territorial e ambiental de pescadores;
2. Socioeconomia e produção do espaço na vila de Guarajubal e de Vista Alegre.

Quanto aos procedimentos adotados para a realização da pesquisa, considerando os aspectos acima mencionados, utilizamos os seguintes:

- ✓ Levantamento bibliográfico das referências científicas mais recentes relativas à gestão sustentável de recursos florestais de manguezais na região Nordeste do Pará;
- ✓ Levantamento nos órgãos do Município e do Estado a respeito das regulamentações e legislações vigentes relativas à gestão ambiental na região nordeste do Pará;
- ✓ Coleta e análise de dados sócio-econômicos nos órgãos responsáveis pela pesca artesanal no município e no Pará;
- ✓ Coleta e análise de dados ambientais nos órgãos responsáveis pela gestão ambiental no Município e no Pará, e nas Organizações Não-Governamentais;
- ✓ Análise da ocupação atual dos solos e das transformações na paisagem por levantamento fotográfico na área em estudo;

- ✓ Entrevistas com comerciantes do pescado no município;
- ✓ Análise e integração dos dados multidisciplinares obtidos, e tabulação dos dados coletados em trabalho de campo.
- ✓ Elaboração de mapas e croquis temáticos representando as diferentes formas de uso e ordenamento territorial;
- ✓ Confrontação dos resultados obtidos com a literatura pesquisada para alimentar a reflexão sobre os termos de uma gestão do uso e o ordenamento territorial das comunidades selecionadas.

A dissertação foi iniciada com as pesquisas em andamento no programa de Pós-graduação em Geografia (2009) estendendo-se inicialmente à vila de Guarajubal e, posteriormente, Vista Alegre, com a intenção de realizar comparações relativas ao uso do território e gestão da pesca, por sugestão do orientador.

A Vila de Guarajubal e de Vista Alegre são comunidades que apresentam em sua organização espacial uma diversidade de elementos naturais e sociais expressos em suas diferentes paisagens, marcadas por suas características peculiares, como as formas de sociabilidade e solidariedade, que lhes garantem unidade, sendo constituída por um sistema de objetos e de ações.

Tentamos acompanhar desde o início o organograma estabelecido na construção do projeto de pesquisa. Todavia, no ano de 2009, quando participávamos das disciplinas do programa, algumas etapas foram sendo postergadas em função das dificuldades encontradas pelo caminho. Ao retomarmos o trabalho ao longo do ano de 2010, escolhemos os meses de Janeiro e Julho para realizar as pesquisas de campo, objetivando alcançar o maior número de dados possíveis para alimentar nossos conhecimentos quanto à realidade dimensionada das referidas coletividades locais.

Entendemos que a pesquisa não se resume às descrições e informações sobre o objeto estudado. Para isso, tivemos que percorrer alguns caminhos que nos levaram a um envolvimento maior com as informações a serem transcritas pelo método da oralidade desenvolvido junto aos pescadores/pescadoras artesanais.

Do mesmo modo, investimos nas conversações em áreas livres com os moradores das comunidades trabalhadas (ver apêndices). Como resultado desse trabalho de campo, transcrevemos e reproduzimos, em várias passagens dos capítulos desenvolvidos, as informações prestadas na íntegra pelos entrevistados. Nesse processo, desenvolvemos uma pesquisa participante, caracterizada pelo envolvimento do pesquisador com pessoas das

comunidades, estabelecendo um contato mais permanente por meio do diálogo. Fomos cobrados a dar o devido retorno dessa pesquisa, uma vez que os informantes acreditaram na possibilidade desta contribuir de alguma forma para melhorias de suas condições de vida.

No final do ano de 2010, as investidas nos trabalhos de campo não evoluíram como o esperado. Trabalhamos na elaboração do projeto de qualificação e nos estendemos até Outubro, qualificando em Novembro do mesmo ano. Retomamos os trabalhos nos meses de Março a Junho de 2011 para produzir os capítulos três e quatro a partir dos dados coletados na pesquisa. Realizamos, ainda no mês de Março, visita a campo com a colaboração de 20 (vinte) alunos do Curso de Biologia do IFPA – Campus de Abaetetuba, Turma de 2009, para aplicar os questionários. Foram três dias de trabalho nas áreas de coleta e conseguimos aplicar 80 (oitenta) questionários no total divididos entre as duas áreas pesquisadas, correspondendo a 40 (quarenta) para cada comunidade. Neste questionário exploramos a socioeconomia e a percepção territorial-ambiental das respectivas áreas de estudo.

Nos meses de Julho/Agosto de 2011 realizamos uma das etapas finais e mais importante da pesquisa, o conhecimento *in loco* dos Territórios de Pesca das coletividades de pescadores/pescadoras artesanais de Marapanim, ou seja, as fontes da pesca que abastecem a município como um todo. Deste modo, percorremos em média de 5 a 10 Km de extensão, passando por estradas, rios, furos e lagos ao longo dos principais mananciais das referidas comunidades – rio Marapanim, Cajutuba e Camará.

A experiência junto aos pontos de pesca e pesqueiros permitiu relacionar os saberes de tradição e a percepção territorial-ambiental de pescadores/pescadoras artesanais ao conjunto das ideias, categorias, conceitos e ao método da pesquisa adotado.

Todo esse trabalho resultou na elaboração de 5 (cinco) produtos cartográficos relacionados aos objetivos da pesquisa. Assim, listamos os produtos cartográficos:

- ✓ Mapa de Localização Geográfica do Município de Marapanim e Áreas de Estudo;
- ✓ A Territorialidade da Pesca e das Coletividades Locais de pescadores/pescadoras Artesanais de Guarajubal e Vista Alegre;
- ✓ Territórios-Rede de Pescadores/pescadoras Artesanais - Rede entre-Lugares;
- ✓ Mapa de Uso Social dos Recursos Naturais nas áreas de Estudo;
- ✓ Mapa de Fluxos da Pesca Artesanal de pescadores/pescadoras Artesanais de Guarajubal e Vista Alegre;

Esses produtos cartográficos foram elaborados a partir do uso das geotecnologias como o programa ARC GIS versão 9.3 e 10 tendo como base de dados o SIPAM (2006); IBGE (2006); Cartas do IBGE/DSG. As coordenadas geográficas foram elaboradas a partir das escalas geográficas de 1:100.000; 1:250.000. Além dessa geotecnologia, utilizou-se também a ferramenta CAD.

De posse desse aparato metodológico partimos para a elaboração do trabalho finalmente. Sabemos que as dificuldades estão presentes a todo instante nas etapas do trabalho. Procuramos de todas as formas, encontrar saídas, e devo-lhes dizer, que para muitas não encontrei respostas, mas tive algumas pistas, que com a ajuda de professores de curso e de outras áreas do conhecimento, foram valiosas. Desse modo, podemos dizer que através das pesquisas de campo foram gerados muitos dados quantitativos, como gráficos, tabelas, e figuras. Trabalhamos com a intenção de melhor aplicar os resultados da pesquisa.

Enfim, a pesquisa é movimento e como tal, procuramos desenvolvê-la em seu movimento relacionado ao caminhar da sociedade. Acompanhar esse movimento significa mergulhar no universo da pesquisa de modo a captar os sentidos diversos atribuídos a um mesmo objeto, foi o que tentamos fazer neste trabalho.

As “facetas” da modernidade, alcunhada pela ciência moderna e alicerçada pelos ditames da globalização, não nos impediu que desenvolvêssemos a análise interpretativa acerca da complexidade do viver territorial, isto é, do sentido tradicional de viver o coletivo junto a essas comunidades pesqueiras da região do “Salgado Paraense”, nem tampouco, de reconhecer-se como parte delas, o que demonstra um sentimento de pertencimento, de respeito mútuo, apesar de viver na capital.

A dimensão territorial da pesca nessas comunidades se define pela natureza das relações sócio-espaciais produzidas e projetadas pelas ações conduzidas por aqueles que vivenciam a atividade cotidianamente, como é o caso dos pescadores/pescadoras artesanais de Marapanim.

Vejo-me, assim, na obrigação de responder à sociedade marapaniense com a produção dos resultados alcançados, seja de forma positiva ou negativa, uma vez que ao fazer ciência corremos esse risco de forma imparcial. Do mesmo modo, cumprir com minhas obrigações acadêmicas como geógrafo e aluno do curso junto a este programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/ UFPA) do qual tive muito orgulho em participar.

Para pensar o encaminhamento do objeto de pesquisa elegemos por conceito para fins de discussão teórica o território. Como não há unanimidade acerca do mesmo, faz-se necessário discutir de qual concepção de território partiremos.

1.7 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Uma das razões pelas quais a Geografia se constitui como a ciência que se preocupa em estudar o espaço da sociedade é exatamente a objetivação que esta atribui à realidade material, socialmente constituída por diversos sujeitos e atores sociais que desenvolvem ações e estratégias que traduzem projetos de vida decisórios relativos à gestão de seus territórios.

Assim, Corrêa (1991) nos esclarece que a Geografia em sua essência tem como objetivação o estudo da sociedade através de sua organização espacial, o que implica dizer que o processo de produção do espaço é a expressão concreta das relações sociais e espaciais que refletem a materialidade do território em suas múltiplas dimensões. Argumenta o referido autor que:

O longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se concomitantemente à transformação da natureza primitiva em campos, cidades, estradas de ferro, minas, voçorocas, parques nacionais, *shopping centers* etc. Estas obras do homem são as suas marcas apresentando um determinado padrão de localização que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico. A objetivação do estudo da sociedade pela geografia faz-se através de sua organização espacial, enquanto as outras ciências sociais concretas estudam-na através de outras objetivações (CORRÊA, 1991, p. 51).

Observa-se a partir da ideia exposta pelo autor o entendimento de que é no processo de produção do espaço que se dá a materialização das relações sociais e espaciais, que, por sua vez, configuram práticas espaciais distintas relacionadas à territorialidade de diferentes sujeitos. A relação homem-natureza, nesse sentido, expressa a relação material mediada pelo trabalho humano que condiciona a formação econômico-social de determinada sociedade. Temos como resultado dessa dinâmica contraditória de relações a materialidade do território, a territorialização concreta das coletividades.

Em Silva (2009), dissertando acerca do referido contexto, lê-se:

Pensar em território como categoria de análise para se estudar a estruturação do espaço apropriado remete à ideia de que a projeção das ações que determinados atores empregam no espaço é derivada da forma como esses grupos buscam a produção espacial. Esta produção se dá a partir da

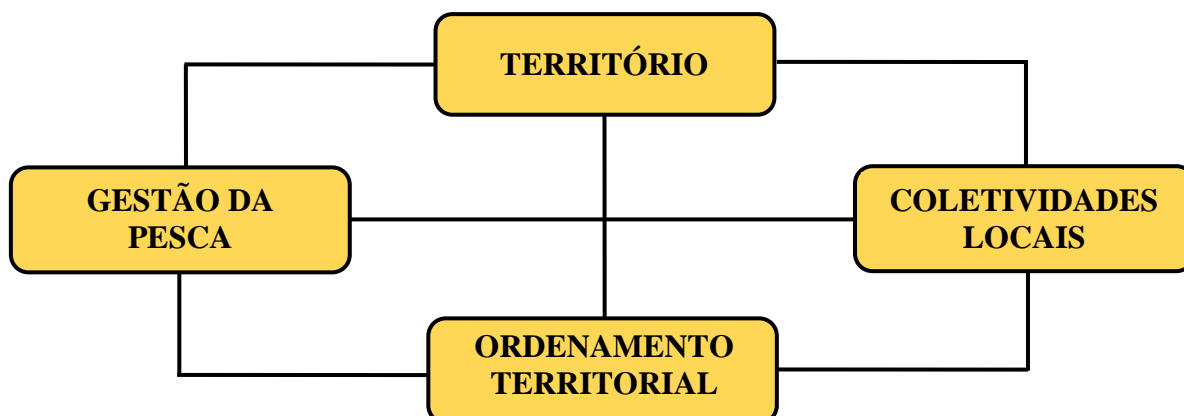
apropriação e da utilização dos recursos naturais para suprir necessidades humanas básicas de sobrevivência - alimentação, vestuário, moradia, etc., além da ampliação de possibilidades na inserção socioespacial no projeto capitalista de vida (SILVA, 2009, p. 35).

Outrossim, podemos afirmar que o mundo real (no caso da pesca) é um construto social que resulta, em última instância, das relações que emergem no seio de determinada sociedade em função das relações sociais que se estabelecem por meio de processos sócio-políticos, culturais, espaciais. Logo, os conflitos resultantes emergem naturalmente por conta das relações contraditórias que são evidências concretas das manifestações espaciais presentes em um determinado espaço e seu processo de produção. Reitera Silva (2009) que:

No caso da pesca artesanal, essa problemática é corrente no momento em que o território de pesca de uma comunidade deve ser relacionado com os preceitos espaciais que permeiam a porção apropriada por diversos atores — os pescadores. Dessa forma, inserem-se neste contexto os territórios de pesca, comumente chamados de *pesqueiros*, onde os indivíduos integrantes das colônias de pesca se utilizam de um determinado espaço para a extração dos recursos. Assim, a colônia de pesca apresenta-se como a organização social que determina a normalização dessa extração, conseqüentemente, desse território, a fim de promover um uso racional dos recursos, partindo do preceito de sustentabilidade que envolve atualmente a discussão ambiental (SILVA, 2009, p. 36).

No quadro de elaboração de uma teorização acerca da temática, conforme Figura 13, propomos uma análise através de recortes e de fragmentos da realidade pautado em algumas categorias e conceitos fundamentais que nos ajudam a entender a totalidade na qual esta se insere, tendo como principal referência de análise a categoria Território.

Figura 13: Organograma de Categorias e Conceitos fundamentais da Pesquisa.



Fonte: ABREU, 2010-2011.

No processo de produção do espaço, o território possui uma relevância analítica por ser considerado o pilar das ações coletivas onde se desenvolvem os arranjos coletivos, as aspirações grupais capazes de promover o ordenamento territorial; local de formulação de políticas, logo, é impregnado de relações as quais são determinantes, no processo de reprodução das coletividades. Trata-se de relações que são afirmativas.

Portanto, o fundamental nesse processo é saber utilizar o conceito de território que é essencialmente uma questão de natureza política, de afirmação, de controle.

Rocha (2009)¹⁹ em uma de suas argumentações a respeito da existência territorial da comunidade, indaga propositalmente, respondendo imediatamente em seguida: Qual o sentido da existência territorial da comunidade? É preservar a coletividade na sua integridade de modo a garantir sua reprodução. Do mesmo modo, Alfredo Wagner, citado por Rocha (2009), levanta o seguinte questionamento: Como as comunidades se auto-representam territorialmente ou espacialmente? Ao que responde abertamente: Através da exacerbação do pertencimento. Exacerbar o pertencimento significa empoderar essas comunidades.

Tomando como exemplo as comunidades de pesca de caranguejo, observamos que elas se organizam para a coleta, extraem, catam e desenvolvem suas práticas espaciais que se vinculam a uma dimensão territorial. Essa forma peculiar das comunidades pesqueiras de se relacionar com o entorno reflete o modo de vida destes que atravessaram gerações e não perderam de vista suas origens. Assim, o território é um abrigo, mas também a única oportunidade na vida que essas comunidades possuem no direito a “territorializar-se”. O território é duplamente isso: os dois lados da existência de uma coletividade.

É preciso levar em consideração, também, que trabalhar a dimensão territorial exige uma categorização dos sujeitos envolvidos no processo, os quais determinam as múltiplas territorialidades.

Do ponto de vista epistemológico, os sujeitos são sempre os sujeitos da ação. Isso significa dizer que ao estabelecer a relação com o mundo real agem deliberadamente sobre o espaço com vistas a alcançar seus objetivos. O sujeito, portanto, faz o controle do tempo e do espaço e o faz com a intencionalidade de atingir suas necessidades. Podemos assim perceber, ler e interpretar o espaço a partir das ações dos sujeitos que expressam o controle do território.

¹⁹ O Prof^o Dr. Gilberto de M. Rocha ao ministrar a disciplina Organização e Gestão do Território no Programa de Pós-graduação em Geografia – 2009, fez uso de diferentes abordagens sobre o conceito de território, tecendo argumentos que nos permitem relacionar ao objeto de estudo da presente dissertação. Por isso, me apropriei desses argumentos e resolvi colocá-las no corpo do trabalho.

Todavia, não é franqueada ao sujeito a mudança, pois tentam projetar sobre o novo o que aprenderam em suas origens, o que, portanto, não inviabiliza seu auto-reconhecimento.

Vê-se assim, que a territorialização - ação de transformar o espaço em território - é algo que se individualiza e dá sentido à coletividade.

O próprio conceito de indivíduo pode ser entendido com o sentido de um indivíduo coletivo e é um processo que se impõe como necessidade da existência humana. Nesse sentido, o auto-reconhecimento é fundamental para isso. Daí a necessidade, pondera Rocha (2009), de compreensão das coletividades.

Assim, é fundamental que se entenda as múltiplas dimensões da territorialidade humana de maneira que se compreenda que o território é uma categoria polissêmica. Portanto, uma derivação do espaço. Nesse sentido, há de concordarmos com o que disse Santos (2005, p. 22) em relação a isso:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação a serviço do homem.

A noção de território tem se revelado nos estudos geográficos como um elemento fundamental na compreensão da dinâmica espacial configurada por processos sociais, econômicos, políticos e culturais que refletem um conjunto de ações e de interesses ligados a diferentes segmentos sociais – classes sociais, o Estado, partidos políticos, etc., que se articulam e se materializam em níveis escalares distintos – do local ao global.

Assim, é preciso desenvolver o máximo de aproximação acerca dos diversos “olhares” sobre o território no sentido de qualificá-los, os quais tornam mais evidentes as múltiplas territorialidades. Cada sociedade, em seu processo civilizatório e de construção identitária contém uma dimensão espacial, visto que esta possui uma base material e geográfica. Do mesmo modo, pode-se dizer, também, que possui uma dimensão simbólica, pois os indivíduos internalizam espaços que dizem respeito a suas vidas, o que acaba por revelar o grau de pertencimento do grupo. Assim, o território é condição *sine qua non* de reprodução das sociedades.

Essa condição particular da territorialidade humana proporciona o entendimento de que os territórios não são espaços fechados, em que os processos sociais e espaciais permitem a compreensão da diversidade e complexidade do viver territorial.

Desse modo, há uma necessidade concreta de se compreender o território em sua dimensão espacial relacionado a gestão da pesca como resultado das práticas espaciais coletivas que caracterizam a multiterritorialidade de diferentes sujeitos em suas múltiplas dimensões como se pode notar através das atividades econômicas, sociais, políticas e culturais produzidas nas comunidades pesqueiras do Nordeste paraense, a exemplo dos pescadores curralistas, coletores e catadoras de caranguejo em Guarajubal e Vista Alegre, em Marapanim-PA. Trata-se de empoderar as coletividades locais e suas representações espaciais como forma de garantir a reprodução social e de seus direitos como cidadãos.

Igualmente, podemos afirmar que o território, constitui, por assim dizer, o pilar das ações coletivas da comunidade e das causas concretas de sua espacialidade manifesta em suas múltiplas dimensões, sendo, portanto, considerado um espaço de relações historicamente construídas por um determinado grupo que se afirma a partir da apropriação cultural e simbólica, bem como a partir de seu domínio político e econômico, o que viabiliza o uso e o sentido de pertencimento do grupo ao território.

Na perspectiva geográfica apontada por Haesbaert (2007), intrinsecamente integradora, da qual comungamos, a concepção de território (e de territorialidade) deve ser apreendida a partir de sua materialidade em suas múltiplas dimensões (onde está inserida a relação sociedade-natureza), e que, portanto, não se confunde com as demais acepções.

Sendo assim, a escala do Estado-nação restrita a uma concepção de território-zona ou linear²⁰ tornou-se destituída de real sentido em função de seu limite territorial rígido, fixo e sem compreensão do entorno. Este processo permitiu a ressignificação do poder e do território em nível local e global, nas formas de atuação do estado e da sociedade, assim como, a compreensão do firmamento de novas territorialidades e da ação coletiva como pressupostos de um novo sistema de governança, conjugando os interesses do Estado e da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas de interesse comum.

Igualmente a noção de território, temos a de gestão do território a qual diz respeito segundo Corrêa (1996, p. 23): “A dimensão espacial do processo de gestão vinculando ao território o controle exercido pelo Estado, por um grupo social, por uma instituição ou

²⁰ Haesbaert (2006, p. 151) trabalha as noções de Território-Zona e Território-Rede na construção das relações que se dão no mundo globalizado desdobrando-se na análise do território. Segundo o autor: “Estes conceitos partem da estreita vinculação entre territórios e redes, e não da leitura dicotômica que distingue claramente os dois (como o que associa território com a “métrica euclidiana”, em superfície zonal e a rede com a “métrica” reticular). Assim, as zonas ou áreas e redes seriam constituintes indissociáveis de qualquer território. Quando a dinâmica socioespacial predominante visa ao domínio de áreas ou zonas, temos a território-zona (como nos Estados-nações); quando a dinâmica predominante visa ao controle das redes (pólos e fluxos), podemos ter a constituição de territórios-rede (...)”.

empresa”. Entendida dessa maneira pode-se considerar a partir da temática proposta a existência de territorialidades múltiplas que nos permite reafirmar a importância dos espaços das representações, a dimensão do vivido (LEFEBVRE Apud ROCHA; TRINDADE JR., 2002, p. 292) como definidores da complexidade do viver territorial que se expressam a despeito de não serem hegemônicas.

Furtado²¹ (2009) é enfática ao focar em suas análises através do projeto RENAS (Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Pesqueiras) as comunidades pesqueiras e suas territorialidades tendo nas atividades haliêuticas (aquelas que derivam da pesca, aquicultura, coleta, extrativismo marinho, etc.) o seu primado com variações segundo as influências ambientais, socioculturais e históricos.

Cada sociedade ou comunidade carrega em si uma ancestralidade mítica que está para além de uma base físico-territorial. Esta reflexão está baseada no trabalho desenvolvido por Malinowski citado por Furtado (2009) junto a comunidades pesqueiras na polinésia francesa (Oceania), cuja obra intitulada “Argonautas do pacífico”, trata da apropriação do território pelo mito. Segundo Furtado (2009), Malinowski em sua pesquisa constatou que havia distância considerável entre as sociedades e o entorno. Todavia, todas reconheciam o conjunto como um território comum como forma de preservar a ancestralidade mítica.

A título de comparação, em termos regionais, isso está muito presente no imaginário social das comunidades pesqueiras litorâneas do Nordeste Paraense. Acerca dos “Pontos de Pesca”, nas proximidades da Vila de Guarajubal – Marapanim-PA, dizem os pescadores/pescadoras que “(...) quando não aparece o peixe é porque a pescaria não tá boa”. Então, é preciso respeitar o domínio das águas. É importante fazer essa relação com o mapa dos pontos de pesca, pois o mesmo trata exatamente da relação com o entorno, onde não há uma preocupação em desenvolver a atividade da pesca como um dado a priori sem que haja uma predisposição com a exploração dos recursos disponíveis no rio, no caso, o pescado.

Furtado (2001) destaca o trabalho realizado por arqueólogos do Museu Goeldi a respeito da existência milenar da presença de povos pescadores-coletores no litoral paraense que remonta há mais de 3.000 anos constituindo uma importante fase arqueológica do Pará, a *fase mina*, através de vários registros de vestígios encontrados nos trabalhos realizados como sambaquis e espinhas de peixe. Esse ambiente costeiro é representado por *gente do mar*.

²¹ Palestra proferida no dia 05.06.2009 no auditório do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) promovida pelo PPGEIO (Programa de pós-graduação em Geografia)/IFCH/UFPA intitulada “Dinâmica e diversidade costeira na Amazônia e as reflexões da Antropologia”.

Em face da territorialização das comunidades pesqueiras e de suas práticas espaciais, temos a ação do Estado como um dos agentes principais responsáveis pela gestão do território.

Assim, compreende-se que o Estado como instância jurídico-política responsável pelo ordenamento territorial cuja capacidade de intervir sobre o espaço, reflete sua capacidade de exercer o poder sobre o território tendo o domínio e controle sobre o mesmo.

Na atual conjuntura política e econômica, o Estado²² vem redefinindo suas estratégias de intervenção sobre o espaço, tendo em vista a máxima compreensão dos processos intrinsecamente ligados a mundialização do capital. Seu papel de agente indutor do desenvolvimento condiciona suas ações que passam a se estender para o conjunto da sociedade, cujas contradições exprimem a necessidade de intervir sobre o espaço.

Rocha (2008 p.35), ao se ater a discussão das formas de atuação do Estado e as funções que cabe à instância política no processo de ordenamento do território, busca analisar o referido contexto, a partir da realidade onde se processam as transformações, tendo como base de pensamento as ideias de Lipietz (1988), no sentido de apreender uma “(...) aproximação teórica para a interpretação das medidas políticas que o Estado empreende como realizador de determinado projeto de manutenção ou transformação da ordem social e espacial”.

No contexto das discussões levantadas sobre o ordenamento territorial da pesca e aquicultura no Brasil e seus reflexos nas regiões do país, nos permite afirmar que sua estrutura comporta uma gama de elementos técnicos e políticos que irão manifestar-se no interior da sociedade, traduzindo-se em um campo de ação das forças políticas e de suas relações contraditórias. Pondera Rocha (2008, p.56), parafraseando Lipietz (1987), que:

São essas contradições que determinam as funções da instância política no desdobramento do Estado capitalista de:

- assegurar as condições econômicas, políticas e ideológicas da reprodução (eventualmente ampliada ou diminuída) de cada um dos modos de produção, à medida que as condições desta reprodução não estão totalmente incluídas na instância econômica;
- intervir para acelerar, inibir ou reverter os processos de articulação dos modos de produção co-presentes na formação social.

²² Castells Apud Rocha (2008, p. 56) entende que em decorrência desse processo, “(...) surge um novo tipo de Estado, que não é o Estado-nação, porém não elimina o Estado-nação, mas que o redefine. O Estado que denomino Estado-rede se caracteriza por compartilhar a autoridade (ou seja, a capacidade institucional de impor uma decisão) ao largo de uma rede de instituições. Uma rede, por definição, não tem um centro, mas nódulos, de diferentes dimensões e com relações internodais que são frequentemente assimétricas. Porém, em última instância, todos os nódulos são necessários para a existência da rede”.

Isto tem exigido, sobremaneira, do próprio Estado, esforços dobrados na condução dos processos decisórios junto com a participação efetiva das coletividades no desenvolvimento de projetos, planos programas relacionados às políticas públicas com vistas ao ordenamento territorial.

Portanto, julgamos ser necessário analisar o território e a gestão da pesca sob a perspectiva geográfica centrada no desenvolvimento das comunidades pesqueiras – Guarajubal e Vista Alegre – a partir de suas representações espaciais e práticas coletivas, da dimensão do vivido como definidores da complexidade do viver territorial, que se expressam a despeito de não serem hegemônicas, como bem afirmam Rocha e Trindade Jr., (2002).

Silva (2009, p. 52) ratificando o pressuposto acima, afirma que: “(...) o conceito de território pode e deve ser utilizado para se analisar e entender como os pescadores vivem e como se utilizam dos recursos naturais para poderem subsistir”. Por conseguinte, as territorialidades por elas (comunidades pesqueiras) criadas refletem suas ações e estratégias de vivências situadas no tempo e no espaço. Essa condição particular inerente a essas comunidades, em nosso entendimento, não inviabiliza a ação do Estado. Embora Silva (idem) afirme em sua pesquisa de campo²³, que os representantes das instituições públicas não consideram a cultura dos pescadores como elemento definidor dos territórios de pesca, pois se baseia em uma normalização institucional que não vincula uma situação a outra. É preciso que se construam novos arranjos institucionais para isso e/ou “[...] que as políticas de ordenamento da pesca pelos órgãos públicos devem ser revistas”.

Begossi (Apud SILVA, 2009, p.50), reitera em seu trabalho a importância da territorialidade, enfatizando que os estudos sobre a atividade pesqueira raramente levam em consideração as regras e/ou normas estabelecidas pelos pescadores no que tange à organização do espaço (mas não afirma que isso possa inviabilizar a ação do Estado):

Territoriality has been one of the classic behaviors among fishers that has helped to exclude outsiders and maintain aquatic resource availability for the local artisanal fisheries. Territories have been owned or defended by families, groups, communities, and villages, among others, The temporal scale as it relates to the existence of local rules and institutions in the use of resources is seldom taken into account in studies, because comparative temporal data are especially difficult.

As redes sociais, analisadas na sua diversidade e complementaridade, ligadas a pluralidade das experiências e interpretações da vida cotidiana das gerações mais velhas na

²³ Ver SILVA, C. N. Da. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA.** Belém: PPGEU/UFPA, 2006. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

vila pesqueira de Abade em Curuçá, trabalhadas por Torres (Apud MARIN, 2002, p. 40) tornam mais evidente a peculiaridade das comunidades pesqueiras que carregam consigo diversos laços de parentesco e graus de pertencimento e passam a configurar um território singular. Estas características “(...) aportam significados práticos e simbólicos que se refletem nas redes de relações e instituições sociais”.

Por essas e outras razões que foram até aqui apresentadas sobre a importância do território e a gestão da pesca no fortalecimento das coletividades de pescadores/pescadoras artesanais, na escala do município e de seus diferentes lugares, no processo de afirmação de suas territorialidades e de reprodução de suas formas de viver territorialmente na sociodiversidade, é que devemos empoderá-las como “(...) condição indispensável (no direito a territorializar-se) para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades - de todos e de cada um de nós” (HAESBAERT, 2007, p. 17).

1.8 O EMPODERAMENTO PARA A GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS EM COLETIVIDADES LOCAIS

A noção de território e de gestão dos recursos pesqueiros está diretamente associada à ideia de valorização da parceria como instrumento da ação coletiva no âmbito das decisões locais. Isso significa dizer que a participação dos atores sociais e dos diversos segmentos da sociedade civil organizada juntamente com a participação do Estado nos processos decisórios de ordenamento territorial representa uma estratégia fundamental para a construção de um novo modelo que se quer fazer valer para o desenvolvimento das coletividades rurais, em particular, daquelas ligadas ao setor pesqueiro no Nordeste Paraense. Subentende-se que a valorização da parceria implica o empoderamento das coletividades locais a partir da valorização do capital social do lugar²⁴.

Para Vasconcellos e Vasconcellos (2008, p. 215), “O significado de empoderamento está intrinsecamente relacionado com a distribuição de poder dentro dos sistemas sociais (CHAMBERS, 1983; FRIEDMANN, 1992; ROWLANDS, 1995; WORLD BANK, 2004)”.

Nas comunidades pesqueiras da Amazônia, em particular, as do Nordeste Paraense, observa-se, a despeito das estratégias de desenvolvimento local, conforme descreve Almeida e Cruz (2005, p. 03) o seguinte panorama:

²⁴ Nahum em comunicação pessoal (2010), ao trabalhar a dimensão territorial do desenvolvimento rural com base no programa Territórios da Cidadania explica que: “O Capital social compreende o conjunto de relações pessoais, sociais, institucionais que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a um determinado fim”.

As diferentes formas de apropriações dos rios e dos recursos pesqueiros engendraram conflitos pelo uso e acesso aos mesmos, conflitos esses traduzidos em forma de organização social e reivindicações por melhorias na estrutura da atividade pesqueira, culminando na década de 1980, na eclosão de movimentos sociais de pescadores, que reivindicam o reconhecimento da categoria e inclusão de seus direitos na nova Constituição Federal, que estava em processo de construção.

Ainda que não seja uma tradição na região Amazônica, a organização social da classe de pescadores/pescadoras no Brasil, de maneira em geral, ganhou notoriedade a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual estão inseridos os direitos do trabalhador rural, sendo estendidos aos pescadores/pescadoras artesanais como atores participantes e membros do campesinato brasileiro. A *constituente da pesca*, nome pelo qual ficou conhecido o movimento e organização dos pescadores em nível nacional, teve seu fortalecimento a partir do conjunto das ações desencadeadas pelo próprio movimento que passou, desde então, a reconhecer a importância e o valor de seu poder de representatividade, e do papel político a ser desempenhado em favor das classes sociais desfavorecidas, ou como denominam Vasconcellos e Vasconcellos (2008) os desempoderados, a exemplo dos pescadores/pescadoras artesanais.

Uma das iniciativas mais importantes tomadas pela *constituente da pesca* após seu surgimento foi o evento nacional intitulado “I Encontro Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais”, organizado durante a realização da 2ª Conferência Nacional de Pesca e Aquicultura²⁵ em Setembro de 2006, em Brasília-DF. Apesar das divergências que surgiram quando de sua realização, o que ficou evidente como resultado desse processo político foi a construção de novos arranjos institucionais, como SEAP/MPA, os conselhos municipais, a parceria e os acordos de pesca, no desenvolvimento de programas e de políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento rural.

A necessidade de promover o empoderamento das coletividades locais²⁶ no desenvolvimento de políticas relacionadas à gestão da pesca representa uma ação propositiva

²⁵ Ver site do MPA que trata da “3ª Conferência Nacional de Pesca e Aquicultura”, realizada em Brasília. www.mpa.com.br.

²⁶ Nahum em comunicação pessoal (2010) esclarece a respeito do empoderamento das coletividades locais nos processos de desenvolvimento rurais que: “O empoderamento da sociedade civil deve contribuir para que as novas institucionalidades sejam capazes de expressar formas mais avançadas e democráticas de governança e de governabilidade democrática, aperfeiçoando as relações vigentes entre o Estado e a sociedade, o que implica uma revisão dos deveres e das obrigações, papéis e atribuições, formalmente instituídas, enfatizando as convergências de interesses que conduzam à articulação de ações. As institucionalidades territoriais são espaços políticos, tais como fóruns, conselhos, comissões, comitês, consórcios, articulações e arranjos institucionais diversos de expressão, discussão, deliberação e gestão, que congregam a diversidade de atores sociais e cuja atenção é voltada à gestão social das políticas e dos processos de desenvolvimento. Essas institucionalidades

no contexto das novas relações sociais e políticas construídas mediante a participação do Estado e sociedade civil organizada no planejamento dos programas de desenvolvimento rural. Isso certamente tem fomentado a valorização da parceria como uma nova estratégia de ação coletiva fundamental para o exercício da gestão pública.

A importância da parceria, nesse sentido, reforça a caráter a necessidade do “(...) empoderamento dos desempoderados (...), uma vez que a parceria permite que os desempoderados contribuam com seus conhecimentos, informações e habilidades para a elaboração de programas, projetos e ações que os afetam” (FARRINGTON; BEBBINGTON, 1993 apud VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008, p. 215).

O foco da pesquisa ora em andamento está centrado na análise do território e gestão da pesca, que por sua vez, requer o entendimento desse processo que envolve a construção de novos arranjos institucionais relacionados às estratégias de desenvolvimento local. Todavia, infere Vasconcellos e Vasconcellos (2008) com relação ao funcionamento da parceria em comunidades rurais, de que ainda faltam evidências substanciais que possam verdadeiramente comprovar sua natureza e funcionamento. Sua funcionalidade tem sido certamente, uma realidade nas comunidades rurais fadada ao que o autor chama de “domínio das ideias e ideologias das pessoas ou organizações”, que possuem o poder no sentido estrito do termo, onde se impõe o controle externo sobre a coletividade, dando oportunidade para a cooptação e o desequilíbrio de poder. Assim, os referidos autores chamam-nos a atenção para o seguinte fato:

O discurso de ‘transformação’ por meio da parceria tem sido usado de forma conveniente para oferecer princípios morais a alguns projetos de desenvolvimento (CLEAVER, 2001) e programas governamentais (TENDLER, 1997) e como um legítimo mecanismo de inclusão social. (...). A despeito da análise de que a parceria traz benefícios sociais, ainda faltam mais evidências de que ela contribui efetivamente para empoderar os socialmente excluídos, particularmente, os desempoderados de áreas rurais. A parceria objetiva fortalecer a relação entre a sociedade civil e a governança local através da participação dos desempoderados das áreas rurais nos mecanismos de governança (...) (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008, p. 217).

Se há alguma relação entre esses novos arranjos institucionais e a área objeto de estudo da pesquisa que possamos afirmar que exista de fato, consideramos ser prematuro

podem ter conformações distintas, segundo o entendimento dos próprios atores sociais, mas deverão sempre expressar a diversidade social, buscando a representatividade, a pluralidade e a paridade entre as forças sociais, para que processos horizontais de negociação e decisão transformem práticas verticalizadas de gestão em acordos multissetoriais de gestão social em processos de planejamento ascendente”.

declarar. Mas podemos sim, pensar esses mesmos arranjos como possibilidades concretas de desenvolvimento rural, uma vez que são estratégias que possuem um forte vínculo social e político com os sistemas sociais, como é a classe de pescadores/pescadoras artesanais, envolvidos no processo de desenvolvimento local.

Analisaremos essa questão mais aprofundada no capítulo 3 onde será analisada a parceria como fundamento para o empoderamento das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais no nordeste paraense, em particular, da vila de Guarajubal e Vista Alegre, em Marapanim-PA.

O capítulo 2 que dá segmento a nossa leitura vem ao encontro da perspectiva do ordenamento territorial como instrumento voltado à gestão dos recursos pesqueiros no Estado do Pará, visto como reflexo da política de estado em consonância com a política de desenvolvimento territorial da pesca e aquicultura no Brasil na atualidade.

CAPÍTULO 2: O ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO INSTRUMENTO VOLTADO À GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS NO ESTADO DO PARÁ

2.1 DEFININDO O ORDENAMENTO TERRITORIAL PARA A GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS

A ciência geográfica vem desempenhando um papel crucial com relação ao estudo do ordenamento territorial, em particular, no desenvolvimento dos instrumentos de gestão e planejamento da organização do território, relacionados às políticas públicas promovidas pelo Estado brasileiro desde a década de 1930, assim como, as diferentes formas de uso do território por vários segmentos sociais que fazem parte da dinâmica socioespacial em dada formação econômico-social. Todavia, sua relevância se deu por intermédio da compreensão das noções de território e de empoderamento das coletividades locais nos processos decisórios de gestão política dos territórios no Brasil.

A princípio, o ordenamento territorial pressupõe um arranjo espacial de natureza jurídica e política cuja centralidade é o território. O território, nesse contexto, constitui uma categoria central de análise, pois assumiu um caráter mais político nas últimas décadas, por se tratar de um recorte espacial que reflete um modo reservado de apropriação de parcelas do espaço onde estão presentes diversos atores com suas relações de identidade e de pertencimento, compreendendo assim, diferentes territorialidades impregnadas de relações de poder.

Convém esclarecer, nesse sentido, que o ordenamento territorial pressupõe dois vieses de entendimento: de um lado temos a estruturação de políticas de planejamento correspondente à ação pública do Estado. De outro, a convergência dos interesses coletivos. Dessa forma, Silva (2007, p. 297) define ordenamento territorial como:

(...) uma forma singular de uso do território que representa um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecidos. Mas esse ordenamento não é apenas condição social de reprodução da ordem capitalista. É também reflexo de sua significação funcional e simbólica na totalidade social capitalista.

Depreende-se do exposto acima, que o ordenamento territorial constitui, por assim dizer, numa prática social, jurídica e política que envolve um conjunto de ações e de objetos que configuram um arranjo espacial e se reproduzem no conjunto da totalidade social

capitalista e se manifestam em níveis escalares distintos. Logo, infere Silva (2007, p. 297-298):

(...) O ordenamento territorial resulta do avanço do processo de homogeneização (globalização) extensiva do capitalismo e de fragmentação (diferenciação) de parcelas do espaço geográfico em arranjos de objetos e de ações articulados em rede. (...) No entanto, o ordenamento é mais do que uma organização espacial, uma “forma”, mas um sistema dinâmico formado por objetos e ações que articulam lugares contíguos ou não em rede. Assim, o ordenamento territorial em rede é uma trama de relações conflitantes e complementares que integra o lugar, a formação socioespacial e o mundo, conforme assinala Santos (2000). Logo, o ordenamento anuncia a sociedade capitalista global e as significações particulares próprias do uso do território.

Segundo Almeida e Soares (2009), até meados dos anos de 1980 não havia um instrumento jurídico voltado para a ordenação do território brasileiro. Isto, sobremaneira, condicionou a prática governamental em desenvolver políticas de ocupação do território sem que houvesse uma preocupação com os arranjos sociais, políticos, econômicos e culturais contribuindo, assim, para uma (des) ordem territorial e ambiental.

A partir do ano de 1988, afirma Almeida (2007, p. 350), que passou a tramitar na Câmara dos Deputados uma emenda parlamentar, cujo objetivo era introduzir, entre as competências da União, a de elaborar e executar planos nacionais de ordenação do território. Essa emenda (2POI256-6) justifica-se pelos seguintes argumentos:

As constituições brasileiras, até hoje, padecem de uma aguda carência de disposições relativas ao espaço territorial e às condições concretas de organização da vida nacional – distribuição de recursos naturais e equipamentos instalados no país. A própria expressão “ordenação do território” revela preocupação com a distribuição da população e de suas atividades, com a observância de uma criteriosa e racional utilização dos recursos naturais decorrentes de uma política de Estado que objetiva harmonizar o desenvolvimento econômico com a ocupação do território, abrangendo uma variada gama de fatores urbanos, rurais, de localização industrial, reforma agrária, conservação e proteção do meio ambiente, entre outros.

Essa prerrogativa constitucional obriga o conjunto da Federação brasileira envolvendo a União, os Estados e Municípios a promover o ordenamento territorial na organização do território nacional tendo como foco principal a gestão ambiental e manejo dos recursos naturais.

Segundo Coelho e Cunha (2008) no Brasil, as pressões internacionais do movimento ambientalista refletirão o caráter contraditório das políticas modernizantes e de integração nacional em virtude do acelerado processo de exploração e degradação dos recursos naturais.

Assim, surgirá no bojo das transformações econômicas e sociais, a criação de um arcabouço institucional²⁷ destinado a tratar da temática ambiental de modo a reorientar as ações do próprio Estado, bem como, da sociedade. É nesses termos que surge o modelo de gestão participativa, compartilhada e descentralizada.

A política neoliberal instaurada na América Latina, em particular, no Brasil na década de 1990, consolidará um novo modelo de Estado que implicará em mudanças substanciais no seu papel e forma de atuação no que se refere à gestão do território.

Esse processo teve como culminância na gestão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em sua primeira gestão (2002-2006), a implantação de políticas de governo que se transformaram em políticas de estado e continuaram durante a segunda gestão (2006-2010). Dentro desse contexto, no que se refere à política territorial de desenvolvimento rural no Brasil, vários programas foram implantados. Dentre estes, temos o Programa Territórios da Cidadania, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a Política de Desenvolvimento Territorial de Pesca e Aquicultura, sob a responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), os quais se encontram em processo de consolidação.

Por ora, iremos tratar da Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura no Brasil como forma de analisar seus fundamentos que embasam certamente a Política de Desenvolvimento Territorial de Pesca e Aquicultura no estado do Pará sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura. Em seguida, também nos deteremos na análise da política estadual e relacionar com a gestão da pesca das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais do Nordeste Paraense, com ênfase nas comunidades pesqueiras trabalhadas nesta pesquisa.

²⁷ Ver PARÁ, G. E. do. Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará: Belém, Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 3v. p. 61-75. Neste documento consta uma tabela intitulada Resumo da Legislação Ambiental e Territorial no Brasil e Normas correlatas.

2.2 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA PESCA E AQUICULTURA NO BRASIL

Historicamente, a política de desenvolvimento do setor pesqueiro no Brasil está condicionada a três processos alavancados pelo Estado no decorrer do século XX que, segundo Cardoso (2001), produziram a configuração de um modelo de gestão das pescarias que perdurou até meados dos anos de 1990, quando então, entra em crise de modo evidente e que se reflete na atual situação em que se encontra a pesca, de maneira geral, no Brasil. Esses três processos, segundo Cardoso (2001), obedecem a uma mesma lógica racional e ideológica em que o Estado brasileiro impôs como marco regulatório e institucional da atividade pesqueira no Brasil. Trata-se, pois,

(...) da pesca racional, moderna, baseada na tecnologia, com pescadores comportados (ou domesticados) de modo a valorizar a pátria. Discurso presente até os dias de hoje, à mercê dos escândalos, desperdícios, depredações e limites naturais de expansão desse modelo que a história das últimas três décadas do setor pesqueiro revelou abertamente (CARDOSO, 2001, p. 80).

Ressalta-se, a contento, que nossa intenção aqui não é trabalhar a história da pesca, mas sim contextualizar o processo histórico da gestão da pesca com a atual política de desenvolvimento da pesca e aquicultura do MPA de modo que possamos refletir sobre os desdobramentos dessa política com a constituição dos “Territórios da Pesca e Aquicultura” no Brasil, bem como, estabelecer uma relação com os “Territórios de Pesca em coletividades locais”, de forma particular, do Nordeste Paraense.

Assim, o primeiro processo²⁸ diz respeito à formação do Estado Nacional Brasileiro e do estabelecimento da Marinha de Guerra do Brasil (1910-1930), a qual procurou manter sob sua responsabilidade a atividade da pesca como mecanismo de controle institucional e de firmamento jurídico de sua área de atuação. Para isso, desenvolveu um sistema organizacional hierárquico da categoria²⁹: colônias, federações e confederação nacional de pescadores. Esse sistema até hoje é reconhecido em todo o território nacional.

O segundo corresponde à fase da modernização industrial da atividade pesqueira no Brasil (1960-1980). Sua premissa básica era promover a transformação do setor pesqueiro de

²⁸ Cardoso (2001, p. 80) destaca que esse processo foi estudado por SILVA (1991). Ver SILVA, L.G.S. Pescadores, militares e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930). Recife, 1v. (Dissertação-Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

²⁹ Ver material elaborado em forma de cartilha intitulado “COLÔNIA DE PESCADORES – GESTÃO, ORGANIZAR E ADMINISTRAR”. Oficina de Capacitação promovida em parceria com a Colônia de Pescadores Z-20 – Santarém, IARA/Mururé, MOPEBAM e IPAM, Santarém-PA, 2004.

natureza artesanal em pesca moderna tendo por base a industrialização. Todavia, a política conduzida pela SUDEPE em relação ao setor de pesca não logrou êxito em grande parte das ações que foram empreendidas, uma vez que as consequências que acompanharam o desenrolar do projeto de modernização do setor pesqueiro, foram prejudiciais aos trabalhadores que dependem da arteficialidade de pesca; as leis que regulam e normatizam o setor não foram respeitadas em que pese suas especificidades, assim como, o funcionamento do metabolismo da natureza.

O terceiro processo refere-se ao que Breton e Estrada (1989) Apud Cardoso (2001, p. 80) chamam de consolidação dos nacionalismos marinhos (1980-1990). Este representa a etapa final de um modelo de planejamento do setor pesqueiro que atingiu o limite de sua expansão.

O mar territorial de 200 milhas foi decretado nos anos de 1970 pela ONU (Organização das Nações Unidas), e em 1982 foram tratados novos acordos para a entrada em vigor das resoluções da COVEMAR (Convenção Nacional das Nações Unidas sobre o Direito do Mar), a respeito do Mar Territorial e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), o que para Cardoso (2001), trazem novos desafios para o ordenamento territorial da pesca no Brasil.

Países do mundo inteiro acordaram entre si por meio de convenções da ONU, a reformulação do Direito do Mar que culminou na assinatura de um tratado internacional que entrou em vigor em 1994, que trata dos limites do mar, que são três: 1. O Mar Territorial, que tem 12 milhas, ou 22 quilômetros; 2. Zona Econômica Exclusiva (ZEE), o mar que compreende uma faixa de 200 milhas (370,4 quilômetros) a partir da linha de base; 3. O Alto-Mar, cuja extensão que vai das 200 milhas até o ponto em que a plataforma continental se precipita no abismo das grandes profundidades³⁰.

O litoral brasileiro é regido pelas leis do Estado de direito, autônomo e soberano o qual tem o monopólio da exploração dos recursos biológicos e das riquezas do subsolo marinho, devendo zelar pela defesa do meio ambiente. A ONU lhe assegura ainda o direito soberano de exploração dos recursos de toda a plataforma continental, ainda que sua largura ultrapasse a da ZEE.

Essas determinações legais do Direito do Mar valem para o conjunto das nações que fazem parte dos acordos estabelecidos pela ONU.

³⁰ Ver emquestao@secom.planalto.gov.br. **Patrimônio brasileiro no mar da Amazônia Azul**. Editado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Nº 534 – Brasília, 23 de Julho de 2007. p. 01. Por meio de regulamentações da ONU, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), em Abril de 2007, formalizou um documento em que “... o Brasil pode apresentar novo projeto, que uma vez aceito, permitirá a incorporação de, no mínimo, 700.000 Km², e, no máximo, 950.000 Km², em valores aproximados”.

Observa-se com isso as vantagens que o Estado brasileiro possui em relação aos demais países da América do Sul ao dispor de um imenso litoral de Norte a Sul com uma riqueza natural de inestimável valor econômico, político, social e cultural. É preciso, fundamentalmente, que o Brasil concentre esforços na gestão do território levando em consideração a diversidade e heterogeneidade do conjunto da nação nas decisões relativas ao ordenamento territorial dos chamados “Territórios de Pesca”.

O que nos chama atenção em relação às políticas de planejamento para o setor pesqueiro no Brasil desde a década de 1930 a 1990 é que o mesmo se reproduziu sem uma base solidamente estruturada do ponto de vista institucional da ação do Estado. No que se refere ao papel das instâncias legais no processo de elaboração de políticas para o setor, o que se vê é a indefinição de uma política de gestão.

Com o desenvolvimento de novas propostas de planejamento do setor pesqueiro a partir do ano de 2000 o Estado brasileiro, deu preferência à continuidade de políticas públicas setorializadas sendo priorizada uma abordagem territorial focada nos chamados territórios da ação pública. Entre os territórios da ação pública voltados para o setor pesqueiro, estão os chamados Territórios de Identidade ou da Cidadania criados na gestão anterior do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003. É o que veremos na subunidade que segue.

2.2.1 Territórios de Identidade ou de Cidadania – Uma política de Ordenamento Territorial da Pesca e Aquicultura no Brasil

Antes mesmo que possamos falar a respeito do tema proposto, é preciso estabelecer um posicionamento claro e objetivo, do ponto de vista político, com relação ao entendimento do que seja o território, enquanto pilar central de análise adotada pelo governo federal no desenvolvimento de uma política territorial da pesca e aquicultura para o país, e que sob o olhar de um geógrafo revela ser o elemento determinante no processo de construção de uma política de territorialização³¹ (entenda-se o território usado como categoria de análise) voltada para os “territórios de pesca” que possa potencializar o capital social do lugar.

³¹ As informações indicadas pelo Prof. Dr. João dos Santos Nahum, aqui dispostas, foram dadas durante a realização da disciplina “Dinâmicas territoriais, campesinato e ribeirinhos na Amazônia”, ministrada juntamente com o Prof. Dr. Sérgio Cardoso, no período de 26.04 a 23.06.2010, como disciplina obrigatória do PPGEU/UFPA (Programa de Pós-graduação em Geografia), da Universidade Federal do Pará. Nahum (2010) explica que uma política de territorialização reflete o caráter político de uma política pública capaz de potencializar o capital social do lugar. Assim, ela implica a nível espacial na implantação de políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento de diferentes segmentos sociais (pescadores, ribeirinhos, extrativistas, agricultores, etc.) onde o capital social do lugar seja potencializado para o desenvolvimento das coletividades. Para isso, o

Desse modo, a compreensão acerca da Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura apresentada pelo MPA perpassa pelo entendimento da contextualização das ações e programas da SEAP/PR estando esta associada a uma abordagem territorial através da definição do conceito de territórios de identidade. No documento oficial da SEAP/PR o conceito de território de identidade compreende a parcela apropriada do espaço por diferentes grupos sociais que nela se reproduzem, constituindo assim, uma construção histórica onde estão presentes as relações de pertencimento e o auto-reconhecimento de identidades culturais e sociais geograficamente definidas.

Embora o governo federal tenha adotado tal conceito como sinônimo de território de cidadania, importa esclarecer que a microrregião do Salgado Paraense não foi contemplada a priori na política de desenvolvimento territorial da pesca e aquicultura, mas sim no programa territórios da cidadania tendo outro desdobramento.

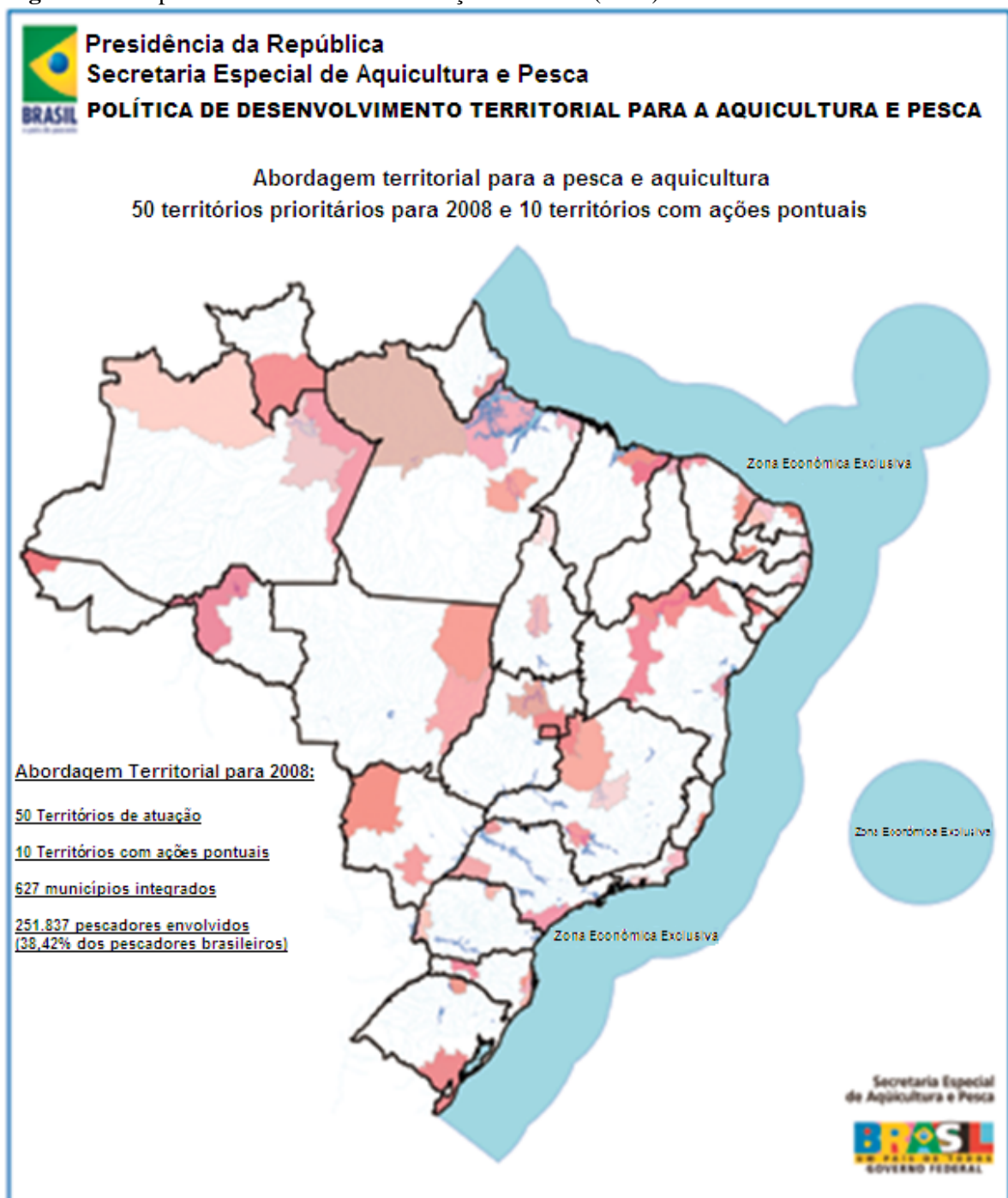
Na versão preliminar do documento apresentado pela SEAP/PR (Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República) intitulado “Política de Desenvolvimento Territorial para a Aquicultura e Pesca” (ver Figura 14) a abordagem territorial é dimensionada a partir da identificação das ações e programas da SEAP/PR (Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República) sendo direcionadas para determinadas regiões do país que passam a se constituir em territórios de cidadania (ou territórios de identidade), tornando-se áreas prioritárias de investimentos do governo federal via MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), as quais são estabelecidas de acordo com os critérios pré-estabelecidos³² que constam no referido documento, bem como, do número de pescadores cadastrados no RGP (Registro Geral da Pesca) e o código referente a cada um dos territórios. Além destes 50 territórios prioritários são apresentados, também, 10 territórios com ações pontuais dos quais não aparecem dados correspondentes as ações empreendidas. A proposta abrange um total de 627 municípios integrados.

professor propõe que seja elaborado um plano de ação para o lugar tendo por base a segurança alimentar, ainda que a produção de alimentos não seja uma política de Estado.

³² No documento da versão preliminar (2008/2011) os critérios adotados pela SEAP/PR são apresentados aqui na íntegra: a) Territórios que possuem ou com previsão de implantação de **Terminal Pesqueiro Público (TPP)**; b) Territórios com previsão de implantação de **Centro Integrado da Pesca Artesanal – CIPAR**, com recursos oriundos da **Agenda Social dos Povos e Coletividades locais (ASPCT)**; c) Territórios com previsão de implantação de **Parque Aquícola (PAQ)**; d) Territórios com previsão de implantação de **Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM)**; e) Áreas prioritárias da agenda social do Governo Federal (**Territórios da Cidadania e Povos e Coletividades locais - ASPCT**); f) Todas as unidades da Federação com pelo menos um território.

O documento oficial apresenta, também, em seu conteúdo preliminar uma previsão de se atingir a meta de mais 124 territórios de cidadania somando um total de 174 para o ano de 2011.

Figura 14: Mapa dos 50 Territórios de Atuação da SEAP (2008).



Fonte: SEAP/PR (2008, p. 11)

De acordo com as informações oficiais do MPA (2010), na identificação desses 174 territórios estão presentes 89,8% dos pescadores e pescadoras cadastrados no Registro Geral

de Pescadores (RGP); 80% das áreas de alta incidência da prática de Aquicultura continental; 100% das áreas com potencial para atividades de maricultura e 85% dos reservatórios com potencial para a aquicultura. (Ver Tabela 1).

Tabela 1: Territórios da Cidadania e Potencialidades da Pesca e Aquicultura no Brasil–MPA

Territórios de Cidadania	Aquicultura continental	Maricultura	Reservatórios com potencial para a Aquicultura	Registro Geral de Pescadores (RGP)
174	80%	100%	85%	89,8%

Fonte: MPA (2010).

O que isso implica ou representa para aqueles “territórios de pesca” onde predominam populações que dependem em grande parte, da pesca artesanal do ponto de vista regional?

É necessário repensar a abordagem territorial que está sendo empregada no plano institucional, pois as múltiplas territorialidades pesqueiras de coletividades locais da microrregião do salgado do Nordeste Paraense fazem parte do contexto na medida em que são dotadas de potencialidades naturais – inclui-se ai a pesca – e que merecem ser devidamente tratadas pelos órgãos oficiais no desenvolvimento de políticas públicas voltadas par o setor da pesca artesanal.

Na tabela 2 é possível observar a descrição detalhada dos 50 territórios de identidade que foram selecionados pela SEAP/PR em 2008 de acordo com um ou mais dos critérios discriminados pelo próprio órgão responsável no documento oficial.

Tabela 2: Consolidação dos Territórios de Atuação da SEAP (2008)

UF	Território de atuação	Código do território	Critério utilizado(*)	Território da cidadania	Nº de pescadores
AC	Vale do Juruá – AC	106	UF	Não	1.619
AL	Baixo São Francisco – AL	332	CIPAR	Não	5.598
AL	Do Alto Sertão – AL	40	Parque Aquícola	Sim	377
AM	Entorno de Manaus – AM	44	TPP e Parque Aquícola	Sim	8.328
AM	Baixo Amazonas – AM	17	CIPAR	Sim	2.997
AM	Alto Rio Negro – AM	136	CIPAR	Sim	1.758
AP	Territórios IV e VI – AP	304	TPP, Fábrica Gelo, Caminhão	Não	5.151
BA	Velho Chico – BA	102	CIPAR e Parque Aquícola	Sim	12.390
BA	Sertão do São Francisco – BA	143	Parque Aquícola	Não	10.894
BA	Baixo Sul – BA	21	CIPAR	Não	7.699
CE	Litoral Leste – CE	319	CIPAR	Não	6.322
CE	Litoral Norte – CE	321	CIPAR	Não	3.114
CE	Médio Jaguaribe – CE	318	Parque Aquícola	Não	224
DF	Das Águas Emendadas – DF/GO/MG	38	UF	Sim	512
ES	RMV – ES	348	TPP	Não	2.438
GO	Serra da Mesa – GO	311	Parque Aquícola	Não	28
MA	Lençóis Maranhenses/Munim – MA	52	CIPAR	Sim	8.773
MG	Noroeste de Minas – MG	63	CIPAR	Sim	2.144
MG	Médio São Francisco/ Sertão de Minas (Guimarães Rosa) – MG	339	Parque Aquícola	Não	1.323
MG	Médio Rio Grande – MG	342	Parque Aquícola	NÃO	708
MS	Grande Dourados – MS	47	UF	Sim	270
MT	Baixo Araguaia – MT	19	UF	Sim	182
PA	Marajó – PA	129	CIPAR	Sim	25.571
PA	Baixo Amazonas – PA	18	CIPAR	Sim	19.286
PA	Lago de Tucuruí – PA	305	Parque Aquícola	Não	13.219
PA	Rio Caetés – PA	307	CIPAR	Não	5.108

PB	Zona da Mata Norte – PB	103	TPP e PLDM	Sim	3.511
PB	Zona da Mata Sul – PB	120	PLDM	Sim	2.675
PE	RMR – PE	331	PLDM	Não	3.109
PE	Mata Sul – PE	54	CIPAR	Sim	1.117
PE	Mata Norte – PE	153	PLDM	Não	946
PI	Planície Litorânea – PI	358	UF	Não	8.193
PR	Lindeiros – PR	349	Parque Aquícola	Não	1.721
RJ	RMR – RJ	116	TPP	Não	4.432
RJ	Baía de Ilha Grande – RJ	55	TPP	Não	1.927
RN	Mato Grande – RN	1	PLDM	Sim	5.455
RN	Açu–Mossoró – RN	323	CIPAR e PLDM	Sim	4.062
RN	Grande Natal – RN	323	TPP	Não	1.715
RO	Madeira Mamoré – RO	53	TPP	Não	2.825
RR	Sul de Roraima – RR	91	UF	Sim	2.052
RS	Zona Sul do Estado – RS	104	CIPAR	Sim	8.152
SC	Litoral Sul Catarinense – SC	366	TPP e PLDM	Não	8.892
SC	Baixo Vale do Rio Itajaí e Tijucas – SC	364	PLDM	Não	8.310
SC	Grande Florianópolis – SC	365	PLDM	Não	3.737
SE	Grande Aracaju – SE	334	TPP	Não	4.972
SE	Alto Sertão – SE	8	Parque Aquícola	Sim	585
SP	Litoral Centro Norte – SP	353	TPP e PLDM	Não	5.632
SP	Vale do Ribeira – SP	100	TPP, CIPAR e PLDM	Sim	2.839
SP	Jales – Fernandópolis – SP	352	Parque Aquícola	Não	551
TO	Bico do Papagaio – TO	22	UF	Sim	2.207
*** ***	50	***** ***** *****	***** ***** *****	SIM - 22 NÃO - 28	TOTAL DE PESCADORES 235.650

Fonte: SEAP/PR (2008, pp. 12-13)

(*) TPP - Terminal Pesqueiro Público; CIPAR - Centro Integrado da Pesca Artesanal; PAQ - Parque Aquícola; PLDM - Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura; UF - Áreas prioritárias da agenda social do Governo Federal (Territórios da Cidadania e Povos e Coletividades locais).

Com base na tabela acima podemos destacar alguns aspectos e tecer argumentos problematizando questões relativas à distribuição dos chamados Territórios de Pesca e Aquicultura, bem como, dos critérios de suas escolhas e que nos chamam atenção, como por exemplo: no Estado do Pará apenas algumas regiões se inserem nos critérios estabelecidos pela SEAP/PR e que, portanto, fazem parte do processo. Mas, por que outras regiões do Estado, em particular, o “Salgado Paraense”, não foi contemplado pelo programa da SEAP/PR? Qual a posição dos pescadores artesanais de outras partes do Brasil com relação à proposta do programa da SEAP/PR?

Consultando outras fontes da literatura que tratam da gestão da pesca, foi possível atentar para um fato intrigante com relação à participação dos pescadores artesanais na “I e II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca” conduzida pela SEAP/PR, hoje Ministério da Pesca e Aquicultura, nos anos de 2003 e 2006 respectivamente.

À época da realização das conferências no início do governo Lula, diversas comunidades de pescadores artesanais do Brasil estavam animados com a ideia de que o setor da pesca viveria uma nova realidade em que os diversos segmentos sociais originários do campo seriam atendidos por suas demandas. No relatório descritivo da “I Conferência Nacional da Pesca Artesanal”³³ consta nos autos, que o setor de pesca artesanal foi muito prejudicado em função da legitimação da política da SEAP/PR voltada para investimentos públicos na aquicultura e pesca oceânica. No documento afirma-se que:

Nos dois momentos, utilizou-se um discurso sobre a democracia e a construção coletiva. (...). Através de artifícios metodológicos e estratégias políticas impossibilitaram qualquer diálogo. A maioria dos atuais investimentos e políticas públicas está voltada para o fortalecimento do hidronegócio, com exclusivo interessado de privatizar as águas para instalação de fazendas de cultivos. Dessa forma suprimem os territórios das comunidades pesqueiras e promovem a desregulamentação da legislação ambiental, conquistada historicamente pelas lutas e mobilizações populares. Ao mesmo tempo, existe o desprezo com o tratamento das questões centrais que prejudicam a pesca artesanal no país, como por exemplo,

- Crimes ambientais praticados pelas empresas de carcinicultura *blindadas* por políticas específicas e agraciadas com incentivos governamentais;
- Construção de barragens, transposições de rios, a exemplo dos empreendimentos de suporte aos grandes projetos econômicos, que na

³³ Ocorrida em Brasília no período de 28 a 30 de Setembro de 2006 à época da “II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca” cuja “ideia inicial era demonstrar a tamanha insatisfação com a política adotada pela SEAP/PR e realizar atividades nos mesmos dias da II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca como forma de pressionar o governo federal e articular pescadores e pescadoras artesanais em um só movimento em favor da sobrevivência de milhares de pessoas”. Fonte: “Relatório Descritivo da I Conferência Nacional de Pesca Artesanal”. Brasília-DF, 2006. p. 02-03.

implantação não consideram os territórios tradicionais pesqueiros e a pesca artesanal como atividade produtiva;

- Políticas de financiamento e investimentos inadequadas para a atividade pesqueira artesanal;
- Desconsideração da cultura local;
- Investimentos em pesquisa e assistência técnica distante dos interesses dos pescadores e pescadoras;
- Reservas extrativistas ignoradas e políticas públicas específicas insuficientes e/ou desconsideradas;
- Falta de compromisso político para enfrentamento dos problemas ambientais crescentes que afetam diretamente a pesca artesanal.

Os questionamentos propositivos acima nos permitem dizer que o Governo Federal poderia priorizar políticas de territorialização, ao invés de uma política de espacialização³⁴ que estabelece ações monolíticas onde são priorizadas algumas áreas em detrimento de outras.

Segundo Nahum (2010) as políticas de gestão que o Governo Federal estabeleceu nos últimos 40 anos, em particular, as políticas públicas em seu conjunto para os diversos segmentos sociais da Amazônia, isto é, para as chamadas comunidades de agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos entre outros que possam ser incluídas nesses segmentos, foram, na maioria das vezes, políticas de espacialização que se traduziram em programas de governo e de ações localistas de caráter assistencialistas com intervalos de tempo de um a cinco anos no máximo onde não apresentaram resultados satisfatórios para as comunidades onde foram desenvolvidos.

A partir de uma breve leitura das políticas territoriais do Estado brasileiro nas décadas de 1960 e 1980 através dos PND's que em nível regional tiveram como desdobramento os PDA's é possível refletir a respeito do que o Governo Federal foi capaz de realizar a despeito de seu papel como agente indutor do desenvolvimento na Amazônia.

As mudanças imprimidas na região durante os anos que se sucederam na década de 50 ocorreram através do plano de metas de Juscelino Kubitscheck (1957-60), o qual privilegiou o setor de transportes com a criação de rodovias de escala nacional, a exemplo da Belém-Brasília (1956-60), principal "eixo rodoviário de penetração", interligando o país no sentido

³⁴ Nahum (Comunicação Pessoal, 2010) explica que a política de espacialização reflete bem o caráter das políticas públicas voltadas para a Amazônia sob a responsabilidade do Estado onde o mesmo foi capaz (se e somente se) de desenvolver planos, programas e ações de caráter desenvolvimentistas a exemplo dos PDA's (Plano de Desenvolvimento da Amazônia) e o PAS (Plano Amazônia Sustentável – 2003). As secretarias de Estado são os órgãos reguladores que estabelecem políticas normativas de acordo com o que consideram ser prioridade no desenvolvimento de ações públicas. Como exemplo, temos o programa "Territórios da Cidadania" que faz parte de uma política de espacialização fundada na concepção da nova ruralidade na Amazônia. A nova ruralidade enquanto um novo modelo de desenvolvimento do campo na Amazônia se constitui numa estrutura política que se revela como uma política de Estado, logo, uma política de espacialização.

Norte-Sul, seguida de um conjunto de medidas que ficou conhecida pela denominação de “Operação Amazônia”, dentre as quais se destacam a criação do BASA (1966); a criação da SUDAM (1966) como órgão responsável pelo planejamento, controle, execução e coordenação federal na região; ampliação de incentivos fiscais; criação da SUFRAMA (1967).

É nesse contexto que ocorre a criação da SUDEPE, em 1967, que para Cardoso (2001, p.80), corresponde à fase de “modernização” da pesca no Brasil.

A década de 1970 representou uma fase importante na história política e econômica da Amazônia. Isto por que:

(...) através da política de integração nacional o governo federal criou programas, como o programa de integração Nacional (PIN) com o objetivo de financiar as rodovias Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, e o programa de redistribuição de terras e de estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) com finalidades de facilitar a aquisição de terra, melhorar as condições de trabalho rural e promover a agroindústria na Amazônia e no Nordeste (MAHAR apud IDESP, 1991, p.07).

Assim, de acordo com Costa (1991, p. 63): “(...) De modo geral, I PND acentua a tendência do Estado de procurar enfocar suas políticas territoriais através de estratégias de “Integração Nacional”, ou seja, procura expandir a “fronteira econômica” do país a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste”. Acreditava-se, até então, que a modernização alavancada pelos programas desenvolvimentistas do Estado brasileiro para a Amazônia pudesse de fato assegurar o desenvolvimento econômico e social da região.

Neste contexto, a Amazônia, pela própria condição que lhe foi atribuída como fronteira de recursos, tornou-se alvo de interesse dos grandes grupos econômicos, interessados na exploração de seus recursos naturais, e do próprio Governo Federal que via, nessa região, a possibilidade de se viabilizar a montagem de uma infraestrutura física e energética capaz de gerar divisas necessárias para o pagamento dos serviços da dívida externa e para a reformulação do parque industrial nacional.

A estratégica de desenvolvimento adotada, segundo Costa (1991, p.64) “(...) faz uma clara opção pelo grande empreendimento da fase monopolista do capitalismo, a partir de capitais privados nacionais e estrangeiros, tendo atrás de si estímulos governamentais de todo tipo, além dos investimentos de infraestrutura”. Portanto,

(...) observa-se, a partir do II PND e seu correspondente na região, o II PDA (1975-1979), a reconstrução do conceito do papel da indústria na estratégia de ocupação, na qual a industrialização da região passa a se assentar no aproveitamento das vantagens locais, especificamente, na utilização dos recursos naturais

existentes, o que explica a presença de grandes empreendimentos de exploração, direta ou indiretamente, de matérias-primas (os chamados 'Grandes Projetos'), que vêm a reboque da ação estatal, a qual incentivou e materializou a vinda dos mesmos, no sentido de operacionalizar, no campo econômico, o projeto institucional do Estado Brasileiro para a região (LIMA, 1995, p.106).

No início dos anos 1980, a economia brasileira sente os efeitos generalizados dos serviços da dívida externa, da inflação elevada e da recessão, assim como em toda a América Latina. Desse modo, o Governo Federal, não tendo outra opção de superar a crise, resolveu reforçar a política de ocupação da região amazônica, como forma de integrá-la à economia nacional. Lançando mão, para isso, do III PDA (Plano de desenvolvimento da Amazônia - 1980–1985).

O Estado resolve, então, partir para uma política ousada e arrojada ao mesmo tempo no desenvolvimento regional com a construção de um projeto estratégico com a participação do capital nacional e estrangeiro. Nasce desse modo, o PGC – Programa Grande Carajás, que na verdade trata-se de: “uma combinação de projetos já existentes e de projetos novos amarrados por uma legislação de incentivos fiscais especiais, desenvolvida para atrair investidores, quer domésticos quer estrangeiros, em nome do desenvolvimento regional”. (HALL apud GUIMARÃES, 1995, p.165).

Conforme havíamos dito inicialmente, as políticas públicas que foram conduzidas pelas mãos do estado brasileiro e voltadas para a Amazônia se traduziram em políticas de espacialização que, sobremaneira, priorizaram determinados investimentos em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, relegando assim, interesses difusos de diversas comunidades da região.

Assim, uma vez entendida a lógica que perpassa a gestão governamental em nível nacional/ regional não podemos esquecer que esta, por sua vez, prescinde de uma base territorial que se reproduz a partir das coletividades locais que pré-existem e se mantêm sobre o mesmo com seus arranjos coletivos próprios. É isso que se traduz em política de territorialização em que o geógrafo não pode ficar alheio a tomada de decisão quando falamos de território e gestão da pesca.

Desde a criação da SUDEPE, na década de 1960, até a primeira década do século XXI, o que se observa com relação à política de desenvolvimento territorial da aquicultura e pesca proposta pelo Governo Federal é que a mesma ainda não dispõe de uma base sólida instrumental/institucional que possa abarcar todas as regiões do país. Por mais que se queira fazer valer a atual proposta por meio da construção de uma nova política de espacialização que se revela pela tomada de decisão sob a via governamental, cuja centralidade deveria ser o

território, o que se vê é o prevailecimento dos interesses que estão em jogo. De um lado temos a prioridade do governo que é dada aos territórios da aquicultura e pesca (sob a condição de territórios de cidadania) e, de outro, os “territórios de pesca” representados pelos segmentos sociais que lidam com a tradição da artesanaria de pesca e se reproduzem com os saberes locais de geração em geração, constituindo aquilo que Torres (2009) denominou de tradição de base familiar e intergeracional.

Desse modo, entendemos que é preciso saber empregar o termo território com prudência com relação à gestão da pesca, pois é preciso considerar a heterogeneidade da sociodiversidade da Amazônia, como nos fala Nahum (Comunicação Pessoal, 2010), parafrazeando Maués (2009), isto é, os diferentes modos e gêneros de vida usando o território. Isso é o que entendemos por política de territorialização: Território – atores sociais – modos de vida. A política de Estado ou de espacialidade ou de espacialização é um conjunto de densidades e normativas que impõe como condição única de desenvolvimento a modernização por adição. Todavia, não se pode esquecer que quem cria normas é o território.

2.3 A ABORDAGEM TERRITORIAL E A GESTÃO DA PESCA NO ESTADO DO PARÁ

A natureza das relações que envolvem a dimensão territorial e a gestão da pesca no Estado do Pará tem sido permeada de avanços e retrocessos considerando a gestão da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAQ/PA) a qual, desde quando foi criada no Governo anterior em 2007, tem sentido os efeitos de uma transição política que é reflexo das mudanças estruturais da política nacional do Estado Brasileiro.

No que concerne às decisões a serem tomadas pelos gestores em nível estadual sobre as ações que deveriam ser realizadas para desenvolver os projetos previstos para as diferentes modalidades de pesca, entendo que estas deverão ao menos considerar aquelas mais estratégicas no âmbito do Estado, pois os planos e programas que estão em andamento têm prazos estabelecidos com recursos limitados.

Entre as ações que a SEPAQ atualmente vem buscando desenvolver refere-se à Estatística e Desembarque Pesqueiro no Estado. Este é sem dúvida um dos grandes projetos que visa promover o ordenamento territorial da pesca no Estado.

Dessa forma, nossa intenção nesta subunidade não é descrever a potencialidade da pesca no Estado do Pará e seus múltiplos usos, mas sim relacionar os dados quantitativos da estatística pesqueira no Brasil com as informações qualitativas encontradas em fontes

secundárias que possam subsidiar nossa análise que está voltada, particularmente, para uma modalidade de pesca que é a pesca artesanal praticada em uma região flúvio-estuarina do Salgado Paraense na bacia do rio Marapanim, da qual fazem parte os rios Cajutuba e Camará; considerando-se que as vilas de Guarajubal e Vista Alegre estão localizadas às margens desses rios, sendo por eles influenciadas substancialmente.

Como forma de direcionar a leitura que estamos propondo, iremos apresentar informações oficiais de órgãos gestores no âmbito do estado. Em seguida, apresentamos o modelo de gestão da SEPAQ como instrumento de ordenamento pesqueiro no Estado do Pará.

Pelas consultas realizadas junto às estatísticas do Estado do Pará no site da SEPAQ, nos últimos anos, o que se tem em termos de dados sobre a área de pesquisa deste trabalho é quase que inexistente. Do material coletado, temos uma leitura muito dispersa sobre a região, onde há uma participação de várias Instituições de pesquisa, como a UFRA, UFPA, CEPNOR, que são contratadas para esse fim. Quase sempre, as informações são desconectadas e sem continuidade nos trabalhos que finalizam por falta de verbas.

A carência de informações no município de Marapanim através de suas secretarias é muito acentuada, o que dificulta a natureza das informações alcançadas que acabam sendo trabalhadas de forma isoladas muitas vezes. A realização do trabalho de campo na cidade-sede e nas comunidades pesqueiras trabalhadas permitiu que pudéssemos construir cenários sobre o estado da arte da pesca artesanal no município. Nas áreas de estudo, há também uma carência enorme. As fontes primárias são encontradas somente em registros de documentos pessoais e da própria vivência dos moradores que se dispõem a colaborar com a realização da pesquisa e, isso é digno de nota na realização deste trabalho.

Esse empreendimento apesar dos contratemplos, acredito que nos possibilita trabalhar de forma teórico-prática a natureza empírica das relações produzidas pela dinâmica social das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais de Guarajubal e Vista Alegre, em Marapanim-PA, e seus arranjos coletivos na gestão da pesca e no firmamento de suas territorialidades, que será trabalhada no capítulo 3.

A extensão do litoral brasileiro é de aproximadamente cerca de 8.400 km, sendo constituído por diversas regiões que possuem características geomorfológicas distintas, apresentando 7.367 km de linha de costa, sem levar em consideração os recortes litorâneos formados por baías, reentrâncias, estuários, etc.

Dentre os estados brasileiros, o Estado do Pará possui a segunda maior extensão geográfica, com 1.253.164,5 Km², representando quase 15% do território nacional (GAMA,

2007). Ocupa uma condição privilegiada por apresentar o maior litoral do Norte do Brasil, com aproximadamente 562 km de litoral marítimo, constituindo assim, a mais extensa linha de costa, e abrigando a segunda maior área contínua de manguezais do país.

As águas interiores ou continentais do Estado do Pará constituem-se pelas bacias hidrográficas dos rios Amazonas (água branca) e Araguaia/ Tocantins (água clara), que juntas correspondem a 37,7% de todas as águas interiores brasileiras, e 60% em relação à Amazônia. A rede hidrográfica formadora pelas águas interiores totaliza 21.012 km² de rios e lagos naturais, 2.500 km² de lagos artificiais, e 74.780 km² de igarapés e várzeas (SUDEPE, 1988), citado por Gama (2007).

Essa condição peculiar do Estado Pará, na região Norte do país, lhe favorece uma elevada produção de pescado em toda a região, tese que pode ser comprovada pela estatística pesqueira no Brasil³⁵.

A estatística da pesca nos Estados brasileiros é avaliada a partir da produção levantada nos portos de embarque e desembarque de pescado e de sua captura espalhados pelas diversas regiões do país. Logo, são dados que não representam a totalidade do volume de capturas dos Estados da federação referente a qualquer uma das modalidades de pesca. A estatística de captura do pescado no Estado do Pará é bem maior do que revelam os dados que são apresentados pelos órgãos oficiais. Essa é uma questão que precisa ser revelada e que depende de ações mais consistentes em termos de eficácia sobre a estatística pesqueira no estado do Pará.

Segundo informações que constam no Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil 2008-2009, elaborado pelo MPA (2008; 2009),

Desde outubro de 2007, visando dar maior celeridade no desenvolvimento e implantação do SINPESQ, a então SEAP/PR criou, ainda informalmente, um Grupo de Trabalho do SINPESQ, composto por representantes do IBGE, SEAP/PR, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Após algumas reuniões, definiram-se duas ações prioritárias: a construção e implementação do Plano Nacional de Monitoramento da Pesca e Aquicultura (PNMP) e o desenvolvimento e implementação da infraestrutura de dados do SINPESQ.

Os documentos e relatórios elaborados pelo IBAMA que resultaram na elaboração do documento maior denominado ESTATPESCA (versões 2004; 2005; 2006) à época de sua

³⁵ Com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 10 de agosto de 2009, foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Pesca e Aquicultura, pelo qual, os dois órgãos passaram a compartilhar a coordenação do SINPESQ (Sistema Nacional de Informações de Pesca e Aquicultura). (BRASIL/MPA, 2008; 2009, p. 08).

gestão anterior a criação do MPA, serão trabalhados na elaboração desta subunidade. São informações oficiais que nortearam o próprio trabalho do MPA.

Na tabela 3 destacou-se alguns dados que foram extraídos do documento Estatística da Pesca - ESTATPESCA (2006), apresentados oficialmente pelo IBAMA (2008)³⁶, onde aparecem os Estados da região Norte de acordo com a produção total de pescado no período de 1997 a 2006.

Neste, observou-se que o Estado do Pará vem mantendo uma alta significativa com pouca variação na produção em toneladas nos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000. Nos anos seguintes, manteve quase que o mesmo ritmo, tendo uma alta importante no ano de 2002 atingindo uma produção total de aproximadamente 174.227,5 t.

Tabela 3: Produção Total de Pescado por Estados - Região Norte (1997-2006)

Região Norte e seus Estados	Produção de pescado por ano em (t)									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BRASIL	732.258,5	710.703,5	744.597,5	843.376,5	939.756,0	1.006.869,0	990.272,0	1.015.914,0	1.009.073,0	1.050.808,0
Norte	139.645,0	137.377,0	206.821,0	225.911,0	249.617,0	272.980,0	245.058,0	252.361,0	245,361,0	255.844,0
Rondônia	5.806,0	5.429,0	7.172,0	7.772,0	8.970,0	10.067,0	8.322,5	7.894,5	6.480,0	7.221,0
Acre	1.794,0	2.925,0	2.431,0	2.790,0	2.862,5	2.870,0	3.231,5	3.448,5	3.510,5	3.416,0
Amazonas	48.510,0	45.885,0	48.714,0	56.563,0	63.698,0	70.256,0	63.233,0	64.470,5	60.927,5	63.479,0
Roraima	119,0	127,5	133,0	631,0	950,0	1.262,0	1.649,0	2.129,5	2.750,0	3.062,0
Pará	71.856,5	69.742,5	134.434,5	145.610,0	159.453,5	174.227,5	154.546,0	153.806,5	146.895,5	152.830,0
Amapá	9.281,0	8.452,5	11.538,0	9.972,0	10.825,0	11.126,5	10.617,0	16.026,0	19.378,0	20.250,0
Tocantins	2.278,5	4.815,5	2.399,0	2.573,0	2.858,0	3.170,5	3.459,0	4.586,0	5.322,0	5.626,0

Fonte: IBAMA, 2008 (Adaptada).

Ainda no período 1997/2006, a estatística revela que, o Estado do Pará foi a unidade da federação que mais contribuiu para a ampliação da produção nacional de pescado (Ver tabela 4).

³⁶ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estatística da pesca 2006. Brasil: grandes regiões e unidades da federação/Brasília: IBAMA, 2008.

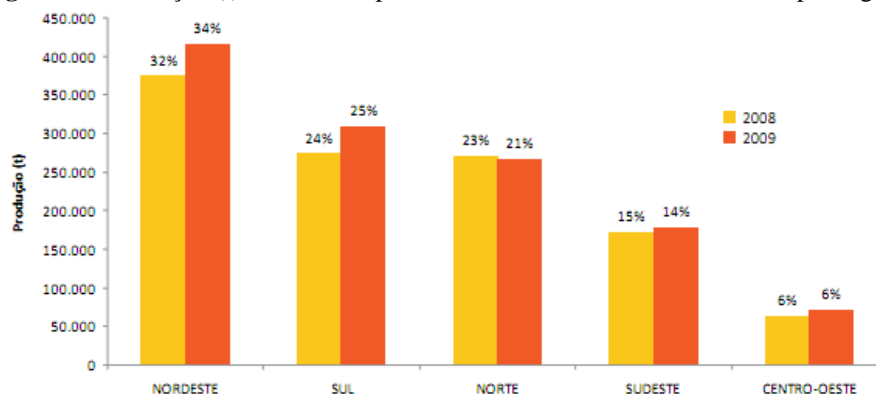
Tabela 4: Ampliação da Produção da Pesca no Brasil (1997-2006)

Unidade da Federação	1997 (t)	2006 (t)	Média Nacional – 2006 (ao ano em %)
Santa Catarina	146.301,0	164.873,5	11%
Pará	71.856,5	152.830,0	10%
BRASIL	732.258,5	1.050.808,0	4,5%

Fonte: IBAMA, 2008. (Adaptada).

Esse crescimento registrado aponta uma produção total equivalente a 152.830,0 mil toneladas (em 2006), o que lhe garantiu a posição de segundo lugar no ranking dos Estados da Federação, atrás do Estado de Santa Catarina com 164.873,5 t.

Analisando os dados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil 2008-2009, elaborado pelo MPA (2008; 2009), considerando a tabela de Produção (t) nacional de pescado em 2008 e 2009, discriminadas por região, podemos observar no gráfico que segue a posição da região Norte ocupando o terceiro lugar, estando à frente das regiões Sudeste e Centro-Oeste. (ver figura 15).

Figura 15: Produção (t) nacional de pescado em 2008 e 2009, discriminada por região.

Fonte: MPA (2008-2009).

A produção de pescado no Brasil atingiu 1.156.423 t em 2008 e 1.240.813 t em 2009, um aumento de 7,3%. Em relação a 2007, quando foram produzidas 1.071.394 t, houve um incremento de 7,9% e de 15,8%, quando esta produção é comparada com 2008 e 2009, respectivamente. (IBAMA/MMA, 2007).

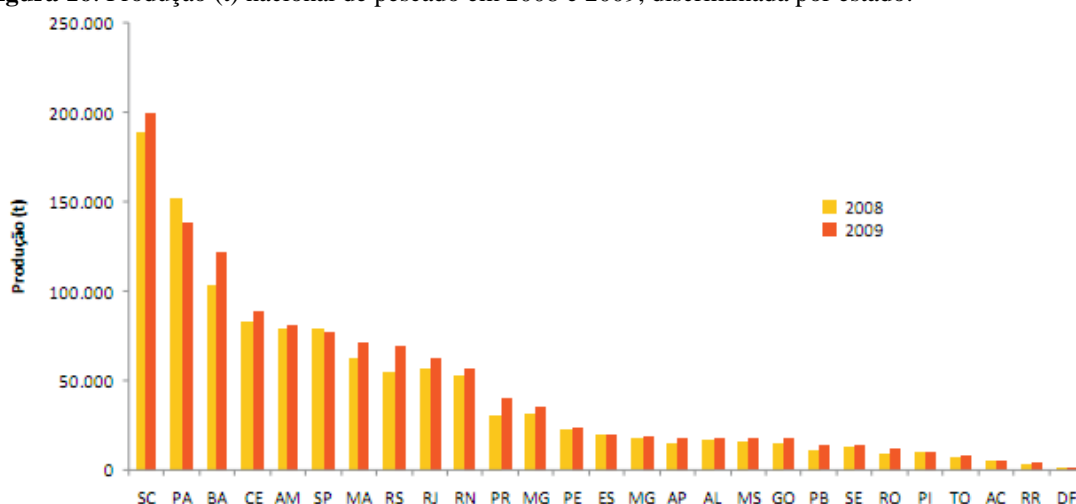
Assim, o estado do Pará mantém a segunda posição no ranking nacional, sendo por isso, considerado um dos maiores produtores de pescado do Brasil conforme se pode ver na tabela 3.

No documento consta, ainda, a informação de que:

A distribuição da produção nacional de pescado por estado no ano de 2008 aponta o Estado de Santa Catarina como o maior produtor, com 188.870 t, seguido pelo Pará com 151.422 t(...). Em 2009, o padrão de distribuição das produções estaduais foi muito similar ao do ano anterior, com Santa Catarina como principal produtor (199.406 t). O Pará, mesmo com uma queda de 8,8% na produção, atingiu 138.050 t em 2009, continuando como segundo estado maior produtor. (ver figura 16).

Essa elevada produção de pescado no Estado do Pará, que lhe assegura a segunda posição no ranking nacional, se deve, entre outros fatores, a sua posição geográfica estratégica na região Norte do país.

Figura 16: Produção (t) nacional de pescado em 2008 e 2009, discriminada por estado.



Fonte: MPA (2008-2009).

No Estado do Pará, a produção de pescado é derivada de três segmentos de atividade: a pesca artesanal, a pesca industrial e a aquicultura (Ver tabela 5).

A pesca artesanal tem uma relevância socioeconômica significativa no Estado do Pará e é realizada praticamente em todos os municípios da microrregião do Salgado Paraense apresentando uma variação de espécies bastante diversificadas.

Tabela 5: Produção da pesca no Estado do Pará - Produção estimada e participação relativa da pesca extrativista industrial, artesanal e aquicultura no Brasil – Região Norte - 2006.

Regiões e Unidades da federação	Pesca extrativa				Aquicultura		Total (t)
	Industrial	%	Artesanal	%	Total	%	
BRASIL	271.410,0	25,8	507.702,5	48,3	271.695,5	25,9	1.050.808,0
Norte	32.927,0	12,9	200.607,0	78,4	22.350,0	8,7	255.884,0
Rondônia	0,0	0,0	2.241,0	31,0	4.980,0	69,0	7.221,0
Acre	0,0	0,0	1.413,0	41,4	2.003,0	58,6	3.416,0
Amazonas	0,0	0,0	57.316,0	90,3	6.163,0	9,7	63.479,0
Roraima	0,0	0,0	721,0	23,5	2.341,0	76,5	3.062,0
Pará	32.249,0	21,1	118.144,0	77,3	2.437,0	1,6	152.830,0
Amapá	678,0	3,3	19.146,0	94,5	426,0	2,1	20.250,0
Tocantins	0,0	0,0	1.626,0	28,9	4.000,0	71,1	5.626,0

Fonte: IBAMA, 2008.

Observando os dados que constam na tabela acima, a pesca artesanal responde por 77,3% da produção estadual equivalente 118.144,0 mil toneladas. O segmento de pesca industrial detém 21,1% da produção estadual equivalente 32.249,0 mil toneladas e se resume à captura, produção e processamento, concentrando-se, fundamentalmente, em três espécies: o camarão-rosa (*Farfantepenaeus subtilis*), a lagosta vermelha (*Panulirus argus*) e a piramutaba (*Brachyplatystoma vailanti*).

A produção da aquicultura³⁷ ainda é muito reduzida no Estado chegando a representar 1,6%, o equivalente a 2.437,0 mil toneladas. Várias razões podem ser apontadas para justificar esses dados. Todavia não é nosso interesse trabalhar com esses dados. Estes servem apenas como informações secundárias.

Neste segmento da aquicultura são reproduzidas espécies como tambaqui (*Colossoma macropomum*), a Tambatinga (híbrido *C. macropomum x P. brachypomum*), a Pirapitinga (*Piaractus brachypomum*) e a tilápia (*Oreochromis niloticus e Tilapia rendalli*), predominantemente. Ver Tabela 6.

³⁷ IBAMA, 2008, p. 28

Tabela 6: Produção da Aquicultura Continental no Estado do Pará - Produção da aquicultura, em toneladas e valores das principais espécies de água-doce – Pará.

Principais Espécies	Preço Médio 1º comerc. (R\$/kg)	Quantidade	
		(t)	(R\$)
TOTAL GERAL		2.187,0	8.823.750,00
Peixes		2.187,0	8.823.750,00
Curimatã	3,50	48,5	169.750,00
Pirapitinga	4,50	87,0	391.500,00
Tambaqui	4,00	1.703,5	6.814.000,00
Tambatinga	4,50	242,0	1.089.000,00
Tilápia	3,50	83,0	290.500,00
Outros	3,00	23,0	69.000,00
Crustáceos		0,0	0,00
Camarão		0,0	0,00
Moluscos		0,0	0,00

Fonte: IBAMA, 2008, p. 150.

Atualmente, com base nos dados do IBAMA (2008b) apresentados por Nogueira³⁸ (2008, p. 21), a pesca artesanal representa 84,2% da produção estadual de pescado e, considerando apenas os filiados às Colônias de Pescadores existentes no Estado, que envolve aproximadamente 50 mil pessoas. Este dado já representa um número razoável se considerarmos o número de pescadores artesanais profissionais no RGP (Registro Geral de Pescadores) do MPA no ano de 2008-2009.

Os pescadores artesanais desenvolvem suas atividades com objetivos comerciais e de subsistência, se utilizando de embarcações de pequeno e médio porte, geralmente de madeira, produzidas em pequenos estaleiros, com propulsão motorizada ou não, assim como, embarcações construídas por eles próprios, utilizando matérias-primas naturais de áreas de florestas (manguezais ou de áreas de terra firme).

Os petrechos e insumos utilizados na atividade são rústicos, geralmente comprados no comércio local ou confeccionados pelo próprio pescador. As capturas geradas sob estas condições envolvem volumes pequenos ou médios de pescado (IBAMA, 2008a).

Com relação à distribuição da produção total por municípios (t), os dados estatísticos que encontramos apresentam certa defasagem, em função do período (1996-1997) em que foram tabulados. Porém, são dados que fazem parte de um diagnóstico produzido no âmbito

³⁸ Ver NOGUEIRA, O. M. O. **A pesca artesanal e a reprodução sócio-econômica da população da comunidade do Itapuã – Município de Vigia-Pará**. Belém: Faculdade de Geografia e Cartografia, UFPA/IFCH, 2008 (Trabalho de Conclusão de Curso).

do Projeto RECOS³⁹ - Uso e Apropriação de Recursos Costeiros, os quais foram analisados na base de dados do CEPNOR (1999) e foram adaptados sendo apresentados por Isaac *et al.*, (2006, p. 13-14).

Tabela 7: Desembarque total por município (t) no estado do Pará nos anos de 1996 e 1997.

Municípios	Anos			
	1996	%	1997	%
Belém	10.385,02	30,23	9.351,87	26,80
Vigia	6.422,64	18,70	8.718,00	24,98
Bragança	4.804,70	13,99	5.877,52	16,84
S. J. Pirabas	1.669,20	4,86	2.276,99	6,52
Curuçá	1.551,20	4,52	1.153,30	3,30
S. C. Odivelas	2.087,80	6,08	854,40	2,45
Maracanã	1.041,10	3,03	1.267,18	3,63
Marapanim	1.391,80	4,05	722,20	2,07
Salinópolis	1.635,00	4,76	780,24	2,24
Quatipuru	1.394,60	4,06	881,80	2,53
Outros	1.964,70	5,72	3.014,36	8,64
Total	998	908		90

Fonte: CEPNOR (1999) adaptado por Isaac et. al., (2006, p. 14).

Na análise da tabela consta que Belém ocupa o primeiro lugar em termos de produção desembarcada nos anos de 1996 (10.385,02 t), e 1997 (9.351,87), representando 30,23 % e 26,80 % respectivamente do total. Em segundo lugar vem o município de Vigia com 6.422,64 t (1996) e 8.718,00 t (1997) representando 18, 70 % e 24, 98 %, respectivamente, do total da produção. Ver tabela 07.

No que diz respeito sobre o município de Marapanim-PA, objeto desta pesquisa, é importante ressaltar que sentimos a necessidade de pesquisar uma base de dados mais atualizada capaz de informar com certa precisão a quantidade de pescado produzido no município. Como já dissemos anteriormente, o município não dispõe de uma base de dados que possa nortear nossa análise.

No entanto, os dados do projeto RECOS – Uso e Apropriação de Recursos Costeiros, conforme tabela 07 nos ajudam a dimensionar a questão em foco.

³⁹ Projeto estruturado no formato de uma rede interinstitucional, que foi aprovado em 2001 quando lançamento do edital do Programa "Institutos do Milênio" (MCT/PADCT/CNPq). O trabalho deste grupo resultou no lançamento da obra intitulada **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI**: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucional.

O município de Marapanim-PA apresenta uma produção total equivalente a 1.391,80 t (1996) e 722,20 t (1997) correspondendo aproximadamente a 4,05 % e 2,07 % respectivamente da produção estadual. Observa-se com isso, uma baixa produção onde podemos questionar a relevância desses dados a partir de uma base de dados a ser levantados em trabalho de campo.

A baixa produtividade do pescado em Marapanim se deve a várias razões, entre as quais, podemos dizer a falta de infraestrutura adequada para o armazenamento do produto; políticas de fomento à produção em nível local para pescadores artesanais, e ausência de um relativo mercado consumidor interno, o que inviabiliza a comercialização em pequena e média escala. A constatação acima é apontada por Nogueira (2008) quando este cita o estudo realizado pela AQUATEC Consultoria⁴⁰ sobre a cadeia produtiva do pescado no Nordeste Paraense.

A tabela 08 abaixo foi extraída do projeto Estatística e Desembarque Pesqueiro no Estado do Pará⁴¹, ano base 2008. Nela consta a produção anual de 2008 e 2009 por municípios da região do Salgado Paraense. Marapanim é um desses que consta na tabela.

Tabela 8: Desembarque da Produção de Pescado por Municípios – 2008-2009

Municípios	2008	2009	Total	(%)
Belém	12.709	2.589	15.298	7%
Bragança	10.532	3.336	13.868	6%
São João de Pirabas	7.053	2.766	9.819	4%
Curuçá	5.557	2.732	8.289	4%
Salinópolis	6.183	1.795	7.987	4%
Marapanim	4.812	2.733	7.545	3%
Viseu	5.723	1.811	7.534	3%
Santarém	3.646	1.921	5.567	3%
Quatipuru	3.486	1.131	4.617	2%
São Caetano de Odivelas	3.003	1.457	4.460	2%
Maracanã	3.251	1.201	4.452	2%
Vigia	2.813	1.038	3.851	2%
Colares	2.121	948	3.069	1%
Alenquer	1.751	901	2.652	1%

⁴⁰ Aquatec Consultoria, empresa contratada pelo SEBRAE-PA, em 2002, para realizar o estudo sobre a cadeia produtiva do peixe na região Nordeste do Pará.

⁴¹ O projeto foi desenvolvido por um conjunto de instituições públicas e privadas sob a responsabilidade das seguintes instituições executoras: UFPA, IARA, Eletronorte, SEPAQ, MPEG. Como instituições financeiras do projeto couberam a SEAP e a SEPAQ, e a administração pela FADESP. A coordenação do projeto foi conduzida pelos especialistas Flávia Lucena e Frédou Ronaldo Barthem.

Barcarena	1.851	574	2.425	1%
Augusto Correa	1.584	768	2.352	1%
Óbidos	1.291	594	1.885	1%
Monte Alegre	1.317	399	1.716	1%
Abaetetuba	1.185	419	1.604	1%
Oriximiná	663	321	984	0%
Soure		515	515	0%
Salvaterra		380	380	0%
Curua	245		245	0%
TOTAL	80.776	30.329	111.105	

Fonte: SEPAQ (2008/2009)

O que esses dados demonstram com relação ao ordenamento pesqueiro no Estado do Pará é que por se tratar de análises estatísticas gerenciadas por várias instituições de pesquisa responsáveis pela execução de projetos que são financiados pelos órgãos gestores, as informações colhidas por meio de uma metodologia de análise escolhida nem sempre refletem a realidade pesquisada, pois o tratamento que deve ser direcionado para tal fim se perde no processo. Não há continuidade nas pesquisas realizadas as quais deveriam ser permanentemente gerenciadas pelos órgãos responsáveis com disposição orçamentária.

Este cenário é o estado da arte em que se encontra o ordenamento pesqueiro no Estado do Pará. A seguir veremos o papel da SEPAQ e seus mecanismos de atuação via projetos institucionais ligados ao setor pesqueiro.

2.4 A POLÍTICA ESTADUAL DA PESCA E AQUICULTURA NO PARÁ

A Política de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura do Estado Pará, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura, foi instituída pela Lei Estadual nº 7.019, de 24 de julho de 2007, que criou a Secretaria Estadual da Pesca e da Aquicultura, SEPAQ como estratégia para dinamizar a economia, potencializar os benefícios sociais e conciliar o desenvolvimento destas atividades com conservação ambiental. Esta lei objetiva a regulação e o fomento das atividades de pesca e aquicultura desenvolvidas nas águas interiores e costeiras de domínio do Estado.

A missão da SEPAQ é formular, planejar, coordenar e executar as políticas e diretrizes para o desenvolvimento sustentável integrado da pesca e aquicultura do Estado do Pará.

A nova política de gestão da SEPAQ, quando de sua criação, consistia numa política moderna e inovadora associada ao novo modelo de gestão pública governamental do Estado, baseada na descentralização das ações, nas demandas do planejamento territorial participativo presentes nas 12 Regiões de Integração do Estado, no respeito à diversidade étnico racial e sócio ambiental, tendo como foco principal o ordenamento territorial da pesca e aquicultura, o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Na referida lei, está claro a necessidade da outorga do direito de uso da água para a exploração de qualquer projeto de aquicultura, solicitada junto à Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Pará, integrante do Sistema Estadual da Pesca e da Aquicultura (SEPAQ); ou seja, no Estado do Pará, há a necessidade legal da outorga em águas costeiras e mais, considera-se a existência de águas costeiras de domínio do Estado para fins de exploração das atividades de pesca e aquicultura. Assim, há uma nítida relação da política estadual com os pressupostos da lei maior.

A partir do ano de 2007, o governo do Estado do Pará se lançou ao desafio de planejar sua atuação, organizando o território estadual em 12 regiões de integração. Propôs um conjunto de ações envolvendo a participação de instituições públicas das três esferas de poder (federal, estadual e municipal), instituições particulares, organizações da sociedade civil e milhares de cidadãos, que participaram de várias plenárias na construção do planejamento territorial participativo, instituindo assim, o novo modelo de gestão popular, democrática e participativa.

No que se refere ao setor pesqueiro, a gestão estadual propôs o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho focada no ordenamento, logística e estudo do potencial da atividade pesqueira objetivando desenvolver programas, projetos e ações, tendo em vista o desenvolvimento e a sustentabilidade dos recursos pesqueiros. Isso certamente exigiu um esforço maior para a promoção de atividades que introduzissem o discernimento em todos os segmentos sociais envolvidos e comprometidos com o propósito fim que é o ordenamento territorial da atividade de pesca em todo o Estado do Pará.

Na figura 17 são destacados os projetos, programas, e ações a serem desenvolvidos pela SEPAQ no Estado do Pará (sendo que alguns destes já estão em andamento) para o período de 1997- 2010.

Como citado anteriormente, a transição de Governo em nível estadual pode ter dispensado o devido tratamento para os projetos da referida instituição. Isto pode ser comprovado, no próprio site da instituição onde algumas informações foram mantidas com o

mesmo formato do grupo de trabalho da gestão anterior, sendo alterado com algumas informações obtidas junto ao MPA e ajustadas por conta da necessidade de levar a público as informações que são necessárias. No entanto, outras informações nem sequer aparecem para fins de consulta.

Figura 17: Projetos da Pesca - SEPAQ (2010).

PROJETOS DA SEPAQ (2010)
1. Sistema Estadual de Informações da Pesca e Aquicultura
2. Pesca Artesanal
3. Pesca Ornamental
4. Pesca Esportiva
5. Manejo Comunitário
6. Extrativismo
7. Arranjo Produtivo local (APL's)
8. Ordenamento Pesqueiro
9. Capacitação e ATEPA
10. REPAPAq
11. Fórum Pan-Amazônico de Pesca e Aquicultura
12. Estatística Pesqueira

Fonte: SEPAQ (2010), adaptado por Abreu (2010).

Para desenvolver esses programas, projetos e ações conforme previsto em seu planejamento e dotação orçamentária, a SEPAQ implantou uma infraestrutura interinstitucional tendo o apoio de quatro instituições: Universidade Federal do Pará (UFPA), CEPNOR/ IBAMA, MPEG e IARA além de outras parcerias como a da SEDECT e das prefeituras municipais as quais atuam na realização de cada proposta.

O Programa de Governo estabelecido para o período de 2007-2010 afirmava até então a importância da necessidade para que fosse dada prioridade a certas intervenções para que as mesmas pudessem ser executadas em tempo hábil. Não cabe aqui expor as propostas que constam no planejamento do Estado no âmbito da secretaria. Porém, uma das ações que entendemos ser pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa é a análise do ordenamento

territorial da atividade pesqueira que consta no organograma como uma política estratégica do governo do Estado.

Todavia, desde a transição de governo que a SEPAQ não conduziu os trabalhos na direção em que se encontravam, até mesmo porque não faria sentido por se tratar de uma gestão partidária contrária a atual. Desse modo, o cenário não se mostra favorável para o que se pretende chamar de ordenamento pesqueiro.

Conceitualmente o ordenamento pesqueiro define ações estratégicas para manutenção dos estoques de pescado em níveis toleráveis de sustentabilidade e o estabelecimento de normas específicas para disciplinar a dinâmica de uso, conservação e exploração dos recursos pesqueiros. Entre as ações previstas para a consolidação da “Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura⁴²” para o conjunto da federação, em particular, no Estado do Pará, tem-se o fomento para a criação dos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR) que permite:

- a. A realização de ações integradas e convergentes, visando o desenvolvimento das comunidades pesqueiras artesanais e aquícolas;
- b. A inclusão dos trabalhadores da pesca e da aquicultura;
- c. A inclusão dos trabalhadores da pesca na economia de mercado é uma prioridade que visa corrigir as diferenças sociais e econômicas tão marcantes nesse setor;

Por se tratar de uma política de Estado em andamento, a ideia é fortalecer as novas relações institucionais, as quais vêm sendo estabelecidas nos chamados “Territórios de Pesca”. Esta, por sua vez, pressupõe em nível estadual estabelecer uma política de ordenamento territorial que possa efetivamente assegurar a inserção de parte da totalidade de comunidades pesqueiras e de suas múltiplas territorialidades de acordo com a instrumentalização legal do arranjo político-territorial das terras de marinha⁴³.

Contudo, essa não é a interpretação da totalidade do movimento nacional de pescadores/pescadoras artesanais e de suas entidades representativas, como as Colônias de Pescadores. Há divergências, pois são muitas as coletividades que estão de fora desse processo.

Afirmamos anteriormente, que o Governo Federal para realizar a culminância desse processo através da SEAP/PR à época, hoje MPA, estabeleceu um plano de ação onde seriam

⁴² Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). **Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura (versão preliminar 2008/2011)**. Brasília: SEAP/PR, Junho de 2008.

⁴³ As terras de marinha são propriedades que pertencem à União. Os recursos disponíveis nessas terras são de livre acesso e não podem ser apropriadas de modo privativo.

criados, a princípio, 50 territórios de pesca tendo como parâmetro de análise a metodologia dos territórios da Cidadania, cujos critérios foram adotados de acordo com as decisões internas da comissão designada para tal função, onde não foram levadas em consideração as especificidades regionais/locais de diversas comunidades ou coletividades locais existentes que desenvolvem e praticam a artesanania de pesca no Estado do Pará, como é o caso da vila de pescadores/pescadoras artesanais Guarajubal e Vista Alegre, no município de Marapanim-PA.

Reiteramos a afirmativa de que através dessa ação do Governo Federal, via MPA, o município de Marapanim-PA foi “excluído” do processo de escolha e seleção dos chamados “Territórios de Pesca” no Brasil. Qual a justificativa para tal decisão? Recentemente, o Governo Federal através da SPU, MMA e UFPA e comunidade local, programaram as bases de desenvolvimento do projeto intitulado “Orla – Fundamentos para a Gestão Integrada de Orlas Estuarinas e Fluviais na Bacia Amazônica Brasileira” onde desenvolveram uma iniciativa pioneira na região Norte junto aos estados do Pará e Amapá. No Município de Marapanim, Estado do Pará, resultou na construção do “Plano de Gestão Integrada da Orla Estuarina do Município de Marapanim⁴⁴”.

O projeto por iniciativa da SPU (Secretaria de Patrimônio da União) responsável pela regulamentação do acesso, uso e ordenamento de terras pertencentes ao patrimônio da União, é mais uma das tentativas do Estado Brasileiro em assegurar o domínio e controle sobre as terras de domínio da União de modo a salvaguardar os interesses da nação. Entre os principais objetivos do projeto Orla apresentados, temos: 1) Desenvolver subsídios para a aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação das Orlas Fluviais e Estuarinas da Bacia Amazônica. Para tanto, a SPU, MMA junto a UFPA e demais órgãos públicos ligados ao Governo Federal e Estadual e municipal vem desenvolvendo desde o ano de 2010 ações nos municípios selecionados.

O município de Marapanim foi selecionado pelo projeto. Qual o critério de seleção para tal escolha? Segundo informações da Secretária de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Município, Sra. Fátima Koury, em conversa com a Dra. Brígida, estudos de viabilidade

⁴⁴ A Secretaria de Turismo (SETURC) do município teve fundamental participação na construção do referido plano. Segundo a secretária Sra. Maria de Fátima Koury de Figueiredo – SETURC, sua construção se deu a partir do diagnóstico realizado através dos trabalhos em pesquisa de campo em trechos na orla da cidade-sede, na orla da praia de Marudá, na orla da praia do Crispim e na orla da praia de Camará. A sistematização dos dados levantados identificou as configurações locais e usos, os problemas, os potenciais e os projetos previstos ou implantação em cada trecho visitado. Para cada problema foram levantados as “Atividades Geradoras” e os “Efeitos e Impactos” provocados por estes. O diagnóstico estabelece “Cenários Atual, Tendencial e Desejado”, para cada trecho selecionado, a identificação dos conflitos, dos problemas e dos atores institucionais e sociais envolvidos com a posterior definição das ações e medidas estratégicas para a execução de cada uma das etapas de implantação do Plano.

econômica e de infraestrutura para a construção do porto espartarte, em Curuçá apontam para a existência na baía do rio Marapanim, em direção ao oceano, de uma fissura geológica onde há o início da manta petrolífera na zona costeira.

Algumas áreas foram priorizadas para fins de realização do trabalho do Projeto Orla no município, como o trecho da orla da cidade de Marapanim, trecho da orla da praia de Marudá, trecho da orla da praia do Crispim e trecho da orla da praia de Camará. No ano de 2010, a UFPA realizou um conjunto de oficinas destinadas a cumprir uma legenda de trabalho.

Atualmente, o projeto está parado por motivos de inadimplência do Município, o que impede a liberação de verbas do Governo Federal para a execução do referido projeto. Esta iniciativa e outras fazem parte do novo arranjo político-institucional do estado brasileiro em conduzir a política de ordenamento territorial como proposta de viabilidade para a sustentabilidade dos recursos nas zonas costeiras ou litorâneas, flúvio-estuarinas, lagos em terras de marinha.

Estas ações governamentais não podem relegar os interesses locais de comunidades pesqueiras, ribeirinhas e tantas outras que vivenciam realidades diferenciadas, pois envolvem uma multiplicidade de territórios que demandam por necessidades diversas de infraestrutura física e de saneamento básico como condições essenciais para mantê-las em suas áreas de origem. Negá-las significa submetê-las a uma territorialidade mínima, sujeita a uma territorialização precária. Isto obriga a todos que são afetados pelo empreendimento estatal a migrar para outras áreas onde constroem novas territorialidades como imperativo de sobrevivência.

No caso do município de Marapanim-PA que apresenta diferentes áreas costeiras, como exemplo da orla de Marudá, praia do Crispim e Camará, áreas estuarinas como a vila de Guarajubal e Vista Alegre, e que possuem diferentes coletividades locais (em particular, populações pesqueiras), temos um cenário muito comprometido do ponto de vista do ordenamento territorial, pois as diversas realidades comunitárias ribeirinhas e não-ribeirinhas são, em grande parte, relegadas pela ausência de políticas territoriais em nível local/regional, e, portanto, carecem de uma atenção maior.

Assim, entendemos que o ordenamento territorial constitui o principal eixo da política pesqueira no Estado do Pará dada a dimensão que abrange sua estrutura territorial, caracterizada por uma complexa rede hídrica de seus múltiplos usos, bem como, das múltiplas territorialidades que nela atuam e intervêm.

À semelhança do que afirma Saquet (2010, p. 24), ao se referir à abordagem territorial de que é preciso ter sutileza e habilidades, entendemos que é preciso ter prudência no plano das ações atinentes ao ordenamento territorial em diferentes escalas territoriais, “(...), pois cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas”.

O território e a gestão da pesca, nesse sentido, são elementos que apontam para a necessidade de “empoderar os desempoderados” no rol de políticas públicas ligadas ao ordenamento territorial da pesca e aquicultura no Estado do Pará, em particular, das comunidades pesqueiras do Nordeste Paraense, pois o território condiciona e é condicionado pela existência das comunidades que nele se fazem presentes e se reproduzem.

A proposta que ora apresentamos vem ao encontro da perspectiva levantada acima, que por sua vez, contrapõe-se a atual proposta do governo em muitos aspectos relacionados aos “territórios de pesca” do litoral mesorregional do Nordeste Paraense, em especial, no município de Marapanim-PA.

Nossa intenção não é necessariamente apresentar uma proposta local de ordenamento territorial da pesca no município, mas sim dialogar a partir da realidade das coletividades locais em comum acordo com os propósitos do Estado na execução de sua política.

Os desafios apostos para o ordenamento pesqueiro do estado do Pará irá depender do novo papel que a SEPAQ se propõe desenvolver, pois a mudança de gestão requer mudanças de comportamento no quadro político, e técnico-administrativo da instituição que possa estar provida de recursos humanos e políticos capazes de orientar e projetar o desenvolvimento institucional e estabelecer um sistema de governança que reconheça as novas institucionalidades, deixando de lado o planejamento setorial, em direção a uma gestão reticular que dê prioridade às políticas de territorialização fundadas na realidade social das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais no Estado do Pará, e que possa atingir as comunidades do Município de Marapanim.

Dando continuidade no desenvolvimento do trabalho, apresentaremos a especificidade das relações coletivas nas respectivas comunidades trabalhadas no capítulo 3, considerando os arranjos institucionais coletivos que demarcam suas estratégias de desenvolvimento comunitário, bem como, respondem pela dinâmica social do lugar e sua relação com o entorno.

CAPÍTULO 3 – A TERRITORIALIDADE DA PESCA E DAS COLETIVIDADES LOCAIS DE PESCADORES/PESCADORAS ARTESANAIS DA VILA DE GUARAJUBAL E VISTA ALEGRE, EM MARAPANIM-PA

Este capítulo tem uma especificidade expressiva em relação aos anteriores, pois entendemos que a territorialidade da pesca e das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais, no município de Marapanim-PA, devem ser compreendidas dentro de um contexto histórico-geográfico mais amplo que se dá a partir do processo de formação socioespacial do município e da cidade-sede.

O recorte histórico-espacial sobre o município e a cidade nos permite compreender a origem dessas coletividades locais e suas relações com o entorno, bem como, de seus arranjos espaciais internos.

A organização espacial do município e da cidade-sede de Marapanim, por sua vez, tem influência direta na dinâmica social e econômica dessas coletividades locais com suas diversas formas de realização da produção e de trabalho, distribuídos em diferentes lugares, vilarejos, povoados com seus modos de vida particulares.

A cidade-sede torna-se assim uma referência espacial para as diversas coletividades locais do município, onde estão concentradas as atividades de maior circulação e consumo geradas pela expansão das redes de transportes, serviços e de comércio. Essa condição particular da cidade gera uma interdependência entre os lugares sendo esta, considerada como centro polarizador das áreas adjacentes, configurando espacialmente, uma rede entre-lugares e/ou um território-rede.

Essa funcionalidade da cidade-sede permitirá uma integração físico-territorial a partir das redes produzidas pela expansão da rodovia, dos transportes, dos serviços e do comércio dos diferentes lugares do município e de localidades próximas, o que irá facilitar a circulação dos produtos, de mercadorias, serviços, e pessoas, criando assim, uma dinâmica interna associada à dinâmica inter-regional do Nordeste Paraense, a qual faz parte da rede urbana da Amazônia.

Esse processo será abordado ao longo deste capítulo onde será explorada a influência do processo de urbanização da Amazônia na reorganização dos espaços territoriais dos municípios paraenses, o qual veio reafirmar a necessidade de produzir uma nova regionalização do Estado do Pará engendrada pela nova configuração espacial do espaço paraense.

3.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO E DA CIDADE-SEDE DE MARAPANIM

O recorte histórico-espacial do município e da cidade-sede de Marapanim está inserido no contexto da formação do projeto geopolítico português na Amazônia nos séculos XVI/XVII e sua expansão nos séculos XVIII/XIX, o qual irá estimular a criação de vilas, cidades e de fortificações militares ao longo das margens dos rios com a intenção de povoar as terras, explorar suas riquezas, incentivando a migração para a região.

Segundo Lopes *et. al.* (2009, p. 227): “Os primeiros habitantes das margens dos rios, igarapés e lagos da Amazônia foram os povos pré-colombianos, identificados pelos portugueses como ‘índios’. Posteriormente, se formou uma população miscigenada entre índios, brancos e negros, além de nordestinos. (...)”. Esse processo culminou com a fundação de uma fortaleza (Forte do Presépio, sendo mais tarde denominado de Forte do Castelo) que deu origem à cidade de Belém, e a consolidação de um modelo de produção do espaço baseado na apropriação dos recursos naturais e na exploração de mão-de-obra indígena, seguida da migração forçada de mão-de-obra escrava negra, após a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal.

É nesse contexto dos séculos XVII/XVIII que o município de Marapanim se insere na história oficial, bem como o conjunto de sua população. As coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais do município são reflexos desse tempo histórico que consumou um modo de vida peculiar na região até os dias atuais, ou seja, um modo de vida ribeirinho.

Lopes *et. al.* (2009, pp. 226-227), tratando da importância da categoria modo de vida, nos ajudam a relacionar com o perfil das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais da vila de Guarajubal e Vista Alegre, no município de Marapanim. Para os autores referidos acima:

Genericamente, o modo de vida ou gênero de vida é uma categoria de análise utilizada para designar o conjunto de ações desenvolvidas por um determinado grupo a fim de assegurar a sua existência. Assim, a análise da condição concreta da vida de um grupo é capaz de revelar a essência dos seus fenômenos socioespaciais. Pode-se inferir que a categoria de análise modo de vida, tal qual o gênero de vida, como preferiu La Blache, tem caráter totalizante – que mescla a dimensão sociedade-natureza para produzir espaço de vivência – e é uma viabilidade metodológica para estudar a dinâmica espacial das populações ribeirinhas da Amazônia.

Esta abordagem permite-nos associar ao modo de vida das comunidades pesqueiras de Marapanim, pois muitas delas estão impregnadas das relações baseadas na artesanania de pesca e que, assim sendo, refletem uma tradição.

Com o desenvolvimento do processo de urbanização nos séculos XIX/XX, que toma um ritmo acelerado na segunda metade do século XX, incentivado pela *débâcle* da borracha, o cenário urbano da região será completamente outro. Esta mudança será sentida pelas populações ribeirinhas, indígenas e extrativistas que terão que se adaptar à chamada modernidade,⁴⁵ sendo a cidade o *locus* de sua reprodução por excelência.

No Estado do Pará a urbanização representa um traço característico da dinâmica populacional recente. Há uma nítida concentração populacional urbana como tendência em várias regiões do Estado do Pará. Os reflexos desse processo nos municípios paraenses podem ser observados na contagem populacional do IBGE, no ano de 2007, apresentados no ZEE⁴⁶ (2010, p. 7). Só para termos uma ideia, “(...) Na contagem populacional de 2007, a taxa de crescimento populacional do Estado do Pará está em 2,01%”.

A região do Nordeste Paraense, que atualmente faz parte da região de integração do Guamá, se revela um caso singular. No ZEE (2010, p. 90), diz que: “Na Região do Rio Guamá, vivem cerca de 565.392 habitantes. 344.247 vivem em cidades. O ritmo de crescimento é, todavia, semelhante: 1,29% (urbana) e 1,54% (rural)”. Esse caso é diferente das demais regiões do Estado. Mas, o simples fato de estar próxima da RMB que se estende por uma área conurbada (que tem início na fronteira de Belém/Ananindeua e se expande ao município de Santa Izabel do Pará), onde os serviços e o comércio cresceram substancialmente; e que permite a ligação com o município de Marapanim via PA – 136 (Castanhal-Curuçá). Essa condição acaba por influenciar no caráter migratório dos municípios da Região do Guamá, em particular, de Marapanim. Observa-se que isto afeta, de certa maneira, o comportamento daquelas pessoas que vivem em comunidades onde as dificuldades são maiores e que almejam melhorar suas condições de vida, onde acabam sendo levadas pela situação em que se encontram tendo que migrar para outras localidades dentro ou fora do Estado do Pará.

⁴⁵ Segundo SARGES (2002, p. 13): “A modernidade entendida como a expansão da riqueza, ampliando as possibilidades, caracteriza-se pelo avanço da tecnologia (Revolução Industrial), construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, pela urbanização e crescimento das cidades (em área, população e densidade), pela mudança e comportamento público e privado e pelo bafejo da democracia, transformando as ruas em lugares onde as pessoas circulavam e exibiam seu poder de riqueza.”

⁴⁶ Ver PARÁ, Governo do Estado do. ZEE - Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Diagnóstico Socioeconômico. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, Vol. 1, 2010. p. 70.

As cidades amazônicas do litoral paraense, em especial aquelas da microrregião do Salgado Paraense, têm suas raízes históricas fincadas numa geografia do lugar, onde os chamados “povos das águas” (FURTADO *et. al.*, 1993), também denominadas por Furtado (2001) de “gente do mar”, constroem seus símbolos, signos e ritmos variados, cuja relação com o meio aquático e terrestre está material e simbolicamente expressa no cotidiano de seus diferentes modos de vida e de seus espaços de (re) produção comunitária multiterritorializadas.

A cidade de Marapanim é uma dessas *pequenas unidades sociais* (sítios, povoados, lugares e/ou pequenas vilas e cidades), bem como, as vilas de Guarajubal e de Vista Alegre, onde habitam essa “gente do mar” que se territorializaram em diferentes lugares do município, associando outras práticas culturais aos seus modos de vida de geração em geração.

Os processos socioeconômicos e espaciais verificados no território municipal no século XVII e nos séculos posteriores fazem parte da dinâmica econômica e política à época em desenvolver áreas de exploração comercial com o cultivo de produtos agrícolas, como a produção de farinha, milho, peixe salgado e outros em áreas interiores voltados para abastecer a economia regional/local.

De acordo com Corrêa e Tourinho (2001, p. 45), tendo por base os estudos de Furtado (1987), IBGE (1957), de Conceição (1995) e de Fonseca (s/d), o processo de ocupação não indígena do município de Marapanim-PA, “(...) está relacionada à instalação, no final do século XVII, da fazenda Bom Intento, na localidade de Arapijó, pelos padres jesuítas, que foram atraídos para aquela região em função, dentre outros motivos, da existência de numerosa mão-de-obra indígena”. Até meados da segunda metade do século XVIII (1750) poucas foram as alterações ocorridas no local.

Nascimento (2001, p. 184), de outro modo, explica que os primeiros aglomerados humanos no município se situavam em áreas de terra firme, ao longo do rio Marapanim:

No padrão de povoamento do litoral nordeste do Pará, tradicionalmente denominado Zona do Salgado, as comunidades se estabeleceram às margens dos rios, na maioria dos casos em baías, em áreas protegidas da ação do mar. Tomemos como exemplo o município de Marapanim – sua sede fica às margens do rio Marapanim, que tem sua foz na baía homônima.

De acordo com a autora, a ocupação e o povoamento do município de Marapanim “... estão ligados à atuação da Companhia de Jesus no século XVII, com a catequese dos grupos

Tupinambá do litoral, e por conta da necessidade de apoio à navegação ao longo da costa com o Maranhão”⁴⁷ (NASCIMENTO; SANTANA, 2006, p. 03). Esse processo se deu mediante a iniciativa política da metrópole portuguesa em consolidar uma forma de ocupação espontânea nas colônias para fins comerciais da atividade agrícola e extrativa sendo substituída, em seguida, pela tentativa do Estado Imperial de uma ocupação planejada ao longo da área adjacente à estrada de ferro Belém-Bragança (NASCIMENTO; SANTANA, 2006).

Com a expulsão dos padres jesuítas determinada pela lei pombalina de 1759, as terras originárias do município foram partilhadas entre a Cúria Metropolitana e um casal de particulares. Parte destas terras pertencentes à área da fazenda Bom Intento, marco original da cidade, fora apropriado pelo padre José Maria do Valle, vigário do município de Curuçá, onde ergueu uma capela, trazendo juntamente seus familiares, dando origem assim a criação da Freguesia de Nossa Senhora das Vitórias de Marapanim (BRAGA apud CORRÊA; TOURINHO, 2001). Em 1850, era povoado e, em 1869, freguesia pertencente a Cintra, depois, transformada em município de Maracanã. Em 1878, emancipou-se e depois de um período fazendo parte do município de Curuçá, conseguiu autonomia em 1930 (BRAGA apud CORRÊA; TOURINHO, 2001)⁴⁸.

A igreja matriz de Nossa Senhora das Vitórias, na Figura 18, fundada em 1862, simboliza um dos momentos importantes da formação territorial do município à época da colonização com a chegada dos padres jesuítas, como o padre José Maria do Vale, o qual é considerado um dos fundadores da cidade. Destacamos que a população de Marapanim, em sua maioria, é católica. A arquitetura dos primeiros prédios e construções realizadas na cidade foi fortemente influenciada pelo estilo barroco neoclássico, como se pode ver na Figura 19.

⁴⁷ Na literatura historiográfica não há consenso com relação à ocupação do território marapaniense sob a iniciativa dos padres jesuítas. Conceição (Apud CORRÊA; TOURINHO, 2001, p. 45) destaca um autor marapaniense (nome não citado no parágrafo de texto) que discorda do pioneirismo das incursões pelos jesuítas em terras do município. Assim como, Palma Muniz (1916, apud Furtado, 1987) citado por Corrêa; Tourinho (Idem) apresenta a ordem dos capuchos de São José como sendo os primeiros habitantes da fazenda Bom Intento.

⁴⁸ De acordo com Fonseca (Apud CORRÊA; TOURINHO, 2001, p. 47), “a área que hoje compreende a cidade de Marapanim fazia parte da jurisdição da Vila de Cintra, à qual ficou incorporada até 1869, quando a Lei nº 610, de 21 de Outubro, deu-lhe a categoria de freguesia como parte integrante daquele município. A existência do município de Marapanim data da Lei nº 802 de 04 de Março de 1874 (...). O Decreto nº 78, de 27 de Dezembro de 1930 incorpora o município de Marapanim ao de Curuçá. Pelo Decreto Estadual nº 111, de 21 de Janeiro de 1931, foi restaurado o município de Marapanim, como território desmembrado de Curuçá, extinto por este Decreto e reinstalado a 03 de Fevereiro de 1931”.

Figura 18: Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, fundada em 1862. Um dos símbolos da ocupação territorial do Município à época da Colonização da Amazônia.



Fonte: Walber Abreu, 2010.

Figura 19: Foto (A)⁴⁹ – Ruínas do Prédio do primeiro Mercado Municipal de Marapanim (à esquerda). Em anexo a este, havia mercearias ou tabernas como eram denominadas comumente (à direita). Hoje, o prédio todo é tombado como patrimônio histórico (à direita). Foto (B) - Antigo prédio do primeiro Grupo Escolar de Marapanim (à esquerda) onde atualmente funciona a Câmara Municipal de Marapanim cito a Travessa Benjamim Constant com a Av. Assis de Vasconcelos.



Fonte: Walber Abreu, 2010.

A partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, o processo de ocupação inicial da sede municipal de Marapanim foi sendo ampliado com um crescimento populacional significativo de aproximadamente 12.000 habitantes, vivendo basicamente do cultivo de milho, fumo, arroz e da mandioca. A produção em grande parte era destinada ao consumo interno e parte do excedente era comercializada, sobretudo, com as cidades da microrregião do Salgado. Havia uma pequena concentração de atividades urbanas voltadas para a economia local.

⁴⁹ Segundo informações prestadas pelo Sr. Raimundo Freire, 72 anos, morador a mais de 45 anos na cidade de Marapanim, havia um intenso comércio a frente da cidade, sito a Rua Alcides Vasconcelos.

Informações encontradas em Furtado (Apud CORRÊA; TOURINHO, 2001, p. 46): “Pela Lei nº 324, de 06 de Julho de 1895, sancionada logo depois da criação do município de Marapanim, a aglomeração urbana (localizada na ponta sudeste da ilha) obteve o *status* de cidade”. O quadro populacional existente sofre, assim, alterações no início do século XX sendo motivada pela *débaçle* do extrativismo da borracha. Parte da mão-de-obra que se ocupava dos trabalhos na extração e processamento de látex, procurou desenvolver outras atividades produtivas, como a agricultura de subsistência e a pesca, tendo que migrar para áreas próximas a Belém e construir suas novas territorialidades.

Loureiro (Apud CORRÊA; TOURINHO, 2001) destaca esse fato como relevante na intensificação do processo de ocupação na região do salgado, em especial, do município de Marapanim. Por outro lado, houve também um processo de ocupação que se deu de maneira forçada. Diversas coletividades locais na região bragantina foram se desenvolvendo em torno da produção familiar constituída por nordestinos atingidos pelas secas do fim do século XIX e/ou regressos dos seringais dos anos de 1910 a 1920 e passaram a se organizar em torno do eixo ferroviário da Estrada de Ferro Belém-Bragança.

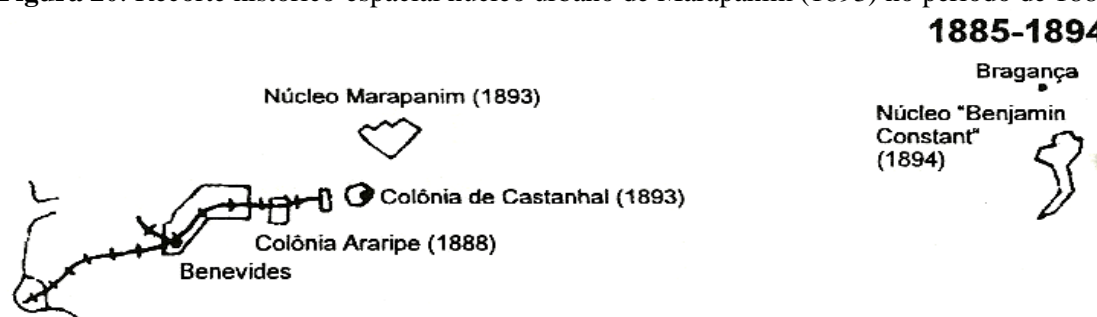
Por outro lado, houve uma ocupação espontânea por famílias de colonos que se apropriaram das margens do Rio Marapanim e de seus afluentes principais, onde passaram a desenvolver novas formas de apropriação do território, constituindo-se, assim, em moradores ribeirinhos e moradores da beira do rio.

Desse modo, os chamados “territórios de pesca” passaram a configurar espacialmente, a territorialidade de diferentes grupos ou de comunidades pesqueiras que tem para com esses espaços uma relação identitária muito particular associada aos seus gêneros ou modos de vida. Daí o fato de Furtado (Apud CORRÊA; TOURINHO, 2001, p. 49), afirmar que o município de Marapanim possui uma tendência histórica de natureza agro-pesqueira, “(...) consequente, dentre outros, da posição geográfica do próprio município entre as terras firmes do Nordeste Paraense e as águas oceânicas que banham o litoral do Pará”.

Analisando o croqui elaborado por Hébette (1989, p. 115), com base nos escritos de Penteadó (1967), que trata do processo de ocupação da região Bragantina, fazendo um recorte histórico-espacial da marcha da colonização no período de 1875-1914, é possível analisar a expansão dos núcleos ou povoados que deram origem a diversos povoados e/ou comunidades que passaram a constituir os municípios da microrregião do Salgado, como é o caso do município de Marapanim-PA.

O núcleo urbano de Marapanim (1893) aparece no croqui, fazendo um pequeno recorte histórico-espacial (1885-1894), conforme se pode ver na Figura 20, como área polarizada pela malha ferroviária Belém-Bragança. Furtado (Apud CORRÊA; TOURINHO, 2001, p. 51), explica que até o ano de 1938 o transporte terrestre entre Marapanim e outros centros urbanos se realizava por meio de caminhos abertos na mata e por um trajeto que se realizava a partir da “(...) subida do rio Marapanim até a povoação de Cipoal - próxima à nascente do rio – daí, mais 6 Km de percurso por rio, até alcançar o ponto de parada do trem na estrada de ferro Belém-Bragança em Jambú-Açu (atual Igarapé-Açu)”.

Figura 20: Recorte histórico-espacial núcleo urbano de Marapanim (1893) no período de 1885-1894.



Fonte: HÉBETTE, J. A questão da terra. (1989, p. 121). Adaptado pelo autor.

Os municípios da zona do salgado eram muito distantes da capital sendo que, o meio de deslocamento se realizava através de longas viagens de barcos movidos a velas. A tradição era mantida segundo o modo de vida das referidas comunidades, as quais sem grandes modificações em suas estruturas sociais e familiares reproduziam suas relações de vizinhança e de parentesco nas atividades agrícolas e extrativistas. A pesca era realizada em períodos sazonais. Era o “tempo da fartura” (NASCIMENTO; SANTANA, 2006) ligado ao mundo da experiência vivida do pescador-lavrador ou “pescador polivalente” (FURTADO Apud NASCIMENTO; SANTANA, 2006, p. 03).

A partir da década de 1930, a formação socioespacial do município de Marapanim sofreu uma série de transformações o que, por sua vez, alterou a configuração espacial interna da cidade e áreas adjacentes. Um conjunto de obras foi realizado no município conforme descritas por Conceição (Apud CORRÊA; TOURINHO, 2001, p. 50):

(...) as reconstruções do Paço Municipal e do grupo escolar [ver **Figura 21** – Fotos (A) e (B)]; o conserto da cadeia e da delegacia; a construção do muro da capela do cemitério; a construção da ponte da barraca (272 m de comprimento) ligando a cidade à ilha dos Silva; a compra e adaptação de um prédio para funcionar o mercado municipal; a construção de 72 m de cais no litoral da cidade; e a reforma de um pavilhão onde funcionava o posto fiscal de furo do pajé.

Figura 21: Foto (A) – Prédio do Antigo Paço Municipal, (à esquerda), sito a Rua Diniz Botelho. O Paço Municipal é um patrimônio histórico da cidade que tem 118 anos de história. Foto (B) - Antigo prédio do primeiro Grupo Escolar de Marapanim (à esquerda) onde atualmente funciona a Câmara Municipal de Marapanim, sito a Travessa Benjamim Constant com a Avenida Assis de Vasconcelos.



Fonte: Walber Abreu, 2010.

No final dos anos de 1930 as mudanças foram mais intensas em função da expansão do sistema rodoviário que permitiu a ligação da sede municipal e das localidades mais distantes com outras cidades de maior porte, como Belém e junto a localidades mais próximas como Castanhal e Curuçá.

A interligação entre esses novos eixos permitirá um maior deslocamento de pessoas entre diferentes lugares, incorporando assim, uma nova dimensão do urbano que transformará a dinâmica espacial interna da cidade-sede. O padrão rodoviário altera significativamente a dinâmica das cidades do Salgado Paraense, conforme demonstra a Figura 22.

Figura 22: Foto (A) – Área de bifurcação da PA-136 com a PA-318, com acesso à cidade-sede de Marapanim.



Fonte: Walber Abreu, 2010.

A cidade passa a sentir os efeitos da construção das estradas em sua estrutura interna e externa. Furtado (Apud CORRÊA; TOURINHO, 2001, pp. 51-52), explica a natureza das mudanças na formação socioespacial na cidade de Marapanim provocadas pelo surgimento das rodovias, afirmando que:

A cidade (...) foi perdendo sua posição de centro alocador e redistribuidor dos produtos das populações interioranas, porque estas encontravam novas oportunidades de escoamento para seus produtos sem a mediatização da cidade de Marapanim e, conseqüentemente, se constituía uma miragem para o homem do interior marapaniense.

(...)

As vilas do interior marapaniense ficaram menos dependentes da cidade para realizar transações comerciais. Passaram alocar seus produtos nos centros produtores de grande porte através dos intermediários que para lá se deslocavam para compra de seus produtos. As relações do caboclo com a sede do município limitavam-se aos festejos da padroeira do município, a visitas a parentes, a resolver assuntos na prefeitura ou em outras repartições locais e a fazer compras nas poucas lojas existentes na cidade.

Com a inserção do sistema rodoviário e sua expansão no Salgado Paraense, até o final dos anos de 1970, a dinâmica social e produtiva do município de Marapanim será reestruturada a partir da constituição de um novo arranjo espacial baseado no desenvolvimento do setor terciário nas áreas centrais da cidade, como é o caso da avenida principal Rio Branco, de acordo com a Figura 23.

Figura 23: Fotos (A) e (B) – Área Comercial e de Serviços na principal avenida da cidade – Avenida Rio Branco.



Fonte: Walber Abreu, 2010.

Apesar disso, a importância da pesca artesanal na economia municipal se mantém. Não mais como em outras épocas. Além do mercado municipal e dos portos da cidade, a comercialização vai ocorrer na beira de estrada ao longo da PA – 318 (Marapanim-Marudá). As relações entre os pescadores e os moradores da cidade será agora via relação de mercado.

Dados do censo demográfico de 1970 (IBGE apud CORRÊA; TOURINHO, 2001, p. 52) mostram que no município havia aproximadamente 79,7% da população economicamente ativa (PEA) no setor primário.

O arranjo econômico e produtivo do município, ainda hoje, baseia-se nas atividades primárias de subsistência ligadas a agricultura e pesca que desempenham papel fundamental na vida da população de maneira geral. Mas o comércio e os serviços cresceram muito nos últimos anos da década de 1990 em função, principalmente, da expansão das rodovias e da atividade turística nas praias da região.

Com isso, altera-se o arranjo espacial da cidade de Marapanim. A partir desse momento da leitura, o foco da pesquisa se direciona para a organização espacial da cidade, cuja relação com as unidades sociais das coletividades locais é muito próxima em função do papel atribuído à cidade como sede municipal. As mudanças em sua estrutura interna e externa serão aqui trabalhadas como resultado do novo arranjo espacial produzido pela dinâmica das relações socioespaciais gestadas em tempos e espaços anteriores e que interferiram de forma difusa na vida das comunidades do entorno.

3.1.1 A Cidade de Marapanim e sua Organização Espacial

Falar da cidade de Marapanim e de sua organização espacial implica, pois, considerar o arranjo espacial produzido pela dinâmica social e cultural, mediado pela técnica, e seus desdobramentos na configuração de sua estrutura interna e externa situando-a no tempo e no espaço.

Retomando as origens da cidade de Marapanim, podemos afirmar que sua história e Geografia fazem parte de um mesmo processo desencadeado em fins do século XVI na Amazônia e se estende pelos séculos posteriores. Trata-se de um aspecto fundamental relacionado à compreensão do processo de povoamento regional, o qual contribuiu demasiado para a definição do “modo de produção” do espaço regional. Esse aspecto refere-se ao papel dominante da urbanização no sistema de povoamento regional. Pondera Machado (apud ZEE, 2010, p. 86) com relação a esse aspecto que:

Não se trata, portanto, de um elemento com o mesmo peso de outro qualquer na configuração do espaço regional, preenchendo a simples função de apoio ao povoamento. É o elemento organizador do sistema de povoamento [A urbanização], aquele que define sua estrutura, seu conteúdo e sua evolução atual.

Considerando esse fundamento particular no sistema de povoamento regional reafirma-se o papel das cidades na região, cuja análise se desdobra na “(...) estruturação do espaço regional ao longo do tempo, apontando para a necessidade de distinguir a categoria do ‘urbano’ no passado e no presente de sua história territorial” (ZEE, 2010, p. 86).

Dada a importância das cidades, associada diretamente ao acelerado processo de urbanização do espaço regional, verifica-se o surgimento de um fenômeno espacial muito particular no cenário urbano da Amazônia, onde:

As estatísticas demográficas atestam a ampliação da concentração populacional urbana e da multiplicação do número de cidades na região. Do total da população do estado do Pará, 7.321.493 habitantes (IBGE, 2007), nada menos que 70,05% vivem em áreas urbanas. Esse processo de urbanização regional tem colocado desafios no que diz respeito à sustentabilidade das nossas cidades. Apesar do urbano na Amazônia se expressar de forma múltipla, pode-se dizer que, genericamente, as cidades estão na espreita de sua produção. Precariedade das condições de existência urbana (habitação, saneamento, etc.) é regra e, não exceção. (ZEE, 2010. Vol. 1, p. 51).

O município de Marapanim-PA faz parte da região de integração do Guamá⁵⁰. A cidade-sede do município localiza-se originalmente na ponta sudeste da ilha, estando situada no Nordeste Paraense, nas coordenadas geográficas com latitude 0°43'02”S, e longitude de 47°41'59”W, sendo cercada de águas pelo rio Marapanim, furo do Seco Velho e furo do Pajé.

Sua inserção no processo de povoamento da região ocorre em um segundo momento de acordo com o padrão de ocupação da região do Salgado “(...) com o uso da terra associado às atividades turística, pesqueira e de mangue, principalmente em Vigia, São Caetano de Odivelas, Curuçá e Marapanim”. (ZEE, 2010, p. 66).

Os dados socioeconômicos da região do rio Guamá apresentados no documento ZEE – Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará (2010) revelam um conjunto de informações atualizadas que nos permitem relacionar diferentes processos de natureza econômica e social, atentando especificamente para as peculiaridades regionais.

Em todo caso, nossa preocupação a contento é desenvolver uma leitura geográfica acerca da cidade de Marapanim partindo dos processos de crescimento e desenvolvimento urbanos gerados pelos empreendimentos públicos e privados em diferentes períodos da

⁵⁰ A Região de Integração do Rio Guamá é composta pelos municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhamgapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Pará, Terra Alta e Vigia apresenta uma população total de aproximadamente 600.000 habitantes segundo a contagem populacional de 2007 (ZEE-Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará, 2010, p. 66).

formação e construção de sua conformação geográfica/territorial. Em um segundo momento, relacionar com a dinâmica espacial e produtiva do município as políticas de desenvolvimento rural voltadas para as coletividades locais que vivem da artesanaria de pesca.

Se atentarmos para a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente nos municípios que fazem limite com Marapanim, da região do Rio Guamá e do Estado do Pará na Tabela 09, observa-se que há uma tendência de elevada concentração da população urbana, cujo índice da região de 1,39% (IBGE, 2000/2007) é muito próximo da média do Estado do Pará que é de 1,67 (IBGE, 2000/2007). Um ritmo de crescimento equivalente a média nacional. Isto notadamente acentua o papel que as cidades desempenham no espaço regional do Rio Guamá, por meio dos serviços e comércio.

Tabela 9: Taxa de crescimento anual da população residente nos municípios da região do Rio Guamá (2000-2007)

REGIÃO GUAMÁ MUNICÍPIOS	ZONA URBANA/RURAL	PERÍODO		TAXA %
		2000	2007	2000/2007
Marapanim	Urbana	9.490	9.256	- 0,31
	Rural	15.228	17.395	1,69
	Total	24.718	26.651	0,95
Magalhães Barata*	Urbana	4.183	3.592	- 1,89
	Rural	3.510	4.058	1,83
	Total	7.693	7.650	0,07
Maracanã*	Urbana	11.712	11.199	- 0,56
	Rural	15.859	17.097	0,94
	Total	27.571	28.296	0,32
São Francisco do Pará*	Urbana	4.907	4.612	- 0,77
	Rural	9.338	7.301	- 3,03
	Total	14.245	11.913	- 2,21
Igarapé-Açu*	Urbana	19.489	19.868	0,24
	Rural	12.911	13.910	0,94
	Total	32.400	33.778	0,52
Curuçá*	Urbana	9.422	13.027	4,13
	Rural	16.738	27.971	6,63
	Total	26.160	40.998	5,78
Terra Alta*	Urbana	3.692	4.114	1,36
	Rural	4.569	5.747	2,91
	Total	8.261	9.861	2,24
Castanhal	Urbana	121.249	137.226	1,56
	Rural	13.247	14.900	1,48
	Total	134.496	152.126	1,55
Região de Integração Rio Guamá	Urbana	310.646	344.247	1,29
	Rural	195.700	221.145	1,54
	Total	506.346	565.392	1,39
Estado do Pará	Urbana	4.115.774	4.949.502	2,33
	Rural	2.072.911	2.116.071	0,26
	Total	6.188.685	7.065.573	1,67

Fonte: IBGE – Censos Populacionais de 1970, 1980, 1991 a 2000.

Contagem populacional 1996 e 2007. (Adaptado – ZEE – Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará – 2010, p. 69).

* Municípios limítrofes ao Município de Marapanim.

Contudo, é preciso considerar o fato de que,

(...), em geral, o comportamento demográfico regional é tipicamente de uma região de emigração, apesar de que internamente os municípios apresentam comportamentos diferenciados. Curuçá, por exemplo, apresenta ritmo elevado em relação aos demais municípios de 5,78%. Esse ritmo se associa às expectativas de novos projetos de infraestrutura portuária como o Porto do Espadarte e a Estação Flutuante de Transbordo de Minério da *Anglo American Ferro*. (ZEE, 2010, p. 70).

Diferentemente, no caso de Marapanim, fazendo um recorte temporal da análise estatística considerando o intervalo de tempo 2000/2007 (ver tabela 10), observa-se uma queda no número de habitantes da zona urbana com taxa negativa de 0,31% e um relativo crescimento da população rural com taxa de 1,69%. No total da população do município houve, porém, um crescimento relativo com taxa média de 0,95%, apresentando um ritmo lento e positivo não muito distante da média regional (1,29%).

Tabela 10: Recorte temporal da análise estatística do Crescimento Urbano de Marapanim - 2000/2007

REGIÃO GUAMÁ	ZONA	PERÍODO		TAXA %
MUNICÍPIO	URBANA/RURAL	2000	2007	2000/2007
Marapanim	Urbana	9.490	9.256	- 0,31
	Rural	15.228	17.395	1,69
	Total	24.718	26.651	0,95

Fonte: IBGE – Censos Populacionais de 1970, 1980, 1991 a 2000.

Contagem populacional 1996 e 2007. (Adaptado – ZEE – Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará – 2010, p. 69).

* Municípios limítrofes ao Município de Marapanim.

Os dados acima reforçam a tendência emigratória da população do município, pois, muitos moradores da cidade-sede e de áreas rurais deslocam-se permanentemente para a capital e a cidade de Castanhal, em função da intensificação das atividades de moradia, comércio e de serviços, assim como, da dependência familiar daqueles que passaram a viver efetivamente na capital e outros municípios da RMB. Aliás, se afirma que todos os municípios integrantes da região do Rio Guamá, sem exceção, apresentam tendências de êxodo rural e de acentuada urbanização⁵¹, o que lhe confere um caráter eminentemente emigratório.

Se levarmos em consideração a taxa de urbanização de municípios limítrofes* ao município de Marapanim - Região do Rio Guamá para o período de 1970 a 2007, conforme

⁵¹ Ver PARÁ, Governo do Estado do. ZEE - Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Diagnóstico Socioeconômico. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, Vol. 1, 2010. p. 70.

dados apresentados na tabela 11, veremos o grau de urbanização extremamente elevado de alguns municípios, como o caso de Castanhal (90,21) e Igarapé-Açu (58,82).

Tabela 11: Taxa de Urbanização de Municípios Limítrofes* ao Município de Marapanim - Região do Rio Guamá (1970 a 2007).

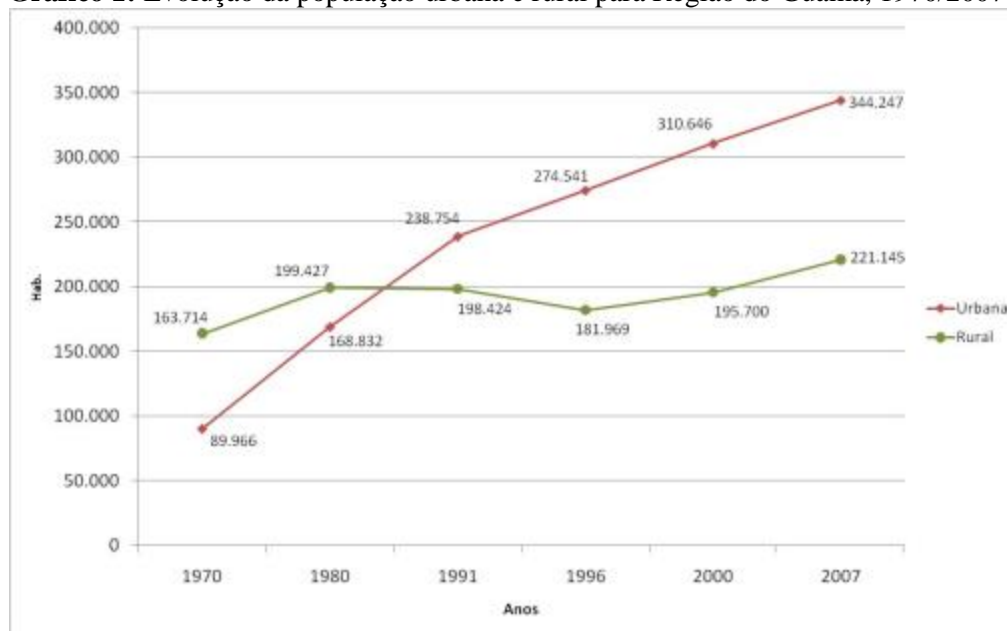
MUNICÍPIO	ANO					
	1970	1980	1991	1996	2000	2007
Marapanim	36,21%	40,00%	38,39%	38,96%	38,39%	34,73%
Magalhães Barata*	41,81%	43,33%	45,33%	47,97%	54,37%	46,95%
Maracanã*	37,28%	41,07%	37,74%	41,99%	42,48%	39,58%
São Francisco do Pará*	21,36%	26,40%	34,68%	40,29%	34,45%	38,71%
Igarapé-Açu*	34,02%	41,38%	46,18%	50,95%	60,15%	58,82%
Curuçá*	37,37%	39,43%	38,78%	38,94%	36,02%	31,77%
Terra Alta*	—	—	—	43,67%	44,69%	41,72%
Castanhal	67,71%	81,72%	90,97%	90,87%	90,15%	90,21%

Fonte: IBGE – Censos Populacionais de 1970, 1980, 1991 a 2000.

Contagem populacional 1996 e 2007. (Adaptado – ZEE – Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará – 2010, p. 69).

* Municípios limítrofes ao Município de Marapanim.

Assim, a tendência de crescimento da população rural e urbana na região do Rio Guamá é fato consumado nas estatísticas oficiais conforme se pode observar no Gráfico 1, que apresenta a evolução desse processo.

Gráfico 1: Evolução da população urbana e rural para Região do Guamá, 1970/2007

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000/2007.

O Município de Marapanim possui uma área aproximadamente de 799. 299 km², apresentando uma população total equivalente a 28.011 habitantes (estimativa IBGE/2009). Segundo o censo demográfico IBGE/2010, a população total do município corresponde a 26.418 habitantes, compreendendo 5,69% a menos que a estimativa de 2009. A Secretaria Municipal de Administração contesta essa estimativa, pois a sede municipal e suas áreas distritais passaram por um processo recente de inovação urbana, a qual trouxe melhorias na distribuição dos serviços, bem como, atraiu pessoas de lugares próximos que migraram e passaram a morar no município, levando assim, a um incremento populacional nas estatísticas oficiais⁵².

Segunda a Secretaria de Administração o município vem apresentando a cada ano uma procura muito intensa por veranistas de vários lugares do Brasil e do Exterior em função da riqueza cultural, artística e natural do território que constituem o patrimônio vivo da sociedade marapaniense. No distrito de Marudá, por exemplo, foi realizado o projeto de urbanização da orla (Figura 24), com incentivos do governo do Estado, em 2004.

⁵² Apesar do IBGE dispor de sua base de dados referentes aos municípios brasileiros, o que se sabe ao certo, é que o município de Marapanim atualmente vem sendo penalizado pelo descaso na elaboração de estatísticas municipais, uma vez que estas não vêm sendo produzidas pelos órgãos municipais responsáveis pela gestão municipal. Há uma dificuldade extrema e injustificada da administração pública municipal em viabilizar as condições para tal. Fato este, que impede a realização de uma pesquisa científica fundada em dados mais realistas e confiáveis em nível local.

Figura 24: Orla urbanizada da praia de Marudá.



Fonte: Azevedo, 2011.

Esse projeto de inovação urbana atraiu consideravelmente um número de pessoas de diversos lugares que resolveram comprar lotes de terras ao longo da rodovia PA – 318 que liga a sede municipal ao distrito de Marudá onde se encontra uma das praias mais requisitadas pelo turismo na região.

Não há como negar o peso do turismo na região, que não cabe aqui discutir. Porém, esse mesmo projeto, de inovação urbana, não teve o acompanhamento necessário pelo poder público municipal e órgãos do estado, no sentido de ordenar o acesso a praia, pois áreas de dunas e manguezais foram sendo ocupadas desordenadamente sem que as autoridades locais pudessem intervir para que não fosse estendido para o distrito como um todo, bem como para outras comunidades próximas a cidade-sede.

O Projeto denominado “Ecossistemas costeiros amazônicos: Interações entre características ecológicas, desafios sociais e desenvolvimento sustentável” (MPEG), coordenado pela Prof^o Dr^a Tereza Prost (2005), no que se refere ao tratamento dado à caracterização Sócio-Antropológica das populações pesqueiras de Camará, Guarajubal e distrito de Marudá (balneário), sob a responsabilidade da Prof^a Dr^a Lourdes Furtado, destaca

uma particularidade desse processo mostrando exatamente a ocupação desordenada no distrito de Marudá onde o bairro do Sossego, antiga morada de pescadores artesanais foi sendo abrigado por outros moradores. Furtado (2005, p. 101) pondera, ainda, que:

(...) os pescadores que se concentravam há anos no bairro do Sossego estão progressivamente se deslocando para terrenos situados mais no interior, ampliando a mancha de expansão urbana. As condições de habitação são precárias, faltando uma melhor implantação de redes de saneamento básico, tal como abastecimento de água [conforme Figura 25].

Figura 25: Habitações com banheiros rudimentares em área sem saneamento básico e abastecimento de água no Bairro do Sossego, em Marudá.



Fonte: Furtado, 2005.

Evidentemente, que a cidade de Marapanim evoluiu e se desenvolveu ao longo do tempo, haja vista que as mudanças ocorridas em seu sítio urbano não foram obras decorrentes de um projeto de grande envergadura do ponto de vista de sua organização interna, mas sim do ritmo de crescimento populacional das cidades contíguas ao município e, conseqüentemente, da expansão da rede urbana da Amazônia.

A cidade de Marapanim, na atualidade, apresenta uma considerável evolução em sua estrutura interna. Do ponto de vista intra-urbano, após a construção da rodovia que liga a sede municipal com a estrada Castanhal-Curuçá, Corrêa e Tourinho (2001, p. 53), relatam que teve início a ocupação dos manguezais situados próximos a Rua Bartolomeu Dias (próxima do portal da cidade).

O aterramento da localidade do Abacate constituiu uma das etapas finais desse processo juntamente com a construção da ponte de alçapão que permitiu o acesso rodoviário à

cidade-sede e a construção do Portal de entrada da cidade, como se pode observar na figura 26.

Figura 26: Portal de entrada da cidade de Marapanim.



Fonte: Walber Abreu, 2010.

Nos anos de 1980 e 1990 têm início um processo de ocupação desordenado das áreas de manguezais nas proximidades do terminal rodoviário e ao longo da rodovia que dá acesso as praias de Marudá e de Crispim.

A figura 27 mostra exatamente um pouco dessa triste realidade dos moradores de Marapanim que desde os anos de 1990 quando tem início o processo de ocupação desordenado das áreas de manguezais que cercam a cidade.

Figura 27: Fotos (A) Rua Fernando Magalhães próxima ao Terminal Rodoviário, com áreas de ocupação dentro do mangue; (B) Estaleiro de embarcações as margens do rio Cajutuba com aterramento do mangue; (C) Ocupação de casas dentro do mangue as margens do rio Cajutuba; (D) Aterramento do mangue e construção de ruas com chão de terra batida; (E) Deposição de resíduos sólidos.

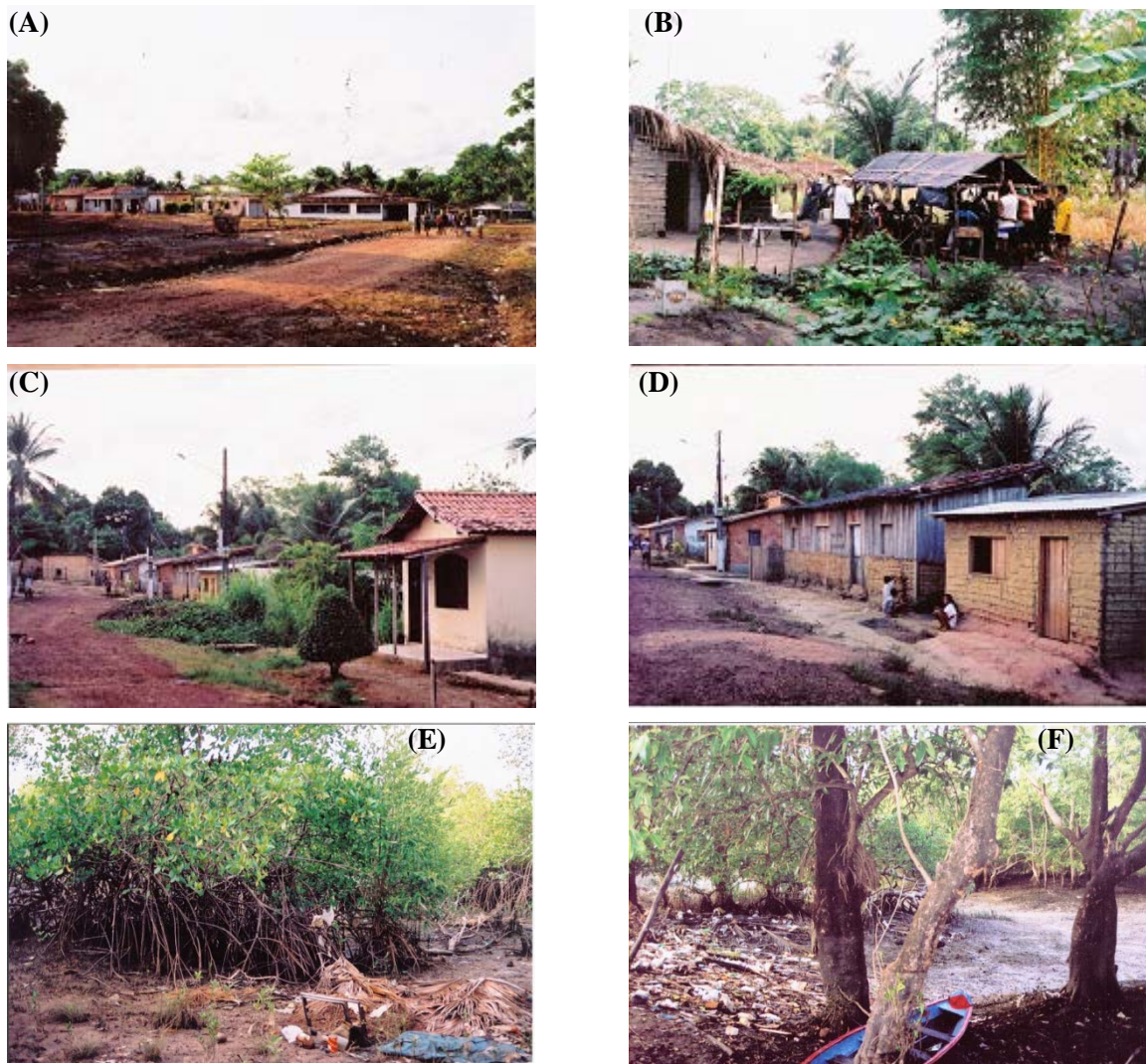


Foto: Walber Abreu (2003).

O impacto da modernização propagada pelo surgimento do padrão rodoviário em Marapanim refletirá na apropriação dos espaços de produção comunitária por pessoas oriundas de Castanhal, Curuçá, RMB e de outras localidades próximas que passarão a especular a terra com fins turísticos também dentro da cidade.

Na cidade de Marapanim há uma rede de serviços especializados que atende o conjunto da população local e de comunidades interioranas dos municípios de Cafezal, Magalhães Barata, Curuçá. Os serviços de infraestrutura de água e saneamento básico, de responsabilidade da empresa COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará), abrangem aproximadamente, uma área de 60% a 70% dos bairros que existem na sede municipal. Dados

da SEPOF (2011) mostram o abastecimento de água na cidade-sede considerando as variáveis, consumidores e consumo de água por classe nos anos de 2007-2009.

Tabela 12: Consumidores e Consumo de Água por Classe (2007-2009).

ANOS/CLASSE	CONSUMIDORES	CONSUMO (m ³)
2007		
RESIDENCIAL	2.748	370.600
COMERCIAL	29	2.340
INDUSTRIAL	2	60
PÚBLICO	41	6.420
TOTAL	2.820	379.420
2008		
RESIDENCIAL	1.451	361.529
COMERCIAL	1	1.680
INDUSTRIAL	-	-
PÚBLICO	29	6.420
TOTAL	1.481	369.739
2009		
RESIDENCIAL	2.241	368.904
COMERCIAL	10	1.435
INDUSTRIAL	...	110
PÚBLICO	34	6.300
TOTAL	2.285	376.749

Fonte: COSANPA. Elaboração: IDESP/SEPOF (2011, p. 29).

Os dados revelam que os consumidores residenciais e públicos, respectivamente, são predominantes, cujos valores têm sofrido oscilações no período. Porém, há predominância dos consumidores residenciais. Isto comprova que os serviços são taxados pela operacionalização do número de consumidores e níveis de consumo totais.

Quanto aos serviços de energia elétrica, cabe à rede CELPA a cobertura das residências no município e de sua sede.

A única rede bancária que há na sede do município é a do Banco do Brasil (Figura 28). Seu público alvo é basicamente atender a rede comercial e de outras redes de serviços, como

da área de educação, do hospital público municipal e de servidores públicos municipais, estaduais e federais, bem como, de aposentados e pensionistas. Possui um quadro de funcionários insuficiente para atender ao público em períodos de pagamentos, quando há uma elevada demanda pelos serviços bancários, apresentando em seu interior algumas máquinas eletrônicas com múltiplas funções internas.

Figura 28: Banco do Brasil, situado à Rua Diniz Botelho, esquina com a Travessa Floriano Peixoto.



Foto: Walber Abreu (2003).

Além desta rede, há uma loja dos Correios e outra da Loteria da Caixa Econômica, as quais prestam seus serviços, de modo permanente, durante a semana, de segunda a sexta-feira no horário comercial.

O comércio varejista e atacadista na cidade de Marapanim cresceu consideravelmente, obedecendo a um padrão urbano de distribuição em cidades pequenas e médias da Amazônia, cuja ocupação e adensamento se realiza ao longo das ruas e avenidas principais da sede municipal conforme afirmamos anteriormente.

Esta dimensão do urbano na cidade-sede permite-nos dimensionar a importância da formação socioespacial do município e da cidade-sede de Marapanim para o conjunto das comunidades.

O cenário urbano que vem se desenhando nos últimos anos no município e na cidade é reflexo das mudanças em curso na urbanização das cidades amazônicas como um todo, a qual

se expande em ritmo acelerado. Logo, a cidade comporta novas dimensões do urbano que se manifestam como símbolos de expressão da modernidade.

As coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais do município e cidade-sede de Marapanim se ressentem dos problemas que se agravam a cada dia, por conta das mudanças geradas pela expansão urbana. Muitos moradores/moradoras costumam dizer que a cidade já não é mais a mesma. E nem poderia ser.

O fato concreto é que são mudanças que lhes atingiram de forma muito intensa, pois os caminhos por onde costumavam percorrer foram aterrados e asfaltados; as áreas de mangue onde se costumava “apanhar” caranguejo em períodos intervalares da maré foram ocupadas de modo privativo, tornando-se quintais de residências com padrões habitacionais diferenciados com barracas de lona preta, de alvenaria, madeira, etc.

Marapanim é um município que possui ecossistemas variados (manguezais, igarapés, rios, baía, dunas, praias) aonde em épocas de veraneio, no mês de Julho de cada ano e mesmo fora de época, são procurados por turistas que se aventuram em conhecê-los.

O impacto das atividades geradas pelo turismo na região do Salgado Paraense é extremamente preocupante do ponto de vista da sustentabilidade dos ecossistemas. São impactos negativos de toda ordem e grandeza, como, banheiros de bares em cima de dunas, esgoto a céu aberto nas praias, congestionamentos de trânsito, poluição das águas, resíduos sólidos despejados pela rua, etc.; que interferem, diretamente no modo de vida das coletividades de pescadores/pescadoras artesanais. O caso do Município de Marapanim-PA é fato comprovado pra qualquer um que chega no portal de entrada da cidade, tendo em vista que ali, qualquer um já se dá conta, dos problemas socioambientais que a mesma enfrenta independente do período ou época o ano.

Todo esse cenário que apresentamos acerca do município e da cidade-sede de Marapanim-PA interfere de uma forma ou de outra na compreensão dos processos socioespaciais das diferentes coletividades locais que existem em todo o território municipal.

Quando propomos estudar o ordenamento territorial da pesca nas referidas coletividades locais,⁵³ consideramos ser fundamental pensar um conjunto de elementos que pudessem subsidiar nossa análise de forma consistente. Já afirmamos anteriormente que não estamos propondo aqui um modelo de ordenamento territorial da pesca artesanal, mas sim, analisar a forma pela qual, estas coletividades, são capazes de projetar ações coletivas, tendo

⁵³ O termo coletividade pressupõe a existência de um conjunto pessoas ligadas por laços sociais, culturais, políticos, não necessariamente partidários, que buscam articular-se as instâncias políticas como forma de condicionar suas demandas aos projetos coletivos da comunidade na qual estão inseridas.

em vista a reprodução de seus espaços de moradia e de vivência comunitária, constituindo assim, seus arranjos institucionais e o firmamento de suas territorialidades de dimensões múltiplas que passamos a denominar de “Territórios de Pesca” de base comunitária.

A territorialidade pesqueira e das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais, no município de Marapanim-PA, fazem parte de uma dinâmica histórico-espacial construída em tempo e espaço diferentes, que se dá a partir do processo de formação socioespacial do município e da cidade-sede, e se manifestam na escala local com suas especificidades, refletindo assim, as relações de gênero e de seus modos de vida particulares.

A construção desses dos territórios de pesca constitui, em princípio, uma estratégia de ação coletiva projetada e protagonizada pelos pescadores/pescadoras artesanais que demarcam sobre o meio aquático áreas em potencial de pesca, criando a partir de então suas normas de uso e acesso aos recursos naturais disponíveis. Para isso, segundo Moraes (2007, p. 74), usam de seus conhecimentos ou de seus saberes de pesca como um dado a priori fundamental para a execução de suas ações. Constroem assim, a territorialidade da pesca artesanal moldada segundo a lógica dos saberes da tradição ao mesmo tempo em que expõe a multidimensionalidade do ato cognitivo. Para o autor, parafraseando Morin (1999), o conhecimento é multidimensional, logo, está ligado diretamente a complexidade do viver territorial dos pescadores/pescadoras artesanais. Assim,

O conhecimento do ambiente em que vivem essas populações e a sua habilidade no manuseio dos recursos naturais, à medida que são transmitidos e absorvidos pelas gerações, transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos. São interações advindas do contato íntimo com a natureza, seja pelas águas, florestas, terras, seja com o próprio homem. (MORAES, 2007, p. 74).

Desse modo, há de convirmos com esta afirmação, pois: “Os saberes desenvolvidos, condensados e usados como ferramentas cognitivas são os meios de que se valem inúmeras populações para dar respostas aos desafios na atividade pesqueira”. (MORAES, 2007, p. 75).

Os saberes de tradição de pescadores/pescadoras artesanais, de maneira geral, são também, produzidos por uma percepção aguçada ligada ao meio aquático e terrestre. Na compreensão de Silva (2008, p. 126),

A percepção e valoração são utilizadas como sinônimo de importância e reconhecimento do território pelo pescador artesanal, sendo trabalhada com o mesmo sentido, essas percepções foram extraídas a partir das conversas e relatos dos pescadores do rio Ituquara que, cartografaram seus pesqueiros e dispuseram para análise os seus modos de vida e suas territorialidades, concretizadas em forma de produtos cartográficos de geoinformação (...)

Esta singularidade dos saberes desenvolvidos pelos pescadores/pescadoras é produto da cultura como conhecimento e vice-versa. Essa relação é intrínseca à natureza do conhecimento de pescadores/pescadoras em relação ao meio em que vivem. Moraes (2007, p. 90) considera a relação entre cultura e conhecimento como um par dialético que nos permite entender a territorialidade da pesca e de pescadores/pescadoras artesanais, como resultado de suas práticas espaciais coletivas baseadas nos princípios da reciprocidade e solidariedade como formas de sociabilidade. Para validar tal assertiva o autor discorre da seguinte forma parafraseando Morin (1998):

A cultura como conhecimento e o conhecimento como cultura são a dialética que movimenta, interage e dá sentido à vida e às práticas na pesca, que, por sua vez, refletem-se em saberes que, pautados pela tradição, permitem aos pescadores se relacionarem com o meio onde estão inseridos de maneira íntima, proporcionando a criatividade e a sabedoria. “Temos, pois, de considerar a cultura como um sistema que faz comunicar – dialetizando – uma experiência existencial e um saber construído” (MORIN, 1998, p. 126).

Os pescadores/pescadoras artesanais, em Marapanim-PA, são exemplos claros de coletividades locais que se valem dessa natureza do conhecimento (saberes de tradição, percepção e valorização) que se revelam com uma linguagem e cognição que lhes são próprias.

Portanto, nossa análise se desdobra na realidade das áreas de estudo com base em experiências já realizadas no decorrer da pesquisa e de trabalhos de instituições de pesquisa, como o MPEG, focando os aspectos ligados à territorialidade de pescadores/pescadoras artesanais que vivem e dependem dos recursos ambientais ligados aos mais diferentes ecossistemas (praias, estuário, ilhas, manguezais), bem como, dos sujeitos ou atores sociais⁵⁴ que são responsáveis pela dinâmica social que movimenta e dão sentido as práticas na pesca que pressupõe analisadas em conjunto, as relações de trabalho, produção e comercialização e os conflitos sociais existentes.

Apesar da limitada atuação dos atores e/ou sujeitos na mobilização da organização social enquanto movimento político para representá-las junto a outras instâncias políticas, como a prefeitura local, aos órgãos de assistência técnica, como a EMATER, para a

⁵⁴ O Prof^o Márcio Piñon em mini-curso ministrado Espaço e Política – Possibilidades Metodológicas para a Geografia, no período de 19 a 21 de Outubro de 2010, no âmbito do PPGEIO fez uma abordagem em relação ao uso dos termos Sujeito, Agente e Ator, se mostra útil para esta análise que estamos desenvolvendo. Para Piñon (2009), o termo Sujeito é sempre o sujeito da ação, o qual está vinculado a projetos políticos. O termo Agente é uma dimensão abstrata ligada ao papel das instituições de maneira geral, como o Estado, o movimento social. Em geral, não define quem são os sujeitos. O Ator é um elemento figurativo que apenas reproduz a cena. Não intervém no processo nem tampouco se manifesta a não ser quando é solicitado.

organização dos sistemas de produção, ao SEBRAE com orientações associativismo e empreendedorismo comunitário, dentre outras, para reivindicar melhorias em suas diferentes formas de viver e fazer acontecer no lugar.

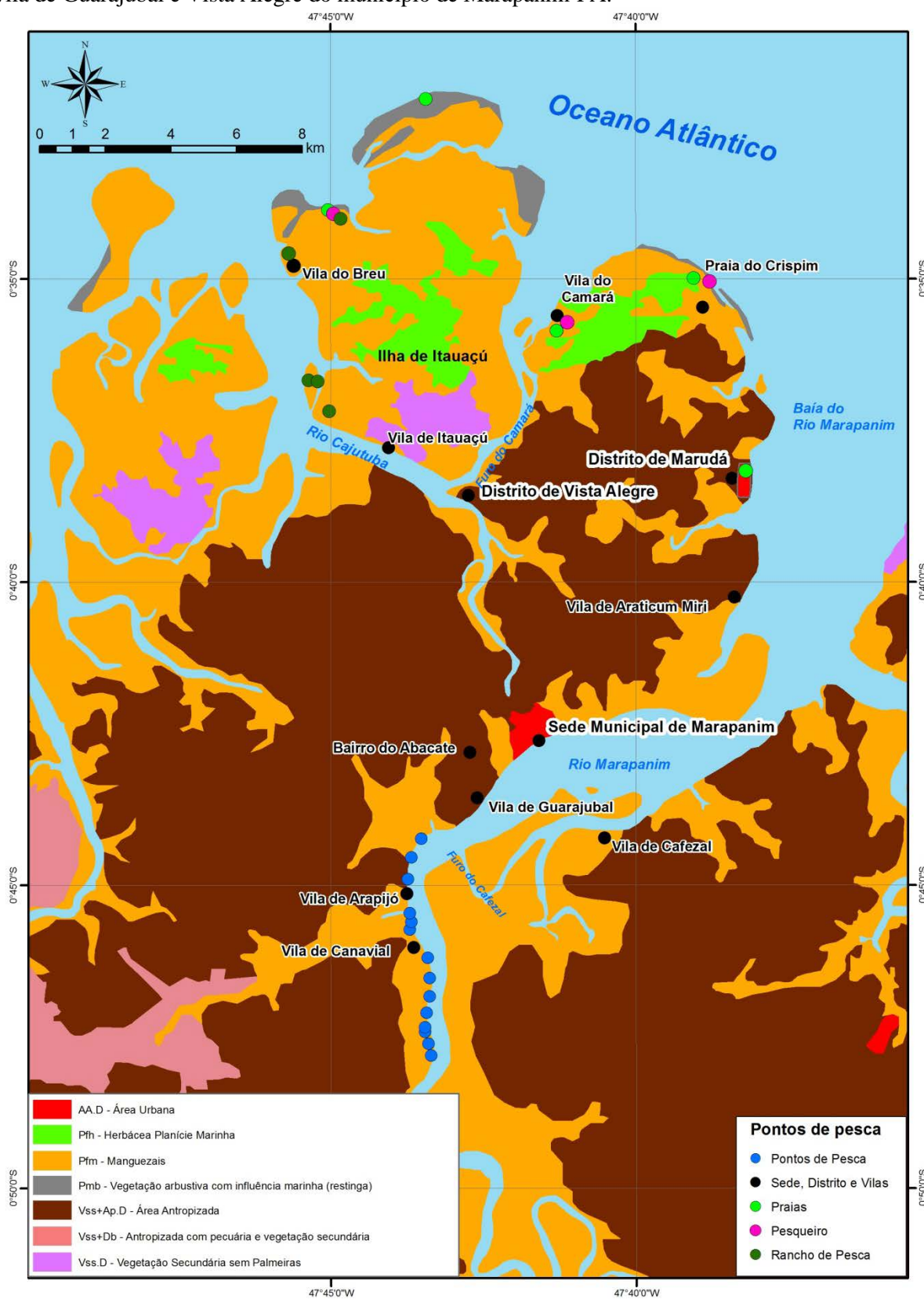
A despeito de todas as dificuldades existentes, e mesmo estando sujeitas a um processo de exclusão e de pobreza, estas não se entregam às mazelas da sociedade globalizada, cuja perspectiva de viver da artesanaria de pesca com base nas relações de reciprocidade, solidariedade e outras formas de sociabilidade, estão para além do simples ato de pescar.

A expectativa das coletividades locais que vivem e dependem da artesanaria de pesca é assegurar as condições necessárias para a reprodução de suas diferentes formas de viver coletivamente, criando novas possibilidades de exercer o “direito a territorializar-se”, transformando seus espaços, com fortes tendências a uma territorialização precária, em territórios alternativos (HAESBAERT, 2005), como espaços de esperança (HARVEY, 2004).

3.2 OS “TERRITÓRIOS DE PESCA” DAS COLETIVIDADES LOCAIS DA VILA DE GUARAJUBAL E VISTA ALEGRE, EM MARPANI-PA

A compreensão que temos acerca dos “Territórios de Pesca” das referidas comunidades diz respeito aos lugares onde estes praticam de fato suas atividades relacionadas à exploração do uso do meio aquático, não sendo delimitados por determinação dos órgãos reguladores no âmbito do Estado e sim por suas práticas espaciais coletivas, quer seja de natureza familiar ou de vizinhança e compadrio.

Mapa 3: Territorialidade da pesca e de coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais da vila de Guarajubal e Vista Alegre do município de Marapanim-PA.



Fonte: Base de dados do IBGE/SIPAM/DSG (2006).

O Mapa 3 mostra, exatamente, os “Territórios de Pesca” de base comunitária onde pescadores/pescadoras artesanais de Marapanim, em particular, da Vila de Guarajubal e Vista Alegre realizam suas práticas espaciais coletivas ligadas à cultura e seus gêneros de vida.

Falar da territorialidade da pesca artesanal implica considerar sua dimensão humana e sua forma de representação social, posto que a existência coletiva das populações pesqueiras, refletem uma multiplicidade de interesses ligados aos diferentes sujeitos políticos. Logo, suas representações sociais devem necessariamente corresponder à forma de articulação política interna engendrada pelos sujeitos que produzem a territorialidade da pesca.

Evidentemente, que a territorialidade pesqueira não se limita apenas ao uso que se faz do território em si, mas, sobretudo, das relações que são construídas no interior da comunidade, interagindo com outras que estão no entorno de modo permanente, onde estas mesmas relações são tecidas socialmente, num processo constante de ir e vir, cuja dialeticidade é responsável pela reprodução das relações sociais existentes no meio em que vivem.

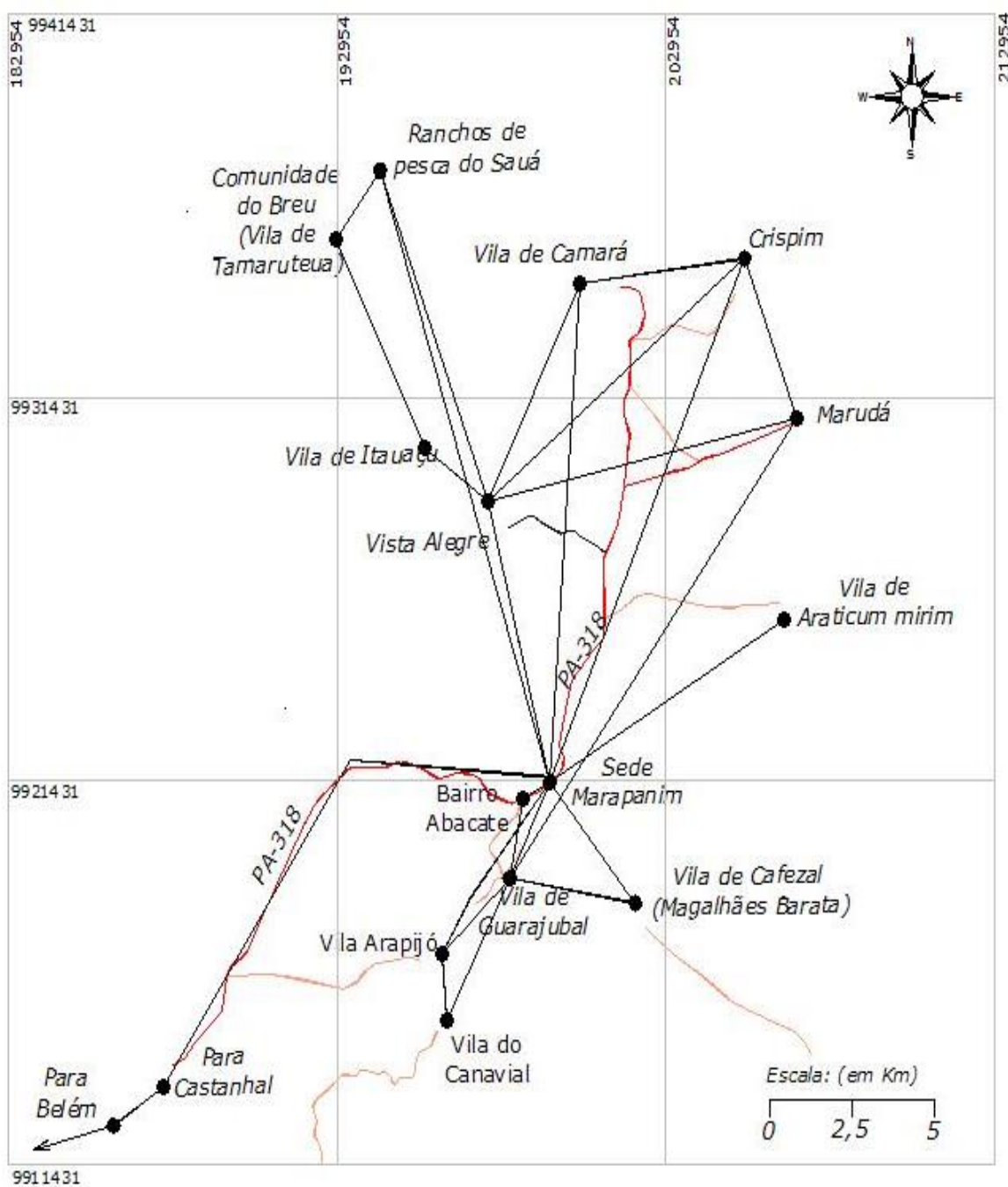
O Mapa 4 mostra o território-rede das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais de Guarajubal e Vista Alegre que se caracteriza pelo constante fluxo (de pessoas, de mercadorias, de informações) que se realiza entre estes e os lugares de pesca conhecidos como pesqueiros, pontos de pesca, pescarias.

Toda essa rede entre - lugares não seria possível sem a percepção, cognição e valorização que os mesmos têm em relação aos espaços onde desenvolvem suas relações e constroem seus espaços de vivência comunitária.

Almeida Apud Moraes (2007, p. 04), explica que “(...) a originalidade do conhecimento da tradição se enraíza em modelos mais holísticos de pensar, não sendo esses modelos inferiores ou superiores aos da ciência”. Trata-se de estratégias de pensamento que dispõem de quadros de referências distintos de leitura do mundo. Essas leituras operam em consonância com a própria cultura dessas populações, uma vez que

(...) a cultura não pode ser considerada nem simplesmente justaposta nem simplesmente superposta à vida. Em certo sentido substitui-se a vida, e em outro utiliza-a e a transforma para realizar uma síntese de nova ordem (LÉVI-STRAUSS Apud MORAES, 2007, p. 63).

Mapa 4: Territórios-rede de Pescadores/Pescadoras Artesanais da Vila de Guarajubal e Vista Alegre – Rede Entre-Lugares, Marapanim-PA.



Fonte: Trabalho de Campo, 2009-2010.

Há, assim, a elaboração de mapas mentais representativos do mundo da pesca, “transmitido pela oralidade a partir de sua convivência cotidiana com a natureza e da leitura dos fatos e fenômenos naturais que ocorrem. (...)” (MORAES, 2007, p. 63).

A construção de modelos cognitivos de orientação espacial e territorial pelos pescadores/pescadoras artesanais na arte da artesanaria de pesca é a expressão concreta do fundamento básico da existência humana que se chama cultura. Vergani Apud Moraes (2007, p.83), explica com propriedade o sentido da cultura como expressão da existência humana:

A cultura é a expressão temporal de um ponto de vista singular e irreduzível sobre o mundo. O homem não vive só do seu pensamento ou das suas capacidades cognitivas, mas também do desenvolvimento da sua sensibilidade, do seu sentido crítico, das suas faculdades criativas.

Assim, conseguimos trabalhar a percepção temporal e espacial dessas coletividades de extrativistas/coletores e pescadores/pescadoras artesanais de Guarajubal e Vista Alegre através dos calendários de pesca relacionados ao ciclo do Caranguejo-Uçá (*Ucides Cordatus*) e ao Ciclo da Safra e entre Safra do pescado nas áreas de estudo.

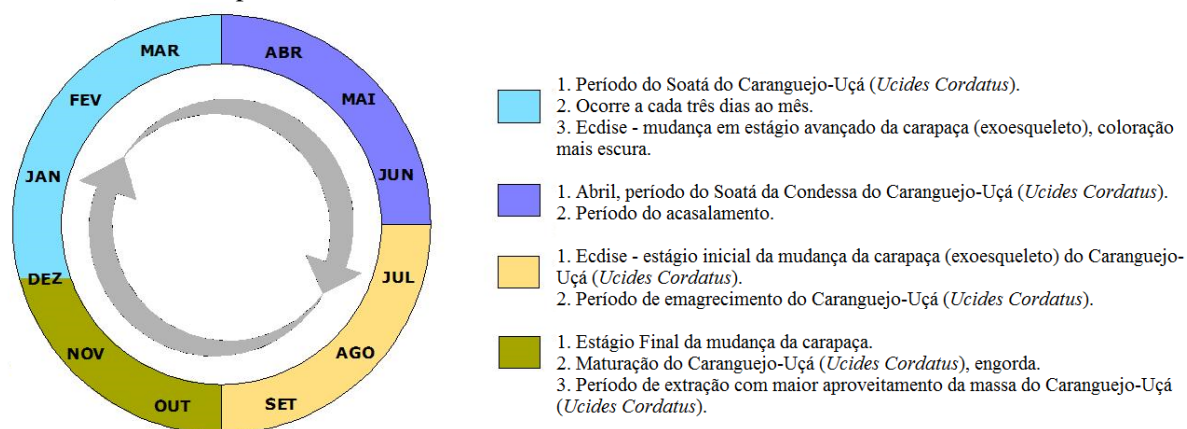
3.3 OS CALENDÁRIOS DE PESCA NO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DE MARAPANIM

Os calendários de pesca⁵⁵ são instrumentos simbólico-representativos do imaginário do pescador que serve para orientar o desenvolvimento de suas atividades ligadas à captura, coleta e comercialização do caranguejo, bem como, da pesca artesanal comercial e de subsistência nos pontos de pesca.

Em pesquisa de campo nas áreas de estudo, conseguimos trabalhar a elaboração de dois calendários de pesca. Um relacionado ao ciclo anual de reprodução do Caranguejo-Uçá (*Ucides Cordatus*) (Figura 29) e outro relacionado ao ciclo anual da Safra e entre Safra do pescado (Figura 30). Ambos são fundamentais para a realização dos circuitos espaciais da produção pesqueira e de seu desenvolvimento na escala local, regional e nacional.

⁵⁵ A construção do imaginário social do pescador revela que a produção do conhecimento ribeirinho tem uma lógica fundada no domínio da geografia do lugar. A elaboração destes calendários ocorreu com base nos depoimentos através de entrevistas e diálogos livres com os pescadores.

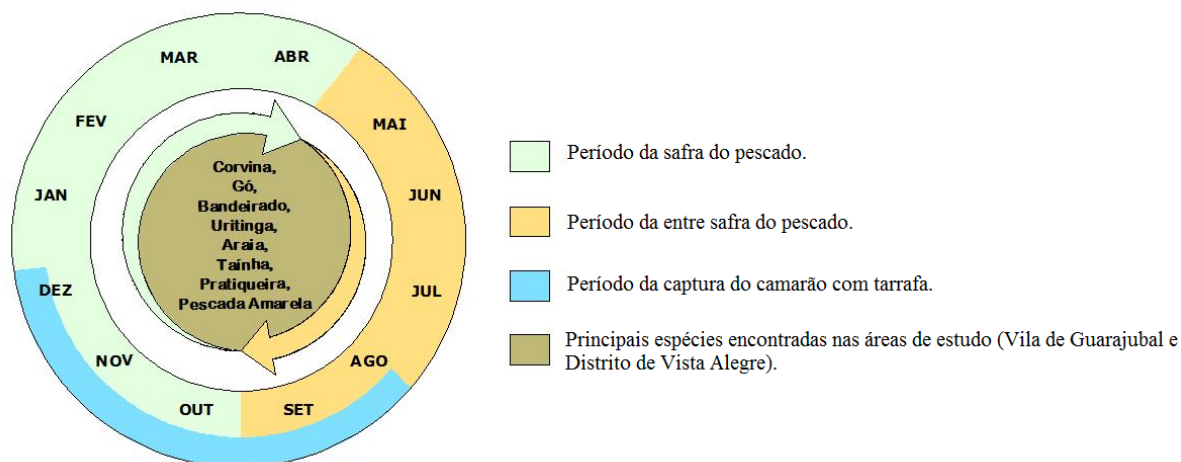
Figura 29: Calendário de pesca e o ciclo de reprodução do Caranguejo-Uçá (*Ucides Cordatus*) em Marapanim.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010. Elaborado por Abreu, 2010.

A orientação pelo calendário é um procedimento comum na visão dos pescadores artesanais de Marapanim, pois a vivência no contexto geral da atividade permite que a percepção seja aguçada sinesteticamente para o desenvolvimento e o exercício da função.

Figura 30: Calendário de pesca e o ciclo de Safra e entre Safra do Pescado em Marapanim.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010. Elaborado por Abreu, 2010.

O cumprimento das funções atribuídas a cada pescador é levada muito a sério, pois é preciso ter responsabilidade nas diferentes etapas da jornada de trabalho.

Ao se deslocarem para os “pontos de pesca”, “pescarias ou pesqueiros” os mesmos tem uma clareza a respeito do horário em que deverão sair do ponto de partida, adentrar rios, lagos, estuários e chegar as “áreas de pesca” e retornar para suas casas. Um exemplo dessa

experiência se deu quando nos deslocamos para as praias do Tamaruteua⁵⁶ e Sauá em trabalho de campo⁵⁷.

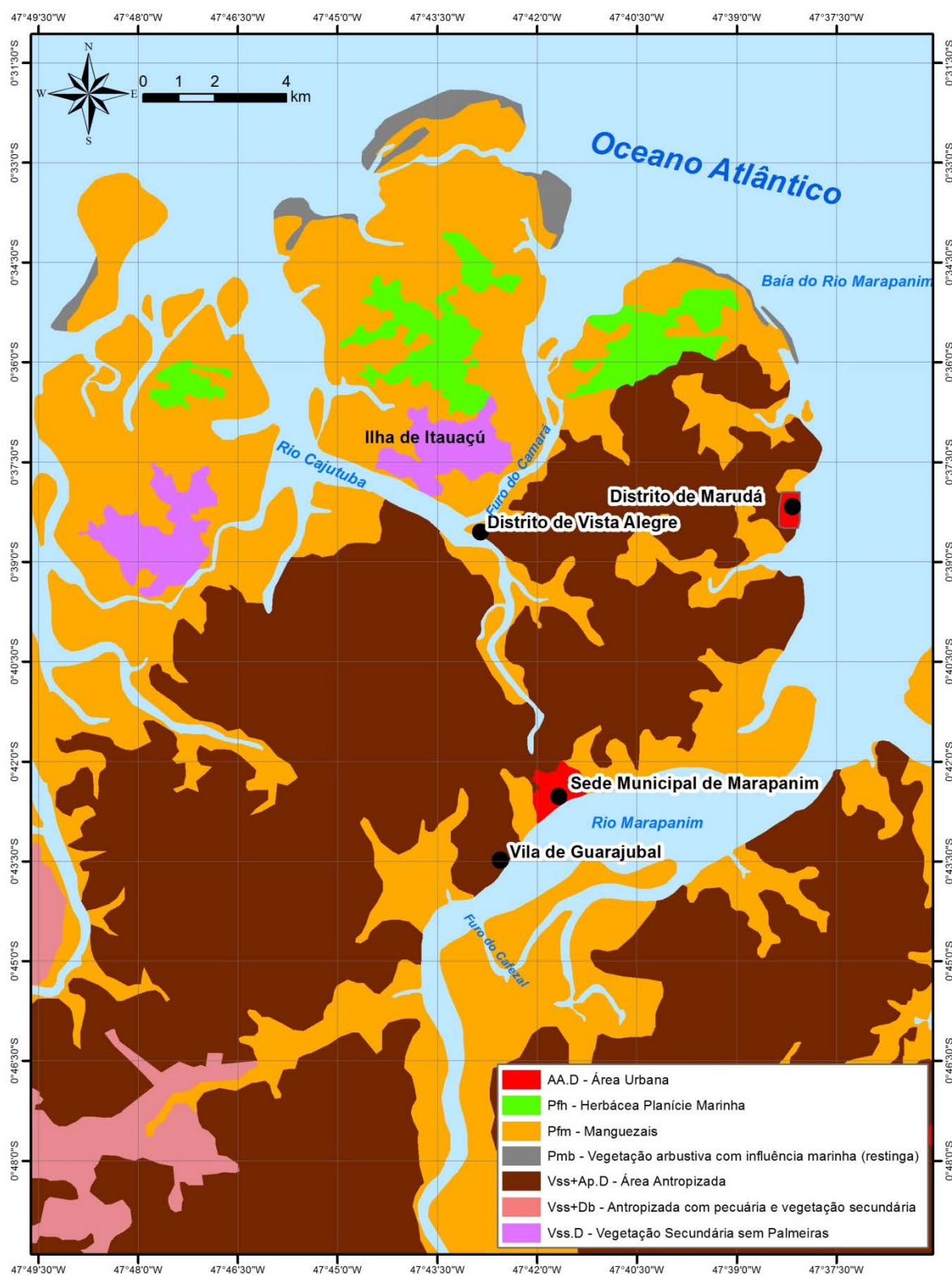
Os “tiradores” de caranguejo de Vista Alegre e Guarajubal, em geral, também são pescadores e apresentam uma rotina igualmente aos demais que lidam com a atividade pesqueira.

Se atentarmos para os serviços ambientais disponíveis no meio aquático, considerando o pescado e sua diversidade de espécies, associado às florestas de manguezais e suas potencialidades ao longo dos estuários dos rios Marapanim, Cajutuba e Camará, conforme se pode ver no Mapa 5 de Uso Social dos Recursos Naturais por Coletividades Locais de Pescadores/Pescadoras Artesanais da Vila de Guarajubal e Vista Alegre, do município de Marapanim-PA, é possível perceber a dimensão espacial da riqueza que se tem disponível para fins de exploração econômica e comercial.

⁵⁶ Ver trabalho da Prof^a Ivete Nascimento do MPEG (Museu Paraense Emílio Goeldi) intitulado “Dinâmica Costeira, Ocupação Humana e Migração”, que trata da migração dos pescadores dessa comunidade para a localidade de Breu, área próxima de Tamaruteua, em função dos processos naturais de acreção (expansão e crescimento) do mangue e da erosão fluvial junto à praia, a qual foi totalmente integrada ao ecossistema fluvio-estuarino.

⁵⁷ O Trabalho ocorreu no dia 03 de Setembro de 2010 (Sábado), tendo como ponto de partida, o trapiche de madeira as margens do rio Camará, a frente da Vila de Vista Alegre, município de Marapanim-PA. O dono da embarcação, Sr. Valdir, acompanhado de dois co-pilotos, Sr. Lázaro, comandando a polpa (atrás) com o mesmo, e Ronilson, na proa (a frente), profundos conhecedores da “arte de pescar” nas águas dos rios Camará e Cajutuba, estabeleceram o horário de saída na maré enchente e chegada na maré vazante, acenando a possibilidade da realização do trabalho proposto. O rigor do horário foi fundamental para que a pesquisa ocorresse conforme o plano de uma das etapas mais importantes deste trabalho. O reconhecimento e mapeamento das “áreas de pesca” foi o objetivo principal desta etapa. Saímos às 10h15 da manhã e retornamos às 15h00 da tarde, sabendo que o horário para se chegar à praia do Sauá era às 11h00 entrando pelo furo da Cobra. Aportamos à praia do Sauá, às 11h45 e retornamos às 12h00, pois a maré já estava vazando. Caso viéssemos a nos atrasar no horário previsto, dificilmente conseguiríamos atravessar pelo furo da Cobra com o tipo de embarcação em que estávamos. Geralmente, os pescadores usam a rabeta (pequena embarcação com motor de 22 hp) para se chegar à área de destino.

Mapa 5: Uso social dos Recursos Naturais por Coletividades Locais de Pescadores/Pescadoras Artesanais da Vila de Guarajubal e Vista Alegre, do Município de Marapanim-PA.



Fonte: Base de dados do IBGE/SIPAM/DSG (2006).

O mapa de uso social mostra exatamente os “Territórios de Pesca” de base comunitária onde os pescadores/pescadoras artesanais de Marapanim, em particular, da Vila de Guarajubal e de Vista Alegre realizam suas práticas espaciais coletivas ligadas à cultura e seus gêneros de vida.

Observe na Figura 31 o diagrama que trata do ciclo de reprodução das relações capitalistas de produção da pesca artesanal. Nele está presente cada uma das etapas que compõem a reprodução do capital. Não se trata de uma acumulação primitiva do capital, mas sim de um processo que se manifesta como reprodução da lógica global.

Figura 31: Circuitos Espaciais da Produção Pesqueira em Guarajubal e Vista Alegre



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelo Autor, 2010.

Maciel (2009, p. 104) explica esse processo, tomando por base as ideias de Santos (2002), afirmando que:

Dentro da lógica global, a tendência à compartimentação e fragmentação do espaço faz com que haja, paradoxalmente, um choque e uma associação do movimento da sociedade planetária, com o movimento particular das frações, regional ou local da sociedade nacional.

Nesse sentido, importa dizer que as relações projetadas no mundo das finanças globais mantêm uma estreita relação com aquilo que se reproduz espacialmente nos lugares, na medida em que a lógica que prevalece é a da reprodução do capital em diferentes escalas. Portanto, não há como negar que a atividade pesqueira está inserida nesse processo. Embora,

apresente sua lógica própria, não deixa de ser influenciada por esta que se realiza numa escala mais ampla.

A condição de reprodução da lógica global se baseia na dinâmica espacial do modo capitalista de produção, que é por sua natureza, desigual e combinado. O arranjo econômico e produtivo do território traduz-se, assim, no espaço das verticalidades e horizontalidades. Estes são os novos recortes do território.

Segundo Santos⁵⁸,

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam as redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (...) A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também podem unir-se horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais... (SANTOS, 2005, pp. 139; 143).

Assim, é preciso dizer que a natureza das relações sociais que movem as coletividades locais nessa dialética no/do território (SANTOS, 2005, p. 141) permite que se entenda a dimensão humana e territorial da pesca artesanal enquanto fundamentos estruturantes do espaço banal⁵⁹.

Esta mesma lógica capitalista é também responsável pela alienação⁶⁰ do trabalho coletivo, no caso trata-se dos pescadores/pescadoras artesanais, uma vez que aceitam passivamente as condições que lhe são impostas nas negociações propostas pelos comerciantes, marreteiros e atravessadores. Todavia, essa relação não substitui a natureza do trabalho familiar e da produção comunitária que é predominante ainda nos lugares, mesmo que não possamos dizer em que medida, grau ou proporção.

⁵⁸ Santos (2005, p. 142) resgata a noção de espaço banal, elaborada por François Perroux e testada no Brasil por Jacques Boudeville, ao trabalhar os novos recortes do território (verticalidades e horizontalidades). Explica o autor que “a noção de espaço banal refere-se ao espaço de todos, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos”.

⁵⁹ Ver explicação no rodapé 58 acima.

⁶⁰ A alienação do trabalho é explicada por Karl Marx, em sua obra “O Capital” quando trata da reprodução ampliada do capital a partir da lógica capitalista de produção. Marx se reportando as relações entre empregador-trabalhador segundo o modo de produção capitalista dizia que a relação é sempre desigual e contraditória, pois o empregador ao se apropriar do tempo de trabalho dispensado a mais para executar a tarefa com vistas a aumentar a produção e o lucro domestica o ser humano a trabalhar seguindo o ritmo da produção. Este processo Marx denominou de mais-valia absoluta. Com a intensificação dos processos tecnológicos, a produção aumentou em menor tempo de produção de forma mais acelerada. A esse processo chamou de mais-valia relativa. No bojo dessas relações o homem não se dá conta da exploração do seu trabalho, e em troca recebe um salário, o que o leva a omissão e a complacência. Logo, torna-se um ser alienado, consumando assim, a alienação do trabalho.

Entendido esse processo, passamos agora para a materialização das relações econômicas e comerciais que se dão no interior das coletividades locais de pescadores/pescadoras de Guarajubal e Vista Alegre.

Para fins de análise dessa questão elaboramos uma tabela onde estão discriminados os atores sociais responsáveis pelo funcionamento da dinâmica comercial da produção da pesca artesanal nas respectivas comunidades.

Tabela 13: Rede de Comercialização da Produção da Pesca Artesanal na Vila de Guarajubal e Vista Alegre, Marapanim-PA

PESCADOR ARTESANAL	MARRETEIRO	ATRAVESSADOR
PA 1	M1	AT 1
PA 2	M2	AT 2
PA 3	_____	AT 3
PA 4	_____	_____

PA - Pescador Artesanal; M – Marreteiro AT - Atravessador

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

O processo de comercialização da pesca artesanal nas respectivas comunidades se realiza a partir das condições materiais existentes sobre o território. De acordo com as potencialidades naturais dispostas sobre a superfície terrestre e aquática associada ao capital social do lugar é possível antever as possibilidades de realização da produção.

Em geral, a rede de comercialização da produção não difere muito daquela que é praticada no conjunto dos municípios da “zona do salgado”, particularmente, a rede comercial que envolve a produção artesanal para consumo local e para fins comerciais, a qual se realiza mediante acordos que são apalavrados de forma improvisada e destituída quase sempre de uma documentação que possa comprovar a venda ou comercialização do produto.

A relação econômica estabelecida entre os pescadores e seus compradores é, quase sempre, determinada pela quantidade e o tipo de pescado capturado. Quando, não raro, é determinada por seus compradores em função do fornecimento ou a troca de produtos ou mercadorias, até mesmo empréstimos financeiros com quantias que variam em valor e tempo de pagamento, equivalentes a certos valores quantitativos que deverão ser compensados pela pescaria, pelo fato de que muitos pescadores artesanais não dispõem dos meios necessários para praticar a pescaria.

Por exemplo: para realizar uma boa pesca⁶¹, no mínimo, um pescador necessita de 30 litros de gasolina, 02 sacas de gelo, geladeira de isopor e o rancho contendo um pacote de bolacha, café preto na garrafa térmica, um kg de farinha, além de acessórios como lanterna, linhas de anzóis de reserva, etc.

A realização do processo de comercialização do pescado e do Caranguejo-Uçá (*Ucides Cordatus*) em ambas as comunidades se dá a partir do momento em que o pescador/pescadora artesanal se movimenta em direção as áreas de produção. No caso do pescado são áreas de praia (pesqueiros) e os pontos de pesca (canais de maré, furos, rios). Na extração e coleta de caranguejo, são as áreas de manguezais que concentram toda a produção. Nesse caso, é possível observar no mapa de uso dos recursos naturais a riqueza natural disponível nos ecossistemas que fazem parte da vida cotidiana das coletividades locais de pescadores/pescadoras em Marapanim.

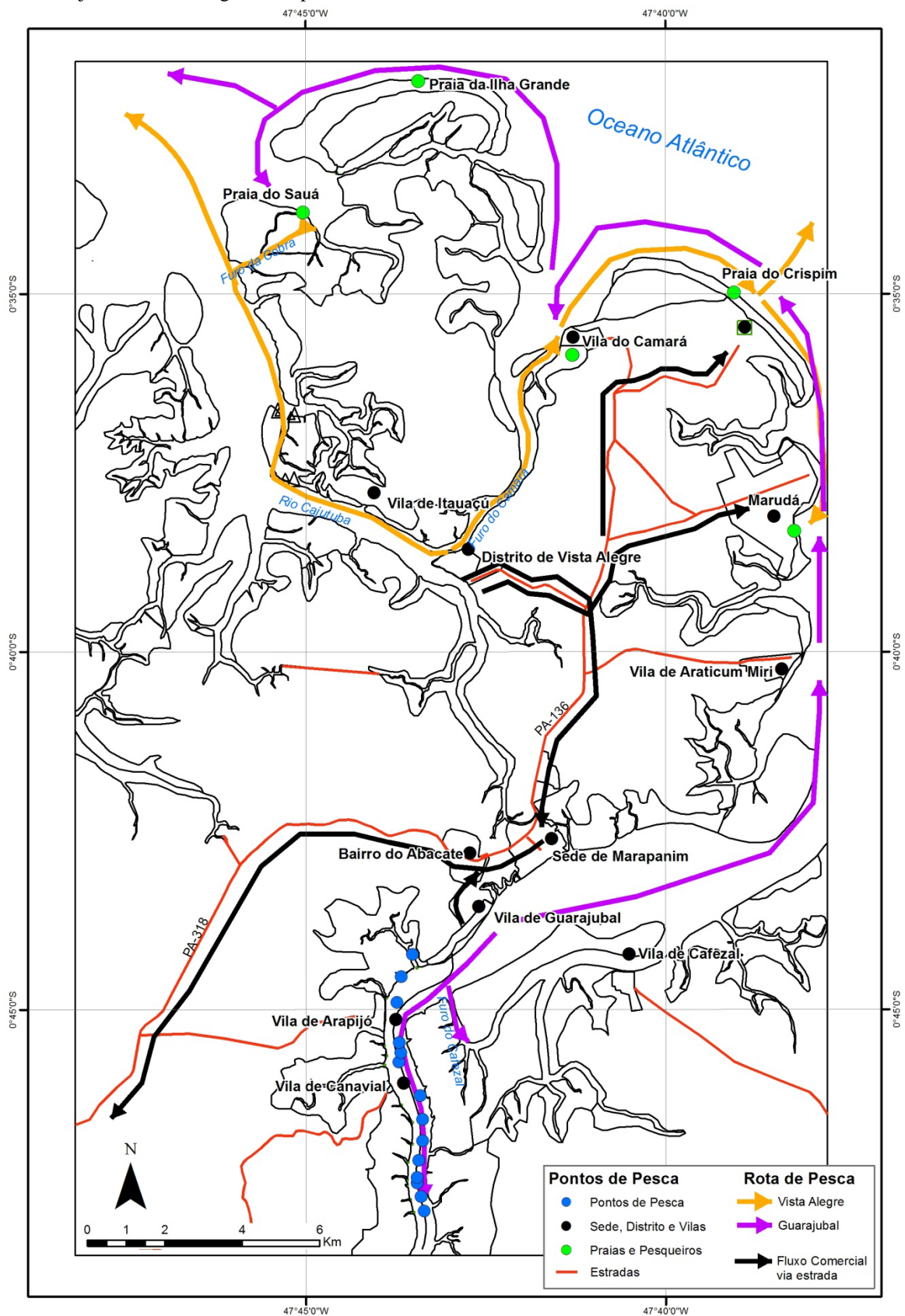
Devemos considerar a contento os calendários de pesca, os quais são de suma importância na realização do processo de comercialização. Os calendários de pesca são adotados pelos pescadores/pescadoras de Guarajubal e Vista Alegre como parte integrante de suas atividades cotidianas, os quais se relacionam aos ciclos da maré e da lua, pois a prática da pesca é literalmente influenciada por esses ciclos naturais.

No período de safra e do pescado e do Caranguejo-Uçá (*Ucides Cordatus*), os pescadores seguem a risca esses instrumentos, pois sem eles o resultado nunca acontece como se espera. Podem ocorrer perdas irreparáveis em suas formas de viver e de trabalhar.

Observando o Mapa 6, de fluxo da pesca artesanal em Marapanim é possível dimensionar a territorialidade da pesca e de pescadores/pescadoras artesanais da Vila de Guarajubal e Vista Alegre.

⁶¹ Depoimento do pescador Vandiquinho – Morador da vila de Vista Alegre.

Mapa 6: Fluxos da Pesca Artesanal de Pescadores/Pescadoras Artesanais de Pescadores/Pescadoras de Guarajubal e Vista Alegre, Marapanim-PA



Fonte: IBGE/DSG, 2006.

A importância desse recurso cartográfico se deve a dimensão territorial que é revelada por ele a respeito dos circuitos espaciais da produção pesqueira. A partir deste é possível compreender a dinâmica espacial das redes entre - lugares ou territórios-rede.

As relações espaciais tecidas pelo conjunto dos “pontos” e “nós” articulados dentro de uma base territorial comum – o território – sendo este constituído por seus atributos naturais e humanos, revelam a condição básica de seus mecanismos de reprodução social associado aos mais diversos meios de representação social e cultural que, por sua vez, estão condicionados a (i) materialidade dessas mesmas relações projetadas sobre o espaço.

Uma questão fundamental a ser levantada no contexto da pesquisa é a que diz respeito à forma como se encontra hoje organizada a atividade pesqueira nas comunidades em Marapanim-PA. No caso, vamos nos ater a essa questão focando as duas comunidades. Ao desenvolvermos a pesquisa de campo nas respectivas comunidades, tornou-se possível identificarmos um conjunto de elementos relacionados diretamente ao modo de vida e a territorialidade da pesca. Na visão de Cardoso (2003, p. 121), trata-se de práticas territoriais de gestão das pescarias. Neste sentido, infere o mesmo autor, que:

(...) podemos falar em territórios de uso das sociedades pesqueiras, uma vez que estas se apropriam de porções do espaço aquático a partir do trabalho e do conhecimento dos processos naturais que atuam nelas. O território seria então tratado em relação ao seu valor de uso para o grupo social. Bastaria isto para caracterizar uma territorialidade pesqueira?

Evidentemente, que a territorialidade pesqueira não se limita apenas ao uso que se faz do território em si, mas, sobretudo, das relações que são construídas no interior da comunidade, interagindo com outras que estão no entorno de modo permanente, onde estas mesmas relações são tecidas socialmente, num processo constante de ir e vir, cuja dialeticidade é responsável pela reprodução das relações sociais existentes em uma dada formação sócio-espacial.

Em Guarajubal e Vista Alegre, a pesca artesanal é praticada por pescadores curralistas que guardam uma tradição de longa duração herdada de gerações mais antigas. Desde muito tempo, a vida dos pescadores/moradores da vila depende fundamentalmente dos recursos aquáticos, principalmente, daqueles que são extraídos da “beira” do rio apanhados com canoas, linhas de mão, redes e dos currais localizados as margens do rio Marapanim.

Os recursos naturais disponíveis nas áreas de manguezais são potencialmente geradores de renda e trabalho para essas populações. Ainda há muitos pescadores que

dependam estritamente da artesanaria de pesca nesses moldes. Muito embora, é notória a presença de elementos que fazem parte da modernidade associados à arte de pesca.

3.4 OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA TERRITORIALIDADE DA PESCA ARTESANAL EM MARAPANIM

Para fins de análise da questão é apropriado tomarmos a expressão *constituição de sujeitos políticos* e do conceito de *sujeito* adotadas por Maneschy e Almeida⁶² (2002) ao tratar representação social de pescadoras no Nordeste paraense.

Maneschy e Almeida (2002, p. 51) trabalham com o conceito de “sujeitos políticos”⁶³ ao tratar a categoria pescadora como figura de discurso nas organizações representativas, bem como, de seu papel político no interior de novas organizações representativas do gênero feminino, como são as associações de pescadoras de vários municípios do Nordeste paraense. A expressão se refere, segundo as autoras, “(...) a conformação de sujeitos diferentes do eleitor tradicional, pois buscam a participação e formulam demandas específicas junto ao Estado e a outros segmentos sociais. A adesão de pessoas a movimentos implica sua transformação em novos sujeitos”. (PINTO Apud MANESCHY; ALMEIDA, 2002, p. 51). Trabalham também, em suas análises, com o conceito de sujeito tomado de Touraine (1992), segundo o qual o conceito de sujeito se aproxima do de ator e de movimento social. Para Touraine “(...) o ator social é potencialmente transgressor da ordem social, posto que não se identifica plenamente a papéis e não mais age de acordo com o ‘lugar que ocupa na organização social’, mas modifica o ambiente natural e social tornando-se, dessa forma, sujeito na sociedade” (TOURAINÉ Apud MANESCHY; ALMEIDA, 2002, p. 51).

Furtado (2005) com suas experiências junto às comunidades pesqueiras do Salgado Paraense, em particular, no município de Marapanim, apresenta-nos dois sujeitos políticos que fazem parte do campesinato na Amazônia ligados a artesanaria de pesca⁶⁴: o pescador

⁶³ Ver artigo MANESCHY, C.; ALMEIDA, M. P. de. **Tornar-se pescadora: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos**. In: HÉBETTE, J. *et al.* (Org's). No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002. p. 49-82.

⁶⁴ “A artesanaria na prática da pesca - desde a confecção do material ao ato de pescar, propriamente dito - está presente nas duas categorias - pescador monovalente e o pescador polivalente -, sendo por nós aqui tratados neste trabalho como sujeitos políticos, porém, a artesanaria de pesca, reponta na concepção das lideranças oficiais da pesca, como o critério definidor da segunda categoria (pescador monovalente), a ponto de atribuir-lhe tal nomenclatura. Assim, tornou-se conhecido como ‘pescador artesanal’ todo o pescador ‘matriculado’ em colônia de Pescadores que faz dessa atividade seu principal meio de trabalho e na qual ocupa quase que totalmente seu

monovalente e o pescador polivalente⁶⁵. Segundo a autora, são categorias de produtores autônomos que apresentam diferenças relativas com relação às formas de atuação no trabalho, na composição de suas frentes de trabalho, da participação nos circuitos espaciais da produção pesqueira, além do manejo praticado com relação ao uso dos recursos ambientais.

Não se pode negar que essas categorias trabalhadas por Furtado (1993); Nascimento (1993) e tantos outros que se dedicaram ao assunto da pesca artesanal sofreram mudanças significativas ao longo do tempo, tendo que adaptar-se a outras formas de relações de trabalho e de produção que as moldaram inevitavelmente, em sua forma e estrutura com intensidade variável.

No caso dos pescadores de Marapanim, em particular, das vilas de Guarajubal e Vista Alegre é possível notar essas mudanças, ainda que de forma não revelada pelos que praticam. Por exemplo, há pescadores/tiradores de caranguejo que são também marreteiros e atuam na comercialização de forma adaptada as leis mercadológicas impostas pelos atravessadores. E, mesmo assim, continua sendo profundo conhecedor dos principais pontos de pesca da vila de Guarajubal ao lado de sua família e vizinhança. Em Vista Alegre, há uma nova relação na modalidade de pesca artesanal que vincula a dependência do pescador artesanal em relação: aqueles que possuem “capital de giro” ou que podem barganhar a saída para a pesca com o rancho necessário. Às vezes, saem conjuntamente para dividir o “quinhão”. Isso, algumas vezes leva a certos desentendimentos pessoais envolvendo mais de um pescador na hora de dividir o “quinhão”.

Assim, faremos uma análise centrada nos atores sociais considerados presentes na realidade das duas vilas trabalhadas em nossa pesquisa. A Colônia de Pescadores de Marapanim Z – 06 e as coletividades locais (pescadores/pescadoras moradores da vila de Guarajubal e Vista Alegre) serão tomadas como referência por entendermos que a partir das relações construídas em torno destas junto a outras instâncias políticas é possível analisar com clareza os arranjos coletivos resultantes das práticas espaciais coletivas responsáveis pelo uso do território e a gestão da pesca artesanal em Marapanim.

tempo. E, conseqüentemente, como ‘pesca artesanal’, a prática exercida por essa categoria de pescador”. (FURTADO, 1993, p. 45).

⁶⁵ O pescador polivalente é segundo Furtado (op. cit.), aquele pescador que pratica uma multiplicidade de tarefas realizadas sazonalmente “(...) nas quais estão envolvidas todas as atividades por ele praticadas, tais como a pesca de subsistência e comercial, a coleta de produtos silvestres, a agricultura de roçados. (...) Habitam a região do interior dos municípios. (...)”. O pescador monovalente (pescador artesanal) é assim denominado por Furtado *et. al.* (1993, p. 251) pelo fato deste considerar “(...) a pesca como central na sua vida. A atividade da pesca é uma prioridade no exercício diário da função. (...) Centralizam-se nas sedes municipais”. Essa forma de interpretação hoje, se mostra muito relativa, pois em cada lugar a comunidade que trabalha com a artesanaria de pesca se apresenta de forma diferenciada em níveis escalares distintos.

3.4.1 A Colônia de Pescadores de Marapanim Z – 06 e sua Organização Social e Política como Entidade Representativa dos Pescadores/Pescadoras Artesanais

A Colônia de Pescadores de Marapanim PA Z – 06, fundada em 18 de Junho de 1921, têm uma história política consolidada em nível municipal. A essa época a Marinha do Brasil desenvolveu um sistema de inspeção do litoral e deram origem às chamadas “Zonas de Pesca”. Nas localidades onde havia em torno de 200 pescadores criava-se uma “Colônia de Pesca”. Por isso, as colônias têm o “Z” com suas iniciais. Como forma de regulamentar a atividade de pesca, a Marinha criou o Estatuto das Colônias e o Sistema Nacional de Representação dos Pescadores. Nesse contexto, a Colônia de Pescadores de Marapanim, assim como, em grande parte dos municípios do Nordeste Paraense, as demais colônias, já desempenhava sua função como entidade ligada ao controle e intervencionismo estatais.

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), as medidas tomadas com relação às normas de controle e acesso aos recursos do mar tiveram um caráter mais geopolítico em função das relações travadas no cenário internacional entre as grandes potências bélico-militares da época – Estados Unidos e União Soviética na disputa pela hegemonia do espaço mundial, o que exigiu um desdobramento da Marinha de Guerra do Brasil em vigiar as águas oceânicas e interiores do território nacional em nome da doutrina da “Segurança Nacional”. Era o início do desenvolvimentismo estatal brasileiro baseado no modelo de substituição de importações que visava tornar o Brasil uma potência econômica regional na América Latina.

As Colônias de Pescadores no Brasil nos anos posteriores as décadas de 1960/1970 passaram por diferentes processos que alteraram sua forma de atuação no seio da sociedade tendo o apoio de diferentes segmentos sociais, como da Igreja católica no Brasil através dos Movimentos Eclesiais de Base (MEB). Desde então, tomaram rumo e passaram a desenvolver seus projetos ligados aos interesses dos colonos pescadores/pescadoras artesanais profissionais.

As Colônias de Pescadores são organizações sindicais que representam a categoria sócio-profissional de pescadores artesanais. Surgiram na década de 1940 e são amparadas pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) sob Lei Federal nº 5452/1943. Em 1988, no artigo 8º da Constituição Brasileira, as Colônias de Pescadores são equiparadas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

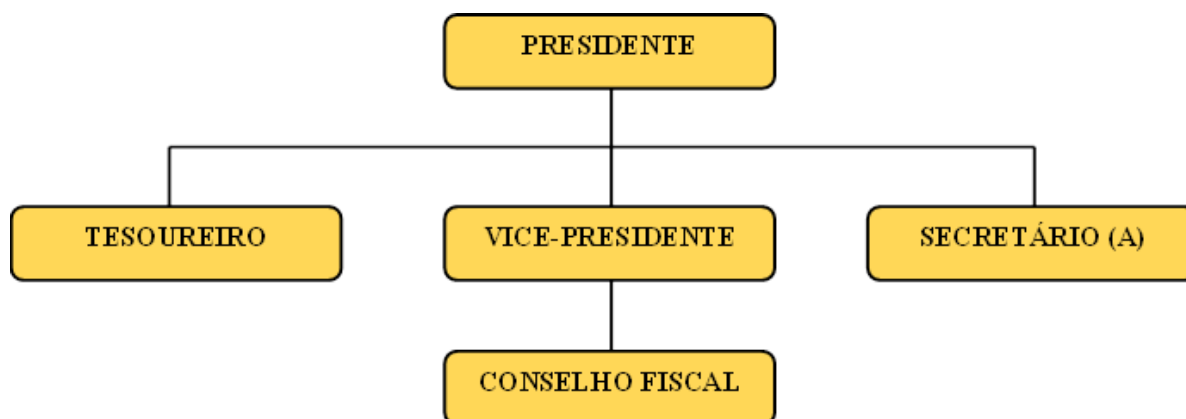
Desde a fundação destas instituições, seus propósitos como entidades políticas representativas da categoria visavam, entre outros motivos, atender as necessidades

primordiais dos pescadores e pescadoras e assegurar os direitos dos trabalhadores garantidos pela CLT. A formação sindical, cooperativismo e capacitação profissional são elementos que passaram a compor o rol de questões relacionadas à formação política de pescadores e pescadoras após a constituinte da pesca.

A composição de sua estrutura faz parte de um sistema hierárquico predominante no Brasil cuja base territorial compreende níveis escalares distintos, da escala local a nacional.

Trata-se de uma organização de 1º Grau, pois ela reúne e associa pessoas físicas, que representam a si mesmas. Assim, conforme Figura 32, podemos visualizar o organograma da estrutura das Colônias de Pescadores no Brasil.

Figura 32: Estrutura das colônias de pescadores



Fonte: CCPA. Colônia de Pescadores. Gestão – Organizar e Administrar. Santarém: CCPA. Oficinas de Capacitação, 2004. p. 19-20. (Adaptado).

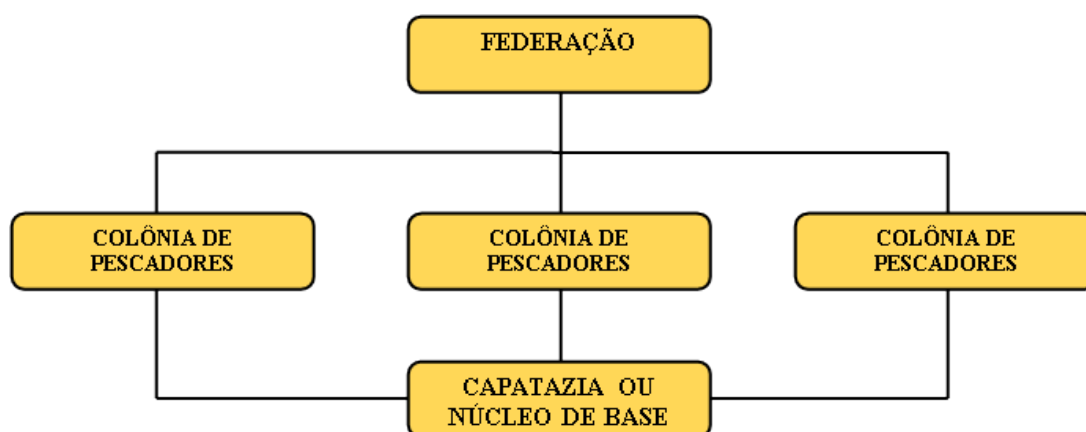
Uma Colônia de Pescadores é representada pelo Presidente, o qual é responsável pelo Planejamento, Organização e Controle da instituição; Vice-Presidente cuja função está para além da substituição do Presidente, caso esteja impedido do exercício da função. Deve ser capaz de liderar, criar, planejar e organizar tal como o Presidente; 01 Secretário (a), sendo responsável pelo acompanhamento de todas as atividades da organização e a quem compete várias outras atribuições; 01 Tesoureiro (a), responsável pelas finanças da instituição, como entrada e saída de dinheiro; pagamentos e recebimentos além do repasse de documentos para o setor contábil; E o Conselho Fiscal, sendo este composto por 03 Conselheiros efetivos e 03 Conselheiros Suplentes. Os efetivos podem eleger um presidente do Conselho Fiscal, que passa a ter as mesmas funções do Presidente da Colônia, dentro do Conselho Fiscal. São da responsabilidade do Conselho Fiscal, entre outras, a apreciação e aprovação do Balanço

Patrimonial, Demonstração de Resultados e Prestação de Contas. Deve cuidar sobre o funcionamento geral da Colônia.

Toda estrutura reflete uma composição hierárquica de poder na qual estão presentes os representantes de classe para o exercício de um pleito. Em sua organização interna, seus membros devem promover reuniões permanentes através de Assembleia Geral como Órgão Deliberativo.

Acima da estrutura da Colônia de Pescadores tem-se a instituição de uma Federação de Colônias de Pescadores (Figura 33), a qual é formada a partir da junção de 05 (cinco) ou mais Colônias. Portanto, as Federações são organizações de 2º Grau, pois reúnem Colônias de Pescadores, que são pessoas jurídicas, que representam os pescadores de sua base territorial.

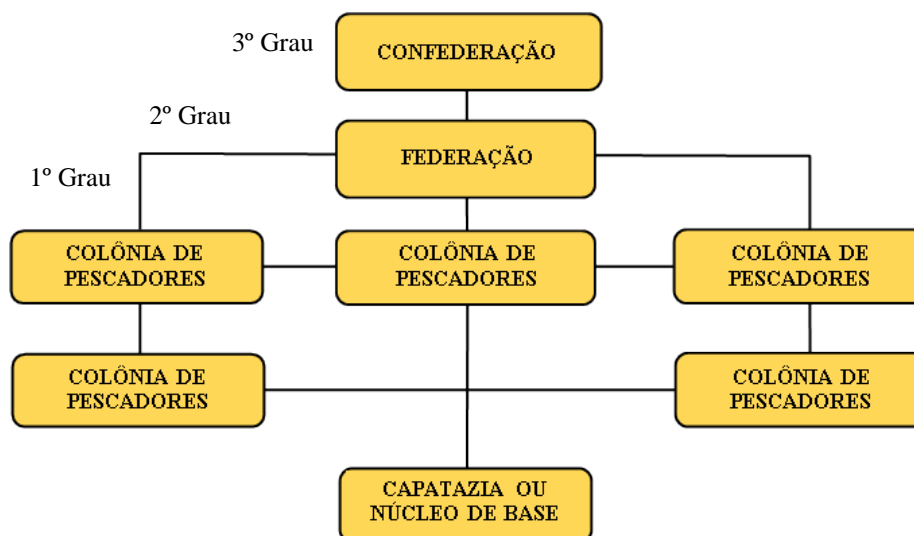
Figura 33: Estrutura da Federação de Pescadores



Fonte: CCPA. Colônia de Pescadores. Gestão – Organizar e Administrar. Santarém: CCPA. Oficinas de Capacitação, 2004. p. 12 (Adaptado).

Atualmente, a Colônia de Pescadores de Marapanim Z – 06, compõe a Federação dos Pescadores do Pará – FEPA, sendo parte integrante da Confederação Nacional dos Pescadores – CONAPE.

Uma vez instituída a Federação das Colônias de Pescadores, parte-se para a consolidação de uma Confederação (Figura 34). A Confederação é uma organização de 3º Grau, pois reúne as Federações que representam as Colônias de Pescadores, as quais possuem caráter nacional e regional. Assim, temos a composição de um Sistema Sindical dos Pescadores Artesanais de caráter permanente e hierárquico, com ampla autonomia sobre a gestão das comunidades pesqueiras no Brasil.

Figura 34: Consolidação do sistema sindical dos pescadores artesanais

Fonte: CCPA. Colônia de Pescadores. Gestão – Organizar e Administrar. Santarém: CCPA. Oficinas de Capacitação, 2004. p. 13. (Adaptado).

As Colônias de Pescadores, de um modo geral, dependem de seus afiliados, pescadores profissionais, uma vez que sua arrecadação é limitada a estes. Todavia, sua relação com as esferas governamentais em âmbito federal, estadual e municipal depende de uma articulação política que lhes tragam benefícios para a melhoria dos espaços disponíveis para uma boa gestão.

Desde a criação do MPA, o Governo Federal, tão logo tomou medidas emergenciais no sentido de aperfeiçoar as relações junto às instituições governamentais e Organizações não Governamentais (ONG's), e comunidades rurais através de Associações de Pescadores, Colônias de Pescadores e demais atores sociais.

A implantação de um Sistema de Informações da Estatística Pesqueira tem sido um dos instrumentos de Gestão de grande valia para as ações em diferentes escalas territoriais, muito embora, os dados relativos à estatística da pesca nos últimos anos não tiveram o devido tratamento por parte dos órgãos gestores, como o IBAMA, CEPNOR, IBGE. Foram contratados consórcios de pesquisadores da UFPA, UFRA que se realizaram o diagnóstico da pesca nos últimos anos, em nível do Estado do Pará e de outros Estados da Região Norte, e foram retrabalhados pelo MPA, que resultou no documento que consta no site do MPA como a última versão oficial da Estatística Pesqueira no Brasil – 2009.

O RGP (Registro geral de Pescadores) é um dos mecanismos que o MPA tem disponibilizado para desenvolver análises quantitativas dos profissionais e amadores que lidam com a pesca artesanal. Segundo dados do Registro Geral da Pesca (RGP) do Ministério

da Pesca e Aquicultura, até 31/12/2009 estavam registrados 833.205 pescadores profissionais, distribuídos nas 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal.

A Região Norte, possui um total de 266.476 pescadores, o que representa 31,9% do total em todo o território nacional. No Estado do Pará, ainda segundo dados do MPA (2008-2009), o número de pescadores é de 167.494, apresentando o maior número de pescadoras do país, num total de 64.936 mulheres, embora o estado não apresente a proporção mais igualitária entre pescadores e pescadoras, com 61,2% e 38,8%, respectivamente, verificadas em 2009. (ver Tabela 14).

Tabela 14: Número de pescadores registrados no Brasil em 2009, distribuídos por Unidade da Federação e gênero-Região Norte.

Região/Estado/ Município/Comunidade	Masculino	%	Feminino	%	Total
Brasil	526.894	63,2	306.311	36,8	833.205
Norte	170.424	64,0	96.052	36,0	266.476
Pará	102.558	61,2	64.936	38,8	16.494

Fonte: RGP/MPA, 2009 (Adaptado).

A gestão atual da Colônia de Pescadores de Marapanim⁶⁶ Z – 06 têm como presidente o Sr. Willsens Presley Lopes de Souza; Vice-presidente Sr. Janio Elder André de Lima; Sra. Secretária Patrícia Bentes Monteiro; Secretário de Administração José Luis. O período da gestão é de 04 (quatro) anos consecutivos compreendendo os anos de 2008-2012.

O prédio onde funciona a sede da Colônia de Pescadores de Marapanim (ver Figura 35) apresenta uma estrutura antiga e bastante deteriorada, a qual precisa de reformas além do seu tombamento. A Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do município tem um projeto voltado para essa questão. Mas há divergências⁶⁷ quanto a esse projeto que não cabe aqui tratá-las.

⁶⁶ A gestão do Sr. Nenê da Colônia, como é conhecido o atual Presidente da Colônia de pescadores Z – 06 de Marapanim, teve início em Maio de 2008, após o licenciamento do atual Prefeito da cidade Sr. Ribamar, até então o presidente da colônia em exercício e tendo como vice-presidente o Sr. Nenê, para concorrer ao pleito municipal a partir de Janeiro de 2009. No dia 04 de Setembro de 2010, o Sr. Nenê é empossado como Presidente. Depoimento pessoal do Sr. Nenê em conversa aberta no prédio da Colônia de Pescadores.

⁶⁷ Segundo informações da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, o prédio poderá ser reformado vindo a ser demolido como um todo em função de um projeto de construção do posto do INSS. Por fazer parte do patrimônio histórico do município a secretaria se manifesta contrário a esse projeto.

Figura 35: Sede da Colônia de Pescadores Z - 06, Marapanim-PA, sito a Rua Diniz Botelho, nº 128.



Foto: Walber Abreu (2003).

O número de pescadores associados na Colônia atualmente, segundo informações prestadas pelo Sr. Nenê, atual presidente, apresenta um quantitativo de 1.130 pescadores (2010), dos quais 800 estão cadastrados no SPA-SEPAQ. Destes 70% estão pendentes. No período dos meses de Outubro/Novembro/2010 a Fevereiro/2011 foi disponibilizado o sistema para o cadastro inicial no MPA. Constam apenas 200 pescadores cadastrados no RGP (Registro Geral de Pescadores) do MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura).

Em pesquisa de campo foram encontrados, nas fichas de cadastro e registro dos pescadores da Colônia Z – 06, onde consta a denominação Capatazia de Guarajubal, assim como, Capatazia de Vista Alegre, um total de 256 pescadores nas respectivas comunidades pesqueiras, compreendendo um total de 191 pescadores da Vila de Vista Alegre e 65 da Vila de Guarajubal.

Tabela 15: Registro de Pescadores e Pescadoras na Colônia Z – 06 de Marapanim-PA

Comunidade/ano (2011)	Masculino	Feminino	Membros associados (total)	(%) de Pescadores/Total
Guarajubal	51	14	65	0,73
Vista Alegre	146	45	191	2,15
Total	197	59	256	2,88

Fonte: Pesquisa de Campo – 26/07/2011.

O que isso representa em termos quantitativos para o conjunto da categoria? Um número irrisório que cada vez tem diminuído a cada ano que passa. Para a categoria, isso denota, certamente, a falta de capacidade de organizar-se enquanto entidade social.

Há uma arrecadação irregular das contribuições em função da elevada inadimplência de seus associados. Porém, há muita expectativa com relação aos benefícios que os membros associados poderão receber quando de suas aposentadorias. A instituição não dispõe de uma infraestrutura adequada para seu funcionamento, embora o prédio seja propriedade própria. As instalações prediais são precárias. As dificuldades maiores da instituição residem basicamente na manutenção das despesas relacionadas ao funcionamento do prédio (água, luz, telefone, etc.) e com pessoal contratado para realização de serviços de limpeza.

Nos anos de 2010-2011, segundo informações dadas pela secretária, houve em torno de 05 reuniões onde foram discutidos temas de interesses diversos da categoria, como por exemplo, os direitos trabalhistas do pescador.

Em que pese suas responsabilidades sindicais, a Colônia Z – 06, de Marapanim-PA, necessita de uma articulação política capaz de projetar a si mesma e a seus filiados, a partir da qual possa manter uma estreita relação junto a realidade de pescadores e pescadoras artesanais de modo a contribuir no desenvolvimento pessoal e familiar dos mesmos.

O que constatamos em pesquisa de campo junto a pescadores e pescadoras artesanais nas comunidades da Vila de Guarajubal e de Vista Alegre no que diz respeito à atuação da Colônia Z – 6 junto à comunidade, é que a mesma não se faz presente da forma que deveria enquanto entidade representativa da categoria, uma vez que visa tão somente arrecadar tributos dos colonizados. Em depoimento⁶⁸, o Sr. Nelson, morador de Guarajubal, relata que:

Faz um bom tempo que o presidente da Colônia não aparece por aqui. Aliás, só vem cobrar daqueles que não estão pagando a mensalidade. Ele devia era informar a *nóis* se o governo tem alguma coisa pra *nóis*. Se o prefeito ta fazendo alguma coisa que melhore a nossa situação por aqui. Você ta vendo como são as coisas por aqui. Agente fica abandonado por esse pessoal. Estamos cansado disso.

Em vistas Alegre, a presença de um representante político na Câmara municipal de Marapanim, conhecido como Vereador Nergueira, caracteriza uma relação um pouco diferente no que diz respeito à atuação da Colônia Z – 6 na comunidade. O presidente da Colônia z – 6 têm uma relação bem mais próxima da comunidade por intermédio do Vereador. Quando não raro, o presidente faz visitas ao longo da semana na vila.

⁶⁸ Texto conservado integralmente na forma como foi oralizado pelo entrevistado, característico da linguagem cotidiana praticada em algumas comunidades da região norte do Brasil.

A comunidade de Vista Alegre é assistida por uma Rádio Comunitária que transmite informações diariamente, chegando até as comunidades do município de Maracanã.

Essa relação diferenciada da atuação da Colônia Z – 6 junto às comunidades nos permitem afirmar, que não há um planejamento nas ações da gestão. A falta de logística⁶⁹ e de informações que poderiam dar suporte aos pescadores e pescadoras artesanais, não consente que as ações aconteçam em favor do desenvolvimento de um bom trabalho nas referidas comunidades.

Desse modo, a expectativa de vida e de trabalho, em ter uma vida saudável com qualidade por parte dos pescadores/moradores, torna-se moralmente insatisfatória, já que as atuais condições em que trabalha na atividade da pesca artesanal, seus horários de saída para pescar, dias da semana em que não tem repouso, os instrumentos de que dispõem dentre outros motivos, não têm sido favoráveis ao exercício da função, a qual tem sido penalizada por diversos fatores de ordem social, econômica e política.

O trabalho na pesca artesanal não tem sido acompanhado de perto pelas autoridades locais, pois muitos pescadores/pescadoras só conseguem o suficiente para manter sua sobrevivência. Essa condição particular poderia ser mediada pela Colônia de Pescadores, o que certamente contribuiria para o bom relacionamento entre os pescadores e para a própria entidade organizar-se como representante legítima da categoria ou classe. Então, cabe perguntar: qual é a saída para esses (as) trabalhadores (as) que lidam com a artesanaria de pesca?

Certamente, a resposta está na política entendida como uma dimensão da gestão da pesca, pois o não reconhecimento do poder de uma instituição como a Colônia de Pescadores pode parecer um mero descaso para com a categoria, ainda que esta não possua meios suficientes para que funcione dentro das condições normais de uma instituição.

Como já foi dito anteriormente, a Colônia de Pescadores no Brasil tem uma tradição fortemente ligada às normas reguladoras e institucionais do intervencionismo estatal desde os anos da década de 1920/1930⁷⁰.

Na atualidade, sua representatividade política enfrenta ainda alguns desafios tradicionais com velhas demandas do movimento organizado e outros novos com relação à

⁶⁹ A logística na pesca artesanal consiste no conjunto das relações produzidas pelos pescadores/pescadoras artesanais na realização das atividades associadas à disponibilidade de recursos técnicos e de pessoal destinados a promoção da produtividade pesqueira.

⁷⁰ Segundo Campos (1993, p. 236): “A cadeia da representação oficial dos pescadores tem seu início a partir de 1919, com a fundação das colônias de pescadores, pelo comandante da Marinha de Guerra, Frederico Villar”. Ver CAMPOS, Antônio J. T. Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos. In: FURTADO et. al. Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993. p. 231-242.

gestão política junto ao governo que, na última década do ano de 2000, propôs um novo modelo de gestão da atividade pesqueira no Brasil. Trata-se de uma política de estado intitulada “A Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura”, sendo apresentada como uma das diretrizes do “Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura”, proposta pela SEAP/PR, em 2007/2008, atualmente conduzido pelo MPA.

Esta discussão é proposta no Capítulo 2 onde analisamos de forma mais detida – do ponto de vista acadêmico – a natureza do discurso político do governo e seus reflexos na pesca artesanal no Nordeste Paraense, em particular, no município de Marapanim-PA. Mas, porque então, relacionar esta proposta com o papel atribuído as Colônia de Pescadores no Brasil, associando o foco da questão com a Colônia de Pescadores de Marapanim-PA Z – 06?

Com base no documento oficial do Governo Federal via MPA, versão preliminar para os anos 2008-2011, a proposta “(...) incorpora aos programas e ações da SEAP (atual MPA) à abordagem territorial. Busca entender as necessidades dos pescadores e aquicultores no seu contexto, trazendo o setor para dialogar com os demais atores territoriais e favorecendo os processos participativos”. (SEAP, 2008, p. 04).

Esse é um ponto chave para se discutir o papel da Colônia de Pescadores de Marapanim-PA, enquanto sujeito político, nos processos decisórios relativos à construção da referida proposta em nível de estado e de município, uma vez que esta “(...) é definida pelo conceito de territórios de identidade [este entendido] como espaço inicial e privilegiado de apoio à gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e gestão social das políticas voltadas para o setor”.

O fundamento básico dessa proposta é a criação dos chamados “Territórios de Pesca” no Brasil. Mas é preciso se propor o seguinte questionamento: Será que a questão primordial para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural de comunidades pesqueiras é criar mais territórios ou reconhecer os territórios de pescadores/pescadoras artesanais que já existem como verdadeiramente dotados de uma territorialidade própria, construída ao longo de gerações inteiras, marcadas pelos saberes de tradição e reveladoras da complexidade do viver territorial? Podemos considerar nos interstícios dessa proposta, que há, no sentido literal da palavra, uma negação da territorialidade de pescadores/pescadoras artesanais no estado Pará?

A proposta vincula-se ao Programa dos Territórios da Cidadania sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e das Cidades. A incorporação da dimensão territorial nesse programa reflete um conjunto de possibilidades que possam

assegurar a efetivação das políticas públicas voltadas para o conjunto da sociedade, dando visibilidade as coletividades espalhadas pelo Brasil a fora.

Afirma-se no documento, com relação à abordagem territorial, que sua dimensão no plano permitirá consolidar as ações previstas de forma descentralizada, possibilitando a ampliação da participação social e a descentralização dos processos de decisão (SEAP, 2008). Dessa forma, valoriza-se a participação dos sujeitos políticos, como é o caso das Colônias de Pescadores Artesanais no processo, pois: “(...) A adoção da abordagem territorial implica em fortalecer nos territórios a capacidade dos aquicultores e pescadores de se integrar ao esforço dos demais atores e governos locais na gestão social do desenvolvimento territorial” (SEAP, 2008, p. 04).

A temática suscita debates e questões polêmicas as mais diversas, porém, a importância política atribuída a esses movimentos sociais, como são as Colônias de Pescadores e de Associações de Pescadoras no Nordeste Paraense, que se firmaram junto às instituições públicas e privadas voltadas para a busca de alternativas de renda, melhoria nas condições de produção e comércio, o uso de novas tecnologias para a melhoria da atividade, constitui uma forma particular das representações sociais em consolidar, segundo Maneschy e Almeida (2002, p. 51) “(...) novos espaços de poder, que desorganizam formas de dominação ou exclusão por parte dos que exercem o poder na sociedade”. Ressalta as autoras, na transcrição abaixo, com firmeza e entusiasmo o projeto histórico desse movimento:

A história recente dos movimentos sociais de pescadores nesta região e, mesmo, no país, trouxe uma ruptura no característico padrão de invisibilidade política dessa categoria sócio-profissional. (...) Mobilizações como a da Constituinte da Pesca (1986), a criação do Conselho Pastoral de Pescadores (CPP) (1974), eleições de dirigentes pescadores em colônias e, finalmente, o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE), em 1993 e seus congêneres estaduais, são momentos dignos de nota nessa constituição dos pescadores como sujeitos (MANESCHY; ALMEIDA, 2002, p. 51).

Por outro lado, a proposição de uma gestão compartilhada por parte do governo junto às associações e Colônias de Pescadores no que se refere à implantação da Nova “Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura” não se realizou como se esperava que ocorresse, pois as negociações em torno da proposta de modernização e revigoramento das políticas voltadas para o setor junto às bases de discussão do movimento nacional de pescadores artesanais não se concretizaram.

A posição do movimento nacional de pescadores artesanais desde o 1º Encontro Nacional de Pesca e Aquicultura, realizado em Brasília no ano de 2001, tem sido

manifestação contrária às proposições do Governo, uma vez que os investimentos voltados para o setor de Aquicultura são bem maiores do que para o setor de pesca artesanal. Isso certamente torna-se um divisor de águas.

No caso particular do Estado do Pará, a mudança de Governo Estadual e de seus respectivos secretários que já assumiram seus cargos, a exemplo da SEPAQ, infelizmente não lograram êxito em suas ações, pois o próprio Governo Federal com suas ações através do MPA tem demonstrado certa fragilidade com relação às ações ligadas a execução da proposta ao nível de Estados da federação. Não nos cabe querer polemizar ainda mais o assunto, mas é preciso que haja uma perspectiva de construção do movimento pela base, cuja natureza política da discussão seja firmada pelo movimento a partir do território e o empoderamento das coletividades locais, valorizando seus diferentes modos de vida.

É preciso que se viabilize o território na perspectiva de políticas públicas, entendidas como políticas de territorialização, focadas na realidade das inúmeras coletividades, onde a sustentabilidade que emerge na Amazônia como paradigma da modernidade, permita que se visualizem as várias formas de uso do território. Partindo dessa forma de entendimento, é possível sim, entender a lógica que preside e sustenta o lugar.

Quando indagamos anteriormente se a questão primordial para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural de comunidades pesqueiras é criar mais territórios ou reconhecer os territórios de pescadores/pescadoras artesanais que já existem como verdadeiramente dotados de uma territorialidade própria construída ao longo de gerações, tínhamos exatamente a preocupação com a viabilidade física e normativa pelo Estado que impõe, propondo ao mesmo tempo, um modelo de gestão da pesca e aquicultura que considera como condição única a modernização por adição, como fala o Prof. Heraldo Maués citado por Nahum (2010).

Assim, no que se refere à segunda indagação que levantamos se há nos interstícios da proposta do Governo Federal, literalmente, uma negação da territorialidade de pescadores/pescadoras artesanais no estado Pará, a resposta é sim. O município de Marapanim não faz parte do plano do Governo Federal no que diz respeito ao desenvolvimento do setor de pesca artesanal. Logo, há uma invisibilidade dos territórios de pescadores/pescadoras artesanais que interessa tão somente ao Estado, uma vez que este toma para si a responsabilidade em criar normas para o uso do território.

É imperativo afirmar, nesse contexto, que a viabilização física e normativa do território pelo Estado ocasiona um reordenamento do modo de vida do lugar, o que leva a

remoção, a expulsão, deslocamento compulsório, desterritorialização/reterritorialização, formação de lugares de ocupação espontânea, dentre outros. Assim, quem cria normas é o território e não o Estado, cabendo aos atores sociais assegurar as condições necessárias para nele se reproduzir enquanto sujeitos políticos e manter as bases de sustentação do lugar como território-abrigo, e porque não dizer, como espaços de esperança no dizer de Harvey (2002).

É preciso então firmar o papel da Colônia de Pescadores de Marapanim-PA junto às comunidades e às autoridades locais, de modo que se reconheça sua atuação como importante aliado na gestão política dos projetos ou programas governamentais voltados para aos pescadores/pescadoras artesanais enquanto sujeitos políticos. Do mesmo modo, que se reconheçam os espaços de trabalho de pescadores/pescadoras artesanais que são os territórios de pesca constituídos por redes sociais de base familiar e intergeracional e constituem uma rede entre-lugares.

3.4.2 A afirmação dos Pescadores/Pescadoras Artesanais como Sujeitos Políticos

Com relação ao papel desenvolvido pelos pescadores/pescadoras artesanais, moradores da vila de Guarajubal e Vista Alegre, enquanto *sujeitos políticos*, na construção de suas formas de organização social, podemos dizer que há diferentes formas de sociabilidade que se realizam mediante a construção de um processo relacional baseado no conjunto das forças locais lideradas por determinados sujeitos que exercem poder de influência internamente, nas referidas comunidades. É um poder relativo que essas famílias apresentam no interior da comunidade.

O poder das famílias de tradição envolve diferentes aspectos que estão ligados diretamente às atividades por elas praticadas que lhes permite fazer uso para fins particulares ou não. Por exemplo, as festas que acontecem nas comunidades são geralmente realizadas por famílias que costumam se organizar e realizar um determinado evento festivo. Com isso, conseguem agregar informações, arrumam patrocínios e arrecadam fundos e no final acabam envolvendo a comunidade no evento. Geralmente, são festivais relacionados à cultura local, como o festival do caranguejo, em Guarajubal e o festival de mariscos em Vista Alegre. O festival da cerveja, em Guarajubal, é um evento particular no qual algumas famílias de tradição se juntam a comerciantes locais e fazem o evento.

Durante as entrevistas e aplicação dos questionários nas respectivas vilas, foi possível identificar esses sujeitos. De maneira geral, são membros de uma mesma família que tem tradição. Mantém bons relacionamentos de respeito mútuo com a vizinhança e são solícitos e

hospitaleiros. Entretanto, não podemos apontar quais delas tem maior ou menor grau de influência na comunidade como um todo. E não é de nosso interesse investigar tal questão.

Entendemos que a participação de cada uma dessas pessoas envolvidas na atividade da pesca artesanal, as quais foram indicadas por outros sujeitos, moradores da própria comunidade, revelam a importância das redes sociais na construção dos territórios de pesca de base comunitária. A forma como se articulam internamente pressupõe uma capacidade ímpar das lideranças locais na construção de seus arranjos coletivos. Assim, garantem a reprodução das coletividades locais em bases territoriais sólidas como se pode notar nos arranjos econômicos que resultam da atividade pesqueira, como são os fluxos da pesca artesanal.

Construímos duas tabelas referentes a cada uma das vilas para facilitar a identificação das famílias e, naturalmente, empreender nossa análise.

Tabela 16: Algumas Famílias de Moradores por Bairros⁷¹ na Vila de Vista Alegre

BAIRROS DA VILA DE VISTA ALEGRE		
PEDREIRA	CENTRAL	SURABA
Sr. Rabelo	Sr. Manoel Gomes	Sr. Severino
Sr. Ivo	Sr. Manoel	Sr. Armindo
Sr. Zolinho	Sr. Tatá	Sr. Quim Quim
Sr. Samuel	Sr. Cazuzza	Sr. Biriba
Sr. Camoca	Sr. Pantico	Sr. Gaspar
Sr. Ioleno	Sr. Aldo Chaves	Sr. Pereirão
Sr. Nicota	Sr. Tina	Sr. Bebê
Sr. Leleca	Sr. Biluca	Sr. Vicente
Sr. Antônio	Sr. Carlos Alberto	Sr. Raimundo Lobo
Sr. Joaquim	Sr. José Conceição	_____
Sr. Waldir	Sr. São Doca	_____

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Na Vila de Guarajubal, foi possível também identificarmos através de depoimentos dos pescadores/pescadoras artesanais em conversa livre. Na vila existem dois bairros⁷² que eles chamam de “Guarajubal de Cima” e “Guarajubal de Baixo” seguindo a delimitação do

⁷¹ Na verdade, o termo bairro é empregado pelos moradores partindo de suas referências espaciais locais, não obedecendo, portanto, a critérios político-administrativos do município de Marapanim-PA.

⁷² Idem. Na vila de Guarajubal suas referências espaciais locais obedecem a uma condição natural que acompanha o curso natural do rio Marapanim da nascente a foz.

estuário do rio Marapanim (da nascente para a foz) em seu curso médio e inferior. Produzimos outra tabela para mostrar essa delimitação da vila.

Tabela 17: Algumas Famílias de Moradores por Bairros na Vila de Guarajubal

GUARAJUBAL DE CIMA	GUARAJUBAL DE BAIXO
Sr. Ovídeo (pescador de curral; tirador de caranguejo; marreteiro)	Sr. Loloca* (pescador de curral)
Sr. Nelson (pescador de curral e aposentado)	Sr. Chico* (pescador de curral)
Sr. Chuvisco (pescador de curral e de alto mar)	Sr. Márcio (pescador de curral)
Sr. Preto* (pescador de curral)	Sr. Arara* (pescador de curral)
Sr. Meira* (pescador de curral)	Sr. Barreira (pescador de curral)
Sr. Chavoca* (pescador de curral)	Sr. Carlota* (pescador de curral)
Sr. Lico* (pescador de curral)	Sr. Pelado* (pescador de curral e tirador de caranguejo)
Sr. Joaquim	_____
Sr. Chico	_____
Sr. Pezão*	_____

* São pessoas conhecidas mais por seus apelidos do que por seus nomes próprios.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Como na Vila de Guarajubal predomina a artesanian de pesca baseada na extração, captura, coleta, e catação da massa de caranguejo conseguimos informações também do número aproximado de “tiradores de caranguejo” ou “caranguejeros” e mulheres pescadoras/catadoras da massa de caranguejo. O trabalho de ambas as categorias são reconhecidos na comunidade e potencialmente gerador de renda e trabalho. A descrição dos nomes não foi feita por bairros e sim pela profissão. Muitos são conhecidos por apelidos.

A tabela serve como quadro de referência para nossa análise. O fato de estarem listados um ao lado do outro, não significa que haja, necessariamente, um vínculo familiar entre uma categoria e outra. Porém, há uma forte dependência daqueles que contratam os trabalhos das mulheres catadoras para a retirada da massa e pata do caranguejo.

Tabela 18: Pescadores/Pescadoras Artesanais Tiradores de Caranguejo e Catadoras da Massa de Caranguejo na Vila de Guarajubal

TIRADORES DE CARANGUEJO		MULHERES CATADORAS** DA MASSA DO CARANGUEJO
Sr. Jubal*	Sr. Peca*	Sra. Maria Raimunda
Sr. Roni	Sr. Lira	Sra. Maria Odete
Sr. Ovídeo	Sr. Bururu*	Sra. Vitória e Familiares (Edi, Chica e Madá)
Sr. Fabrício	Sr. Pelado*	Sra. Nazaré e Família
Sr. Edson	Sr. Bida*	Sra. Cilene e Família
Sr. Preto	Sr. Vandico*	Sra. Delzira e Família
Sr. Lico*	Sr. Totó*	Sra. Regiane e Lilian
Sr. Tota*	_____	Sra. Lídia e Família
Sr. Lielson	_____	Sra. França e Família
Sr. Sabarico*	_____	Sra. Marica e Família
Sr. Estó*	_____	Sra. Laura e Família
Sr. Abel	_____	Sra. Conceição
Sr. Pio	_____	_____
Sr. Careca*	_____	_____
Sr. Bolão*	_____	_____
Sr. Tchá*	_____	_____
Sr. Mata Pato*	_____	_____
Sr. Cd*	_____	_____

* São pessoas conhecidas mais por seus apelidos do que por seus nomes próprios.

** Observação: Em média, cada família tem de 2 (duas) a 5 (cinco) pessoas, chegando até 8 (oito) pessoas. É comum haver a parceria entre a vizinhança e o parentesco.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Interessante notar que as diferenças com relação às tarefas realizadas por cada categoria é fundamental no desenvolvimento da cadeia de comercialização. Em depoimento, os pescadores entrevistados nos disseram que “(...) tudo começa no mangal”. Por exemplo, o tirador é também o coletor que é responsável pelo esquarteramento e cozimento do caranguejo. Após essa etapa, o dono da produção (quero dizer do produto caranguejo) contrata o trabalho das mulheres catadoras para retirar a massa e a pata. Uma vez concluído o trabalho da catação, o pagamento é feito à vista imediatamente ao retorno da produção para o dono do produto e este, prontamente, vende para os marreteiros e atravessadores, até chegar aos comerciantes da cidade-sede e dos municípios próximos, bem como, da capital.

É importante considerar o papel da mulher catadora de Guarajubal o qual foi objeto de estudo de Cardoso (2001) como uma afirmação do sujeito político na construção de sua

identidade na comunidade. Com relação a essa questão, Cardoso (2000, p. 01) ⁷³ afirma, em seu trabalho, que:

(...). O trabalho das catadoras, embora não seja enfatizado no âmbito público, possibilita que tais mulheres manifestem-se em relação aos problemas educacionais, falta de saneamento e infraestrutura de sua vila. Permite ainda que a relação entre os sexos não seja totalmente marcada pela hierarquização que privilegia o homem em detrimento da mulher. Os estudos a partir da perspectiva do gênero contribuem na maior viabilização do trabalho da mulher na pesca por permitir a superação da naturalização de determinadas atividades, quando estas são atribuídas apenas ao universo masculino ou feminino. O trabalho das mulheres catadoras da Vila de Guarajubal acarretou mudanças referentes aos aspectos relacionados à sua organização social e ao seu ambiente.

Em Vista Alegre, não foi possível trabalhar as descrições conforme realizamos em Guarajubal. Porém, alguns depoimentos ⁷⁴ de pescadores artesanais nos ajudaram a relatar a respeito da comercialização do caranguejo *in natura* e das áreas de maior concentração da extração, captura e coleta de caranguejo.

Segundo as informações prestadas, as áreas de maior concentração da pesca do caranguejo são: Sauá, D. Pedro, Paraquembal, Arsênio, Ilha de Itauaçu, Tamaruteua e Ilha do Maniteua. Em média existem, aproximadamente, cerca de 35 a 40 tiradores de caranguejo só na ilha do Maniteua. Em depoimento, o pescador/tirador de caranguejo relata a produção da pesca de caranguejo de acordo com o calendário do ciclo de reprodução anual de pesca do Caranguejo-Uçá, da seguinte forma:

Quando a maré tá boa tira-se uma faixa de 250 (duzentos e cinquenta) caranguejos no braço. Quando baixa, em média tira-se de 100 (cem) a 150 (cento e cinquenta) caranguejos por dia. Na base dos lances (da maré alta) tira-se uma média de 3.000 (três mil) caranguejos por dia. Na morta, quando o mangue seca, ele (o caranguejo) “espoca” e vara, aparecendo mais, e a produção aumenta onde chega a 6.000 (seis mil) caranguejos por dia.

Assim, a territorialidade dos pescadores artesanais de Marapanim-PA é, segundo Furtado (2005, p. 98), “(...) reconhecida como lugar comum de viver e produzir para subsistência e/ou reprodução social, onde o ato de produzir, que se efetiva através de *unidades de produção*” é, também, uma forma de produzir espaço. Sendo o território considerado uma derivação do espaço, têm-se então a construção identitária de múltiplas territorialidades.

⁷³ Ver CARDOSO, Denise Machado. **Mulheres catadoras:** uma abordagem antropológica sobre a produção de caranguejo Guarajubal/Pará. 2000. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. http://bc.ufpa.br/Portal/DTC/Antropologia/Antropo_2000/CARDOSO.htm Acesso em 17/08/2011.

⁷⁴ Depoimento do Sr. Pindoba, pescador artesanal, tirador de caranguejo e atravessador local e pratica a pesca esportiva em épocas festivas, como por exemplo, quando ocorre a regata do círio.

Desse modo, a organização social dos pescadores artesanais de Marapanim-PA é marcada de forma predominante por *relações pessoais* (*relações familiares*, de *compadrio* e *vizinhança*) com forte *sentimento de pertencimento* ao lugar. Esta forma singular de organização social dos pescadores artesanais revela a natureza de sua formação original, o que caracteriza sua territorialidade historicamente determinada.

Os limites territoriais das comunidades pesqueiras estão para além dos limites estabelecidos oficialmente pela organização administrativa municipal, uma vez que as relações instituídas socialmente são construídas ao longo de gerações e se estabelecem territorialmente em localidades próximas e distantes ao mesmo tempo, configurando assim, segundo Torres (2003), as redes sociais de base familiar e intergeracional.

As redes sociais de base familiar e intergeracional presentes na Vila de pescadores/pescadoras artesanais de Guarajubal e Vista Alegre são marcadas por relações coletivas por razões já expostas.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada ao longo dos anos de 2009/2011 acerca da proposta de trabalho foi muito positiva, considerando a própria natureza das discussões que o tema e sua dimensão requerem. Contudo, sabíamos da possibilidade de confirmar ou não os objetivos que propomos desenvolver. A relevância dos mesmos dependia estritamente da tabulação dos dados quantitativos e qualitativos oriundos da aplicação de questionários, entrevistas semi-estruturadas, oralidade e pesquisa participante. Este trabalho foi realizado e nos permitiu analisar diferentes aspectos os quais iremos apresentar de forma detalhada no presente capítulo.

Considerando os objetivos propostos para a realização deste trabalho, entendemos que os resultados apresentados confirmam a natureza do discurso teórico-metodológico acerca da territorialidade da pesca e das coletividades locais de pescadores/pescadoras artesanais de Guarajubal e Vista Alegre, no Município de Marapanim-PA.

É fato a condição dos pescadores/pescadoras artesanais que dependem dos recursos naturais ligados ao meio aquático e que desenvolvem outras formas de produzir para o sustento familiar. As estratégias adotadas para assegurar a reprodução do espaço de vivência comunitária vão desde a relação de base familiar e de vizinhança a outras formas de sociabilidade que ajudam a entender os arranjos institucionais coletivos a eles vinculados.

Os dados elucidados neste capítulo confirmam a tendência generalizada que levantamos sobre a territorialização precária a que estas coletividades estão sujeitas. Isso se justifica pela completa ausência do Estado em garantir qualquer possibilidade em desenvolver projetos sociais e econômicos capazes de oportunizar a essas coletividades uma forma digna de sobrevivência. Esse cenário pode ser compreendido a partir dos resultados apresentados nas tabelas e gráficos a seguir, atinentes à pesquisa de campo realizada nas comunidades pesqueiras de Guarajubal e Vista Alegre.

Relações de Gênero

Quanto ao Gênero verificou-se que em Vista Alegre 100% dos pescadores é do sexo masculino. Esse dado está em consonância com as informações do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura (2008-2009, p.18), o qual demonstra que no Estado do Pará predominam

na categoria de pescadores artesanais profissionais registrados no RGP 61,2% do gênero masculino e 38,8% do feminino.

Idêntico ao verificado na Vila de Vista Alegre, constatou-se que na Vila de Guarajubal 100% dos pescadores são do sexo masculino, confirmando, novamente, as informações do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura (2008-2009), no qual consta que no Estado do Pará a maioria da categoria de pescadores artesanais profissionais registrados no RGP é do sexo masculino (61,2%).

Formação escolar

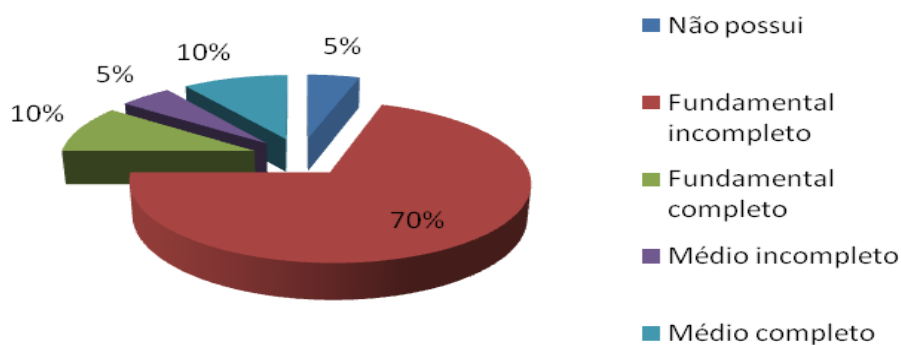
Em relação à Formação Escolar os dados verificados foram os seguintes:

Tabela 19: Formação escolar dos pescadores de Vista Alegre

Grau de escolaridade	Quantidade	%
Não possui	2	5
Fundamental incompleto	28	70
Fundamental completo	4	10
Médio incompleto	2	5
Médio completo	4	10
Superior incompleto	-	-
Superior completo	-	-
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 2: Formação escolar dos pescadores de Vista Alegre



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os dados da pesquisa demonstram que os pescadores artesanais possuem baixo nível de escolaridade, uma vez que 70% dos entrevistados em Vista Alegre possuem ensino fundamental incompleto. Esses percentuais estão em consonância com os apresentados pelo documento referente à Cadeia Produtiva do Pescado no Nordeste Paraense – Aquatec (2002), no qual consta que 75,27% dos pescadores artesanais dos municípios do Nordeste Paraense possuem apenas o ensino fundamental.

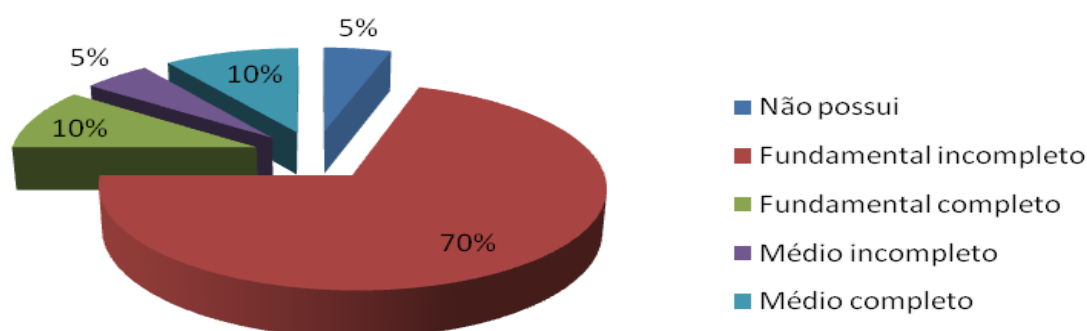
Em relação à Vila de Guarajubal contataram-se os seguintes dados, semelhantes aos verificados na Vila de Vista Alegre, conforme mostra a tabela 20.

Tabela 20: Formação escolar dos pescadores de Vila de Guarajubal

Grau de escolaridade	Quantidade	%
Não possui	-	-
Fundamental incompleto	30	75
Fundamental completo	4	10
Médio incompleto	4	10
Médio completo	2	5
Superior incompleto	-	-
Superior completo	-	-
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 3: Formação escolar dos pescadores de Vila de Guarajubal



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os dados anteriores demonstram que a maioria dos pescadores pesquisados possui fundamental incompleto (70%), confirmando as explicações de Prost (2001, p.83): “A

escolaridade é muito baixa, sendo ligeiramente superior entre as mulheres. Em todos os casos ela é insuficiente para a necessária busca de alternativas produtivas por essas comunidades, incluindo novos modos de agregar valores aos produtos locais”.

Tipo de Trabalho

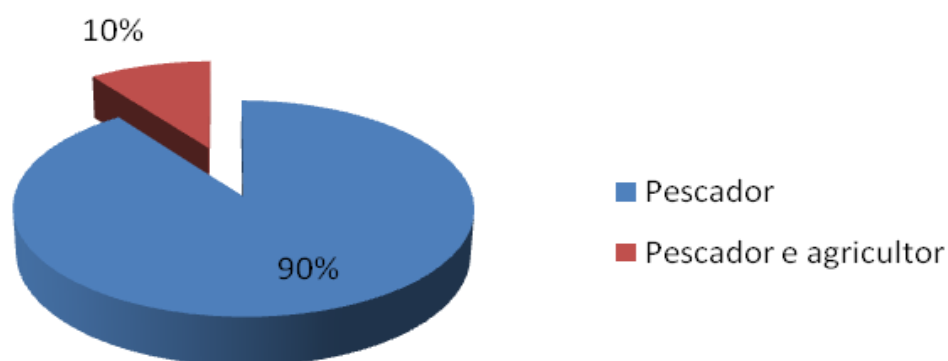
Quanto ao tipo de trabalho verificou-se que em Vista Alegre 90% são pescadores e 10% pescadores e agricultores, como expressa a Tabela 21 e gráfico respectivo.

Tabela 21: Tipo de trabalho dos pescadores de Vista Alegre

Tipologia	Quantidade	%
Pescador	36	90
Pescador e agricultor	4	10
Agricultor	-	-
Marisqueiro	-	-
Caranguejeiro	-	-
Todos	-	-
Outros	-	-
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 4: Tipo de trabalho dos pescadores de Vista Alegre



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Verificamos que, a maioria dos pescadores pesquisados em Vista Alegre trabalha como pescadores, mas um reduzido número percentual desenvolve outras atividades, como o representativo de 10% na coletividade territorial pesqueira de Vista Alegre que trabalham como pescador e agricultor. Tais dados confirmam a visão de Lourdes Furtado (2005), quando explica que esses pescadores não se limitam à artesanaria da pesca, pois a agricultura é também outra atividade que congrega saberes tradicionais associados ao modo de vida desses segmentos.

Por outro lado, os referidos pescadores encontram dificuldade em buscar outro meio de sobrevivência, principalmente, pela baixa escolaridade, já citada anteriormente, como evidencia Prost *et. al.* (2001, p.83):

A população tradicional da costa paraense é formada, sobretudo, por pessoas que possuem a escolaridade muito baixa, sendo ligeiramente superior entre as mulheres. Em todos os casos ela é insuficiente para a necessária busca de alternativas produtivas por essas comunidades, incluindo novos modos de agregar valores aos produtos locais.

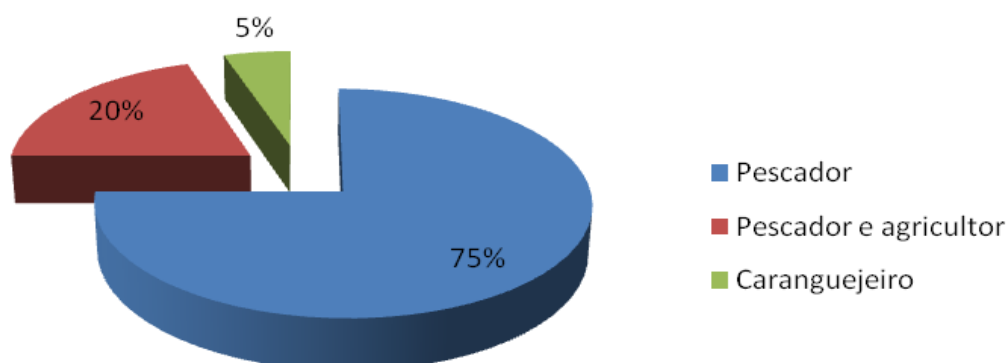
Em relação ao tipo de trabalho, verificou-se que na Vila de Guarajubal 75% são pescadores, 20% pescadores e agricultores, e 5% caranguejeiros, conforme dados apresentados a seguir.

Tabela 22: Tipo de trabalho dos pescadores de Vila de Guarajubal

Tipologia	Quantidade	%
Pescador	30	75
Pescador e agricultor	8	20
Agricultor	-	-
Marisqueiro	-	-
Caranguejeiro	2	5
Todos	-	-
Outros	-	-
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 5: Tipo de trabalho dos pescadores de Vila de Guarajubal



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A presença de coletores de caranguejo na Vila de Guarajubal confirma as explicações de Prost *et. al.* (2005), quando assinala que a coleta de moluscos e crustáceos realizada nos manguezais é a segunda maior fonte de renda e assume cada vez mais importância na economia, à medida que novas espécies são incorporadas a comercialização. O caranguejo é a espécie mais coletada e as formas de coletas, embora sigam a tradição, já apresentam mudanças na tecnologia com o uso de *gancho*, que aumenta o poder de captura. Além do caranguejo são coletadas outras espécies da fauna, como: ostras, sernambi e turu. A incorporação dos espaços produtivos à malha viária vem permitindo que a demanda dos mercados consumidores cheguem até as pequenas comunidades, introduzindo mudanças nos usos tradicionais tendo como maior exemplo a busca pelo caranguejo beneficiado.

A identificação de pescadores que não praticam apenas a pesca confirma as explicações de Furtado (2005) acerca da presença do pescador polivalente no município de Marapanim, ou seja, aquele que exerce mais de uma atividade para seu sustento ou provimento do orçamento familiar.

Tempo de Serviço

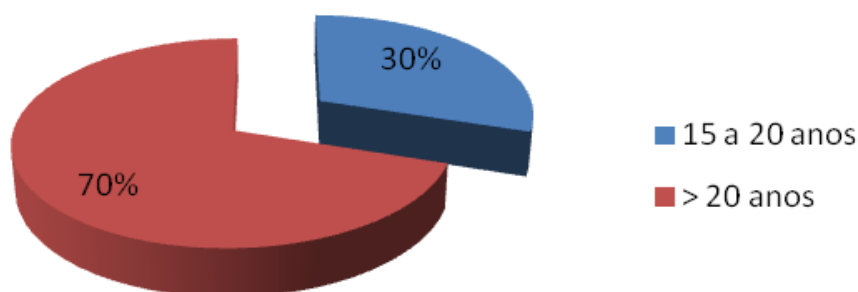
Por meio da pesquisa constatou-se que 30% dos pescadores de Vista Alegre possuem entre 15 a 20 anos de tempo de serviço, 70% acima de 20 anos, como evidencia a Tabela 23 e gráfico correspondente.

Tabela 23: Tempo de serviço dos pescadores de Vista Alegre

Tempo de serviço	Quantidade	%
< 5 anos	-	-
5 a 10 anos	-	-
10 a 15 anos	-	-
15 a 20 anos	12	30
> 20 anos	28	70
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 6: Tempo de serviço dos pescadores de Vista Alegre



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Em complemento aos dados anteriormente apresentados, o documento Cadeia Produtiva do Pescado no Nordeste Paraense – Aquatec (2002) indica que a idade média dos pescadores se situa em 44 anos, sendo que, o município de Marapanim, está entre os municípios onde se encontra um número expressivo de pescadores artesanais nessa faixa etária.

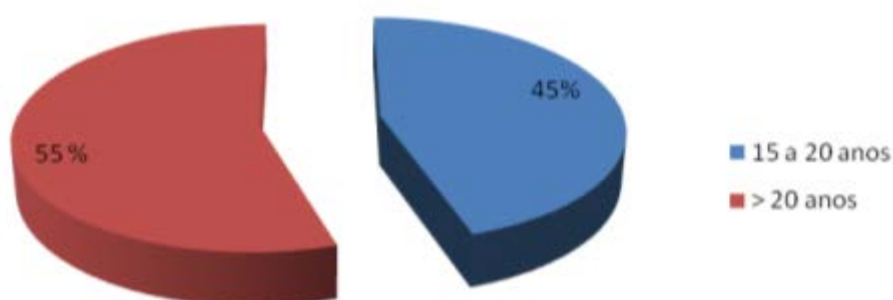
Conforme levantamento da pesquisa na Vila de Guarajubal, 45% dos pescadores possui entre 15 a 20 anos de tempo de serviço, 55% atuam na atividade há mais de 20 anos, dados apresentados a seguir:

Tabela 24: Tempo de serviço dos pescadores de Vila de Guarajubal

Tempo de serviço	Quantidade	%
< 5 anos	-	-
5 a 10 anos	-	-
10 a 15 anos	-	-
15 a 20 anos	18	45
> 20 anos	22	55
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 7: Tempo de serviço dos pescadores de Vila de Guarajubal



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os dados anteriores apresentam semelhança aos verificados na Vila de Vista Alegre e possuem relação com as explicações atinentes ao documento Cadeia Produtiva do Pescado no Nordeste Paraense – Aquatec (2002), indicando que nas duas vilas a média de idade é alta (44 anos) entre os pescadores atuantes.

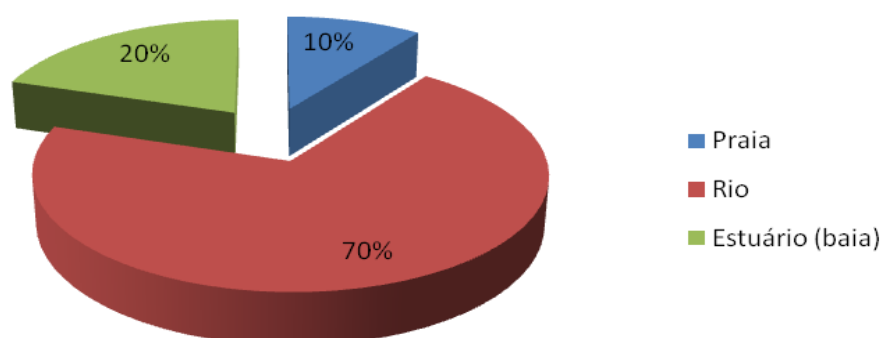
Pontos de pesca

De acordo com as informações obtidas, os pontos de pesca principais são o rio (70%), o estuário (20%) e a praia (10%):

Tabela 25: Pontos de pesca dos pescadores de Vila de Guarajubal

Pontos de pesca	Quantidade	%
Praia	4	10
Rio	28	70
Estuário (baia)	8	20
Costa	-	-
Mar aberto	-	-
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 8: Pontos de pesca dos pescadores de Vila de Guarajubal

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

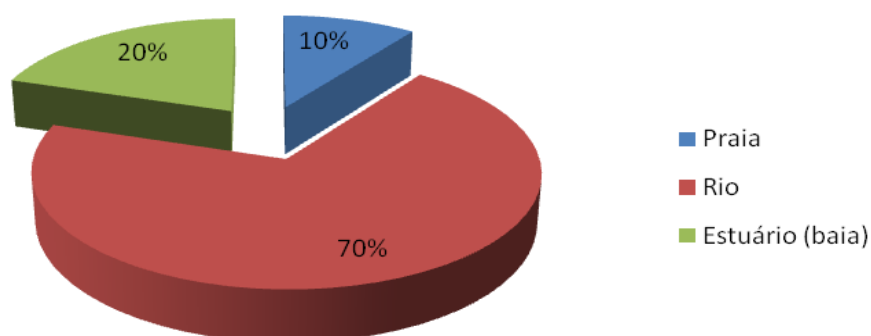
A indicação do rio como principal local dos pontos de pesca justifica-se porque a Vila de Guarajubal está às margens do rio Marapanim, onde, segundo Silva (2008), se situam os pesqueiros, nos quais estão os recursos pesqueiros, caracterizados por não serem limitados por fronteiras concretas, mas por limites imaginários, abstratos e reconhecidos pelos pescadores.

Em Vista Alegre a pesquisa mostrou os mesmos dados encontrados em Guarajubal acerca dos pontos de pesca principais (Tabela 26 e Gráfico 9). Essa vinculação direta com o rio constitui, segundo os esclarecimentos feitos por Prost (2005), figura como uma peculiaridade da dinâmica territorial da pesca.

Tabela 26: Pontos de pesca dos pescadores de Vista Alegre

Pontos de pesca	Quantidade	%
Praia	4	10
Rio	28	70
Estuário (baía)	8	20
Costa	-	-
Mar aberto	-	-
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 9: Pontos de pesca dos pescadores de Vista Alegre

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

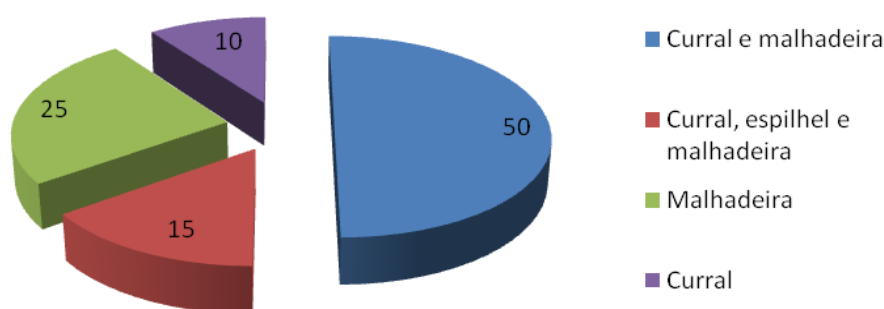
Apetrechos de pesca

Entre os apetrechos de pesca usados pelos pescadores de Vila de Guarajubal, constatou-se que os mais utilizados são o curral e malhadeira (50%), como apresenta a tabela e o gráfico a seguir:

Tabela 27: Apetrechos de pesca dos pescadores de Vila de Guarajubal

Pontos de pesca	Quantidade	%
Curral e malhadeira	20	50
Curral, espinhel e malhadeira	6	15
Malhadeira	10	25
Curral	4	10
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 10: Apetrechos de pesca dos pescadores de Vila de Guarajubal

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

O predomínio desses apetrechos é reconhecido por Prost *et. al.* (2008), ao relatar o uso dos currais *de beira* e alguns *de fora*, pertencendo aos pescadores de condição mais modesta (“curralistas”), bem como as malhadeiras e o uso do espinhel. Segundo a autora, o curral traz a vantagem de poder ser explorado pela família inteira, uma vez que a despesca não exige qualificação específica; em virtude disso, a esposa ou filhos do pescador também ajudam a retirar o pescado duas vezes ao dia. Quando o curral é de beira (Figura 36) e situado próximo à comunidade de moradia, ele dispensa o uso de embarcação, seja ela uma simples *montaria*, canoa a remo construída pelos ribeirinhos.

Apetrechos como o curral são resultados, segundo Silva (2008), de um conhecimento herdado de gerações anteriores e lapidado pela relação dos pescadores com o meio ambiente. Por isso, não envolvem tecnologia sofisticada, mas uma saber peculiar da herança indígena e da experiência com a pesca no rio.

Figura 36: Curral de beira.

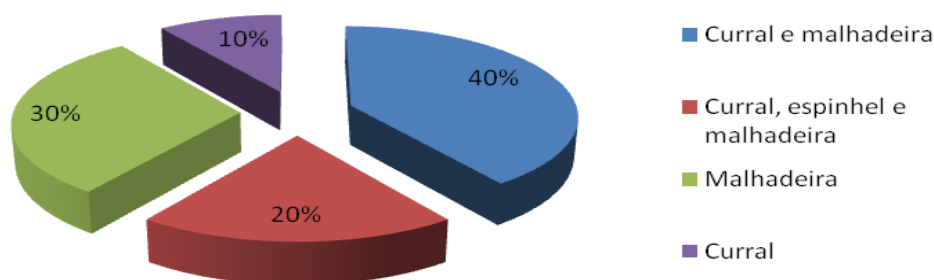
Fonte: Prost *et. al.* (2005, p.6)

Entre os apetrechos de pesca usados pelos pescadores de Vista Alegre, constatou-se que os mais utilizados são o curral e malhadeira (40%), como apresentam a tabela e o gráfico a seguir:

Tabela 28: Apetrechos de pesca dos pescadores de Vista Alegre

Pontos de pesca	Quantidade	%
Curral e malhadeira	16	40
Curral, espinhel e malhadeira	8	20
Malhadeira	12	30
Curral	4	10
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 11: Apetrechos de pesca dos pescadores de Vista Alegre

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os instrumentos de trabalho dos pescadores geralmente são confeccionados por eles próprios. Estes estabelecem no território pesqueiro relações com os elementos presentes na natureza. O curral é implantado no meio aquático, mas é construído a partir de madeira extraída da floresta, do conhecimento passado pelos ancestrais. Alguns também confeccionam as malhadeiras e outros instrumentos de pesca. Essa situação confirma as considerações de Cardoso (2003, p. 52):

A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria.

Espécies mais pescadas

A diversidade de pescado encontrado em Vista Alegre, expressa na tabela 29 a seguir, confirma as explicações e os dados do IBAMA (2006), ao esclarecer que a pesca artesanal tem uma relevância socioeconômica significativa no Estado do Pará e é realizada praticamente em todos os municípios da microrregião do Salgado Paraense, apresentando uma diversificada existência de espécies.

Tabela 29: Tipos de espécies mais pescadas pelos pescadores de Vista Alegre

Espécies	Quantidade de pescadores por espécie de peixe mais pescada	%
Gó	28	70
Tainha	26	65
Bandeirado	24	60
Corvina	20	50
Dourada	16	40
Pescada Amarela	12	30
Pescada Branca	10	25
Mexilhão	6	15
Caranguejo	4	10
Sarnambi	4	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Mediante a pesquisa identificou-se que 90% dos pescadores de Vila de Guarajubal pescam a Gó, 60% a Tainha, 50% o Bandeirado, 55% a Curvina, 60% a Dourada, 30% a Pescada Amarela, 15% a Pescada Branca, 5% o Mexilhão, Caranguejo 5% e o Sarnambi 20% (tabela 30).

Tabela 30: Tipos de espécies mais pescadas pelos pescadores da Vila de Guarajubal

Espécies	Quantidade de pescador por espécie de peixe mais pescada	%
Gó	36	90
Tainha	24	60
Bandeirado	20	50
Corvina	22	55
Dourada	24	60
Pescada Amarela	12	30
Pescada Branca	6	15
Mexilhão	2	5
Caranguejo	2	5
Sarnambi	8	20

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Quantidade de pescado

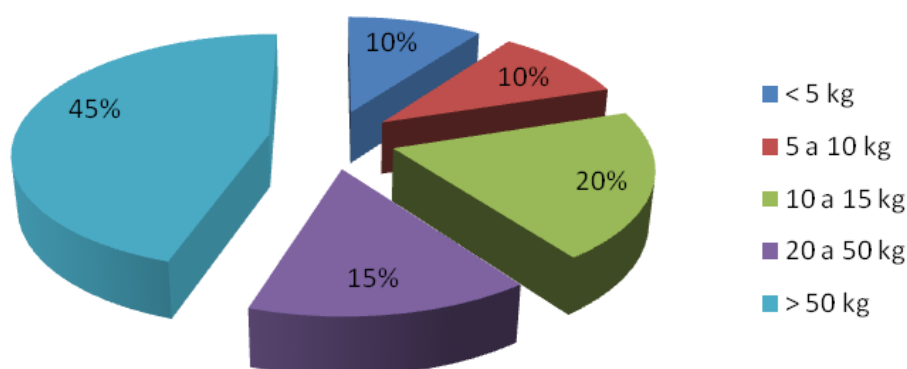
Foi identificado que 45% dos pescadores de Vista Alegre pescam acima de 50 Kg por pescaria, 20% de 10 a 15 kg, 15% de 20 a 50 kg, 10% abaixo de 5 kg e 10% de 5 a 10 kg (tabela 31 e gráfico 12).

Tabela 31: Quantidade de pescado pelos pescadores de Vista Alegre

Kg	Quantidade de pescado por pescador	%
< 5 kg	4	10
5 a 10 kg	4	10
10 a 15 kg	8	20
15 a 20 kg	-	-
20 a 50 kg	6	15
>50kg	18	45
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 12: Quantidade de pescado pelos pescadores de Vista Alegre



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A maior produtividade da pesca em Vista Alegre encontra-se acima de 50 kg/por pescaria. Essa quantidade é favorecida, porque na área costeira de Marapanim, o movimento das marés favorece a elevada carga de deposição de sedimentos, o que representa um atrativo para os cardumes que adentram as áreas estuarinas. Por isso, a maioria dos pescadores pesquisados afirma que a distância do “ponto de pesca”, em relação às áreas portuárias

(trapiches a frente dos rios Cajutuba e Camará), é de aproximadamente entre 1 a 5 km (tabelas 33 e 34).

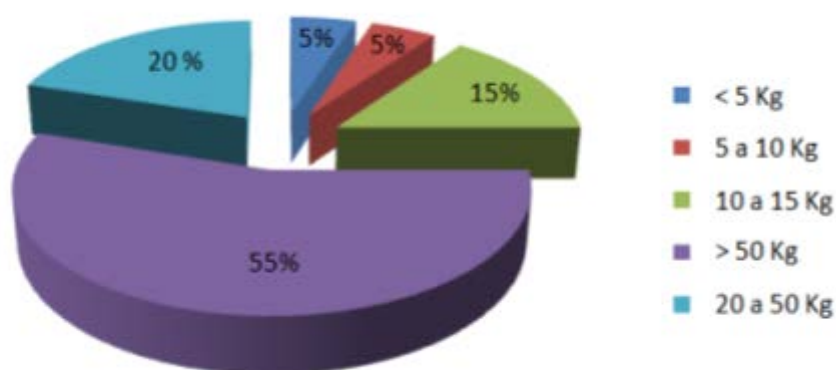
Em relação à Vila de Guarajubal, 55% dos pescadores afirmam pescar acima de 50 Kg por pescaria, 20% de 20 a 50 kg, 15% de 10 a 15 kg, 5% abaixo de 5 kg e 5% de 5 a 10 kg.

Tabela 32: Quantidade de pescado pelos pescadores de Vila de Guarajubal

Kg	Quantidade pescada por pescador	%
< 5 kg	2	5
5 a 10 kg	2	5
10 a 15 kg	6	15
15 a 20 kg	-	-
20 a 50 kg	8	20
>50kg	22	55
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 13: Quantidade de pescado pelos pescadores de Vila de Guarajubal



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Embora a maioria dos pescadores indique que a quantidade pescada fica acima de 50Kg, essa quantia pode variar, pois como explica Silva (2008), o pescado é um recurso imprevisível economicamente, sua disponibilidade é dada pelas imposições dos fatores

naturais à atividade pesqueira, como por exemplo, o clima e geomorfologia dos cursos d'água.

De acordo com Prost *et. al.* (2005), a pesca é uma atividade cuja produção é muito irregular. Durante a estiagem, a distribuição de capturas médias tende a melhorar com o aumento relativo das capturas entre 100 e 500 kg. A estiagem corresponde a um período de menor presença de cardumes, inclusive os de mais alto valor comercial, tal como dourada ou pescada amarela. A “safra” da dourada, na região de estudo, acontece apenas durante três a quatro meses, mas beneficia a todos os pescadores, quaisquer que sejam seus meios de locomoção.

Distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal

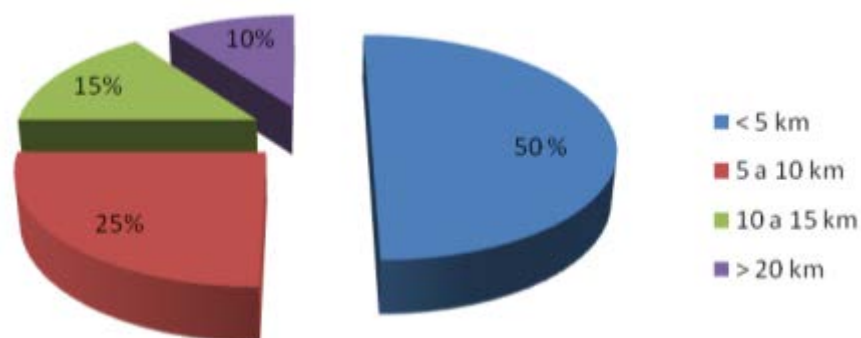
Quanto à distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade Vila Guarajubal, os resultados mostraram que para 50% dos pesquisados ela se encontra abaixo de 5 km, 25% afirma estar entre 5 a 10 km, 15% entre 10 a 15 km, e 10% acima de 20 km, conforme dados apresentados a seguir:

Tabela 33: A distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade segundo os pescadores de Vila de Guarajubal

Distância em km	Pescadores	%
< 5 km	20	50
5 a 10 km	10	25
10 a 15 km	6	15
15 a 20 km	-	-
> 20 km	4	10
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 14: A distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade segundo os pescadores de Vila de Guarajubal



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A distância do ponto de pesca também varia conforme determinados fatores. Segundo Prost *et. al.* (2005), os pescadores podem se deslocar em busca das espécies que variam de acordo com os níveis de salinidade, nos períodos de maior ou menor vazão do rio Amazonas.

Ainda segundo Prost *et. al.* (2005), na estação chuvosa a abundância dos cardumes ao longo da costa do Salgado Paraense favorece os pescadores a obter maior produtividade. Em compensação, na estiagem, existe uma diferença acentuada entre as capturas menores (que diminuem) e as capturas maiores que correspondem às viagens mais longas, ao longo da costa da ilha do Marajó. Essas expedições demoram entre uma e duas semanas contra poucos dias durante o inverno amazônico.

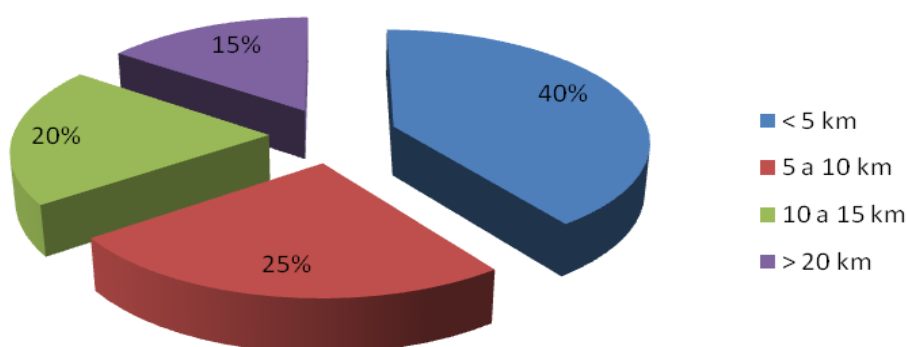
Ao se questionar qual a distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade de Vista Alegre, os resultados mostraram que para 40% dos entrevistados a mesma se encontra abaixo de 5 km, 25% afirma estar entre 5 a 10 km, 20% entre 10 a 15 km, e 15% acima de 20 km, conforme tabela 34 e gráfico 15.

Tabela 34: A distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade segundo os pescadores de Vista Alegre

Distância em km	Pescadores	%
< 5 km	16	40
5 a 10 km	10	25
10 a 15 km	8	20
15 a 20 km	-	-
> 20 km	6	15
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 15: A distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade segundo os pescadores de Vista Alegre



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

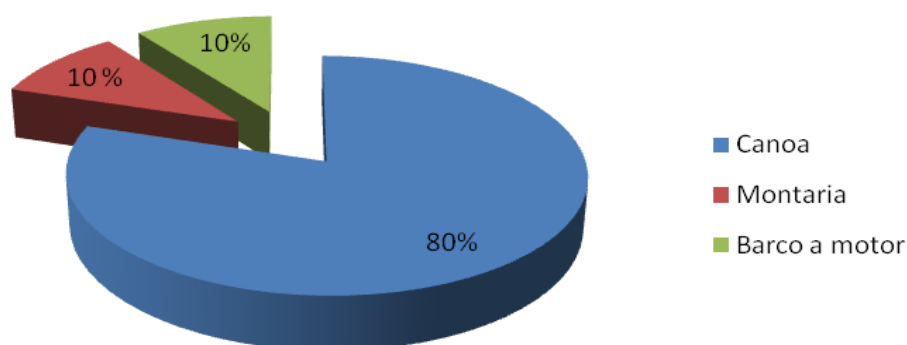
Tipos de embarcações

Constatou-se que 80% dos pescadores de Vista Alegre utilizam a canoa como embarcação, 10% a montaria e 10% o barco a motor (tabela 35 e gráfico 16).

Tabela 35: Tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores de Vista Alegre

Tipo de embarcação	Pescadores	%
Canoa	32	80
Montaria	4	10
Barco a vela	-	-
Barco a motor	4	10
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 16: Tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores de Vista Alegre

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A maior parte dos pescadores pesquisados utiliza como embarcação a canoa. Esses dados são explicados por Furtado (2005), quando esclarece que as populações agro-pesqueiras sobrevivem à custa da experiência de vida e de trabalho acumulada ao longo de gerações, a exemplo das embarcações características da Amazônia. Nesse processo, constroem no território suas identidades para com o mar, e em terra firme, assegurando seus espaços de vida e de produção comunitária.

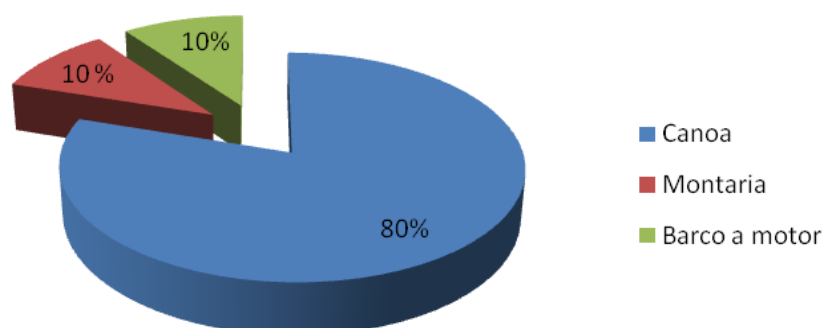
Idêntico ao que se observou na Vila de Vista Alegre, 80% dos pescadores de Vila de Guarajubal utiliza a canoa como embarcação, 10% a montaria e 10% o barco a motor.

Tabela 36: Tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores de Vila de Guarajubal

Tipo de embarcação	Pescadores	%
Canoa	32	80
Montaria	4	10
Barco a vela	-	-
Barco a motor	4	10
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 17: Tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores de Vila de Guarajubal



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Esses dados são explicados por Furtado (2005), quando esclarece que as populações agro-pesqueiras sobrevivem à custa da experiência de vida e de trabalho acumulada ao longo de gerações, a exemplo das embarcações características da Amazônia, como a canoa e a montaria (Figura 37).

Figura 37: Fotos (A) – Exemplo da canoa usada pelos pescadores da Vila de Guarajubal; (B) Exemplo de montaria.



Fonte: Prost *et. al.* (2005, p.7)

Essas atividades se caracterizam pelo emprego de tecnologia simples, resultado de um saber pertencente às representações sociais dos pescadores dessas coletividades territoriais. Na visão de Moscovici (Apud OLIVEIRA, 2004), a representação social é entendida como um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas por meio da qual os indivíduos tornam inteligível a realidade física e social.

O conceito expressa aquilo que as pessoas apreendem mentalmente na relação com o meio em que vive, ou seja, no território, manifestado em práticas cotidianas, ideias, experiências, convicções, sentimentos de pertencimento, técnicas de produção e valores, resultantes do vínculo dialético estabelecido com o contexto físico e histórico-cultural.

As representações sociais não expressam apenas o que é apreendido no contexto imediato, mas possuem uma dimensão transcendental porque são constituídas por saberes passados de geração a geração e, ao mesmo tempo, sofrem mudanças com as experiências cotidianas. Nessa ótica se encontra a construção dos apetrechos de pesca pelas coletividades pesqueiras pesquisadas.

Formas de uso das embarcações

Verificou-se que 90% dos pescadores de Vista Alegre utilizam embarcação própria e 10% usa embarcação própria e arrendada, como é expresso na tabela 37 e no gráfico 18:

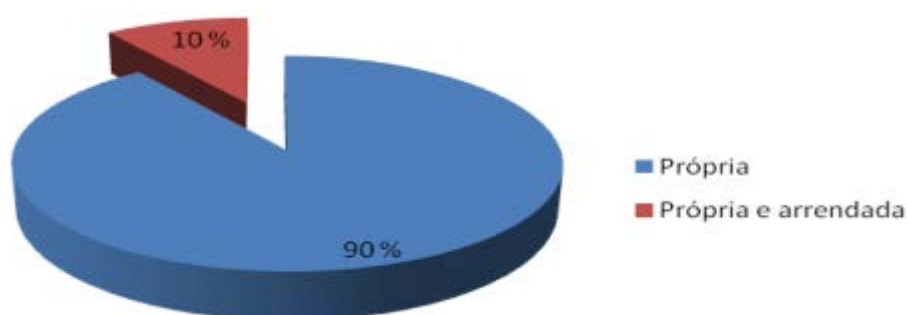
Tabela 37: Forma de uso das embarcações utilizadas pelos pescadores de Vista Alegre

Forma de uso	Pescadores	%
Própria	36	90
Própria e arrendada	4	10
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Vale ressaltar que o arrendamento é uma prática comum entre os pescadores de Vista Alegre. Os custos de produção como a infraestrutura necessária para a realização de uma pescaria para o pescador artesanal são relativamente altos. Por exemplo: Uma rabeta consome em média 5 litros de gasolina; Um barco motor a diesel em média 15 litros. O litro custa em média R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos).

Gráfico 18: Forma de uso das embarcações utilizadas pelos pescadores de Vista Alegre



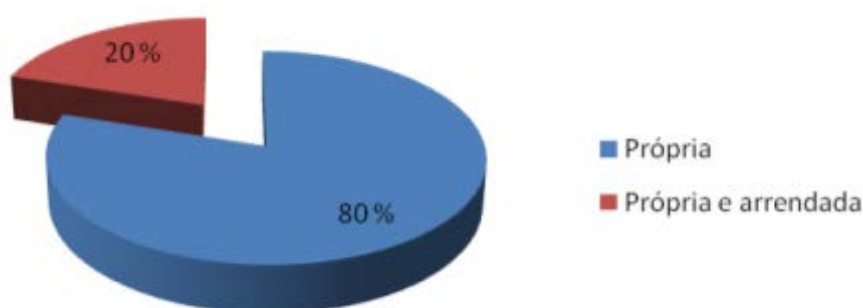
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

No caso da Vila de Guarajubal, 80% dos pescadores utilizam embarcação própria e 20% usa embarcação própria e arrendada, como indicam os dados a seguir:

Tabela 38: Forma de uso das embarcações utilizadas pelos pescadores da Vila de Guarajubal

Forma de uso	Pescadores	%
Própria	32	80
Própria e arrendada	8	20
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 19: Forma de uso das embarcações utilizadas pelos pescadores de Vila de Guarajubal

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

As informações anteriores se aproximam da realidade verificada na Vila de Vista Alegre, o predomínio é de embarcações próprias, mas alguns pescadores precisam arrendar suas embarcações. Essa situação ocorre, segundo Prost *et. al.* (2001, p.84), porque “em razão das modalidades de comercialização vigentes, os volumes produzidos traduzem-se em renda insuficiente, inclusive para a compra e manutenção de equipamentos (...)”.

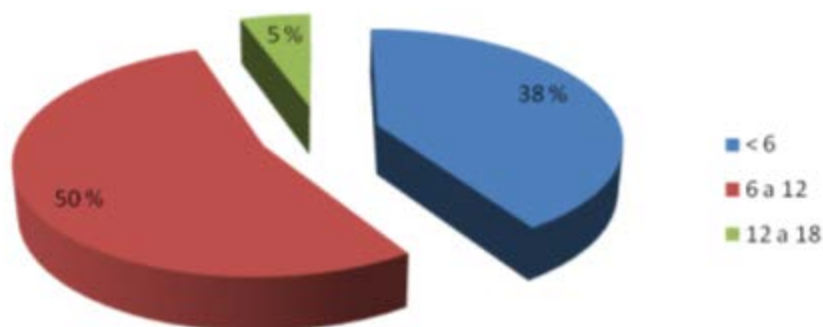
Tempo despendido para realizar suas atividades

De acordo com 50% dos entrevistados da Vila de Vista Alegre, o tempo consumido fica entre 6 a 12 horas, 38% abaixo de 6 horas, 12% de 12 a 18 horas (tabela 39 e gráfico 20).

Tabela 39: Tempo despendido pelos pescadores de Vista Alegre para realizar suas atividades

Tempo despendido	Pescadores	%
< 6 h	15	38
6 a 12h	20	50
12 a 18h	5	12
18 a 24h	-	-
>24 h	-	-
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 20: Tempo despendido pelos pescadores de Vista Alegre para realizar suas atividades

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Como constatado, a maior parte dos pescadores de Vila Alegre gasta em média de 6 a 12 horas para realizar a atividade de pesca. Evidentemente, esse tempo é influenciado por fatores como distância do porto até o ponto de pesca, por variação da maré, mas também por peculiaridades das práticas territoriais, entre elas a técnica. Acerca desse aspecto, Santos (1995, p.) esclarece:

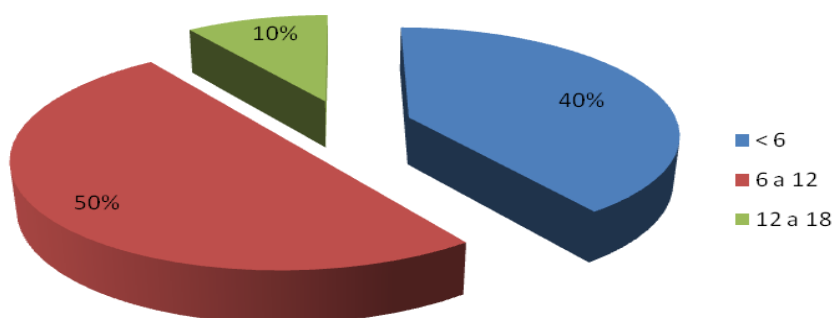
As técnicas são um dado explicativo do espaço. Estas se efetivam em relações concretas, materiais ou não, que as presidem, o que nos conduz, (...) à noção de modo de produção e de relações de produção. Mas o tempo do lugar, o conjunto das temporalidades próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica, tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço.

De acordo com a pesquisa, 50% dos pescadores da Vila de Guarajubal gasta de 6 a 12 horas para realizar suas atividades, 40% abaixo de 6 horas e 10% de 12 a 18 horas.

Tabela 40: Tempo despendido pelos pescadores de Vila de Guarajubal para realizar suas atividades

Tempo despendido	Pescadores	%
< 6 h	16	40
6 a 12h	20	50
12 a 18h	4	10
18 a 24h	-	-
>24 h	-	-
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 21: Tempo despendido pelos pescadores de Vila de Guarajubal para realizar suas atividades

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Forma de armazenamento do pescado

De acordo com 80% dos pescadores de Vista Alegre, a forma de armazenamento do pescado depende do gelo. 10% utilizam caixas de isopor e 10% a salga (tabela 41).

Tabela 41: Forma de armazenamento do pescado realizada pelos pescadores de Vista Alegre

Tempo despendido	Pescadores	%
Gelo	32	80
Caixas de isopor com gelo	4	10
Salga	4	10
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Segundo 40% dos pescadores da Vila de Guarajubal, a forma de armazenamento do pescado depende do gelo, 50% utilizam caixas de isopor e 10% a salga.

Tabela 42: Forma de armazenamento do pescado realizada pelos pescadores de Vila de Guarajubal

Tempo despendido	Pescadores	%
Gelo	16	40
Caixas de isopor com gelo	20	50
Salga	4	10
Total	40	100

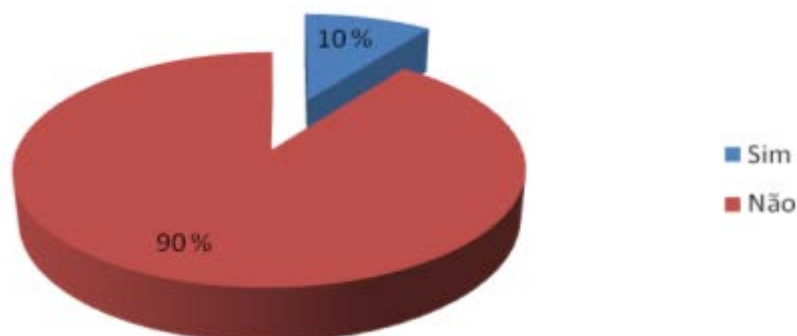
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Verifica-se, portanto, que em ambas as comunidades pesqueiras o armazenamento do pescado é feito por distintas formas, porém na Vila de Guarajubal, o uso das caixas de isopor predomina, nem sempre com o uso de gelo. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, o pescador não tem renda suficiente para adquirir o gelo e pelo fato de não existir nessa comunidade fábrica de gelo, diferentemente, da realidade dos pescadores de Vista Alegre, onde já existe.

Exclusividade de pontos de pesca

Durante a pesquisa procurou-se saber, ainda, se existe no rio/baía “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos aos pescadores da comunidade, 90% afirmaram que Não, apenas 10% confirmaram que Sim, como demonstra o Gráfico 22.

Gráfico 22: Existência no rio/baía de “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos dos pescadores da comunidade pescadores de Vista Alegre.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

As justificativas daqueles que afirmaram Sim foram as seguintes:

Somente no curral, por questão de respeito (Pescador 1).
Somente no curral, pois cada um tem o seu (Pescador 2).
Os pescadores dessa comunidade já possuem seus pontos de pesca há anos, que ficam localizados no Rio Marapanim (Pescador 3).

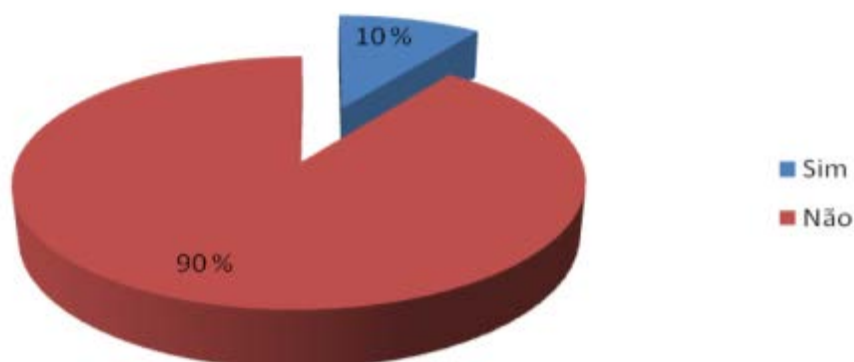
As justificativas dos que afirmaram Não foram as seguintes:

Alguns pescadores já conhecem alguns pontos de pesca que são melhores, mas não que o ponto seja dele (Pescador 4)
Porque eles pescam de acordo com o lugar em que acham melhor (Pescador 5).

Para a maioria dos pescadores da coletividade territorial pesqueira de Vista Alegre entrevistados não existem áreas ou pontos de pesca de exclusividade da comunidade, mas uma pequena parcela dos informantes considera que o curral é uma forma de exclusividade. Essa a maneira como eles entendem “exclusividade do ponto de pesca”, ou seja, uma dos aspectos da dimensão territorial, segundo Santos (2005), é a peculiaridade das visões de mundo de suas coletividades. Essa visão também encontra relação com os dados a seguir:

Procurou-se saber se existe no rio/baía “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos de algum pescador da comunidade ou fora dela, a maioria, ou seja, 90% afirmaram que Não, enquanto o restante, 10% confirmaram Sim (gráfico 23).

Gráfico 23: Existência no rio/baía de “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos dos pescadores da comunidade pescadores de Vista Alegre ou fora dela.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Aqueles que afirmaram Sim justificaram seus posicionamentos com os seguintes argumentos:

Porque quando o curral de um pescador está fixado em um lugar é sinal de que aquele ponto já possui um “dono” (Pescador 1).

Os que justificaram Não apresentaram os seguintes argumentos:

Alguns pescadores já conhecem alguns pontos de pesca que são melhores, mas não que o ponto seja dele (Pescador 2).

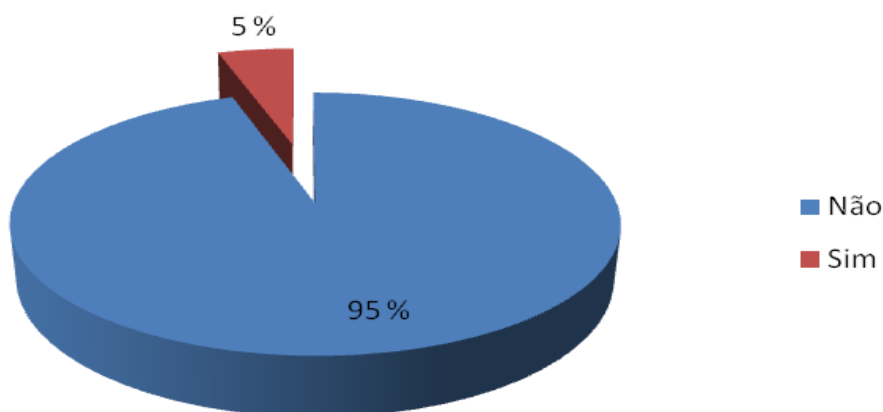
Porque os pontos da pesca pertencem a toda a comunidade de pescadores, não exclusivo de nenhum pescador (Pescador 3).

Só os pontos de pesca principalmente para a pesca com linha (Pescador 4).

Porque eles pescam de acordo com o lugar em que acham melhor (Pescador 5).

A pesquisa buscou saber, conforme Gráfico 24, dos pescadores da Vila de Guarajubal se existe no rio/baía “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos aos pescadores da comunidade, 95% afirmaram que Não, apenas 5% informaram que Sim.

Gráfico 24: Existência no rio/baía de “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos dos pescadores da comunidade pescadores de Vila de Guarajubal



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

As justificativas daqueles que afirmaram Sim foram as seguintes:

Eu vejo a questão de respeitar o curral dos outros pescadores, por isso tem uma certa guarda (Pescador 1).

Cada pessoa tem o seu lugar de pesca reservado, representado pelo curral, quem viola está sendo desonesto (Pescador 2).

As justificativas dos que afirmaram Não foram expressas da seguinte forma:

Nunca ouvi falar, nós já conhecemos os lugares melhores para fazer a pesca, mas esses lugares não são propriedade de ninguém, principalmente porque os cardumes variam muito, dependendo da maré, do tempo do ano (Pescador 4)

Olha tem pescador que tem preferência por algum ponto, mas isso não quer dizer que esse ponto fique dele. A gente procura onde a “maré tá pra peixe” (Pescador 5).

Não existe isso, um dia a gente tá no rio, outro a gente vai pra baía, outro perto do oceano, depende muito do tempo, do movimento das marés, da quantidade de peixe que precisamos pescar (Pescador 6).

Costa (2007) entende o território como produto da apropriação de um segmento social e a construção de currais é uma forma de se apropriar de pequenas parcelas do espaço com a finalidade de exercer a atividade pesqueira. Trata-se de tornar exclusiva uma parte do ambiente aquático. Silva (2008) refere-se a esse fato, evidenciando o território como *lócus* de múltiplos usos e onde se estabelecem regras de convívio.

Quando perguntamos aos pescadores de Guarajubal se existe no rio/baía “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos de algum pescador da comunidade ou fora dela, a totalidade, ou seja, 100% afirmaram que Não. As principais justificativas foram assim expostas:

Exclusividade é difícil, a gente pode ter lugares já conhecidos e preferidos, mas não dá pra fazer isso (Pescador 1).

Os pescadores trabalham em vários locais, não conseguem fazer essa exclusividade (Pescador 2).

Não, a pescaria é realizada em lugares de preferência ou facilidade, mas não tem lugar exclusivo de nenhum pescador (Pescador 3).

Não, é difícil encontrar um lugar específico do pescador, cada um realiza o que pode (Pescador 4).

Ainda que possam existir locais exclusivos, a exemplo dos currais, os argumentos descritos aqui possuem relevância, porque a atividade pesqueira é, no entender de Silva (2008), Prost *et. al.* (2005) e Furtado (2005), influenciada por condicionantes naturais, a exemplo do ciclo das marés, da salinidade da água, do regime pluvial, do período de reprodução do pescado. Nesse sentido, determinar lugares específicos de pesca nem sempre é possível.

Procuramos identificar se entre os pescadores da Vila de Guarajubal existem conflitos de ordem pessoal ou social entre pescadores no interior da comunidade e/ou entre pescadores de outras comunidades quanto ao acesso às “áreas ou pontos de pesca”, 95% afirmaram Não, apenas 5% confirmaram Sim.

Conflitos de pesca

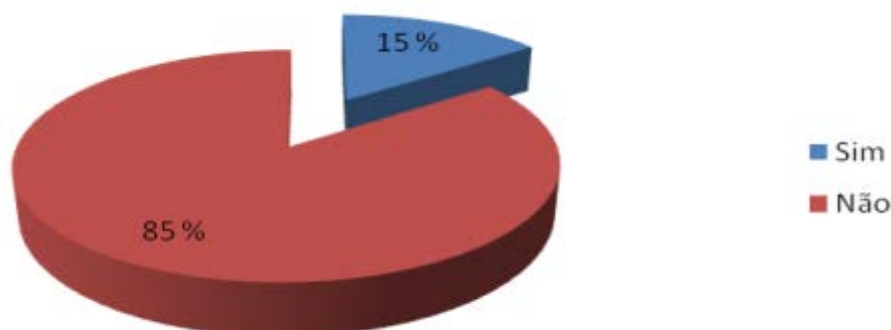
A pesquisa interessou-se em saber se há conflitos de ordem pessoal ou social entre pescadores no interior da comunidade e/ou entre pescadores de outras comunidades quanto ao acesso às “áreas ou pontos de pesca”. Segundo a maioria, 85% dos pescadores não (tabela 43 e gráfico 25).

Tabela 43: Grau de conflito entre os pescadores de Vista Alegre para acesso às áreas ou pontos de pesca

Alternativa	Pescadores	%
Sim	6	15
Não	34	85
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 25: Grau de conflito entre os pescadores de Vista Alegre para acesso às áreas ou pontos de pesca



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

No trabalho desenvolvido por Melo (2003) em Vista Alegre do Pará identificou-se que a atividade de pesca apresenta em seu interior conflitos de dimensões variadas. Há conflitos entre pescadores locais, e entre pescadores locais e de outros lugares da zona do salgado, e entre pescadores locais e os pescadores “DE FORA”.

Explicando um pouco melhor esses conflitos, temos aqueles que decorrem do simples uso de técnicas ou instrumentos de pesca como malhadeiras, linhas de nylon e outros em determinadas áreas que não são permitidas, até aquelas mais complexas que envolvem o livre

acesso às pescarias ou pontos de pesca onde são considerados “territórios sagrados”, como a “Pedra do Meio”⁷⁵.

Por outro lado, os pescadores que são “donos” de currais⁷⁶ sentem-se prejudicados com os chamados pescadores “DE FORA”. Muitas vezes, ocorrem ameaças de morte, embora sem relatos de histórias reais. Os “pescadores de fora”⁷⁷, são pescadores de outros Estados da federação, como os estados de Pernambuco, Ceará e Maranhão, da região Nordeste. Outros pescadores que vem de municípios da zona do Salgado Paraense, como Bragança, Vizeu e até mesmo da região do Marajó, dos municípios de Soure e Salvaterra, também enfrentam resistências dos pescadores locais.

Em conversas livres com outros pescadores artesanais sobre a existência de conflitos de pesca entre eles moradores da Vila de Vista Alegre, estes afirmam que não há, pois as relações construídas entre eles são de “muita amizade e de respeito”. Em relato pessoal, os pescadores Sr. Valdir e Sr. Lázaro, nos relataram o seguinte:

Nóis aqui da vila num tem dessas coisas. Agente vamo pescar e volta com o que tem. E o que tem nós divide. Graças a Deus nunca teve dessas coisas. Pelo meno nunca vi. Agora, existe discussão sim quando, por exemplo, um pescador tá devendo o outro ou porque emprestou alguma quantia ou comprou gasolina ou óleo fiado. Aí sim, se tu deve, alguém vai te cobrar.

Considerando a compreensão dos pescadores sobre os conflitos de pesca entre os pescadores artesanais moradores da Vila de Vista Alegre, entendemos ser uma visão limitada, pois desconhecem ou ignoram a natureza dos conflitos que são inerentes a qualquer forma de apropriação que se fazem presentes nas relações de trabalho.

Evidentemente, não querer falar é um direito de qualquer cidadão, até por não querer se comprometer ou criar uma situação adversa. Contudo, a afirmativa que não há conflitos na

⁷⁵ Os pescadores Sr. Valdir e Sr. Lázaro nos relataram o “Segredo de Pesca” sobre a “Pedra do Meio”. Segundo eles, a “Pedra do Meio” abrange uma extensa área de manguezal com praias que se estende do rio Pacamorema até o igarapé grande Antônio Vicente. Os pescadores só podem pescar nos currais e não permitem que se estenda a rede malhadeira ou qualquer outro tipo de rede. Esta área é considerada pelos pescadores como “Território Sagrado”, pois é onde se reproduz algumas espécies e por isso preservam a área. Em função disso, estabelecem como norma a proibição de pescar com rede, tornando-a uma área de uso restrito que deve permanecer abundante de pescado. Caso a norma venha a ser violada, os pescadores assumem a responsabilidade de tirar quem quer que seja por respeito a norma local.

⁷⁶ Curiosamente o acordo verbal é entendido como “palavra de homem”, onde o pescador deve honrar a sua palavra e deve mantê-la enquanto tal. Os currais, de maneira geral, tem propriedade definida de acordo com o nome de quem produz ou compra de terceiros. Há aqueles que são vendidos e ficam temporariamente sem nome por não saber o nome do novo proprietário.

⁷⁷ Segundo relato de pescadores de Vista Alegre conhecidos com as iniciais Sr. L. e Sr. V., “(...) Os pescadores “DE FORA” praticam a pesca industrial, e usam técnicas ou instrumentos de pesca, como as redes de arrasto, que prejudicam a pesca artesanal. Além disso, invadem “territórios de pesca” delimitados pelos pescadores artesanais e não conversam com a gente. Eles jogam a rede, e levam tudo o que encontram pela frente”.

vila entre os pescadores artesanais é um dado que pode ser interpretado de duas maneiras: 1. a primeira é: o discurso negativo não se sustenta e 2. o discurso não revelado produz um efeito indesejável quando se tenta revelá-lo. Logo, de alguma forma existem conflitos configurados nas relações sociais e espaciais e se reproduzem em diferentes escalas com dimensões variadas no território de pesca.

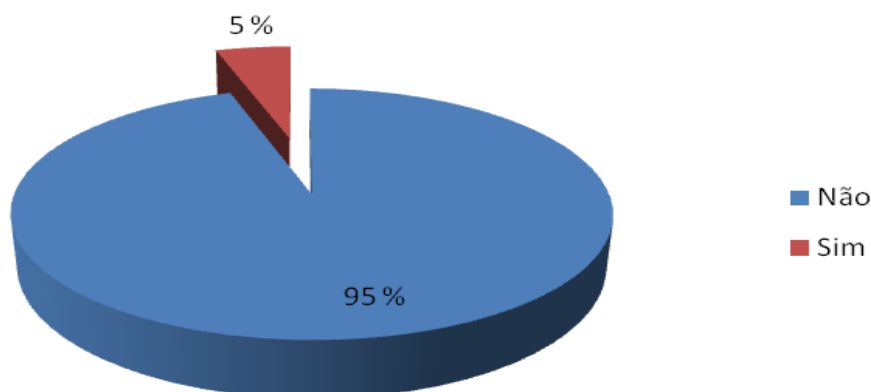
Procuramos identificar se entre os pescadores da Vila de Guarajubal existem conflitos de ordem pessoal ou social entre pescadores no interior da comunidade e/ou entre pescadores de outras comunidades quanto ao acesso às “áreas ou pontos de pesca”, 95% afirmaram Não, apenas 5% afirmaram Sim, conforme demonstra o Gráfico 26.

Tabela 44: Grau de conflito entre os pescadores de Vila de Guarajubal para acesso às áreas ou pontos de pesca

Alternativa	Pescadores	%
Sim	2	5
Não	38	95
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 26: Grau de conflito entre os pescadores de Vila de Guarajubal para acesso às áreas ou pontos de pesca



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

De certo modo o predomínio de um ambiente pacífico é favorecido porque, segundo Torres (2002, p. 40), as comunidades pesquisadas carregam consigo diversos laços de parentesco e graus de pertencimento e passam a configurar um território singular. Estas características “(...) aportam significados práticos e simbólicos que se refletem nas redes de relações e instituições sociais”.

Portanto, o espaço socialmente produzido no interior das comunidades pesquisadas revela a forma-conteúdo que dá sentido à natureza do lugar como território abrigo. Nesse contexto, a natureza social das relações é tecida na vizinhança, no parentesco e na família, dimensões de vivência que permeiam o cotidiano dos moradores da vila e revelam a íntima relação entre território e gênero de vida.

Evidentemente, essas relações de parentesco, vizinhança, parceria, compadrio, fundadas no princípio de solidariedade, conforme explicação de Prost *et. al.* (2005), não garante a inexistência de conflitos, pois como já explicado anteriormente durante a análise da Vila de Vista Alegre, há relações de poder envolvendo os pescadores, inclusive a presença dos chamados “DE FORA”, que não observam as regras dos pescadores locais.

Áreas exclusivas de pesca

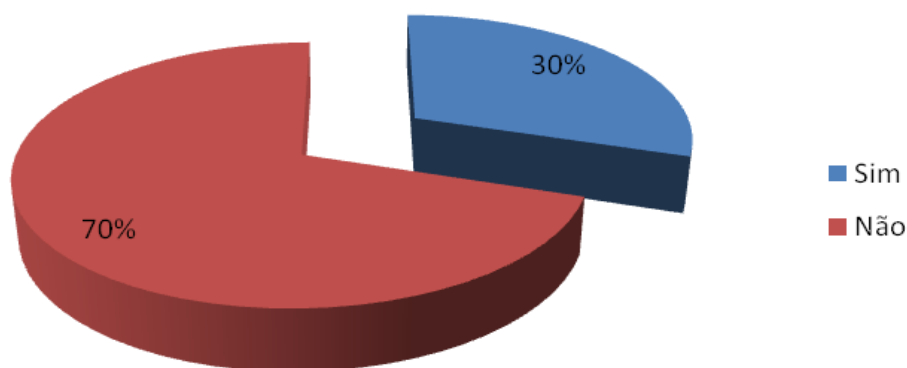
Quanto à questão territorial, procuramos saber dos pescadores da comunidade Vila de Guarajubal se eles constroem suas próprias áreas exclusivas de pesca. Os resultados mostraram que a maioria, ou seja, 70% Não, e o restante, 30%, Sim (tabela 45 e gráfico 27).

Tabela 45: Grau de construção das áreas exclusivas de pesca por parte dos pescadores de Vista Alegre

Alternativa	Pescadores	%
Sim	12	30
Não	28	70
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 27: Grau de construção das áreas exclusivas de pesca por parte dos pescadores de Vista Alegre



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Essa exclusividade se traduz, segundo Silva (2008, p.122), pela necessidade de definir locais específicos dos meios aquáticos denominados de pesqueiros, ou seja, locais onde determinadas espécies são encontradas. “Dessa forma, os pesqueiros são os pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra ou uso ou conflitos, sendo então territórios ocupados por pescadores que reconhecem naquele espaço delimitado uma apropriação.”

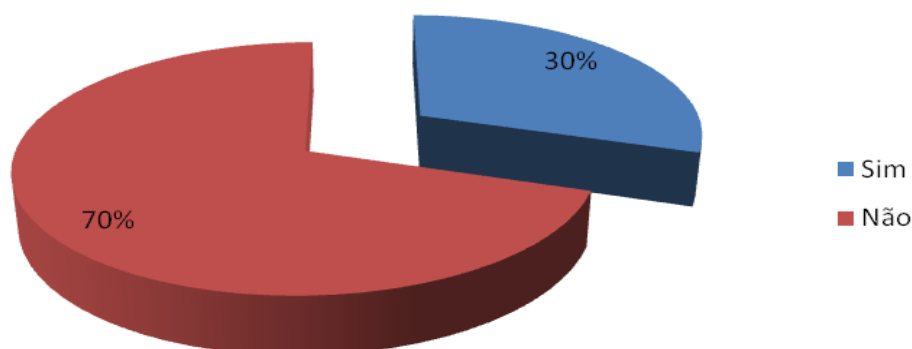
Quanto à Vila de Guarajubal, os resultados mostraram que a maioria, ou seja, 70% Não constroem áreas exclusivas de pesca, e o restante, 30% Sim (tabela 46 e gráfico 28).

Tabela 46: Grau de construção das áreas exclusivas de pesca por parte dos pescadores de Vila de Guarajubal

Alternativa	Pescadores	%
Sim	12	30
Não	28	70
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 28: Grau de construção das áreas exclusivas de pesca por parte dos pescadores de Vila de Guarajubal



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Esses dados, de certo modo, confirmam o que já foi dito anteriormente, pois alguns pescadores estabelecem os currais para realizar a pesca e garantir uma quantidade representativa para a subsistência e comercialização.

Destino da produção do pescado

Procurou-se saber dos pescadores o destino da produção do pescado. Verificou-se que a maioria, 90% vende para o mercado local, 10% para o mercado local e estadual, ou seja, para outros municípios, em especial Belém, como mostra a tabela 47.

Tabela 47: Destino do pescado de Vista Alegre

Destino	Pescadores	%
Local	36	90
Feira Livre (municipal)	-	-
Estadual	-	-
Estadual e local	4	10
Nacional	-	-
Internacional		
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Em relação ao destino da produção do pescado em Guarajubal, 70% vende para o mercado local, 30% para o mercado local e estadual, ou seja, para outros municípios, em especial Belém, conforme dados apresentados a seguir.

Tabela 48: Destino do pescado de Vila de Guarajubal

Destino	Pescadores	%
Local	28	70
Feira Livre (municipal)	-	-
Estadual	-	-
Estadual e local	12	30
Nacional	-	-
Internacional		
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A maioria dos pescadores destina o pescado para o mercado local, bem como a comercialização é realizada com comerciantes locais (tabela 48). Esse fato é explicado porque a rede comercial que envolve a produção artesanal para consumo local e para fins comerciais se realiza mediante acordos informais, quase sempre sem o estabelecimento de documentação que possa comprovar a venda do produto. A relação econômica estabelecida entre os pescadores e seus compradores, geralmente, é determinada pela quantidade e o tipo de pescado capturado. Quando, não raro, é definida por seus compradores em função do fornecimento ou a troca de produtos ou mercadorias, até mesmo empréstimos financeiros equivalentes a certos valores quantitativos, os quais deverão ser compensados pela pescaria, pois alguns pescadores artesanais não dispõem dos meios necessários para praticar a pescaria.

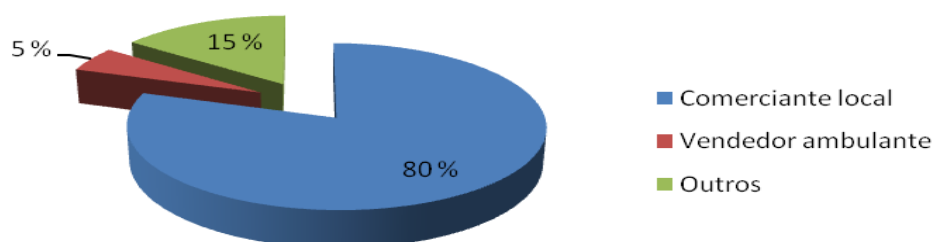
Para quem é vendida a produção do pescado?

A pesquisa também buscou saber para quem é vendido o pescado, a maioria, 80% afirmaram vender para comerciantes locais, 5% para vendedores locais e 15% para outros. Os que vendem para comerciantes locais e para “outros”, classificam a venda como sendo para atravessadores (tabela 49 e Gráfico 29).

Tabela 49: Para quem os pescadores de Vista Alegre vendem o pescado

Categoria de comprador	Pescadores	%
Comerciante local	32	80
Vendedor ambulante	2	5
Rede de supermercados	-	-
Órgão público	-	-
Cooperativas	-	-
Outros	6	15
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 29: Para quem os pescadores de Vista Alegre vendem o pescado

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Em conversação com um dos pescadores entrevistados, o mesmo relatou como se realiza o funcionamento da rede de comercialização do pescado na Vila de Vista Alegre. Desde a saída do pescador até o pesqueiro, a relação se estabelece mediante um acordo verbal e/ou via sistema de aviamento. No primeiro momento, o pescador se compromete a trazer o pescado para as mãos do marreteiro que o aguarda no trapiche ou no porto, na orla, estando já acordado os valores financeiros sobre a produção. No segundo momento, o pescador condiciona a produção a empréstimos de objetos e/ou de valores financeiros para a realização da pesca. Da relação do pescador com o marreteiro, surge a figura do atravessador. Este é responsável pela compra do produto do marreteiro e revende o produto para o comerciante local e da capital, Castanhal e Marapanim. Abaixo, o quadro retrata os atores que desenvolvem a rede de comercialização da produção do pescado na Vila de Vista Alegre.

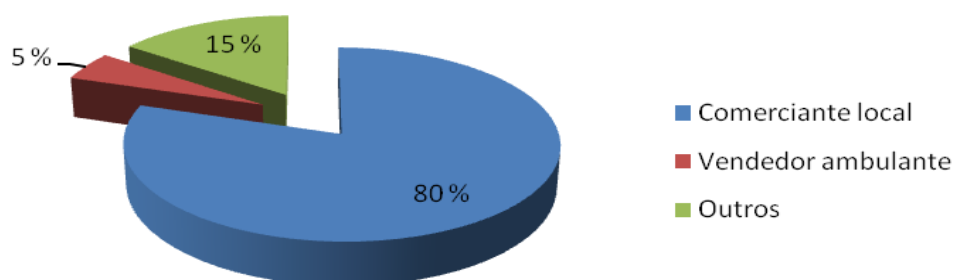
Em Guarajubal, a maioria, 85%, afirmam vender para comerciantes locais, 10% para vendedores locais e 5% para outros. Os que vendem para comerciantes locais e para “outros”, classifica a venda como sendo para atravessadores (tabela 50 e Gráfico 30).

Tabela 50: Para quem os pescadores de Vila de Guarajubal vendem o pescado

Categoria de comprador	Pescadores	%
Comerciante local	34	85
Vendedor ambulante	4	10
Rede de supermercados	-	-
Órgão público	-	-
Cooperativas	-	-
Outros	2	5
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 30: Para quem os pescadores de Vila de Guarajubal vendem o pescado



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Furtado (2005) explica o circuito de comercialização dos pescadores de Marapanim-PA, enfatizando que eles são categorias de produtores autônomos com diferenças relativas em relação às formas de atuação no trabalho, na composição de suas frentes de trabalho, da participação nos circuitos espaciais da produção pesqueira, além do manejo praticado com relação ao uso dos recursos ambientais.

A referida autora acima, bem como Nascimento (1993), elucida que as relações comerciais dos pescadores sofreram mudanças significativas com o passar do tempo, porque esses segmentos tiveram que se adaptar a outras formas de relações de trabalho e de produção. Por exemplo, há pescadores/tiradores de caranguejo que são também marreteiros e atuam na comercialização de forma adaptada às leis mercadológicas impostas pelos atravessadores. E, mesmo assim, continuam sendo profundos conhecedores dos principais pontos de pesca da Vila de Guarajubal ao lado de sua família e vizinhança.

Segundo Prost *et. al.* (2005), os pescadores que trabalham em condições penosas e arriscadas, procuram garantir a venda imediata de toda a produção na volta aos portos, onde são aguardados pelos intermediários, que compram efetivamente toda a produção para revendê-la logo depois, aos demais atravessadores ou encaminhar a mesma aos mercados de venda. Neste esquema, os pescadores ficam sem poder de negociação, vendendo a produção a preços irrisórios estipulados pelos intermediários, especialmente em época de abundância, ou seja, no “inverno” paraense, correspondente à estação chuvosa.

Quadro 2: Rede de Comercialização da Produção do Pescado na Comunidade de Vista Alegre

PESCADOR ARTESANAL*	MARRETEIRO**	ATRAVESSADOR***
PA 1	M1	AT 1
PA 2	M2	AT 2
PA 3	_____	AT 3
PA 4	_____	_____

* PA - Pescador Artesanal; **M – Marreteiro ***AT - Atravessador

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Outra forma de intermediário, além do atravessador, é a figura do “patrão” (geralmente um comerciante que tem capital de giro e que compra diretamente do pescador a produção do pescado). Referindo-se ao assunto, Prost *et al.* (2005, p.114) faz o seguinte comentário:

Os laços entre pescadores e intermediários reforçam-se quando os segundos se tornam “patrões”, avançando o custeio das viagens através do fornecimento do óleo combustível e de gêneros alimentícios de base (café, açúcar, farinha). Em contrapartida, toda a produção deve ser-lhes reservadas para venda por preços definidos pelos mesmos. Os patrões podem ser igualmente donos de equipamentos e embarcações, recursos que alguns conseguiram através de linhas de crédito especiais para a pesca, induzindo alguns a se retirar da atividade propriamente dita, mas sem sair da atividade. Os créditos favoreceram, portanto, não só uma diferenciação social mais marcada entre pescadores, como a divisão de atividades como um todo. Em função do modo de divisão da renda entre os pescadores, neste caso os patrões ganham duas vezes: além do lucro na comercialização, eles recebem também uma parte (pelo menos) para o barco e a rede. Sem a devida articulação comercial, os pescadores apenas recebem a parte que lhes cabem do lucro da viagem. Trata-se, portanto, de uma forma de aviamento leve que perdura até hoje.

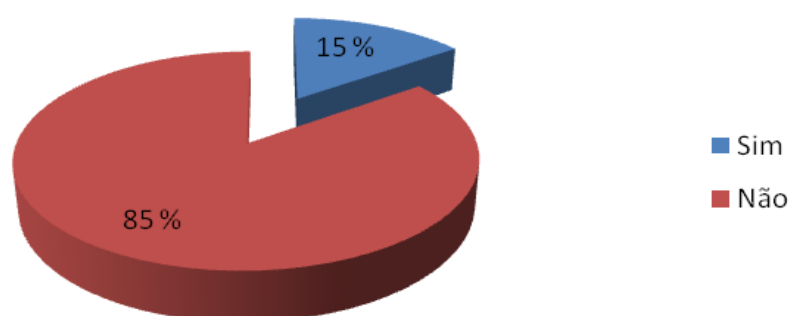
Formas de organização social representativa

De acordo com 15% dos entrevistados existem formas de organização social representativa dos interesses da coletividade na Vila de Vista Alegre, mas a maioria, ou seja, 85%, afirma que não (tabela 51 e Gráfico 31).

Tabela 51: Existência de organização social representativa segundo os pescadores de Vista Alegre

Alternativa	Pescadores	%
Sim	6	15
Não	34	85
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 31: Existência de organização social representativa segundo os pescadores de Vista Alegre

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Essas informações apresentam relação com as proposições de Prost *et al.* (2005, p.84), que esclarece:

[...] O baixo índice de participação no órgão de classe (Colônia de Pescadores) reproduz posturas assistencialistas por parte dos pescadores. Fica-se na expectativa de “ajuda” da entidade e com a alternativa de “deixar de pagar” a mensalidade (o valor custa em média R\$ 8,00) em resposta à falta de assistência, refletindo condição de cidadania restrita, em que não se vêem como titulares de direitos e deveres.

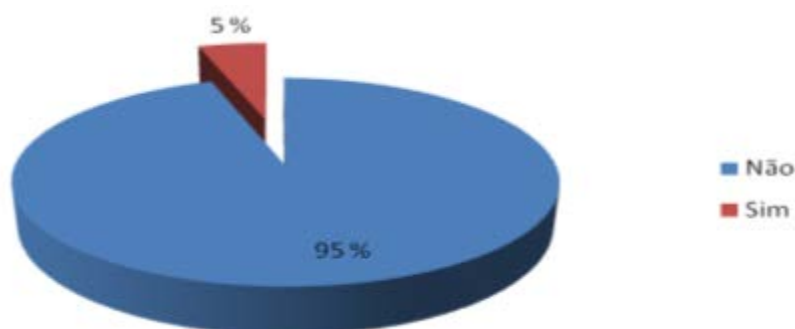
Em relação à existência de formas de organização social representativa dos interesses da coletividade na Vila de Guarajubal, 95% afirmam que Não, apenas 5% Sim, como atestam os dados apresentados a seguir (Gráfico 32).

Tabela 52: Existência de organização social representativa segundo os pescadores de Vila de Guarajubal

Alternativa	Pescadores	%
Sim	2	5
Não	38	95
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gráfico 32: Existência de organização social representativa segundo os pescadores de Vila de Guarajubal



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A maioria dos pescadores afirma não existir formas de organização social representativa da categoria “pescadores artesanais”. A explicação está no fato desse segmento ser penalizado por diversos fatores de ordem social, econômica e política, uma vez que seu trabalho social não tem sido suficiente para manter sua sobrevivência, nem tampouco, para organizar-se como categoria ou classe.

Acordos de pesca

A pesquisa procurou saber se na comunidade de Guarajubal existe “acordo de pesca” entre os pescadores ao que 100% dos informantes assinalaram Não. Essa informação encontra relação com as explicações de Vasconcellos (2008) sobre o fato de faltar evidências substanciais que possam verdadeiramente comprovar a natureza e funcionamento de parcerias favoráveis à categoria dos pescadores. Nas comunidades pesqueiras ainda predomina o que o autor chama de domínio das ideias e ideologias impostas externamente ao território de pesca. Conseqüentemente é questionável se as políticas governamentais permitem os pescadores exercer sua cidadania, participar da governança; enfim, cumprir o poder territorial:

O discurso de ‘transformação’ por meio da parceria tem sido usado de forma conveniente para oferecer princípios morais a alguns projetos de desenvolvimento (CLEAVER, 2001) e programas governamentais (TENDLER, 1997) e como um legítimo mecanismo de inclusão social [...]. Apesar da análise de que a parceria traz benefícios sociais, ainda faltam mais evidências de que ela contribui efetivamente para empoderar os socialmente excluídos, particularmente os desempoderados de áreas rurais. A parceria objetiva fortalecer a relação entre a sociedade civil e a governança local através da participação dos desempoderados das áreas

rurais nos mecanismos de governança [...] (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008, p. 217).

Os acordos, como já identificado em Vista Alegre, são estabelecidos nas relações de comercialização, às vezes impostos pelas condições de carência dos pescadores; de outra forma, porque as comunidades pesqueiras estabelecem acordos baseados no princípio de solidariedade, como afirma Prost *et. al.* (2005).

A pesquisa procurou saber dos pescadores se eles conhecem alguma iniciativa por parte de órgãos públicos (Prefeitura Municipal, Governo Estadual e Governo Federal) voltada para a pesca artesanal, com o objetivo de promover melhorias para a prática da atividade e das condições de vida do pescador, ao que todos responderam que Não.

A resposta de todos também foi negativa quando se perguntou se eles conhecem alguma iniciativa por parte de órgãos públicos (Prefeitura Municipal, Governo Estadual e Governo Federal) para a criação dos “territórios de pesca” com o objetivo de promover melhoria das condições de trabalho do pescador artesanal.

De certa maneira, essa situação encontra relação com as explicações de Silva (2009), quando afirma que os representantes das instituições públicas não consideram a cultura dos pescadores como elemento definidor dos territórios de pesca, pois se baseia em uma normalização institucional que não vincula uma situação a outra. Por isso, existe a Política de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura do Estado Pará, instituída pela Lei Estadual nº 7.019, de 24 de julho de 2007, que criou a Secretaria Estadual da Pesca e da Aquicultura, SEPAq/PA com o fim de dinamizar a economia, potencializar os benefícios sociais e conciliar o desenvolvimento destas atividades com conservação ambiental, mas não se constatações práticas e vinculadas as peculiaridades das coletividades pesqueiras.

Na comunidade pesqueira de Vista Alegre, 95% afirmaram que Não existe “acordo de pesca” entre os pescadores, enquanto 5% concordam que Sim (tabela 53).

Tabela 53: Existência de “acordo de pesca” segundo os pescadores de Vista Alegre

Alternativa	Pescadores	%
Sim	2	5
Não	38	95
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Embora um número significativo da amostra afirme que não existe “acordo de pesca”, é comum nessas comunidades, segundo Silva (2008), ocorrer nos territórios de pesca uma relação de poder estabelecida entre donos ou famílias donas de pesqueiros. Quando mais de uma pessoa ou família utiliza o mesmo pesqueiro, muitas vezes são estabelecidos acordos entre eles para evitar a continuidade de conflitos.

Essa situação reflete o fato do município de Marapanim não fazer parte do plano do Governo no que diz respeito ao desenvolvimento do setor de pesca artesanal. Logo, há uma invisibilidade dos territórios de pescadores/pescadoras artesanais que interessa tão somente ao Estado, uma vez que este toma para si a responsabilidade em criar normas para o uso do território.

É imperativo afirmar, nesse contexto, que a viabilização física e normativa do território pelo Estado ocasiona um reordenamento do modo de vida do lugar, o que leva à remoção, à expulsão, deslocamento compulsório, desterritorialização, formação de lugares de ocupação espontânea, dentre outros. Logo, percebemos que a tomada de decisão pelo Estado reflete diretamente na configuração espacial, o que confere ao território a capacidade de criar normas. Assim, quem cria normas é o território e não o Estado, cabendo aos atores sociais assegurar as condições necessárias para nele se reproduzir enquanto sujeitos políticos e manter as bases de sustentação do lugar como território-abrigo, e porque não dizer, como espaços de esperança no dizer de Harvey (2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia em relação à pesca tem viabilizado contribuições pertinentes mediante as análises produzidas pelos especialistas da área e de outros campos de conhecimento que buscam o entendimento sobre o saber-fazer/saber-pensar o mundo da artesanaria de pesca, a partir de seu instrumental teórico-metodológico, cuja apropriação permite desenvolver diferentes formas e estratégias de apreensão do real.

A opção pela temática proposta revelou a importância de se estudar a abordagem territorial na compreensão dos processos socioespaciais em uma dada formação econômico-social. Dessa forma, o foco da pesquisa na compreensão do território e gestão da pesca em coletividades locais no Nordeste Paraense: Estudo de caso no Município de Marapanim-PA, representa uma possibilidade concreta de se pensar o ordenamento territorial da atividade pesqueira através do empoderamento de coletividades locais e de seus arranjos coletivos próprios em parceria com o Estado, tendo em vista a elaboração de políticas públicas que possa assegurar a potencialização e valorização do capital social do lugar.

A pesquisa permitiu o reconhecimento da necessidade da inclusão de pessoas que lidam e vivenciam o mundo da pesca no processo de desenvolvimento e criação dos “territórios de pesca” ou pesqueiros como espaços da esperança (HARVEY, 2004), afastando assim, qualquer possibilidade de construção de uma territorialização precária.

Por ser uma atividade milenar, a pesca artesanal é praticada por várias coletividades locais espalhadas pelo mundo afora e constitui uma importante atividade do setor econômico e produtivo na região amazônica, em especial no Estado do Pará, embora esta não se restrinja à dimensão econômica, abrangendo outras dimensões vinculadas aos saberes de tradição, cognição e valoração das coletividades locais.

As relações que as coletividades locais mantêm e desenvolvem com o meio aquático e terrestre expressam diferentes dimensões da territorialidade da pesca, construídas social e historicamente, as quais se reproduzem a partir de uma base físico-territorial caracterizada por distintos ecossistemas (manguezais, rios, ilhas, praias, baías).

A necessidade de alimentar-se e garantir abrigo condicionaram comunidades urbanas e rurais a explorar os recursos pesqueiros de diferentes maneiras e condições específicas, as quais refletem um modo particular da relação sociedade-natureza qualificado pelo trabalho social.

A forma de se relacionar com o meio aquático e os recursos nele existentes sofreu variações individuais e coletivas em função da cultura de cada comunidade. Todavia, o que se sabe ao certo é que não havia inicialmente uma preocupação imediata com a exploração em demasia dos recursos marinhos, mas, sobretudo, com a forma de viver e resguardar valores, crenças, mitos e ritos ligados ao modo ou gênero de vida que lhes são peculiares.

A condição particular de determinada coletividade lhe assegura o direito e livre acesso aos recursos naturais e bens disponíveis na natureza, sem que necessariamente haja para isso, a existência de um mecanismo institucional que o conduza e/ou seja, responsável por tal processo.

Em se tratando de Amazônia, a artesanaria da pesca é considerada uma das mais antigas atividades já desenvolvidas pela espécie humana sendo praticada por povos tradicionais a mais de 3.000 anos, como bem disse Furtado (2001), retratando a existência milenar da presença de povos pescadores-coletores no litoral paraense.

As contribuições de Prost *et. al.* (2001), Silva (2009), Torres (2002), Furtado (2001), Cardoso (2001) enveredam nesse sentido ao tratar da temática relacionada às comunidades pesqueiras e suas relações com os ecossistemas amazônicos. Entende-se que os chamados “Territórios de Pesca” estão condicionados ao lugar onde vivem as populações pesqueiras, em que estas, por sua vez, não apenas delimitam-no. São lugares conhecidos, nomeados e defendidos segundo seus interesses e causas sociais.

Desse modo, entendemos que o território dos “povos das águas” (FURTADO, *et. al.*, 1993) e “gente do mar” (FURTADO, 2001) passa a ter um valor de uso para diferentes grupos sociais existentes, a exemplo dos pescadores artesanais no Nordeste Paraense. A delimitação territorial por esses grupos garante a reprodução de seus modos de vida, isto é, reproduz a existência das diversas coletividades, tendo por base não apenas a materialidade dos recursos disponíveis, mas também a imaterialidade expressa em suas acepções simbólicas, imaginárias e identitárias. Logo, se desenvolvem múltiplas territorialidades que passam a constituir formas diferenciadas de se relacionar com o meio em que vivem e o entorno, onde são estabelecidas relações de poder.

A formação de “Pontos de Pesca”, “Pesqueiros” ou “Territórios de Pesca” no litoral nordestino paraense é marcado por relações de poder onde os atores sociais e/ou sujeitos políticos (pescadores, marisqueiros, catadores e coletores de caranguejo, etc.) envolvidos na atividade estabelecem formas de apropriação individual e coletiva dos recursos naturais disponíveis caracterizando, assim, formas de organização social hegemônica e não

hegemônicas de natureza distintas. Isto implica considerar um conjunto de relações construídas historicamente por gerações inteiras que foram repassadas de geração em geração. Aliás, essa afirmativa é um dado explicativo que serve para diferentes lugares da Amazônia e no Brasil como um todo onde a pesca artesanal se faz presente.

Os territórios construídos por essas comunidades em áreas marinhas, estuarinas e lagunares expressam a relação entre o homem e a natureza em um dado contexto histórico. Logo, ficou evidente neste estudo que é preciso temporalizar as relações construídas historicamente de modo a compreender as relações sociais como mediação.

Os vestígios arqueológicos encontrados no litoral Norte-Sul do Brasil dessas populações tradicionais, resguardados pelo tempo geológico e revelados pela própria história humana em suas temporalidades vividas, expressam culturalmente a ancestralidade cabocla, ribeirinha e indígena de gerações variadas que representaram múltiplas territorialidades, as quais se desenvolveram de acordo com as condições (i) materiais existentes. Não são simples “achados” de elementos agregados ao solo, mas sim elementos carregados de simbolismos e de significados múltiplos que revelam o tempo e o espaço de gerações pretéritas. Assim, o lugar [e o território] é revelado pelo que ele próprio carrega ou contém em si, sua história, formação econômica, social e cultural.

Os chamados “Territórios de Pesca” em coletividades locais no Nordeste Paraense, em particular as comunidades das vilas de pescadores de Guarajubal e Vista Alegre em Marapanim-PA, revelam, por assim dizer, uma ancestralidade que de longe não se resume a paisagem do lugar, nem tampouco ao que se denomina na visão do Estado brasileiro segundo a proposta da SEAP/PR (atual MPA) de “Territórios de Cidadania”. São territorialidades construídas por meio de relações culturais entre gerações caboclas, ribeirinhas, nativas e outras ancestralidades que se desenvolveram no tempo e no espaço de forma singular estando sujeitas, na atualidade, a um processo de “territorialização precária”.

Ao propormos o estudo de caso acerca dos “Territórios de Pesca” em Guarajubal e Vista Alegre, em Marapanim-PA, chamou-nos atenção o fato de que suas práticas espaciais coletivas refletem muito bem seus modos de vida e que se reproduzem tendo por base seus arranjos coletivos próprios. Como exemplo, destacamos as relações de trabalho familiar e comunitário, efetivadas por meio de acordos próprios no sentido de desenvolver práticas coletivas visando atingir determinados objetivos.

Em geral, são tarefas diárias relacionadas à alimentação e a sobrevivência. A catação da massa e da pata de caranguejo, a pesca de curral, etc., são evidências das relações de

trabalho coletivo e do próprio gênero de vida que fazem parte do cotidiano dessas comunidades.

Nesses termos, buscamos entender a importância do território e a gestão da pesca como dimensões de suas próprias vidas. São territorialidades que se expressam como materialização da cultura dos “povos das águas” e/ou de “gente do mar” associados a uma dimensão simbólica, imaginária e identitária.

Dessa forma, devemos pensar o desenvolvimento regional proposto pelo Estado, considerando a construção dos chamados territórios de identidade ou de cidadania, como projetos da ação pública, que num curto espaço de tempo (em média de 01 a 05 anos) são finalizados, vindo a tornar-se política pública. É preciso ir além do que está posto no modelo de desenvolvimento para o setor pesqueiro. A construção de territórios (em qualquer escala geográfica) requer que tenhamos opções. Como afirma Sen (2010) é preciso pensar o desenvolvimento como liberdade. E isso implica conciliar, mediante o diálogo participativo, os interesses daqueles que desfrutam do lugar como sendo o abrigo, e de outros, como oportunidade pelas possibilidades que o espaço oferece.

Em nosso entendimento, a proposição de criação de territórios de pesca no Brasil sobrepõe-se às territorialidades de pescadores/pescadoras artesanais já existentes, o que define uma nova dimensão territorial da pesca baseada em uma proposta de regionalização em nível nacional. A própria ideia de vincular uma ação ou programa a outro, como é o caso dessa proposta, que relaciona a concepção de Territórios da Cidadania ou de Identidade aos Territórios de Pesca no Brasil⁷⁸, não se constituiu a partir da base do movimento das coletividades locais relacionadas aos pescadores/pescadoras artesanais do país.

Assim, a construção de uma política de desenvolvimento territorial da pesca e aquicultura em nível nacional deve, em princípio, assegurar a inserção e o reconhecimento de “territórios de pesca” de coletividades locais que já existem independentemente da existência ou não, de arranjos institucionais que lhes obrigam a incorporar um sistema de regras e normas que objetivam tão somente exercer um sistema de controle e regulação. Aliás, é preciso que a gestão descentralizada e participativa possa de fato cumprir os passos iniciais de sua realização para que assim se cumpra a que se propõe desenvolver.

Acreditamos que os projetos da ação pública e da ação coletiva podem se pronunciar em torno de um projeto de governança em nível nacional em bases territoriais sólidas, onde os

⁷⁸ Ver sobre o assunto que trata da Abordagem territorial do desenvolvimento rural em Políticas públicas e Ações locais (Capítulo 3). In: SABOURIN, E. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. pp. 143-191.

interesses das partes envolvidas possam convergir em direção ao bem comum da sociedade como um todo. É preciso se resguardar das vontades alheias às coletividades e das vicissitudes da política no Brasil que sobrepujam os interesses da nação brasileira.

O desenvolvimento dessas comunidades pesqueiras dependerá, portanto, de novos arranjos político-institucionais em que o Estado e as coletividades locais, juntos, possam efetivamente, condicionar o ordenamento territorial como elemento chave, de instrumentalização da gestão dos recursos pesqueiros destinados à promoção da melhoria nas condições de vida e no desenvolvimento da cidadania dessas comunidades como reflexo de decisões políticas participativas. Acima de tudo, que possa verdadeiramente contemplar as expectativas dos diversos sujeitos ou grupos coletivizados envolvidos no processo ainda que possa emergir novos conflitos em meio a novas territorialidades.

Esperamos, contudo, que este trabalho possa contribuir para outras reflexões que atinjam, com a propriedade devida do ponto de vista da comunidade científica, em particular a geográfica, a complexidade do mundo da pesca e suas diferentes territorialidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. G. de; SOARES, L. A. A. (Orgs.). **Ordenamento Territorial: Coletânea com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ALMEIDA, F. G. de. O Ordenamento Territorial e a Geografia Física no processo de Gestão Ambiental. In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). **Território, Territórios: Ensaio sobre Ordenamento Territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B. da., GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 17-42.

BORGHETTI, J. R. Estimativa da Pesca e Aquicultura de Água Doce e Marinha. In: CARNEIRO, M. H. **A Sustentabilidade das Atividades de Aquicultura e Pesca** (Conferências selecionadas da VI Reunião Anual do Instituto de Pesca). Sér. Instituto de Pesca/APTA/SAA Sér. Relat. Téc. N. 03, 2000.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Estatística da Pesca (2005) – Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília: IBAMA, 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estatística da pesca 2006. Brasil: grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: IBAMA, 2008.

_____. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura. Brasil – 2008/2009**. Ministério da Pesca e Aquicultura, 2009.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. Dispõe sobre a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRITO E.; QUEIROZ, C. E. **Impactos e Sustentabilidade Sócio-Ambientais em uma comunidade pesqueira do Nordeste Paraense: Estudo de caso na vila de Guarajubal – Marapanim-PA**. Belém: CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará), Trabalho de Conclusão de Curso, 2004.

CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo: USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Física, 2001.

_____. **Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, p. 79-88, USP, 2001b.

_____. **Da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros**. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, nº 14, pp. 119 - 125, 2003. Disponível em [HTTP://www.geografia.fflch.usp.br/Geousp_14_Cardoso.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/Geousp_14_Cardoso.htm).

CARDOSO, D. M. **Mulheres catadoras: uma abordagem antropológica sobre a produção de caranguejo Guarajubal/Pará.** 2000. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível http://www.ufpa.br/bc/Portal/DTC/Antropologia/Antropo_2000/CARDOSO.htm. Acesso em 12.10.2010.

_____. **Catadoras de Caranguejo e Saberes Tradicionais na Conservação de Manguezais da Amazônia Brasileira.** In: **Estudos Feministas**, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 15(2), maio-agosto/2007. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200016

CARDIM, V. de H. **Morfologia da porção norte do município de Marapanim (Pará) e dinâmica costeira entre os canais do recreio e de Marudá.** Belém: UFPA/. Faculdade de Geografia e Cartografia, FGC. Trabalho de Conclusão de Curso, 2006.

CAMPOS, A. J. T. **Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos.** In: FURTADO et. al. **Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia.** Belém: MPEG, 1993.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, A. J. L.; TOURINHO, H. L. Z. (Orgs.). **Qualidade e Vida Urbana na Amazônia: Os casos de Marapanim e Vila dos Cabanos.** Belém: UNAMA, 2001.

CORRÊA, R. L. **Os Centros de Gestão do Território: uma nota.** In: Revista Território, n. 1, 1996. Disponível em: ftp://146.164.23.131/terr/N_01/01_3_correa.pdf, consultado em 27.01.2012.

COSTA, R. H. da. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400p.

COSTA, R. H. da; GONÇALVES, C. W. P. **A Nova des-ordem mundial.** São Paulo: UNESP, 2006.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

DUARTE, M. de B.; MATIAS, V. R. da S. **Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia. Caminhos de geografia.** Revista on line. Disponível <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Instituto de Geografia UFU. Programa de Pós-graduação em Geografia, Out. 2005.

FURTADO, L. G. **Ocupação Humana do Litoral Amazônico.** In: PROST, M. T.; MENDES, A. C. (Orgs.). **Ecosistemas Costeiros: Impactos e Gestão Ambiental.** Belém: MPEG, 2001.

_____. **Dinâmica e diversidade costeira na Amazônia e as reflexões da Antropologia.** Palestra proferida no dia 05.06.2009 no PPGEIO (Programa de pós-graduação em Geografia) IFCH/UFPA.

FURTADO, L. *et. al.* (Orgs.). **Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia.** Belém: MPEG, 1993.

_____. **Cadernos de Pesca:** informes de pesquisa. Belém: MPEG, 2004.

GAMA, A. do S. P. da. **SEPAQ – Inovação na gestão pública da pesca e aquicultura paraense.** Belém: CONSAD, 2007.

GUIMARÃES, R. J. R. Nos Caminhos do Sonho: Grandes Projetos e Desenvolvimento Industrial na Amazônia. In XIMENES, T. (Orgs.). **Cenários da Industrialização da Amazônia.** Belém: NAEA/UFPA/Associação de Universidades Amazônicas, 1995.

HÉBETTE, J. **A Questão da Terra.** In: PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e Problemas Amazônicos:** História social e econômica e temas espaciais. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-social do Pará – IDESP, 1989.

HÉBETTE, J. *et. al.* (Orgs.). **No Mar, nos Rios e na Fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** São Paulo Ed. Papirus, 1988.

LIMA, L. F. M. Integração Regional e “Enclaves Fordistas” no Pará. Uma Abordagem Geral. In XIMENES, T. (Orgs.). **Cenários da Industrialização da Amazônia.** Belém: NAEA/UFPA/Associação de Universidades Amazônicas, 1995.

LOPES, L. O. do C. *et. al.* Ribeirinhos do Mapuá. In: **Caminhos e Lugares da Amazônia:** ciência, natureza e território. MOTA, G. *et. al.* (Org's.). 1ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

MAGALHÃES, S. *et al.* **Energia na Amazônia. Vol. I e II.** Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA)/Associação de Universidades Amazônicas, 1995.

MANESCHY, C.; ALMEIDA, M. P. de. Tornar-se pescadora: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: HÉBETTE, J. *et. al.* (Orgs.). **No Mar, nos Rios e na Fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002. p. 49-82.

MELLO, A. F. de. Pescadores da Indústria: O Complexo de Icoaraci. In: FURTADO, L. *et. al.* (Org's). **Povos das Águas:** Realidade e Perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993.

MENEZES, M. P. M. de; MEHLIG, U. **Manguezais: As florestas da Amazônia costeira.** Ciência Hoje. Vol. 44. Nº 264. Outubro de 2009. p. 34-39.

MORAES, S. C. de. **Uma Arqueologia dos saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste.** Belém: EDUFPA, 2007.

MOREIRA, A. M. Conflitos na Pesca: populações tradicionais frente ao processo de mudança. In: Simpósio: Amazônia, cidades e geopolítica das águas, 2003, Belém. **Anais do Simpósio.** Belém: Editora NAEA/UFPA, 2003. v. 1. p. 83-85.

MOTA, G. *et. al.* **Caminhos e Lugares da Amazônia.** Ciência, natureza e território. Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

NAHUM, J. S. **Programa Territórios da Cidadania - programa de redução da desigualdade social no meio rural: as ideias fora do lugar.** Porto Alegre: Encontro Nacional de Geógrafos. Espaço de Diálogos (EDP's). ENG, 2010.

NASCIMENTO, I.; SANTANA, L. *et. al.* **Relatório final técnico científico do projeto exposição etnográfica compartilhada professores, alunos e pesquisadores na busca da disseminação do conhecimento sobre comunidades pesqueiras em Marapanim - EXPOEC/RENAS.** Belém: MPEG, 2006.

NOGUEIRA, O. M. O. **A pesca artesanal e a reprodução sócio-econômica da população da comunidade do Itapuã – Município de Vigia-Pará.** Belém: Faculdade de Geografia e Cartografia, UFPA/IFCH. Trabalho de Conclusão de Curso, 2008.

OLIVEIRA, I. A. *et. al.* **Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas.** Belém-PA:CCSE-UEPA, 2004.

PARÁ. Imprensa Oficial do Estado do Pará. IOEPA. **Lei Nº 6.713 de 25 de Janeiro de 2005.**

PARÁ. **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Diagnóstico socioeconômico:** Belém, Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 1v. p. 61-75.

_____. **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Diagnóstico do meio físico-biótico:** Belém, Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 2v.

_____. **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Gestão Territorial – Diretrizes de Uso e Ocupação:** Belém, Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 3v.

PROST, M. T.; MENDES, A. C. (Orgs.). **Ecosistemas Costeiros: Impactos e Gestão Ambiental.** Belém: MPEG, 2001.

PROST, M. T. *et. al.* Manguezais e estuários da costa paraense: exemplo de estudo multidisciplinar integrado (Marapanim e São Caetano de Odivelas). In: PROST, M. T.; MENDES, A. C. (Orgs.). **Ecosistemas Costeiros: Impactos e Gestão Ambiental.** Belém: MPEG, 2001.

_____. **Ecosistemas costeiros amazônicos: Interações entre características ecológicas, desafios sociais e desenvolvimento sustentável.** Belém: CCTE/MPEG. Relatório Final, 2005.

ROCHA, G. de M. **Todos Convergem para o Lago! Hidrelétrica Tucuruí. Municípios e territórios na Amazônia.** Belém: NUMA/UFPA, 2008..

Relatório Descritivo da I Conferência Nacional de Pesca Artesanal. Brasília-DF, 2006.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTANA, G. Formas Organizativas e Estratégias de Vida no Litoral Paraense. In: PROST, M. T.; MENDES, A. C. (Orgs.). **Ecosistemas Costeiros: Impactos e Gestão Ambiental**. Belém: MPEG, 2001.

SANTOS, M. **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Fundação PERSEU ABRAMO, 2004.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EdUSP, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. *et. al.* (Orgs.). **Território, Territórios: Ensaio sobre Ordenamento Territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3. ed.

SARGES, M. de N. **Belém: Riqueza produzindo a belle-époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SEAP/PR. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). **Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura (versão preliminar 2008/2011)**. Brasília: SEAP/PR, Junho de 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 23-24.

SEPAQ. **Projetos da Pesca**. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br>. Acesso em 20/05/2010.

_____. **Território da Pesca**. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/territoriopescaeaquicultura>. Acesso em 01/09/2010.

_____. **Anuário da pesca**. Disponível em: http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf. Acesso em 27.08.2011.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Diagnóstico Turístico do Município de Marapanim-PA**. Belém: SEBRAE, 2003.

SILVEIRA, Maria L.; SANTOS, M. **O Brasil – Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, C. N. da. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA**. Belém: PPGEU/UFPA, Dissertação de Mestrado em Geografia, 2006.

_____. O conceito de território nos estudos sobre pesca. In: MOTA, G. *et. al.* (Orgs.). **Caminhos e Lugares da Amazônia: Ciência, Natureza e Território**. 1ª ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

_____. **Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação.** Revista Formação, n. 15. Volume 1, 2008. p. 118-128.

SILVA, A. L. M. da. **Direito do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SILVA, C. A. F. da. **Fronteira Agrícola Capitalista e Ordenamento Territorial.** In: SANTOS, M. *et. al.* (Orgs.). **Território, Territórios: Ensaio sobre Ordenamento Territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TORRES, V. L. S. **Envelhecimento e Pesca: redes sociais no estuário amazônico.** Belém: Cejup, 2004.

TRINDADE JR. S. C. da; ROCHA, G. de M. (Orgs.) **Cidade e empresa na Amazônia.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

VASCONCELLOS, A. M. de A.; VASCONCELLOS, M. **Ação Coletiva, Parceria e Empoderamento.** In: GUERRA, A. D.; MAGALHÃES, S. B.; *et. al.* **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia.** Belém: NUMA/UFPA, 2008.

APÊNDICES

**Apêndice A – Questionário aplicado aos pescadores/pescadoras
de Guarajubal e Vista Alegre, Município de Marapanim-PA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO PARA OS(AS)
PESCADORES(AS)/MORADORES(AS) DO MUNICÍPIO DE MARAPANIM/PA**

Orientador: Prof^o Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo
Mestrando: Walber Lopes de Abreu – PPGEO/UFPA 2009

FICHA Nº _____

QUESTÕES OBJETIVAS

Perfil do Entrevistado

Nome: _____

Idade: _____

Estado: _____ **Município:** _____ **Localidade:** _____

1. Gênero:

Masculino () Feminino ()

2. Formação Escolar:

Não possui () fundamental incompleto () fundamental completo () médio incompleto () médio completo () superior incompleto () superior completo ()

3. Tipo de Trabalho:

pescador () pescador e agricultor () Agricultor () marisqueiro () caranguejeiro ()
todos () outros ()

qual: _____

4. Tempo de Serviço:

< 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () 15 a 20 anos () >20 anos ()

5. Pontos de pesca:

praia () rio () estuário (baia) () costa () mar aberto ()

Qual o local:

6. Aparelhos de pesca:

Curral () Espinhel () Malhadeira () Ver outras

7. Quais os tipos de espécies mais pescados (Pode marcar mais de uma opção):

Gó () Tainha () Bandeirado () Pescada Branca () Curvina () Dourada () Pescada Amarelo () Caranguejo () Mexilhão () Sarnambi () Turu ()

Outros: _____

8. Calendário da safra de pesca:

Pescado/Safra	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Preço (Kg) Pescado
Tainha													
Gó													
Bandeirado													
Dourada													
Pescada Branca													
Curvina													

9. Quantidade da produção do pescado:

< 5 Kg () 5 a 10 Kg () 10 a 15 Kg () 15 a 20 Kg () 20 a 50Kg () > 50Kg ()

10. Distância do “ponto de pesca” em relação ao porto principal da comunidade:

< 5 Km () 5 a 10 Km () 10 a 15 Km () 15 a 20 Km () >20 Km ()

11. Tipos de embarcações são mais utilizados pelos pescadores:

Canoa () Montaria () Barco a vela () Barco a motor ()

12. A embarcação é:

Própria () Arrendada () Alugada ()

Outros: _____

13. Quanto tempo leva para um pescador para realizar suas atividades:

< 6 h () 6 a 12h () 12 a 18h () 18 a 24h () >24 h ()

14. Forma de Armazenamento do Pescado:

Gelo () Caixas de isopor () Salga ()

QUESTÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS**1) Qual a importância da Pesca Artesanal para a reprodução da coletividade na vila?**

2) Existe no rio/baía “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos aos pescadores da comunidade?

Sim () Não ()

Porque?

3) Existe no rio/baía “áreas ou pontos de pesca” que são exclusivos de algum pescador da comunidade ou fora dela? Sim () Não ()

Porque?

4) No acesso a essas “áreas ou pontos de pesca” há conflitos de ordem pessoal ou social entre pescadores no interior da comunidade e/ou entre pescadores de outras comunidades?

Sim () Não ()

Porque?

5) Os pescadores da comunidade constroem suas próprias áreas exclusivas de pesca (territórios)?:

Sim () Não ()

Porque?

6) Destino da produção do pescado:

Local () Feira Livre (municipal) () Estadual (outros municípios do Pará) () Nacional (outros estados da federação) () Internacional ()

7) Para quem é vendido o pescado:

Comerciante local () vendedores ambulantes () rede de supermercados () Órgão público (municipal, estadual) () Cooperativas () Outros ()

8) Existem formas de organização social representativa dos interesses da coletividade na vila?

Sim () Não ()

Quais?

9) Na comunidade existe “acordo de pesca” entre os pescadores? Sim () Não (). Fale um pouco a respeito do “acordo de pesca” em caso positivo.

10) O Sr. ou Sra. conhece alguma iniciativa por parte de órgãos públicos (Prefeitura Municipal, Governo Estadual e Governo Federal) voltada para a pesca artesanal com o objetivo de promover melhorias para a prática da atividade e das condições de vida do pescador?

Sim () Não ()

Quais ? _____

11) O Sr. Ou Sra. conhece alguma iniciativa por parte de órgãos públicos (Prefeitura Municipal, Governo Estadual e Governo Federal) para a criação dos “territórios de pesca” com o objetivo de promover melhoria das condições de trabalho do pescador artesanal?

Sim () Não ()

Quais? _____

Apêndice B - Entrevista com o Sr. Nenê da Colônia

MARAPANIM, 03 DE ABRIL DE 2010

PESQUISA DE CAMPO

Entrevista com o Sr. Nenê da Colônia e o Vereador Adenor Ferreira da Silva

Segundo o vereador há muitas demandas na comunidade de maneira que as pessoas clamam por aquelas consideradas básicas, como direito a saúde (necessitam da construção de um posto de saúde); ampliação da rede escolar (atualmente a vila conta com apenas 2 escolas de Ensino Fundamental); melhoria dos serviços públicos de água e esgoto sanitário que ainda é precário; transporte público gratuito entre outras. Uma de suas prioridades durante seu mandato é atender as necessidades da comunidade da forma mais ampla possível, como por exemplo, a compra de uma ambulância; de um ônibus para transporte coletivo e a construção de um porto de embarque e desembarque.

Entrevista na Rádio Comunitária de Vista Alegre – Studio Vista Alegre Publicidade – Rádio Alegria de Comunicação concedida pelo Vereador Adenor Ferreira da Silva e o Presidente da Colônia de Pescadores – Zona 6 Sr. Nenê da colônia no dia 03 de Abril de 2010 (Sábado das 09h50 as 10h45).

A entrevista teve como pauta de discussão “**Os Direitos do Pescador**” sendo conduzida pelo **Sr. Nenê da colônia** - Presidente da Colônia de Pescadores – Zona 6.

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores há três tipos de pescadores: pescadores profissionais artesanais, pescadores profissionais industriais e pescadores profissionais especialistas. A Zona 6 é basicamente constituída por pescadores artesanais.

Na ocasião o vereador Adenor indagou oportunamente o presidente da colônia de pescadores:

- **Vereador Adenor** - Quais são os direitos do pescador? Como provar na previdência social os direitos do pescador?
- **Sr. Nenê da colônia** - O princípio básico dos direitos do pescador refere-se ao princípio da Legalidade o qual lhe assegura a aposentadoria junto ao INSS. Esclarece o presidente que pescador ilegal não lhe assegura nada junto ao INSS. Portanto, o primeiro passo é cadastrar-se

junto à colônia de pescadores. Feito o cadastro, o documento é encaminhado para a Justiça Eleitoral, sendo em seguida realizada a mudança de profissão para pescador. Assim, o pescador passa a ter o direito ao PIS. Junto com o PIS faz-se o cadastro na secretaria de pesca onde deve ser protocolado e aguarda de 3 a 6 meses para deferir o documento. Quem tem o registro da SUDEPE pode encaminhar para a secretaria de pesca – SEPAQ. Portanto, é preciso que fique claro a todos os pescadores da comunidade e demais ouvintes da rádio que a colônia de pescadores não aposenta ninguém. Somente o órgão responsável que é o INSS.

- **Vereador Adenor** - Com relação aos direitos da pescadora que engravida e não recebe qualquer valor o que o Sr. Nenê tem a nos esclarecer?
- **Sr. Nenê da colônia** - A mulher pescadora tem direito de receber de 3 a 4 salários mínimos. Porém, antes de engravidar ela tem que procurar a colônia entre 10 a 12 meses para que assim sejam providenciados os documentos do cadastro que lhe asseguram esse direito. O problema é que esse procedimento não é feito pela maioria das mulheres pescadoras. O que faz com que ela perca esse direito. Infelizmente.

OBS: Bases Legais para o Ordenamento Territorial da Pesca em Terras de Marinha.

Pesquisar a fonte.

- **Vereador Adenor** - Com relação período do defeso, muitos pescadores de Vista Alegre ficam sem receber. Qual a razão disso?
- **Sr. Nenê da colônia** - O defeso é um decreto-lei que estabelece por um determinado período a suspensão das atividades da pesca para garantir a reprodução das espécies. As áreas consideradas de Mar aberto (como é o caso de Vigia a Vizeu) não têm o direito de receber o salário do defeso. Nos meses de Dezembro a Fevereiro/Março temos o defeso da Dourada, Gó, Bodó, Bandeirado, etc. Infelizmente não temos uma definição do defeso de cada espécie na região e que carece de levantamentos técnicos. O Governo Federal contratou duas empresas (não sei o nome das mesmas) para fazer isso. Com relação aos que tem direito ao salário defeso, o mesmo receberá 3 meses de defeso e um de PIS.
- **Vereador Adenor** - O catador de caranguejo de Vista Alegre não recebe nada também com relação ao salário defeso...
- **Sr. Nenê da colônia** - Mas era para estar recebendo o benefício do defeso. Mas o que acontece é que o caranguejeiro é considerado catador de mariscos e não pescador. O que não existe de fato em Vista Alegre é uma associação de caranguejeiros, qual poderia existir independentemente da colônia de pescadores. Como muitos caranguejeiros são também pescadores buscam, por assim dizer, assegurar seus direitos junto a colônia. Em São Caetano

de Odivelas há uma forte associação de catadores de caranguejeiros. Em Guarajubal e Vista Alegre esta atividade é considerada fundamental na vida da comunidade, pois há muita gente que depende da tiragem de caranguejos.

- **Vereador Adenor** - Sr. Nenê existe um problema muito sério com relação aos Curralistas de Vista Alegre. Algumas demandas estão sendo solicitadas e queremos ajudar esse pescador que se encontra em dificuldades de lidar com essa situação. O que a colônia de pescadores tem feito com relação a isso?
- **Nenê da colônia** - É preciso deixar claro que qualquer curral em área de risco é passível de multa. Ninguém é dono do ponto do curral. É área de Marinha. Portanto, todos têm direito em usar o curral. Agora, é preciso ter bom senso com relação ao direito de usar o curral, pois não é justo que o pescador que tenha construído o curral deixe de realizar o seu propósito final que é tirar o peixe do curral quando a maré baixa e dá esse direito para aquele que nada fez. Se houver a parceria eu acho que é o melhor caminho.
- **Vereador Adenor** - Há uma cobrança dos pescadores de Vista Alegre com relação à limpeza do furo da cobra e do furo do mangal...
- **Nenê da colônia** - Vamos ver o que podemos fazer com relação a isso, pois temos condições de ajudar a comunidade nesse sentido. É preciso que haja a colaboração de todos. Nós da colônia procuramos fazer a nossa parte no que é possível.
- **Vereador Adenor** - Quero agradecer a esta rádio que nos recebeu para darmos esses esclarecimentos e vamos agendar uma outra para o mês que vem com relação as questões que ficaram pendentes para discussão. Quero agradecer também a presença do Prof^o Walber Abreu por ter nos acompanhado durante a entrevista e parabenizar por essa iniciativa em estudar a nossa comunidade. Sr. Nenê obrigado pelos seus esclarecimentos sobre os direitos do pescador junto a nossa comunidade e lhe parabenizar pela dedicação e o trabalho que vem sendo feito na colônia. Muito obrigado.
- **Nenê da colônia** – Eu que agradeço pela oportunidade e conte sempre com a gente. Estarei aqui sempre que houver necessidade de esclarecer a comunidade de Vista Alegre. Obrigado a todos.

Apêndice C – Entrevistas com pescadores/pescadoras artesanais na Vila de Guarajubal e Vista Alegre, Município de Marapanim-PA



(A)



(B)

Fotos (A) e (B) – O diálogo como processo de interação social. O pescador manifesta suas opiniões livremente. Cabe ao pesquisador tomar nota das falas e escrevê-las de acordo com o que foi exposto pelo entrevistado. O pesquisador dialogando na foto (A) com alguns pescadores da Vila de Vista Alegre e Guarajubal (B)



(C)



(D)

Fotos (C) e (D) – A pesquisa participante requer desembaraço e muita disposição do pesquisador na realização das etapas em pesquisa de campo. A participação de outros profissionais, como os pescadores artesanais, técnicos em Cartografia e Geoprocessamento é fundamental para o sucesso do trabalho. Nas fotos (C) os pescadores seu Ovídeo conduzindo a “rabeta”, à frente o pescador Roni e o pesquisador Prof. Walber Abreu; na foto (D) – O especialista em Geotecnologia Prof. Enivaldo Brito usando o GPS.

ANEXOS

ANEXO I – Ofício informativo sobre as condições de vida das populações tradicionais que sobrevivem das áreas de manguezais na sede municipal de Marapanim-PA

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
OF.Nº 575/02/SESMA	MARAPANIM, 10 DE DEZEMBRO DE 2002	
ILMº.Sr. WALBER L. DE ABREU PROFESSOR DO CEFET – PA.		
<p>Em atenção à solicitação feita a esta secretaria de saúde, relacionada com o objetivo de informar sobre as populações que sobrevivem das áreas de manguezais, em Marapanim, estamos enviando em anexo, o resultado da pesquisa elaborada pelo responsável pelo setor de Saneamento, Sr. João de Jesus Raiol Barata.</p>		
Atenciosamente,		
 Raimundo Rosendo S. da Silva Secretário de Saúde Raimundo Rosendo S. da Silva Secretário de Saúde		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



DADOS SOBRE AS ÁREAS DE MANGUEZAIS NA CIDADE DE MARAPANIM

A cidade de Marapanim é cercada por “braços” do rio Marapanim bem como pelo próprio rio. Também possui áreas de manguezais especialmente nos trechos onde correm os braços afluentes do rio Marapanim denominados – Igarapé do Arco (originalmente chamado de furo do pajé) e ‘furo do seco’ . – muitas famílias residem as proximidades dos manguezais (algumas em prédios com palafitas) e obviamente a maioria das casas na área de mangue, não possuem instalações sanitárias adequadas, com isso fazem suas necessidades fisiológicas nessa área danificando o meio ambiente bem como colocando em sérios riscos a saúde dos próprios moradores, visto que nas enchentes a água é afetada pelos resíduos fecais os quais espalham – se por todo o trecho do manguezal, o que poderá causar doenças como o cólera, tipos de parasitoses, infecção intestinal e outros problemas sérios de saúde.

Muitos moradores de Marapanim, se beneficiam das áreas de manguezais, de onde capturam caranguejos e outros mariscos bem como de peixes pescados nessas áreas.

Nas proximidades dos manguezais residem 129 famílias com uma população de aproximadamente 710 pessoas.

Em vista disso a Secretaria de Saúde tem procurado mecanismos como, educação sanitária às famílias através de visitas domiciliares bem como elaborar projetos que visam as instalações de melhorias sanitárias adequadas, onde uma vez instaladas vem proporcionar melhores condições de saúde aos moradores e conseqüentemente virá melhorar o meio ambiente (manguezais).

Outra medida seria programar um trabalho em forma de mutirão para a limpeza da área de manguezais afetada pelo lixo.

Sem duvida, o trabalho em cima dessas medidas proporcionará boas condições do ambiente nos manguezais e a melhor qualidade de vida dos moradores próximos ao mesmo

ANEXO II – Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura 2008-2011



PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Ministério da Pesca e Aquicultura



POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL DA
PESCA E AQUICULTURA

2008/2011

(VERSÃO PRELIMINAR)

BRASÍLIA – DF

JUNHO – 2008

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

Altemir Gregolin

SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

Cleberson Zavaski Carneiro

SUBSECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA

Karim Bacha

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DE AQUICULTURA E PESCA

Jose Claudenor Vermohlen

INDICE

POLÍTICA TERRITORIAL PARA A PESCA E AQUÍCULTURA	03
OBJETIVOS	05
RESULTADOS	05
PREMISSAS	05
ABRANGÊNCIA	06
DEMANDA SOCIAL DO MPA	06
INSTRUMENTOS	06
GESTÃO	07
ESTRATÉGIA OPERACIONAL	08
ANEXOS	12

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA A PESCA E AQÜICULTURA

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca tem entre as suas diretrizes a adoção da abordagem territorial para a implementação de seus programas e ações. Isto implica em se ter recortes territoriais adequados para responder à demanda social. A opção é de atuar com diferentes recortes territoriais em diferentes escalas para diferentes finalidades. Dessa forma, o recorte dos territórios de identidade foi eleito como espaço inicial e privilegiado de apoio a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e gestão social das políticas voltadas para o setor, bem como de articulação das ações do Plano com as demais políticas públicas que incidem sobre os aqüicultores e pescadores.

A adoção da abordagem territorial vem sendo gradativamente assumida como concepção das ações do Estado, dirigida para regiões e mais especificamente microrregiões que tenham como característica uma construção histórica de relações de pertencimento e o auto-reconhecimento de identidades culturais e sociais geograficamente definidas.

A adoção da abordagem territorial no MPA busca ampliar as possibilidades de articulação de suas políticas ao esforço do governo federal no enfrentamento da pobreza e da exclusão social, da degradação ambiental e das desigualdades regionais, sociais e econômicas que atingem a sociedade brasileira.

Para que este processo ganhe força e densidade, estão sendo criados mecanismos institucionais de estímulo e apoio à participação dos atores dos territórios para que discutam e deliberem publicamente políticas, programas e projetos que afetam diretamente suas vidas. Estes mecanismos têm como referência o que vem sendo desenvolvido neste campo nos últimos anos sobre desenvolvimento local, territorial e regional.

A abordagem territorial exige duas inovações: a ampliação da participação/protagonização social e a descentralização dos processos decisórios com a desconcentração daqueles operacionais de implementação dos programas e ações do Plano Estratégico do MPA. A adoção da abordagem territorial implica em fortalecer nos territórios a capacidade dos aqüicultores e pescadores de integrarem-se ao esforço dos demais atores e governos locais na gestão social do desenvolvimento territorial. Ao focar a sua demanda

social, o MPA tem como objetivo apoiar e fortalecer, nos territórios, capacidades sociais de auto-gestão dos processos de promoção do desenvolvimento, nos quais as próprias organizações dos aquícultores e pescadores possam protagonizar suas iniciativas.

OBJETIVOS

Superação da pobreza e das desigualdades sociais junto a comunidades aquícolas e pesqueiras pela inserção competitiva do segmento nas cadeias produtivas do setor e gestão sustentável dos recursos aquícolas e pesqueiros

RESULTADOS

- Gestão sustentável e compartilhada dos recursos pesqueiros e aquícolas sendo adotadas em diferentes escalas, utilizando diferentes instrumentos e mecanismos para sua efetivação;
- Políticas de apoio a aquícultura e pesca sendo implementadas de forma articulada nas três esferas de governo;
- Arranjos Institucionais para a gestão do desenvolvimento da aquícultura e pesca e para gestão dos programas e projetos territoriais articulados e fortalecidos;
- Arranjos institucionais e organizacionais para a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros gerenciando conflitos e normatizando o uso comum dos recursos disponíveis;
- Planos territoriais de desenvolvimento sustentável da aquícultura e pesca elaborados, apoiados e geridos participativamente;
- Capacidades humanas, institucionais e de gestão participativa dos territórios ampliada,
- Empreendimentos e infra-estruturas públicas de apoio ao setor instalados no território, geridos dentro dos princípios e processos da gestão participativa;
- Programas e Ações do Plano Estratégico do MPA implementados de acordo com as necessidades do desenvolvimento sustentável do setor no país e em cada território;
- Projetos com viabilidade econômica, social, ambiental e técnica efetivados;

PREMISSAS

- Reconhecimento de que os princípios da gestão social do desenvolvimento, a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e os princípios da economia solidária,

concatenados por efetivos planos de trabalho/negócios sustentáveis, expressam o modo mais democrático e eficiente de garantir a sustentabilidade da atividade e de trabalho e renda no setor;

- Reconhecimento da necessidade de fortalecimento organizacional do setor através do estabelecimento de instâncias específicas para, discussão e decisão sobre projetos voltados para o setor e reconhecimento dos Colegiados Territoriais como instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito das ações intersetoriais e intergovernamentais;
- Definição de Planos e Programas de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca para a identificação e atendimento de demandas, elaboração e financiamento de projetos, integração de políticas públicas, tendo como referência e espaço de articulação o Planos de Desenvolvimento Territorial.

ABRANGÊNCIA

- O MPA se propõe a apoiar 50 territórios em 2008, ampliando seu apoio a mais 40 territórios em 2009, 40 em 2010 e 44 em 2011, totalizando 174 territórios. – Mencionar correlação com o Programa Territórios da Cidadania.

DEMANDA SOCIAL DO MPA

- Nos 174 territórios estão presentes 89,8 % dos pescadores cadastrados no RGP; 80 % das áreas de alta incidência de aquicultura continental; 100 % das áreas com potencial para atividades de maricultura; 85 % dos reservatórios com potencial de aquicultura.

INSTRUMENTOS⁷⁹

- Rede de Entidades e Assessores Técnicos Parceiros para desenvolver ações de implantação dos territórios identificados e priorizados;

⁷⁹ Entre os instrumentos que estão em processo de discussão internamente no MPA é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca, operacionalizado por diferentes mecanismos que garantam o caráter público do processo e a articulação com os programas e ações do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca.

- Termos de Cooperação Interministerial para integração de políticas públicas com base nos Planos, Ações e Projetos junto aos aqüicultores e pescadores;
- Termos de Cooperação Técnica entre MPA e governos estaduais para organização das competências e prestação dos serviços essenciais para o desenvolvimento do setor;
- Plano Mais Pesca e Aqüicultura

GESTÃO

- **No âmbito do Ministério da Pesca e Aqüicultura da Presidência da República – MPA**
 - **Comitê Executivo das Ações Territoriais em articulação com CONAPE**
 - Coordenação Geral – Secretaria Adjunta
 - Assessoria Técnica – Parceiro MPA-IADH
 - Membros
 - Secretaria Adjunta
 - SUDAP
 - SUPLAP
- **No âmbito Estadual**
 - **Comitê Executivo em articulação com Instância Estadual de Aqüicultura e Pesca**
 - Superintendência Estadual do MPA (coordenação)
 - Assessoria Técnica: entidade conveniada da Rede de Entidades Parceiras
 - Membros
 - Demais entidades da Rede de Entidades Parceiras
 - Entidade do Governo Estadual de Apoio a Aqüicultura e Pesca
 - Representantes do Setor com atuação no âmbito Estadual ou Regional

Esta instância fará a articulação com as institucionalidades estaduais de aqüicultura e pesca, bem como com aquela responsável pela gestão do programa Territórios da Cidadania.

- **No âmbito dos Territórios Rurais**

- **Arranjos Organizacionais de Gestão da Aqüicultura e Pesca do Território** a serem constituídos com integração ou articulação entre essas e outras instâncias colegiadas municipais ou intermunicipais (CODETER, CONSAD's, Comitês de Bacias, entre outros). Podem constituir-se de imediato como Grupos/Comitês Territoriais vinculados aos Colegiados Territoriais dos territórios da cidadania ou territórios rurais, ou constituírem-se fora deles para uma integração futura, configurando-se como estruturas auxiliares para encaminhamentos, resoluções específicas, acompanhamento operacional das ações e projetos voltados ao atendimento das demandas dos aqüicultores e pescadores.
- **Composição das Instâncias de Gestão** - no mínimo paritária, com representação de organismos de governos municipais, estadual e federal com presença no território e de organizações da sociedade civil ligadas à atividade.

ESTRATÉGIA OPERACIONAL

A estratégia operacional de apoio a aqüicultura e pesca nos territórios selecionados, será efetivada através da implementação de um conjunto de eventos e assessorias que subsidiarão os atores e agentes a avançarem no processo de gestão e planejamento do desenvolvimento do setor adotando a abordagem territorial. Trata-se de uma ação que visa ampliar a capacidade deste segmento de inserir-se nas dinâmicas territoriais, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, da sustentabilidade ambiental e para o desenvolvimento econômico dos territórios.

Podem-se distinguir quatro âmbitos de atuação: (1) **Ações Preparatórias**, (2) **Ações de Articulação Nacional e Apoio aos Estados**, (3) **Ações de Apoio aos Territórios**⁸⁰ e (4) **Ações de Suporte**.

- **(1) Ações Preparatórias**

⁸⁰ Estas são divididas em **Ações de Implantação** e **Ações de Consolidação**

- Seleção dos Territórios: Definição de Cotas e número de territórios a serem trabalhados anualmente e concertação para priorização de territórios;
- Negociação e homologação dos recortes territoriais nas instâncias estaduais;
- Definição da metodologia de trabalho junto aos diferentes territórios;
- Seleção, contratação e alinhamento conceitual e metodológico das entidades parceiras envolvidas na implementação das ações territoriais;

- **(2) Ações de Articulação Nacional e Apoio aos Estados**

- Fortalecimento dos atores sociais e órgãos colegiados ligados a política de desenvolvimento sustentável da aqüicultura e pesca:
- Monitoramento, acompanhamento e avaliação da operacionalização do Plano Estratégico MPA 2008/2011.
- Sensibilização, mobilização e estabelecimento de acordos de cooperação, parcerias e alianças no âmbito federal e estadual:

- **(3) Ações de Apoio aos Estados e Territórios**

O apoio aos territórios identificados e selecionados pelo MPA será desenvolvido através de duas linhas de ação: Ações de Implantação das Ações Territoriais e Ações de Consolidação da Aqüicultura e Pesca nos territórios

- **(3.1) Ações de implantação:**

A linha de ação **apoio à implantação das ações territoriais** é focada na estruturação das condições de gestão social da atividade da aqüicultura e pesca nos territórios. Tem como focos a gestão social do Plano de desenvolvimento da aqüicultura e pesca, a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros do território e a autogestão dos empreendimentos da cadeia produtiva da aqüicultura e pesca apoiados com recursos públicos. Estas ações são desenvolvidas em três fases:

- **Sensibilização, mobilização e articulação**

Nesta primeira fase busca-se um processo de diálogo com o conjunto dos atores do território para sensibilizá-los, mobilizá-los e articulá-los em torno da proposta de

desenvolvimento territorial, gerando as condições básicas para organizar ações que possibilitem o planejamento e a gestão participativa do território.

- **Gestão do desenvolvimento territorial**

As ações desenvolvidas nesta fase devem desenvolver nos atores e agentes a habilidade de planejar, organizar-se e coordenar a implementação das ações territoriais e monitorar/avaliar o desenvolvimento territorial. Nesta fase busca-se desenvolver uma nova cultura para gestão e planejamento participativos.

- **Implementação de projetos, avaliação e redirecionamento**

Nesta fase busca-se reforçar as capacidades de articulação institucional focando políticas, programas e projetos que podem contribuir com o desenvolvimento, conforme pactuado na fase de planejamento. Esta fase não deve ser vista como final, mas como o momento no qual o território tenha exercitado um ciclo do processo de gestão e planejamento, que será continuamente retomado dando continuidade ao processo.

- **(3.2) Ações de consolidação da aquicultura e pesca nos territórios:**

A linha de ação de apoio a **consolidação da aquicultura e pesca nos territórios** está baseada nas ações previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca. São ações destinadas a assegurar a condição básica de cidadania, a geração de renda e inclusão social em atividades produtivas, considerando as vocações e potencialidades do território e a conservação do meio ambiente, a partir das discussões produzidas com participação social nos projetos de desenvolvimento para o setor.

- Programa de Desenvolvimento sustentável da pesca
- Programa de Desenvolvimento sustentável da aquicultura
- Programa de Políticas de apoio a aquicultura e pesca
- Programa de Infra-estrutura aquícola e pesqueira
- Programa de Gestão estratégica da informação aquícola e pesqueira

- **(4) Ações de suporte:**
 - **Aprimoramento da Abordagem Territorial junto aos Programas e Ações do Plano Estratégico**
 - Estudo das redes de empreendimentos e articulação as cadeias produtivas em escalas territoriais (associativismo e agregação de valor)
 - Estudo dos modelos de gestão dos empreendimentos da cadeia produtiva da Aqüicultura e Pesca em territórios:
 - Estudo das experiências de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros
 - Revisão do marco conceitual e metodológico;
 - **Apoio técnico pedagógico junto as Instâncias de Gestão e Equipes da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP/PR**
 - Alinhamento conceitual e metodológico da rede e das equipes do MPA
 - Assessoria as instâncias de gestão, equipes da unidade de Brasília e as Superintendências Estaduais.
 - Assessoria no aprimoramento na gestão compartilhada dos recursos pesqueiros em outras escalas territoriais
 - **Apoio técnico pedagógico junto a Rede de Entidades Parceiras na operacionalização das ações de implantação dos territórios selecionados**
 - Assessoria técnica e pedagógica as entidades conveniadas;
 - Capacitação dos articuladores territoriais
 - Capacitação dos gestores dos empreendimentos
 - Capacitação para elaboração de projetos
 - Capacitação dos articuladores - acompanhamento e gestão de empreendimentos da Cadeia Produtiva
 - Capacitação para os sistematizadores e apoiadores do PDSAP
 - Elaboração de materiais didáticos

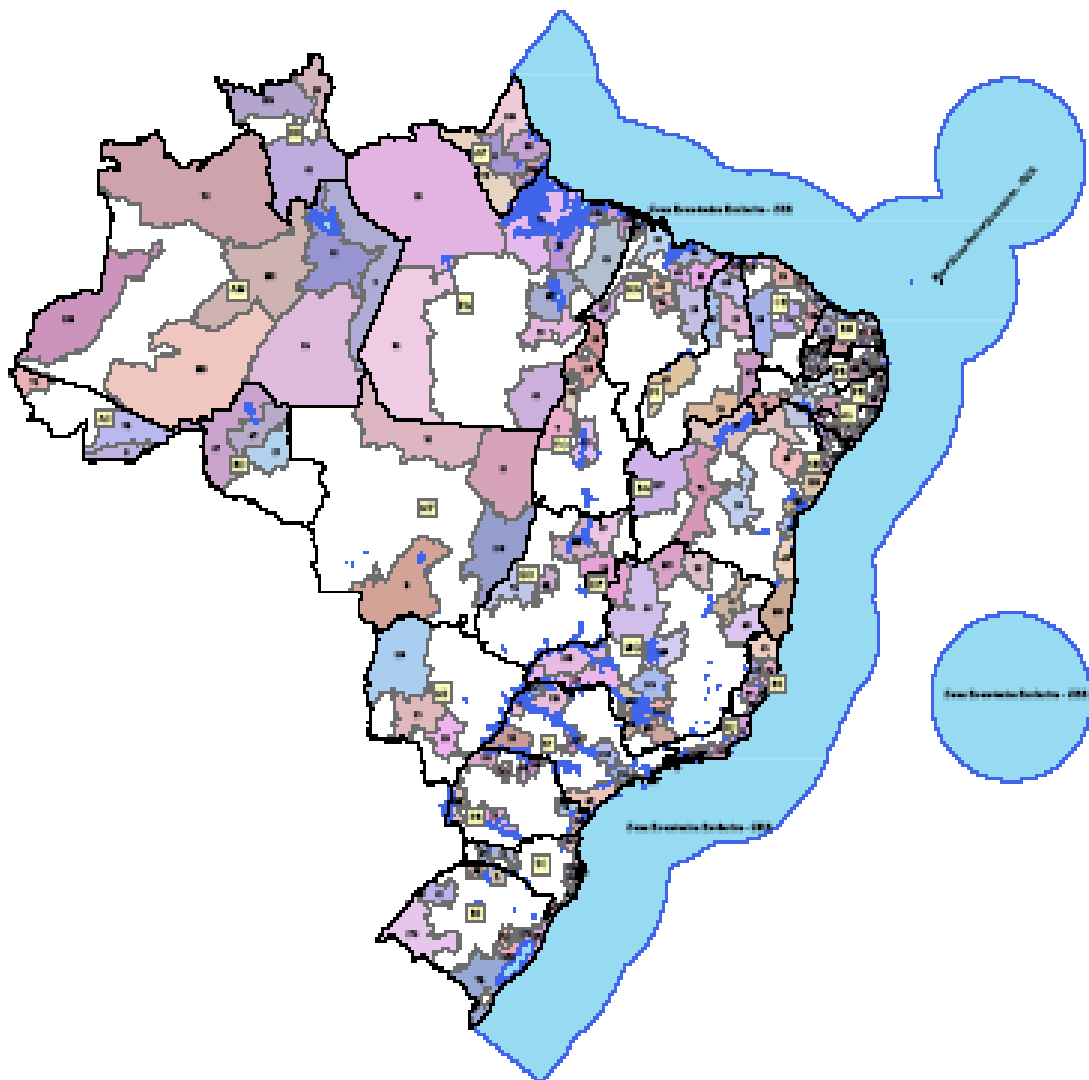
- **Apoio ao Comitê Executivo no Monitoramento e Avaliação e Planejamento das ações junto aos territórios selecionados**
 - Monitoramento e avaliação das ações territoriais e estaduais no país
 - Análise e parecer técnico nos produtos Relativo às ações da REP E RAP
 - Seminários Nacionais anuais de avaliação e planejamento;
 - Seminários Regionais de avaliação e planejamento;

ANEXO I
MAPA DOS 174 TERRITÓRIOS 2008/2011



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA - SEAP

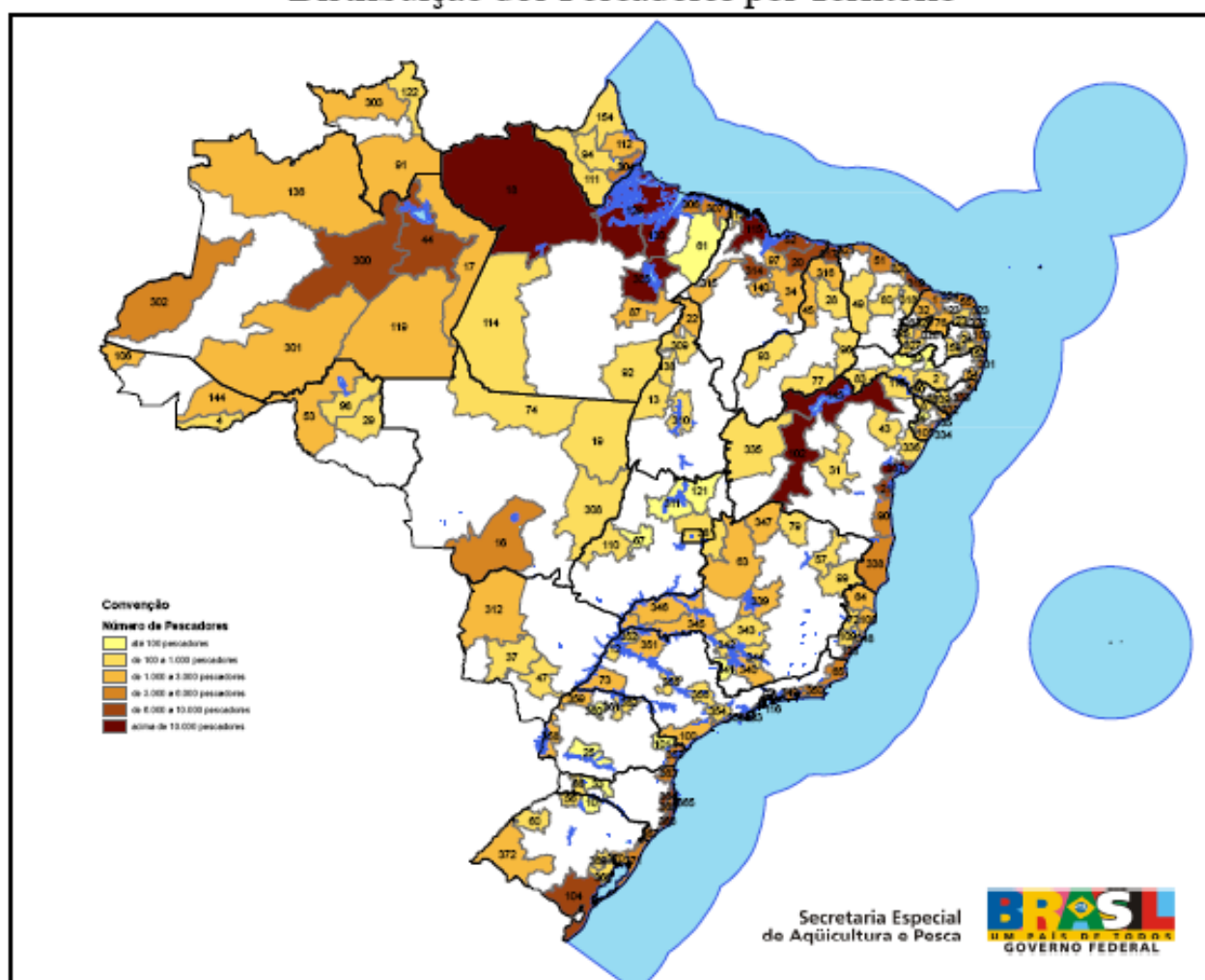
Recorte Territorial para a Pesca e Aquicultura



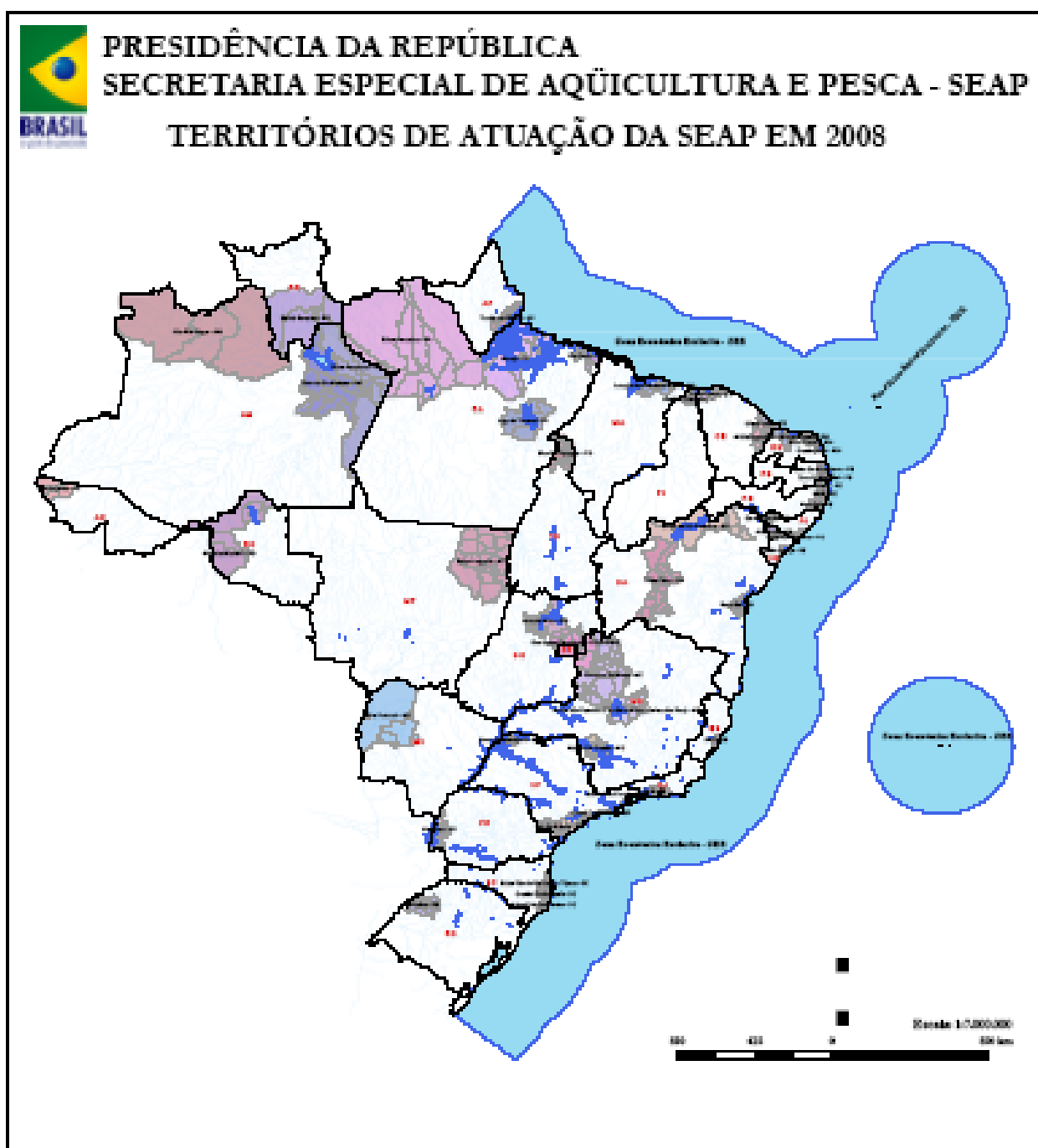
ANEXO II

MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DOS PESCADORES NOS 174 TERRITÓRIOS 2008/2011

Distribuição dos Pescadores por Território



ANEXO III
MAPA DOS 50 TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO EM 2008:



ANEXO IV
LISTAGEM DE TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO SELECIONADOS PARA 2008

Tabela 6. Consolidação dos Territórios de Atuação da SEAP em 2008.

UF	Território de Atuação	Código do Território	Critério Utilizado	Território da Cidadania	Número de Pescadores (RGP, jan-2008)
AC	Vale do Juruá - AC	106	UF	Não	1.619
AL	Baixo São Francisco - AL	332	CIPAR	Não	5.598
AL	Do Alto Sertão - AL	40	Parque Aqüícola	Sim	377
AM	Entorno De Manaus - AM	44	TPP e Parque Aqüícola	Sim	8.328
AM	Baixo Amazonas - AM	17	CIPAR	Sim	2.997
AM	Alto Rio Negro - AM	136	CIPAR	Sim	1.758
AP	Territórios IV e VI – AP	304	UF	Não	5.151
BA	Velho Chico - BA	102	CIPAR e Parque Aqüícola	Sim	12.390
BA	Sertão do São Francisco - BA	143	Parque Aqüícola	Não	10.894
BA	Baixo Sul - BA	21	CIPAR	Não	7.699
CE	Litoral Leste – CE	319	CIPAR	Não	6.322
CE	Litoral Norte - CE	321	CIPAR	Não	3.114
CE	Médio Jaguaribe - CE	318	Parque Aqüícola	Não	224
DF	Das Águas Emendadas - DF/GO/MG	38	UF	Sim	512
ES	RMV - ES	348	TPP	Não	2.438
GO	Serra da Mesa - GO	311	Parque Aqüícola	Não	28
MA	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	52	CIPAR	Sim	8.773
MG	Noroeste De Minas - MG	63	CIPAR	Sim	2.144
MG	Médio São Francisco / Sertão de Minas (Guimarães Rosa) - MG	339	Parque Aqüícola	Não	1.323
MG	Médio Rio Grande - MG	342	Parque Aqüícola	Não	708
MS	Grande Dourados – MS	47	UF	Sim	270
MT	Baixo Araguaia - MT	19	UF	Sim	182
PA	Marajó - PA	129	CIPAR	Sim	25.571
PA	Baixo Amazonas - PA	18	CIPAR	Sim	19.286
PA	Lago de Tucuruí - PA	305	Parque Aqüícola	Não	13.219
PA	Rio Caetés - PA	307	CIPAR	Não	5.108
PB	Zona Da Mata Norte – PB	103	TPP e PLDM	Sim	3.511
PB	Zona Da Mata Sul – PB	120	PLDM	Sim	2.675

UF	Território de Atuação	Código do Território	Critério Utilizado	Território da Cidadania	Número de Pescadores (RGP, jan-2008)
PE	RMR – PE	331	PLDM	Não	3.109
PE	Mata Sul - PE	54	CIPAR	Sim	1.117
PE	Mata Norte – PE	153	PLDM	Não	946
PI	Planície Litorânea – PI	317	UF	Não	8.193
PR	Lindeiros - PR	358	Parque Aqüícola	Não	1.721
RJ	RMR - RJ	349	TPP	Não	4.432
RJ	Baía de Ilha Grande - RJ	116	TPP	Não	1.927
RN	Mato Grande – RN	55	PLDM	Sim	5.455
RN	Açu-Mossoró – RN	1	CIPAR e PLDM	Sim	4.062
RN	Grande Natal - RN	323	TPP	Não	1.715
RO	Madeira Mamoré - RO	53	TPP	Não	2.825
RR	Sul de Roraima - RR	91	UF	Sim	2.052
RS	Zona Sul Do Estado - RS	104	CIPAR	Sim	8.152
SC	Litoral Sul Catarinense – SC	366	TPP e PLDM	Não	8.892
SC	Baixo Vale do Rio Itajaí e Tijucas – SC	364	PLDM	Não	8.310
SC	Grande Florianópolis – SC	365	PLDM	Não	3.737
SE	Grande Aracajú - SE	334	TPP	Não	4.972
SE	Alto Sertão - SE	8	Parque Aqüícola	Sim	585
SP	Litoral Centro Norte – SP	353	TPP e PLDM	Não	5.632
SP	Vale Do Ribeira – SP	100	TPP, CIPAR e PLDM	Sim	2.839
SP	Jales – Fernandópolis - SP	352	Parque Aqüícola	Não	551
TO	Bico Do Papagaio - TO	22	UF	Sim	2.207
Total de Pescadores					235.650

ANEXO V

CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS 50 TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO EM 2008:

Metodologia aplicada

Considerando que a metodologia a ser aplicada deve estar alinhada ao Planejamento Estratégico da SEAP, bem como às propostas de investimentos da SEAP em 2008, sugere-se a seguinte aplicação de critérios, em ordem de prioridade:

- a) Territórios com previsão de implantação de Terminal Pesqueiro Público – TPP para 2008;
- b) Territórios com previsão de implantação de Centro Integrado da Pesca Artesanal – CIPAR para 2008, com recursos oriundos da Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais (ASPCT);
- c) Territórios com previsão de implantação de Parque Aquícola para 2008;
- d) Territórios com previsão de implantação de Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura para 2008; e
- e) Todas as Unidades da Federação com pelo menos um território.

Foi realizado, ainda, um cruzamento com as propostas apresentadas pelos Escritórios Estaduais da SEAP, visando incorporar, sempre que possível, suas contribuições ao processo de identificação / definição de demandas prioritárias de atuação em 2008.